



31 de Dezembro de 2016

Demonstrações Contábeis Completas
em IFRS



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Itaú Unibanco Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

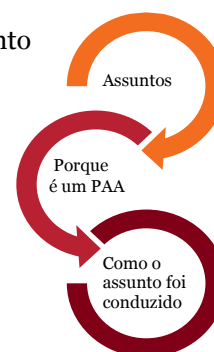
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Itaú Unibanco Holding S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD (Notas Explicativas 2.3.1.a, 2.4.d.X e 12.b)</p> <p>A apuração do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa é uma área sensível ao julgamento da Administração. A identificação de situações de comprometimento do valor recuperável dos créditos e a determinação do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve um processo com várias premissas e fatores, incluindo a situação financeira da contraparte, os fluxos de caixa futuros esperados, os valores estimados de recuperação e realização das garantias.</p> <p>O uso de diferentes técnicas e premissas de modelagem poderia resultar em estimativa de valor de recuperação significativamente diferente. Adicionalmente, o gerenciamento de risco de crédito é complexo e dependente de base de dados completa e íntegra.</p> <p>O cenário atual e as expectativas de médio prazo para o cenário macro econômico têm apresentado impactos no índice de inadimplência (créditos vencidos acima de 90 dias).</p> <p>No processo de administração dos riscos de crédito as garantias e as renegociações constituíram aspectos importantes na determinação da PCLD.</p> <p>Considerando o exposto acima essa foi uma área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Testamos o desenho e a efetividade dos principais controles para a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, incluindo: i) totalidade e integridade da base de dados e sistemas auxiliares; ii) modelos e premissas adotadas pela administração na determinação do valor recuperável da carteira de créditos; iii) monitoramento e valorização das garantias; iv) identificação, aprovação e monitoramento das operações renegociadas; e v) processos estabelecidos pela Administração para cumprimento das premissas, bem como para as divulgações em notas explicativas.</p> <p>Para a provisão para créditos de liquidação duvidosa calculada individualmente, testamos as premissas relevantes adotadas para identificação da situação de perda do valor recuperável e consequente determinação dos ratings dos devedores, bem como a valorização das previsões de fluxos de caixa futuros, avaliação das garantias subjacentes e as estimativas de recuperação de créditos vencidos.</p> <p>Para a provisão para créditos de liquidação duvidosa calculada numa base coletiva (segmento varejo), testamos os modelos subjacentes, incluindo o processo de aprovação de modelos e de validação das premissas adotadas para determinação das estimativas de perdas e de recuperação.</p> <p>Testamos a adequação das entradas para os modelos, incluindo as recuperações e, quando disponíveis, comparamos os dados e premissas utilizadas com dados de mercado.</p>

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Adicionalmente, testamos a valorização e existência das garantias, bem como a aderência das operações renegociadas às políticas da administração.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como as divulgações efetuadas, são apropriados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis.

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros e derivativos nível 3 (Notas explicativas 2.3.1.c, 2.4.d.IV, V e VI, 7 a 10, e 31)

A mensuração do valor justo é uma área que inclui subjetividade, uma vez que dependem de técnicas de avaliação realizadas com base em modelos internos que envolvem premissas da administração para valorização de instrumentos financeiros com pouca liquidez e sem mercado ativo. Esses instrumentos financeiros são substancialmente compostos por aplicações em títulos emitidos por empresas e por contratos de derivativos.

Essa foi uma área de foco em nossa auditoria, uma vez que o uso de diferentes técnicas de avaliação e premissas poderiam produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes.

Adicionalmente, o gerenciamento de risco de mercado é complexo, especialmente em momentos de alta volatilidade, bem como em situações onde os preços observáveis ou parâmetros de mercado não estão disponíveis.

Testamos o desenho e a efetividade dos principais controles estabelecidos para a valorização desses instrumentos financeiros, bem como a aprovação dos modelos e suas divulgações.

Analisamos a metodologia de valorização desses instrumentos financeiros e as premissas adotadas pela administração mediante a comparação com metodologias e premissas independentes. Reexecutamos, em base amostral, a valorização de determinadas operações, bem como comparamos as premissas e metodologias utilizadas pela administração com nosso conhecimento sobre práticas de valorização usualmente adotadas e analisamos a consistência dessas metodologias com as aplicadas em períodos anteriores.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros e derivativos são apropriados e consistentes com as divulgações em notas explicativas.

Porque é um PAA**Ambiente de tecnologia da informação**

O Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas são dependentes da sua estrutura de tecnologia para processamento de suas operações e consequente elaboração das demonstrações contábeis. Nos últimos anos, foram feitos investimentos significativos de curto e longo prazo nesses sistemas e processos de tecnologia da informação.

A estrutura de tecnologia, devido ao histórico de aquisições e porte de suas operações, é composta por mais de um ambiente de tecnologia com processos distintos e controles segregados.

A não adequação do ambiente de controles gerais de tecnologia e de seus controles dependentes poderia acarretar em processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações contábeis. Dessa forma, essa foi uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, efetuamos avaliação do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles automatizados dos sistemas aplicativos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles relevantes, e quando necessário, testes dos controles compensatórios, bem como a execução de testes relacionados com a segurança da informação, incluindo gestão de acesso e segregação de função.

O ambiente de tecnologia da informação e controles estabelecidos pela Administração proporcionaram uma base razoável para a auditoria das demonstrações contábeis.

Crédito tributário (Nota explicativa 2.3.1.b e 27.b.)

O crédito tributário oriundo de diferenças temporárias e prejuízos fiscais é registrado à medida em que a Administração considera provável que o Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas irão gerar lucro tributário futuro. A projeção de lucro tributário futuro contém diversas premissas de natureza subjetiva estabelecidas pela Administração.

Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário futuro poderia modificar significativamente os prazos previstos para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil.

Testamos o desenho e a efetividade dos principais controles estabelecidos pela Administração para apuração dos créditos tributários, seu registro nos termos das normas contábeis e requisitos específicos do Banco Central do Brasil, que incluem a necessidade de análise das perspectivas de realização desses créditos, mediante projeções de lucros tributários futuros, para cada empresa integrante do Consolidado.

Realizamos testes de desenho e a efetividade dos principais controles sobre as respectivas divulgações, bem como, comparamos as premissas críticas utilizadas para a projeção dos resultados futuros com informações de projeções macroeconômicas divulgadas no mercado e com dados históricos para corroborar a consistência das estimativas.

Consideramos que as premissas adotadas pela Administração são apropriadas e consistentes com as divulgações em notas explicativas.



Itaú Unibanco Holding S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Realização dos valores ágio (Notas explicativas 2.3.2, 2.4.h e 3) <p>Os saldos do intangível são submetidos, anualmente, a teste de perda por redução ao valor recuperável. Esse teste envolve estimativas e julgamentos significativos, incluindo a identificação de unidades geradoras de caixa. A determinação dos fluxos de caixa esperados e a taxa de juros ajustada ao risco para cada unidade geradora de caixa ou grupo de unidades geradoras de caixa requer o exercício de julgamento e estimativas por parte da Administração.</p> <p>Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois envolve a projeção de resultados futuros para cada unidade geradora de caixa ou grupo de unidades geradoras de caixa, sendo que a utilização de diferentes premissas na projeção de resultados futuros poderia modificar significativamente as perspectivas de realização desses ativos e a eventual necessidade de registro de redução ao valor recuperável, com consequente impacto nas demonstrações contábeis.</p>	<p>Testamos o desenho e a efetividade dos principais controles estabelecidos pela Administração, incluindo a totalidade e integridade da base de dados e sistemas subjacentes.</p> <p>Analisamos as projeções para determinação de perda do valor recuperável do intangível elaborados pela Administração para corroborar a razoabilidade dessas estimativas de realização.</p> <p>Consideramos que as premissas adotadas pela Administração são apropriadas e consistentes com as divulgações em notas explicativas.</p>
Provisão para passivos contingentes (Notas explicativas 2.3.1.e, 2.4.q e 32) <p>O Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas apresentam passivos contingentes decorrentes principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos seus negócios, movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.</p> <p>Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.</p> <p>Em algumas situações a legislação tem facultado aos contribuintes encerrarem antecipadamente determinados processos tributários mediante redução ou eliminação de juros e multas. Nas esferas cível e trabalhista há também a possibilidade de encerramento antecipado dos processos mediante acordos.</p> <p>Adicionalmente, além dos aspectos subjetivos na determinação da possibilidade de perda atribuída a cada processo, a evolução da jurisprudência sobre</p>	<p>Testamos o desenho e efetividade dos principais controles para identificação, avaliação, monitoramento, mensuração, registro e divulgação da provisão para passivos contingentes, incluindo a totalidade e integridade da base de dados e sistemas subjacentes.</p> <p>Os processos judiciais cíveis e trabalhistas são divididos em massificados e individualizados. Os processos massificados são quantificados com base em modelos internos e são reavaliados considerando os resultados das decisões judiciais. Com relação aos processos individualizados, a apuração é realizada periodicamente a partir da determinação do valor da sentença e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas a cada uma das ações.</p> <p>Testamos os modelos utilizados para quantificação dos processos judiciais massificados de natureza cível e trabalhista.</p> <p>Na avaliação do risco dos processos judiciais</p>



Itaú Unibanco Holding S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>determinadas causas nem sempre é uniforme.</p> <p>Nesse contexto, consideramos essa uma área de foco de auditoria.</p>	<p>individualizados utilizamos nossos especialistas nas áreas trabalhista, legal e fiscal, de acordo com a natureza de cada processo.</p> <p>Também, realizamos procedimentos de confirmação junto aos advogados internos e externos responsáveis pelos processos.</p> <p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da provisão para passivos contingentes, bem como as divulgações efetuadas, são apropriados.</p>
<hr/>	
Aquisição do controle do CorpBanca (Nota explicativa 3)	
<p>O Corpbanca é um banco comercial com sede no Chile e que também atua na Colômbia e no Panamá, focado em pessoas físicas e grandes e médias empresas.</p> <p>Em 1º de abril de 2016, após aprovação dos acionistas e de todas as autoridades regulatórias competentes no Chile, Brasil, Colômbia e Panamá, o Itaú Unibanco Holding S.A. adquiriu o controle do CorpBanca por meio de sua controlada Banco Itaú Chile.</p> <p>Consideramos essa uma área de foco devido ao nível de julgamento envolvido na identificação e na determinação do valor justo dos ativos líquidos adquiridos e passivos assumidos, bem como devido à complexidade no processo de harmonização das práticas contábeis e integração das informações das instituições envolvidas</p>	<p>Dentre outros procedimentos, realizamos o entendimento e testamos os processos estabelecidos pela Administração, incluindo a totalidade e integridade da base de dados e os modelos de cálculo para determinação da alocação do preço de compra, bem como a identificação e a determinação dos ativos líquidos adquiridos e passivos assumidos e o montante do ágio, além dos controles para harmonização das práticas contábeis.</p> <p>Comparamos as premissas adotadas pela Administração com as práticas de mercado. Testamos os ajustes decorrentes de diferenças de práticas e estimativas contábeis adotadas pelas instituições, bem como, avaliamos a aderência das divulgações contábeis às práticas contábeis aplicáveis.</p> <p>Não identificamos aspectos que nos levassem a considerar necessário modificações relevantes nos valores e informações divulgadas nas demonstrações contábeis.</p>
<hr/>	



Itaú Unibanco Holding S.A.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Consolidado, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Consolidado. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeira (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Consolidado continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Consolidado ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Itaú Unibanco Holding S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Itaú Unibanco Holding S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança (Comitê de Auditoria e Administração) a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 6 de fevereiro de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – Janeiro a Dezembro de 2016

Prezados acionistas,

O Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco Holding S.A. (Itaú Unibanco ou Companhia) e de suas controladas, relativos ao período de janeiro a dezembro de 2016 seguem as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de acordo com as práticas contábeis internacionais (IFRS), aprovadas pelo “International Accounting Standard Board” (IASB).

As informações apresentadas neste material estão disponíveis no site de Relações com Investidores (RI) do Itaú Unibanco (www.itaú.com.br/relacoes-com-investidores > Informações Financeiras) e nos sites da CVM, da *Securities and Exchange Commission* (SEC) e da *Bolsa de Comercio de Buenos Aires* (BCBA). Nossos resultados podem ser acessados também por dispositivos *mobile* e *tablet*, por meio de nosso site e aplicativo “Itaú RI” (APP), respectivamente.

1) PRINCIPAIS NÚMEROS

	31/dez/2016	31/dez/2015
Lucro Líquido (R\$ bilhões)	23,6	26,2
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores (R\$ bilhões)	23,3	25,7
Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio Anualizado ⁽¹⁾	20,1%	24,8%
Índice de Basileia Consolidado Prudencial	19,1%	17,8%
Ativos Totais (R\$ bilhões)	1.353,2	1.276,4
Total de Operações de Crédito (R\$ bilhões)	561,2	548,5
Colaboradores do Conglomerado (indivíduos)	94.779	90.320
Brasil	80.871	83.481
Exterior	13.908	6.839
Agências e Postos de Atendimento (PABs) - unidades ⁽²⁾	5.103	4.985
Agências Digitais	135	94
Agências Brasil ⁽³⁾	3.653	3.821
PABs Brasil	766	824
Agências + PABs América Latina	549	246
Caixas Eletrônicos - unidades ⁽⁴⁾	46.175	44.962
Atuação no Exterior (países) ⁽⁵⁾	18	18

⁽¹⁾ O cálculo do retorno foi efetuado dividindo-se o Lucro Líquido Atribuído aos Acionistas Controladores pelo Patrimônio Líquido Médio dos Acionistas Controladores.

⁽²⁾ Os postos de atendimento consideram somente os postos de atendimento bancários (PABs).

⁽³⁾ Inclui escritórios de representação do IBBA no exterior.

⁽⁴⁾ Inclui PAEs (Pontos de Atendimento Eletrônico), pontos de estabelecimento de terceiros e Banco24horas.

⁽⁵⁾ Não considera Brasil.

2) AMBIENTE ECONÔMICO

2.1) Contexto Doméstico

No cenário doméstico, o PIB contraiu novamente no período de janeiro a setembro de 2016, apresentando redução de 4,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. O desemprego passou de 9,0% em novembro de 2015 para 11,9% em novembro de 2016. O déficit primário acumulado no ano alcançou 1,3% do PIB em novembro de 2016, frente a um déficit de 0,6% do PIB no mesmo período de 2015.

O déficit em conta corrente, por sua vez, segue diminuindo em função da contração da atividade. O déficit nas contas externas caiu de 3,3% do PIB em 2015 para 1,1% do PIB em novembro de 2016. A inflação acumulou 6,3% em 2016. O BACEN reduziu os juros para 13,0% em janeiro de 2017.

O dólar terminou o ano de 2016 em R\$ 3,25, abaixo dos R\$ 3,96 registrados em dezembro de 2015. O país apresenta reservas internacionais da ordem de US\$ 370 bilhões.

2.2) Contexto da América Latina (ex-Brasil)

Na América Latina, os países exportadores de *commodities* continuam a crescer menos em relação à década anterior. Os preços mais baixos das *commodities* influenciam negativamente o investimento, a confiança e a renda nacional. A queda da atividade econômica e das receitas fiscais ligadas às cotações mais baixas das *commodities* também está levando governos da região a cortar gastos e adotar medidas para elevar receitas, buscando assim preservar os *ratings* soberanos.

Na América do Sul, a inflação está em queda em muitos países, abrindo espaço para cortes de juros. Esperamos em 2017 juros mais baixos na Colômbia, Argentina e Chile.

Na Argentina, os ajustes de preços relativos levaram a uma contração do PIB em 2016 (estimada em -2,4%) e inflação alta (41%). No Uruguai a atividade econômica apresentou uma desaceleração acentuada em 2015 e 2016, causada, parcialmente, pela recessão no Brasil e na Argentina. Os fundamentos macroeconômicos do Paraguai seguem sólidos, com inflação baixa, crescimento forte e finanças públicas organizadas. A economia chilena foi impactada pelo final do ciclo das *commodities*, o que levou a receitas fiscais menores, queda dos investimentos e redução da renda nacional. Na Colômbia, as autoridades aprovaram a reforma tributária estrutural, com o objetivo de compensar a perda de receitas relacionadas ao petróleo. O PIB cresceu 1,8% em 2016 e a inflação foi 5,8%.

2.3) Contexto Internacional

O mercado de trabalho dos EUA continuou se fortalecendo em 2016. Foram criados 2,2 milhões de postos de trabalho e a taxa de desemprego recuou de 5,0% no fim de 2015 para 4,7% em dezembro de 2016. Tal evolução favorável acompanhou um crescimento do PIB de 1,5% no acumulado do ano até setembro, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Na mesma comparação, o PIB da zona do euro cresceu 1,6% e o do Japão 0,8%. O PIB da China manteve um crescimento de 6,7% na comparação anual nos três trimestres de 2016 já divulgados, interrompendo a desaceleração observada no ano anterior. A estabilização do crescimento gera um ambiente favorável para as economias emergentes exportadoras de *commodities*, incluindo os países da América Latina.

3) DESTAQUES

3.1) Eventos Societários

Mudanças na Administração – No dia 9 de novembro, foi divulgada a sucessão do atual Presidente Executivo (CEO), seguindo o processo de transição planejado e comunicado ao mercado há mais de dois anos. Anunciamos também uma série de mudanças em nosso Comitê Executivo. Mais informações no item 3.3 Governança Corporativa.

Bonificação de 10% das Ações do Itaú Unibanco – Pelo quarto ano consecutivo, bonificamos nossas ações em 10%. Assim, em outubro de 2016 nossos acionistas receberam uma nova ação para cada dez ações da mesma espécie que possuíam. Foi atribuído um custo de aproximadamente R\$ 20,05 às ações bonificadas, impactando o preço médio de nossos acionistas.

Se considerarmos apenas as bonificações nos últimos 4 anos, em função da manutenção do dividendo mensal em R\$ 0,015 por ação, houve incremento de 46% nos valores recebidos mensalmente pelos acionistas.

Programa de Recompra de Ações – No ano de 2016, adquirimos 31.439.000 ações preferenciais¹ de emissão própria no montante total de R\$ 947,4 milhões ao preço médio de R\$ 30,13 por ação².

O processo de aquisição de ações de emissão própria tem o objetivo de (i) maximizar a alocação de capital por meio da aplicação eficiente dos recursos disponíveis, (ii) prover a entrega de ações aos funcionários e administradores da Companhia e de suas controladas no âmbito dos modelos de remuneração e dos planos de incentivos de longo prazo e (iii) utilizar as ações adquiridas caso haja oportunidades de negócios no futuro.

1 Valor ajustado pela bonificação de 10% de outubro de 2016.

2 Valores de recompra incluem taxa de liquidação, corretagem e emolumentos. Para obter mais informações sobre os volumes negociados e os preços praticados nessas negociações, acesse www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores > Governança Corporativa > Recompra de Ações ou consulte a nota 21. Os valores também estão ajustados pela bonificação de 10% de outubro de 2016.

Cancelamento de Ações em Tesouraria – Em junho de 2016, após as aprovações regulatórias, realizamos o cancelamento de 100 milhões de ações preferenciais, de própria emissão e mantidas em tesouraria, sem alteração do capital social.

A aquisição de ações de emissão própria, com seu posterior cancelamento, aumenta o percentual de participação dos acionistas no capital da Companhia e, se mantido o resultado financeiro e o percentual de distribuição do lucro, possibilita um maior retorno em dividendos e juros sobre o capital próprio aos acionistas remanescentes.

O saldo de ações em tesouraria atingiu 69.604.462 ações preferenciais em dezembro de 2016, que equivalem a 2,2% das ações da mesma classe em circulação (*free float*). Adicionalmente, em janeiro de 2017, foram recompradas 6,35 milhões de ações preferenciais.

3.2) Fusões e Aquisições

Aquisição de Controle – Recovery – Em março de 2016, após autorização dos reguladores e cumprimento de condições suspensivas, concluímos a operação de aquisição de 89,08% de participação no capital social da Recovery do Brasil Consultoria S.A., sendo 81,94% do Banco BTG Pactual S.A. (BTG) e 7,14% de outros acionistas, e de aproximadamente 70% de um portfólio de R\$ 38 bilhões em direitos creditórios de titularidade do BTG.

Itaú CorpBanca – Em abril de 2016, concretizamos a união das operações do Banco Itaú Chile com o CorpBanca e passamos a deter o controle da entidade resultante – o Itaú CorpBanca – com participação de 33,58% em seu capital social. Nessa mesma data, assinamos o Acordo de Acionistas do Itaú CorpBanca, que nos garante o direito de indicar, conjuntamente com o Corp Group¹, a maioria dos membros do Conselho de Administração do Itaú CorpBanca. Esses membros são indicados de acordo com a participação societária de cada parte, sendo que temos o direito de eleger a maioria desse bloco.

Com a concretização desta operação, passamos da 7ª para a 4ª posição no *ranking* de maiores bancos privados do Chile em termos de empréstimos e ingressamos no mercado colombiano de varejo financeiro por meio do Banco CorpBanca Colômbia S.A., 5º maior banco local em termos de empréstimos, o qual também passará a operar sob a marca “Itaú”.

A partir de 1º de abril de 2016, o Itaú CorpBanca passou a ser consolidado nas demonstrações financeiras do Itaú Unibanco, acrescentando aproximadamente R\$ 114 bilhões de ativos no balanço patrimonial.

Em outubro de 2016, adquirimos 10,9 bilhões de ações do Itaú CorpBanca pelo valor de aproximadamente R\$ 288,1 milhões, sendo esta operação prevista no acordo de acionistas do Itaú CorpBanca celebrado entre Itaú Unibanco e Corp Group em 1º de abril de 2016. Com isso, a participação do Itaú Unibanco no Itaú CorpBanca passou de aproximadamente 33,58% para aproximadamente 35,71%, sem alterações na governança do Itaú CorpBanca.

1 Corp Group é uma *holding* diversificada controlada pela família Saieh, com investimentos nos setores financeiro, varejo, imobiliário, hoteleiro e de mídia.

Seguro de Vida em Grupo – Em setembro de 2016, celebramos um contrato de alienação da totalidade de nossas operações de seguros de vida em grupo com a Prudential do Brasil.

A transferência das ações e a liquidação financeira da operação ocorrerão após o cumprimento de determinadas condições previstas no contrato, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias necessárias.

A alienação dessa operação reitera a estratégia, já divulgada, de focar em seguros massificados, tipicamente relacionados ao varejo bancário.

Citibank – Em outubro de 2016, celebramos um contrato (*Equity Interest Purchase Agreement*) com o Citibank para aquisição dos negócios de varejo do Citibank no Brasil, incluindo empréstimos, depósitos, cartões de crédito, agências, gestão de recursos e corretagem de seguros, assim como as participações societárias detidas pelo Citibank na TECBAN – Tecnologia Bancária S.A. e na CIBRASEC – Companhia Brasileira de Securitização.

A operação de varejo do Citibank no Brasil (com 71 agências) conta aproximadamente com uma base de 315 mil clientes correntistas, R\$ 35 bilhões entre depósitos e ativos sob gestão (valores brutos na data-base de 31 de dezembro de 2015), 1,1 milhão de cartões de crédito e R\$ 6 bilhões de carteira de crédito.

A conclusão da operação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo a obtenção das aprovações do BACEN e do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Banco Itaú BMG Consignado – Em dezembro de 2016, após a obtenção das autorizações regulatórias necessárias e o cumprimento de condições precedentes, concluímos a operação de aquisição da totalidade da participação detida pelo Banco BMG no Banco Itaú BMG Consignado. Esta participação corresponde a 40% do capital social do Itaú BMG Consignado, o que significa que passamos a deter 100% do capital total desta instituição. O valor pago foi de R\$ 1,46 bilhão.

Mantivemos a liderança entre os bancos privados neste segmento¹. Em 31 de dezembro de 2016, nossa carteira era de R\$ 44,6 bilhões, incluindo as operações do Itaú BMG Consignado.

1Dados de dezembro de 2016.

3.3) Governança Corporativa

A Governança Corporativa no Itaú Unibanco tem como objetivo criar um conjunto eficiente de mecanismos, incentivos e monitoramento, a fim de assegurar que a gestão da empresa esteja sempre alinhada aos interesses dos acionistas, gerando valor de longo prazo.

Fazemos isso através de órgãos e alçadas que compartilhem e distribuam de maneira eficaz a tomada de decisão na organização. Para tanto, institucionalizamos diversos procedimentos para garantir o comprometimento do grupo executivo com a criação de valor por meio de uma cultura meritocrática e foco na performance.

Nosso Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral, conta atualmente com 12 membros, 5 independentes (42%), sendo que todos têm mandatos de um ano. Temos 8 comitês que se reportam ao Conselho de Administração: Auditoria, Conselho Consultivo Internacional, Estratégia, Gestão de Risco e de Capital, Nomeação e Governança Corporativa, Partes Relacionadas, Pessoas e Remuneração.

Em nossa Assembleia de setembro de 2016, disponibilizamos aos nossos acionistas o voto a distância, nos antecipando à obrigatoriedade da CVM.

Nossas práticas de governança têm sido reconhecidas e, como resultado, as nossas ações compõem a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA desde sua criação em 2005, e a carteira do Dow Jones Sustainability World Index desde sua criação em 1999.

No site de Relações com Investidores estão disponíveis essas e outras informações sobre a nossa estrutura de governança corporativa: www.itaú.com.br/relacoes-com-investidores/governanca-corporativa.

Acreditamos que governança sólida, garantindo meritocracia e direcionada à criação de valor de longo prazo, assegura a perenidade do desempenho do Itaú Unibanco.

Mudanças na Administração

No mês de novembro de 2016, anunciamos uma série de mudanças em nossa Administração, seguindo o processo de sucessão planejado e comunicado ao mercado há mais de dois anos.

Além do Presidente, o **Comitê Executivo** passou a ter a seguinte composição:

- Marcio Schettini: assumiu a Diretoria Geral de Varejo (DGV), substituindo Marco Bonomi na gestão dos negócios de Agências, Pequenas e Médias Empresas, Cartões e Rede, Imobiliário, Seguros e Veículos. A área de Marketing também está sob sua supervisão.
- Eduardo Vassimon: passou a liderar a Diretoria Geral de Atacado (DGA), substituindo Candido Bracher à frente dos negócios de Grandes e Médias Corporações, Banco de Investimento, Asset Management, Private Banking e Tesouraria, além dos negócios da América Latina.
- Caio David: retornou ao Comitê Executivo do Itaú Unibanco como Vice-Presidente, sendo responsável pelas áreas de Riscos e Finanças, e respondendo como CFO e CRO da Companhia em substituição a Eduardo Vassimon.
- André Sapoznik: foi promovido ao cargo de Vice-Presidente e passou a conduzir as áreas de Tecnologia e Operações em substituição a Marcio Schettini.
- Claudia Politanski: permanece como Vice-Presidente das áreas de Pessoas, Jurídico e Ouvidoria, Comunicação Corporativa e Relações Institucionais e Governamentais.

Na próxima Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, no dia 19 de abril, será indicada a reeleição de Roberto Setubal e Pedro Moreira Salles, além da eleição de Marco Bonomi para o Conselho da Administração. Roberto passará a atuar, em conjunto com Pedro Moreira Salles, como co-presidente do Conselho de Administração da Companhia. Até a Assembleia, Roberto permanece na presidência da Companhia.

Na sequência, Candido Bracher será eleito Presidente Executivo do Itaú Unibanco Holding, sucedendo Roberto Setubal.

3.4) Tecnologia

As tendências digitais evoluem de maneira exponencial. A todo momento, surgem novas formas de fazer negócios, consumir e explorar conteúdo, ao mesmo tempo que as pessoas estão mais dispostas a experimentar o mundo de outras maneiras por meio da tecnologia. Reconhecemos que as necessidades dos nossos clientes mudam cada vez mais rápido e, pensando nisso, estamos atentos a tecnologias que têm grande potencial para transformar os três níveis de interação do cliente com o banco: experiência, processamento e infraestrutura.

Blockchain – Lideramos as discussões sobre o tema no segmento financeiro latino-americano. Estamos convencidos que essa tecnologia poderá prover soluções que tragam mais eficiência para os nossos negócios e melhores experiências para os clientes. Em abril de 2016, fomos a primeira empresa da América Latina a entrar para o consórcio R3, *startup* internacional de inovação que reúne mais de 70 das maiores instituições financeiras do mundo, para contribuir com o esforço internacional de desenvolvimento e implementação de soluções inovadoras para o mercado a partir de tecnologias de *ledger* compartilhados, cuja base é o *Blockchain*. Temos aprofundado nossos conhecimentos técnicos sobre o Blockchain e analisado como essa tecnologia pode mudar a indústria financeira em termos de modelo de negócios.

Cubo – A iniciativa sem fins lucrativos que consiste em um grande centro de fomento ao empreendedorismo tecnológico e oferece espaços de *coworking*, atividades de educação e *networking*, tem sido um importante aliado, pois nos permite estar próximos e aprendermos com o que há de mais moderno em tecnologia e modelo de trabalho. Em outubro de 2016, o Cubo completou um ano de atuação. Neste período, o Cubo promoveu conexões que foram fundamentais para alavancar negócios, ideias e iniciativas de uma nova geração de empreendedores e *startups* digitais. Merecem destaque:

- Há 54 *startups* residentes, que já geraram mais de 650 postos de trabalho, mais de 40 projetos estão em andamento entre as *startups* e o Itaú Unibanco para inovar processos, produtos, serviços e modelos de trabalho;
- A cada dia, mais de 500 pessoas circulam pelo local, que, entre setembro de 2015 até o momento, realizou mais de 780 eventos e recebeu mais de 30 mil pessoas;
- Juntas, as *startups* do Cubo receberam, entre 2015 e 2016, cerca de R\$ 104,0 milhões em investimento de empresas que acreditam em seus modelos de negócio;
- Mais de 4 mil colaboradores do Itaú Unibanco já participaram de atividades no Cubo, incluindo dezenas de colaboradores das unidades internacionais.

Em 2016, 73% das transações feitas no banco vieram dos nossos canais digitais, o que representou 10,9 bilhões de transações, com crescimento de 21% em relação ao ano anterior.

3.5) Gerenciamento de Riscos

O gerenciamento de riscos e capital é considerado pelo Itaú Unibanco um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a maximizar a criação de valor para os acionistas. O gerenciamento de riscos no Itaú Unibanco é o processo em que:

- São identificados e mensurados os riscos existentes e potenciais das operações do Itaú Unibanco;
- São aprovados normativos institucionais, procedimentos e metodologias de gestão e controle de riscos consistentes com as orientações do Conselho de Administração e as estratégias do Itaú Unibanco;
- A carteira do Itaú Unibanco é administrada vis-à-vis às melhores relações risco-retorno.

Os processos de gestão de risco permeiam toda a instituição, estando alinhados às diretrizes do Conselho de Administração e dos Executivos que, por meio de órgãos colegiados, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de risco.

Cultura de Riscos – Iniciada em 2009, deriva da cultura corporativa do banco, formada por princípios e valores. Desde 2013 temos realizado amplas discussões internas sobre a gestão de riscos e estabelecemos quatro pilares para nossa atuação:

- Tomamos riscos conscientemente;
- Discutimos nossos riscos;
- Agimos sobre nossos riscos;
- Somos todos gestores de riscos.

Dessa forma, trabalhamos para a construção de uma nova mentalidade na qual entendemos que: os riscos são inerentes ao nosso negócio; debatemos de forma aberta e construtiva os nossos riscos; a gestão de riscos é uma questão de atitude; e assumimos responsabilidade individual e coletiva pelos nossos riscos.

Risco Operacional e Controles Internos - A gestão integrada de risco operacional, controles internos e *compliance* segue política interna aprovada pelo Conselho de Administração e está estruturada em 3 linhas de defesa:

- 1ª linha: representada pelas áreas de negócios e de controle de riscos, tendo como responsabilidade identificar, mensurar, avaliar e gerenciar os eventos de risco operacional, assim como manter um efetivo ambiente de controles (incluindo o cumprimento de normas internas e externas).
- 2ª linha: representada pela área de controles internos / validação independente, tendo como responsabilidades, entre outras, divulgar e garantir a aplicação das decisões, políticas e estratégias para o gerenciamento do risco operacional, assim como validar, de forma independente, políticas e processos.
- 3ª linha: representada pela área de Auditoria Interna, tendo como responsabilidades, entre outras, verificar de forma independente e periódica, a adequação dos processos e procedimentos de identificação e gerenciamento dos riscos.

Seguindo as melhores práticas do acordo de Basileia, realizamos validação independente dos processos e dos modelos de risco. Esta atividade é realizada pela Diretoria Executiva de Controles Internos e Compliance (DECIC) que, por ser apartada das áreas de negócio e controle de risco, garante a independência das avaliações.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Atos Ilícitos - As instituições financeiras desempenham um papel fundamental na prevenção e no combate aos atos ilícitos, dentre os quais se destacam a lavagem de dinheiro, o financiamento do terrorismo e as fraudes. O grande desafio é identificar e reprimir operações cada vez mais sofisticadas que procuram dissimular a origem, a propriedade e a movimentação de bens e valores provenientes de atividades ilegais. Estabelecemos uma política corporativa com o intuito de prevenir nosso envolvimento com atividades ilícitas, proteger nossa reputação e imagem perante os colaboradores, clientes, parceiros estratégicos, fornecedores, prestadores de serviços, reguladores e sociedade, por meio de uma estrutura de governança orientada para a transparência, rigoroso cumprimento de normas e regulamentos e a cooperação com as autoridades policial e judiciária. Também buscamos nos alinhar continuamente às melhores práticas nacionais e internacionais para prevenção e combate a atos ilícitos, por meio de investimentos e contínua capacitação de nossos colaboradores.

Para estar aderente às diretrizes da política corporativa, estipulamos um programa de prevenção e combate a atos ilícitos, baseados nos seguintes pilares:

- Processo de Identificação de Clientes;
- Processo de “Conheça seu Cliente” (KYC);
- Processo de “Conheça seu Parceiro” (KYP);
- Processo de “Conheça seu Fornecedor” (KYS);
- Processo de “Conheça seu Funcionário” (KYE);
- Avaliação de Novos Produtos e Serviços;
- Monitoramento de Transações;
- Comunicação de Transações Suspeitas aos Órgãos Reguladores; e
- Treinamento.

Esse programa aplica-se a todo o nosso conglomerado, incluindo nossas controladas e coligadas no Brasil e no exterior. A governança sobre prevenção e combate a atos ilícitos é realizada pelo Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Comitê de Compliance e Risco Operacional, Comitê Interno de Risco Operacional e pelo Comitê de Prevenção à Lavagem de Dinheiro.

Segurança da Informação - A área de Segurança da Informação é responsável por prover informações estruturadas e consolidadas dos principais riscos de segurança da informação nos diferentes níveis da organização, objetivando a redução de perdas financeiras e risco de imagem no Brasil e Exterior, a partir da definição de políticas, processos e procedimentos que suportam toda cadeia de informações.

Monitoramos e tratamos qualquer tipo de ataque e incidentes de segurança, de forma ágil e eficaz, administrando todas as ferramentas de segurança com equipe certificada e especializada nas mais diversas tecnologias. Realizamos a gestão de acessos aos sistemas e recursos de forma eficiente, acompanhando as movimentações necessárias para manter a segurança na consulta a sistemas e informações.

Trabalhamos em conjunto com as áreas de negócio e tecnologia para manter a arquitetura de soluções e produtos com o maior grau de segurança.

Somos certificados nas páginas públicas do site www.italu.com.br na norma brasileira NBR ISO/IEC 27001, com a finalidade de assegurar a proteção e a privacidade das informações fornecidas pelos clientes e outras fontes, com fins únicos e exclusivos, para o atendimento dos objetivos definidos nos seus produtos e serviços interativos.

4. DESEMPENHO

4.1) Resultado e Retorno

Em R\$ bilhões	Jan a Dez/2016	Jan a Dez/2015	Variação (%) ⁽¹⁾
Produto Bancário	118,7	92,0	29,0
Perdas com Créditos e Sinistros	(22,1)	(21,3)	3,7
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros	96,5	70,7	36,6
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(58,3)	(52,4)	11,3
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	38,2	18,3	109,1
Imposto de Renda e Contribuição Social	(14,6)	7,9	(285,1)
Lucro Líquido	23,6	26,2	(9,8)
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	23,3	25,7	(9,6)
Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio - anualizado⁽²⁾	20,1%	24,8%	-4,7 p.p.
Retorno sobre o Ativo Médio - anualizado⁽³⁾	1,8%	2,2%	0,4 p.p.

⁽¹⁾ Cálculo das variações utilizando números em milhares.

⁽²⁾ O cálculo do retorno foi efetuado dividindo-se o Lucro Líquido Atribuído aos Acionistas Controladores pelo Patrimônio Líquido Médio dos Acionistas Controladores.

⁽³⁾ O cálculo do retorno foi efetuado dividindo-se o Lucro Líquido Atribuído aos Acionistas Controladores pelo Ativo Médio.

Contribuíram para a composição do lucro líquido de janeiro a dezembro de 2016:

Produto Bancário: crescimento de 29,0% em relação ao ano anterior, decorrente, principalmente, do aumento nas receitas de juros e rendimentos e das receitas de prestação de serviços, que tiveram elevação de 9,3% e 8,4%, respectivamente. Além do Ganho Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos e Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior, que tiveram resultados positivos ante resultados negativos de 2015.

Perdas com Créditos e Sinistros: aumento de 3,7% em relação ao ano anterior, devido a Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo 21,7% menor em comparação ao mesmo período.

Outras Receitas/Despesas Operacionais: aumento de 11,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, em função de maiores despesas com remuneração, encargos e benefícios sociais; do crescimento das despesas administrativas com serviços de terceiros, instalações e aluguéis e das despesas tributárias.

4.2) Dados Patrimoniais

Em R\$ bilhões	31/dez/2016	31/dez/2015	Variação (%) ⁽¹⁾
Ativos Totais	1.353,2	1.276,4	6,0
Total de Operações de Crédito com Avais e Fianças	561,2	548,5	2,3
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(27,0)	(26,8)	0,5
Total de Ativos de Alta Liquidez ⁽²⁾⁽³⁾	181,0	-	-
Índice de Liquidez (LCR) ⁽³⁾	212,8%	-	-
Passivo	1.218,4	1.162,4	4,8
Patrimônio Líquido	134,8	114,1	18,2
Patrimônio Líquido aos Acionistas Controladores	122,6	112,3	9,2

⁽¹⁾ Cálculo das variações utilizando números em unidades.

⁽²⁾ Corresponde ao saldo em estoque, ponderado, dos ativos que se mantêm líquidos nos mercados mesmo durante períodos de estresse, que podem ser facilmente convertidos em espécie e que são classificados como de baixo risco. Utilizado para cálculo do LCR.

⁽³⁾ Valores referentes ao 4º trimestre de 2016. O LCR passou a ser divulgado a partir do 2º trimestre de 2016.

O total de ativos consolidados atingiu R\$ 1,4 trilhão ao final de dezembro de 2016, com aumento de 6,0% em relação ao mesmo período do ano anterior.

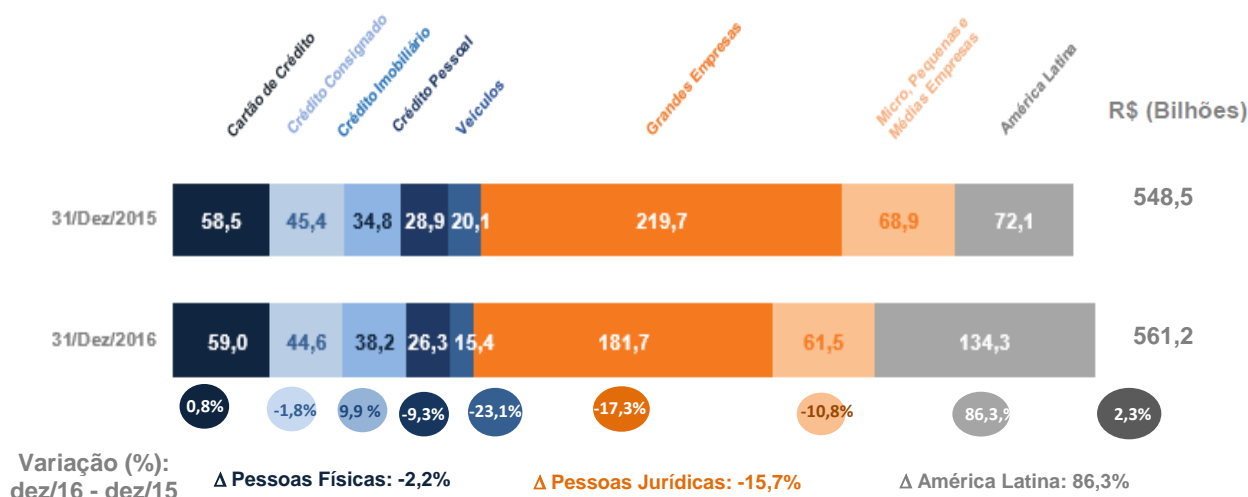
4.2.1) Carteira de Crédito

A diversificação de nossos negócios reflete-se na mudança da composição da nossa carteira de crédito nos últimos anos, focando a originação em produtos de menor risco e com mais garantias atreladas, e em nosso processo de internacionalização das operações do banco.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da carteira de crédito, incluindo avais e fianças, atingiu R\$ 561,2 bilhões, um aumento de 2,3% em relação a 31 de dezembro de 2015, devido, principalmente, ao efeito da consolidação do Itaú CorpBanca em nossas demonstrações contábeis, a partir do 2º trimestre de 2016.

Se considerarmos também os riscos de crédito que temos na modalidade de títulos privados, esse aumento atinge 2,0%.

Apresentamos abaixo a abertura da carteira, com avais e fianças, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:



Brasil – Pessoa Física

Cartões de Crédito (Itaucard, Hipercard, Credicard e parcerias)

Somos líderes em valor transacionado no segmento de cartões de crédito no Brasil⁽¹⁾.

O saldo desta carteira em 31 de dezembro de 2016 alcançou R\$ 59,0 bilhões, aumento de 0,8% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O valor transacionado em compras com cartões de crédito atingiu R\$ 261,0 bilhões de janeiro a dezembro de 2016, o que representou um acréscimo de 4,1% em relação ao mesmo período do ano anterior.

No segmento de cartões de débito, que inclui apenas clientes correntistas, contamos com uma base de 25,7 milhões de contas. O valor transacionado alcançou R\$ 92,2 bilhões no período de janeiro a dezembro de 2016, com crescimento de 9,9% em relação ao mesmo período de 2015.

1 Fonte: Itaú Unibanco e ABECS (Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito e Serviços) - dados de janeiro a setembro de 2016.

Crédito Consignado

Somos líderes em saldo de crédito consignado entre os bancos privados brasileiros⁽¹⁾.

O saldo da carteira de crédito consignado alcançou R\$ 44,6 bilhões (38% na nossa rede de agências e 62% nos demais canais de comercialização), redução de 1,8% em relação a 31 de dezembro de 2015.

O destaque foi a carteira de aposentados e pensionistas do INSS que cresceu 7,5% em relação a dezembro de 2015.

1 Fonte: BACEN e Demonstrações Financeiras do Itaú Unibanco e Concorrência - dados de setembro de 2016.

Crédito Imobiliário

Somos líderes na concessão de financiamentos de imóveis para pessoas físicas entre os bancos privados brasileiros com utilização dos recursos da poupança (SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo)⁽¹⁾.

Nossa oferta é realizada pela rede de agências, incorporadoras e imobiliárias. O saldo da carteira de crédito imobiliário alcançou R\$ 38,2 bilhões, aumento de 9,9% em 12 meses, representando, em dezembro de 2016, o terceiro maior saldo da nossa carteira de crédito para pessoas físicas no Brasil.

A relação entre o valor dos empréstimos e o valor dos imóveis, em carteira, foi de aproximadamente 41,8% no período de janeiro a dezembro de 2016.

No mesmo período realizamos cerca de 27,3 mil financiamentos para mutuários, no valor de R\$ 8,2 bilhões, com participação de mercado de 18,1%. Para empresários, foram realizadas contratações que geraram 8,1 mil novas unidades no valor de R\$ 1,4 bilhão.

1) Fonte: Itaú Unibanco e ABECIP - dados de dezembro de 2016.

Crédito Pessoal

O saldo da carteira de crédito pessoal alcançou R\$ 26,3 bilhões em dezembro de 2016, redução de 9,3% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Veículos

O saldo da carteira de crédito alcançou R\$ 15,4 bilhões. Entre janeiro e dezembro de 2016, as contratações de financiamentos de veículos atingiram R\$ 8,0 bilhões, com prazo médio de 40 meses, sendo que 47,0% das operações foram realizadas com o prazo de até 36 meses.

A relação média da carteira entre o valor do empréstimo e o valor do veículo foi de 68,1% em novembro de 2016, seguindo tendência de redução.

Uma série de novos produtos e serviços foi desenvolvida e lançada ao mercado no ano de 2016. Alguns deles são: Plataforma Digital, Precificação por Cliente, Troca Certa, Financiamento de Acessórios e Financiamentos pelo Icarros. Para mais informações, acesse: www.itaú.com.br/creditos-financiamentos/veiculos.

Brasil – Pessoa Jurídica

Grandes Empresas

O saldo da carteira de crédito de grandes empresas atingiu R\$ 181,7 bilhões em 31 de dezembro de 2016, apresentando redução de 17,3% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em derivativos, somos líderes na CETIP (Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos) em volume financeiro e quantidade de contratos⁽¹⁾. Focamos em operações de proteção sobre as exposições de moedas estrangeiras, taxas de juros e *commodities* junto aos nossos clientes.

1) Fonte: Itaú Unibanco e CETIP - dados de novembro de 2016.

Micro, Pequenas e Médias Empresas

O saldo da carteira de crédito de micro, pequenas e médias empresas atingiu R\$ 61,5 bilhões em 31 de dezembro de 2016, redução de 10,8% em relação ao mesmo período do ano anterior.

América Latina

O saldo da carteira de crédito da América Latina atingiu R\$ 134,3 bilhões, aumento de 86,3% em relação a dezembro de 2015. Deste total, R\$ 71,0 bilhões são decorrentes da consolidação do Itaú CorpBanca em nossas demonstrações contábeis a partir do 2º trimestre de 2016.

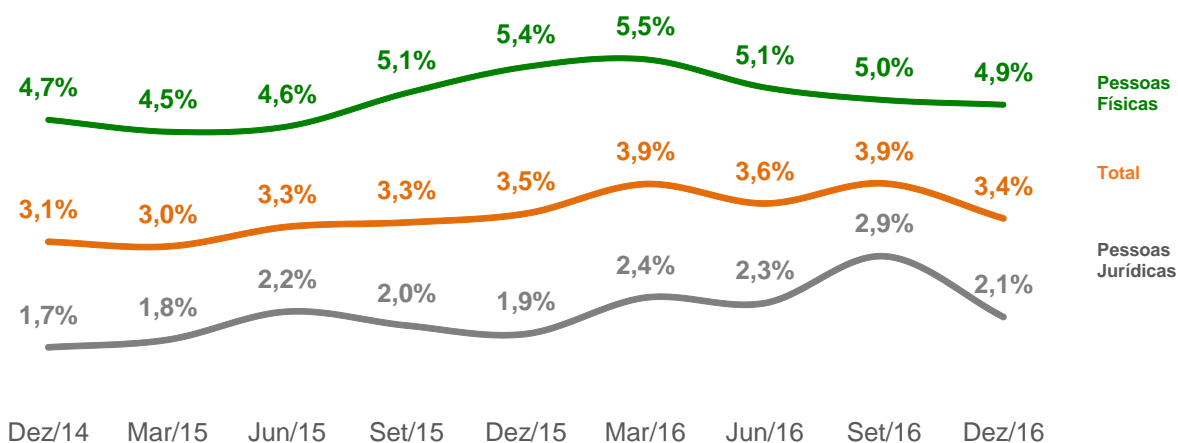
O Itaú Paraguay foi o vencedor regional na divisão “World’s Best Emerging Markets Banks in Latin America 2016” pela revista Global Finance. Além de ter vencido a categoria “Best Bank in Paraguay” no prêmio Euromoney Awards for Excellence 2016.

Inadimplência

Nossa estratégia de redução de risco na concessão de crédito, iniciada em 2012, influenciou no índice de inadimplência, principalmente pela mudança para um perfil mais conservador de nossa carteira:

- o índice de inadimplência total (operações em atraso há mais de 90 dias) alcançou 3,4% em 31 de dezembro de 2016, redução de 0,1 p.p. em relação a 31 de dezembro de 2015;
- na carteira de clientes pessoas físicas, esse índice atingiu 4,9% ao final de dezembro de 2016, redução de 0,5 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior; e
- na carteira de clientes pessoas jurídicas, atingiu 2,1% ao final de dezembro de 2016, aumento de 0,2 p.p. em relação a 31 de dezembro de 2015.

Inadimplência acima de 90 dias



O índice de cobertura da carteira com atraso acima de 90 dias atingiu 160% em dezembro de 2016, redução de 4,0 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

4.2.2) Captações

Os Recursos Próprios Livres, Captados e Administrados totalizaram R\$ 2,1 trilhões em 31 de dezembro de 2016, aumento de 11,0% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os depósitos à vista somados aos de poupança reduziram 1,8% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em R\$ bilhões	31/dez/2016	31/dez/2015	Varição (%) ⁽¹⁾
Depósitos Remunerados ⁽²⁾	268,3	231,5	15,9
Depósitos a Prazo	156,3	105,3	48,5
Depósitos Interfinanceiros	3,8	14,9	(74,9)
Depósito de Poupança	108,3	111,3	(2,8)
Depósitos não Remunerados ⁽²⁾	61,1	61,1	0,1
Depósitos à Vista	61,1	61,1	0,1
Total ⁽²⁾	329,4	292,6	12,6
Recursos Próprios Livres, Captados e Administrados	2.069,5	1.864,9	11,0

(1) Cálculo das variações utilizando números em unidades.

(2) Considera circulante e não circulante

4.3) Seguridade & Serviços

Buscamos constantemente implementar e focar na oferta de novos produtos e serviços que agregam valor aos nossos clientes e diversificam nossas fontes de resultados, possibilitando o crescimento de nossas receitas não oriundas de operações de crédito, advindas principalmente de prestação de serviços e de produtos de seguridade massificados (operações de seguros, previdência e capitalização). Acreditamos que esse modelo de negócio cria oportunidades para melhorar nossa relação com os clientes e, com a participação de produtos menos impactados pelos ciclos econômicos, contribui para a menor volatilidade do nosso resultado.

Em maio de 2016, recebemos o Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente, pela Revista Consumidor Moderno e CIP (Centro de Inteligência Padrão), nas categorias “Bancos” e “Seguros, previdência e capitalização”. Este prêmio é o reconhecimento do setor de relacionamento com clientes do Brasil.

A seguir, apresentamos os principais serviços oferecidos, destacando o desempenho no ano de 2016.

Seguros¹

Continuamos a concentrar esforços na distribuição por meio de canais próprios. Conforme frisamos no item “3 - Destaques”, alienamos nossa operação de seguros de vida em grupo comercializados principalmente por meio de corretores, reiterando a estratégia já divulgada do Itaú Unibanco de focar em seguros massificados, tipicamente relacionados ao varejo bancário.

O lucro líquido apresentou redução de 7,4% de janeiro a dezembro de 2016 em comparação com o mesmo período do ano anterior, impactado pela redução nos prêmios ganhos e aumento da alíquota CSLL, parcialmente compensada por redução nas despesas e um aumento do resultado financeiro.

O lucro líquido de nossas atividades foco² de seguros apresentou redução de 10,4% de janeiro a dezembro de 2016 em comparação com o mesmo período do ano anterior, principalmente em função da redução dos prêmios ganhos na carteira de pessoas jurídicas e seguros atrelados a crédito, e pelo aumento da alíquota de CSLL.

Os prêmios ganhos apresentaram redução de 13,5% em relação ao acumulado até dezembro de 2015, atingindo R\$ 5,0 bilhões no período, em maior parte devido à rescisão antecipada do contrato de garantia estendida entre Itaú Seguros S.A. e Via Varejo, ocorrida no terceiro trimestre de 2014³. Os sinistros retidos alcançaram R\$ 1,4 bilhão de janeiro a dezembro de 2016, redução de 8,3% em relação ao período de janeiro a dezembro de 2015.

O índice de sinistralidade foi de 28,8% de janeiro a dezembro de 2016, aumento de 1,6 ponto percentual em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente pela redução da carteira de garantia estendida, reflexo da rescisão antecipada citada anteriormente. O índice combinado no período foi de 65,4%, redução de 6,9 pontos percentuais em relação ao mesmo período do ano anterior. As provisões técnicas de seguros atingiram R\$ 4,1 bilhões em 31 de dezembro de 2016.

O valor das vendas totais a correntistas apresentou redução de 19,5% de janeiro a dezembro de 2016 em relação a igual período do ano anterior, influenciado pelo cenário econômico.

O valor das vendas a clientes das Agências Digitais representou 10,1% das vendas totais de seguros a correntistas de janeiro a dezembro de 2016, crescimento de 6,5 pontos percentuais em relação a igual período de 2015.

¹ Não considera nossa participação na Porto Seguro.

² Nossas atividades-foco consistem na oferta de produtos massificados de Pessoas, Patrimoniais, Prestamista, Previdência e Capitalização.

³ O reconhecimento do prêmio ganho nos produtos de garantia estendida ocorre apenas após o término do período de garantia de fábrica.

Previdência

Focamos em produtos massificados, atuando no modelo de *bancassurance*, no qual os produtos são oferecidos em sinergia com os diversos canais do banco como o de varejo (rede de agências) e de atacado. A inovação em produtos tem sido importante para o crescimento sustentável das nossas operações de previdência no segmento Pessoa Física. Para Pessoas Jurídicas, oferecemos assessoria especializada e desenvolvemos soluções personalizadas para cada empresa. Estabelecemos parcerias de longo prazo com nossos clientes corporativos, mantendo um relacionamento próximo com as suas áreas de Recursos Humanos e adotando estratégia de comunicação voltada para educação financeira de seus colaboradores.

Em novembro de 2016, segundo a Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FENAPREVI), a nossa participação de mercado de provisões técnicas totais foi de 22,9% e de planos individuais foi de 23,6%.

A captação bruta total dos planos de previdência totalizou R\$ 23,4 bilhões até dezembro de 2016, crescimento de 12,1% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Capitalização

Em capitalização, atingimos 13,4 milhões de títulos vigentes em 31 de dezembro de 2016. As provisões técnicas de capitalização alcançaram R\$ 3,1 bilhões em 31 de dezembro de 2016, e a arrecadação com títulos de capitalização atingiu R\$ 2,9 bilhões de janeiro a dezembro de 2016, com crescimento de 5,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O valor das vendas a clientes das Agências Digitais representou 8,3% das vendas totais a correntistas de janeiro a dezembro de 2016, aumento de 6,0 pontos percentuais em relação ao mesmo período do ano anterior.

Banco de Investimentos

Destacamos que, entre janeiro e dezembro de 2016, nossa operação de Fusões e Aquisições prestou assessoria financeira a 46 transações na América Latina, totalizando US\$ 33,7 bilhões, obtendo posição de liderança no *ranking* da Dealogic.

Em renda fixa local, participamos em operações de debêntures, notas promissórias e securitizações, que totalizaram R\$ 9,0 bilhões de janeiro a novembro de 2016.

Para atendimento dos clientes internacionais, contamos com unidades na Argentina, Chile, Colômbia, Emirados Árabes, Estados Unidos, Hong Kong, México, Reino Unido e Peru, operando, nesse último país por meio de escritório de representação.

Nesse período, recebemos os prêmios “Most Creative Investment Bank – Global Winner”, “Best Investment Bank – Latin America” e “Best M&A Bank – Latin America” pela revista “Global Finance. Conquistamos, também, o primeiro lugar no ranking de melhores analistas sell-side da América Latina pela Institutional Investor em pesquisa com mais de 900 analistas buy-side e gestores de cerca de 450 instituições.

Cash Management

No final de setembro, a Euromoney, uma das mais relevantes publicações do setor financeiro, divulgou o resultado da sua pesquisa anual, na qual o Itaú Unibanco foi eleito como o Melhor Banco em Cash Management do Brasil, pelo 9º ano consecutivo. Esse reconhecimento visa destacar instituições financeiras que demonstrem capacidade de oferecer os mais diferentes produtos e serviços para atender às finalidades de seus clientes.

Consórcio (Veículos e Imóveis)

Em dezembro de 2016, o saldo de parcelas a receber atingiu R\$ 10,7 bilhões, com redução de 8,9% em relação a dezembro de 2015. No mesmo período, atingimos 395 mil cotas ativas, apresentando redução de 4,7% em relação a dezembro do ano anterior. As receitas de administração alcançaram R\$ 675,0 milhões de janeiro a dezembro de 2016.

Serviços de Custódia e Escrituração

No mercado de custódia, somamos R\$ 1,3 trilhão de ativos, segundo o *ranking* ANBIMA em dezembro de 2016, representando aumento de 22,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Prestamos serviços a 217 empresas listadas na BM&FBOVESPA, representando 62,2% do mercado de Escrituração de Ações. Também atuamos como escriturador de 416 emissões de debêntures em dezembro de 2016, o que representa 46,7% do mercado¹.

Fomos reconhecidos em quatro categorias pela Global Finance, no prêmio “World Best Securities Service Providers” for 2016. São eles: “Best Securities Lender in Latin America” e “Best Subcustodian Bank in Brazil, Paraguay and Uruguay”.

1 Fonte: Itaú Unibanco e BM&FBOVESPA (dezembro de 2016).

Gestão de Ativos

Em dezembro de 2016, atingimos R\$ 527,0 bilhões¹ em recursos sob gestão, de acordo com o *ranking* de gestão ANBIMA, representando 15,1% do mercado. Apresentamos crescimento de 11,3% em relação ao mesmo período do ano anterior em recursos sob gestão.

No *ranking* publicado pela revista Investidor Institucional e elaborado pela Luz Soluções Financeiras a Itaú Asset Management se mantém no topo com os melhores fundos para clientes institucionais, além de ocupar a liderança em renda fixa e renda variável, com 28 fundos classificados como excelentes, sendo 13 em renda fixa, 13 em renda variável e 2 em multimercado. Este *ranking* considera o período de julho de 2015 a junho de 2016.

Em julho de 2016, a Itaú Asset Management recebeu da ValorInveste o Prêmio Top Gestão 2016, elaborado pela Standard & Poor's, como a melhor gestora de fundos multimercado com 3 fundos 5 estrelas.

Em dezembro de 2016, a Itaú Asset Management foi eleita pela oitava vez, sendo a quarta consecutiva, a Melhor Gestora de Fundos pelo guia Exame de Investimentos, tendo recebido o primeiro lugar em 8 categorias do prêmio.

A Kinea, empresa de gestão de investimentos alternativos do conglomerado Itaú Unibanco, possui R\$ 11,5 bilhões de ativos sob gestão em dezembro de 2016.

1 Considera as empresas Itaú Unibanco e Intrag.

Private Bank

Com uma plataforma completa de gestão de patrimônio global, somos líderes de mercado no Brasil e um dos principais *players* da América Latina. Nossa equipe multidisciplinar, formada por *private bankers*, consultores de investimentos e especialistas de produtos, atende nossos clientes em escritórios em 8 cidades do Brasil e também no exterior em Zurique, Miami, Nova Iorque, Santiago, Assunção e Nassau.

Em 2016, fomos reconhecidos pelas principais publicações do mercado de Private Bank no mundo:

- Best Private Bank in Latin America e Best Private Bank in Brazil, pela Private Wealth Management/The Banker;
- Outstanding Private Bank – Latin America e Most Effective Investment Service Offering, pela Private Banker International;
- Best Private Banking Services Overall in Brazil, pela Euromoney; e
- Best Private Bank in Emerging Markets e Best Private Bank in Brazil, pela Global Finance.

Essas premiações são o resultado das avaliações de importantes instituições e participantes do mercado de Wealth Management que consideraram em suas avaliações o relacionamento com cliente, gestão de portfólio, alocação de ativos, oferta, controle de risco e estratégia do negócio.

No período de janeiro a dezembro de 2016, atingimos 4 bilhões de transações em cartões de débito e crédito, uma queda de 0,7% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O valor transacionado de cartões de crédito foi de R\$ 251,9 bilhões no período de janeiro a dezembro de 2016. Esse valor representa 65,0% do total dos negócios gerados pela aquisição, com crescimento de 0,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O valor capturado nas transações de cartões de débito foi de R\$ 135,4 bilhões e representou 35,0% do valor transacionado total no período de janeiro a dezembro de 2016, com aumento de 1,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Encerramos o período com 1,5 milhão de equipamentos instalados, queda de 21,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A Rede tem investido continuamente na fidelização de seus clientes com foco no varejo através de uma atuação mais próxima com o banco, tendo como objetivos o crescimento e a preservação da rentabilidade no segmento, oferecendo um amplo portfólio de produtos e soluções inovadoras tanto da Rede quanto do banco aos varejistas.

Pelo segundo ano consecutivo, a Rede foi a vencedora do setor Serviços Especializados do Prêmio Valor 1.000, do jornal Valor Econômico. A premiação é realizada segundo critérios homologados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), com chancela da Serasa Experian. A escolha das empresas leva em conta oito indicadores: receita líquida, margem EBITDA, crescimento sustentável, rentabilidade do patrimônio líquido, margem da atividade, liquidez corrente, giro do ativo e cobertura de juros.

No último trimestre de 2016 lançamos o SMART Rede, uma nova geração de terminais inteligentes que têm uma loja de aplicativos que traz para nossos clientes a possibilidade de baixar soluções que os ajudam na gestão e controle dos seus negócios e o Control Rede, uma solução de conciliação que facilita a gestão e controle financeiro de todos os recebíveis dos lojistas.

4.4) Solidez do Capital e Liquidez

Capital

Adotamos postura prospectiva no gerenciamento do nosso capital, através das seguintes etapas: identificação dos riscos materiais e definição da necessidade de capital adicional para esses riscos, elaboração do plano de capital, tanto em situações de normalidade quanto de estresse, estruturação do plano de contingência de capital, avaliação interna da adequação de capital e elaboração de relatórios gerenciais.

Visando garantir a nossa solidez e disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos nossos negócios, os níveis de capital regulatório foram mantidos acima do exigido pelo BACEN (Consolidado Prudencial¹), conforme evidenciado pelos Índices de Capital Principal, de Nível I e de Basileia (consulte o relatório “Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3” no nosso site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores > Governança Corporativa).

Ao final de dezembro de 2016, o Índice de Basileia atingiu 19,1%, sendo: (i) 15,9% referente ao Capital de Nível I, que consiste no somatório do Capital Principal e do Capital Complementar; (ii) 3,2% referente à Capital de Nível II. Esses indicadores demonstram a nossa capacidade efetiva de absorver possíveis perdas.

O montante de instrumentos elegíveis a capital que integram o Nível II do nosso capital regulatório alcançou R\$ 23,5 bilhões em 31 de dezembro de 2016.

¹Consolidado Prudencial: demonstrações contábeis consolidadas contendo as empresas financeiras e assemelhadas.

Liquidez

A partir do segundo trimestre de 2016, passamos a informar a média do período para nosso indicador de liquidez de curto prazo (LCR – do inglês “*Liquidity Coverage Ratio*”), cujo cálculo segue metodologia estabelecida pela Circular BACEN 3.749, alinhada às diretrizes internacionais. O LCR é um índice que relaciona os ativos livres e de alta liquidez e as saídas (líquidas) no horizonte de 30 dias. Para 2016, o índice

mínimo exigido pelo Banco Central foi 70%, sendo que, no 4º trimestre desse ano, o indicador médio da Companhia foi de 212,8%.

4.4.1) Classificação de Risco de Crédito pelas Agências de Rating

Em 2016, a Moody's atribuiu pela primeira vez ao Itaú BBA International (instituição sediada no Reino Unido) o rating A3, considerado grau de investimento, de emissor e de depósito de longo prazo, reconhecendo a solidez do balanço e do modelo de negócio do Itaú BBA International.

Nesse mesmo ano, as alterações dos ratings do Itaú Unibanco Holding S.A. e Itaú Unibanco S.A. ocorreram por fatores exógenos, sendo eles: (i) rebaixamento do rating soberano brasileiro pela Moody's e Standard & Poor's, em fevereiro; (ii) rebaixamento do rating soberano brasileiro pela Fitch, em maio; essas ações resultaram no rebaixamento das notas do Itaú Unibanco S.A. e do Itaú Unibanco Holding S.A.; e (iii) revisão da escala nacional de ratings do Brasil pela Moody's, que reposicionou os ratings de 28 instituições financeiras incluindo o Itaú Unibanco S.A. e o Itaú Unibanco Holding S.A., que tiveram seus ratings em escala nacional elevados.

A Fitch, deu destaque aos níveis confortáveis de liquidez do banco, reflexo das receitas diversificadas e da captação de baixo custo gerada pela ampla rede de agências. Já a Standard&Poors enfatizou o nível de capital do banco.

Consulte mais informações sobre ratings no site de Relações com Investidores (www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores), na seção O Itaú Unibanco > Opinião de Mercado > Ratings.

4.5) Mercado de Ações

Valor de mercado – em 31 de dezembro de 2016, figuramos como a segunda maior empresa no Brasil pelo critério de valor de mercado (R\$ 219,3 bilhões) e a primeira entre as instituições financeiras, de acordo com *ranking* da Bloomberg.

No Ibovespa somos a companhia com maior participação, representada pela nossa ação preferencial (ITUB4).

Participação em Índices de Mercado

Em dezembro de 2016, a BM&FBOVESPA divulgou a composição das carteiras de ações dos índices de mercado, que são válidas para o período de janeiro a abril de 2017. Na tabela a seguir, destacamos a participação nos seguintes índices:

Carteiras de janeiro a abril de 2017

Índices	Participação % do Itaú Unibanco ⁽¹⁾	Ranking ⁽¹⁾
Ibovespa	10,68%	1º
IBRX50 - Índice Brasil 50	10,95%	1º
IBRX100 - Índice Brasil 100	9,72%	1º
IFNC - Índice BM&FBOVESPA Financeiro ⁽²⁾	20,00%	1º
IGC - Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada	8,08%	1º
ITAG - Índice de Ações com Tag Along Diferenciado	13,10%	1º
ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial ⁽³⁾	5,97%	4º

(1) Foi considerada a soma de todas as classes de ações de cada companhia que tem participação nos índices.

(2) A participação das ações das companhias no índice (considerando todas as classes de ações) não pode ser superior a 20%.

(3) A participação de um setor econômico no ISE (considerando todas as classes de ações) não pode ser superior a 15%.

Retorno aos Nossos Acionistas

Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) – Remuneramos nossos acionistas por meio de pagamentos mensais e complementares de dividendos e JCP. No acumulado de janeiro a dezembro de 2016, pagamos ou provisionamos 10,0 bilhões em dividendos e JCP, líquido de impostos.

Retorno do Investimento¹ – Em 31 de dezembro de 2016, o retorno do investimento em dividendos e JCP ao acionista em relação ao preço da ação em 02 de janeiro de 2016, líquido de impostos, foi de 6,07%.

¹ Considera o total de Dividendos/JCP distribuídos no acumulado de 12 meses.

Relações com o mercado

Em 2016, participamos de 30 conferências e 7 *road shows* no Brasil e exterior. No dia 17 de novembro de 2016, realizamos nossa reunião Apimec em São Paulo pelo 21º ano consecutivo. Participaram do evento cerca de 560 pessoas, além de 123 que acompanharam ao vivo pela internet. Ao longo do ano de 2016, realizamos 16 reuniões Apimec, com a presença de 2.218 participantes. Para mais informações, acesse nosso site de Relações com Investidores (www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores).

2016 Latin America Executive Team – Nossos executivos foram premiados pela Institutional Investor como Melhor CEO, Melhor CFO e Melhor Profissional de RI. Fomos premiados também como Melhor Programa de RI, Melhor Time de RI e Melhor Site de RI.

18º Prêmio Abrasca – Relatório Anual – Recebemos uma Menção Honrosa em Análise Econômica Financeira com destaque em DVA (Demonstração de Valor Acionado).

Ações	31/dez/2016	31/dez/2015	Variação
Lucro Líquido por ação - básico ⁽¹⁾			
Ações Ordinárias	3,57	3,91	(8,7)
Ações Preferenciais	3,57	3,91	(8,7)
Lucro Líquido por ação - diluído ⁽²⁾			
Ações Ordinárias	3,54	3,89	(9,0)
Ações Preferenciais	3,54	3,89	(9,0)
Dividendos & JCP Líquidos por ação	1,58	1,13	40,3
Valor de Mercado (bilhões) ⁽³⁾⁽⁴⁾	219,3	155,7	40,8

(1) Calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista pelo número médio de ações, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa mantidas; em tesouraria;

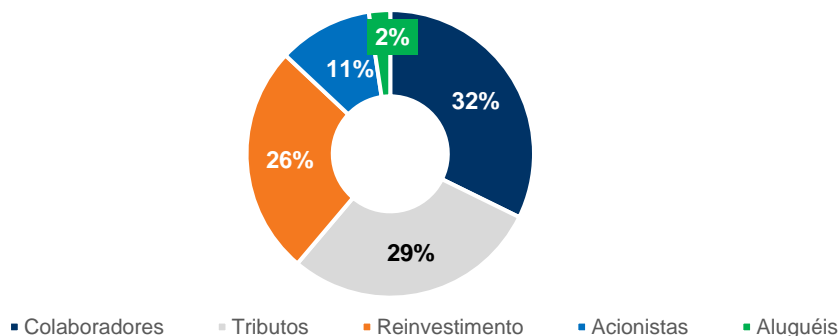
(2) Calculado de forma similar ao (1), incluindo o denominador (média ponderada ajustada de ações) as ações referentes as Opções de Ações concedidas para o Plano de Outorga de Opções, assumindo o potencial de exercício de Opções de Ações desse plano (Nota 21a);

(3) Calculado com base na cotação de média das ações preferenciais no último dia do período (cotação da ação PN média multiplicada pela quantidade de ações em circulação no final do período);

(4) Considerando a cotação de fechamento das ações ON e PN multiplicada pelo total de ações em circulação de cada classe de ação, o valor de mercado atingiu R\$ 207,6 bilhões em 31 de dezembro de 2016 e R\$ 150,6 bilhões em 31 de dezembro de 2015, resultando em uma variação de 38%.

4.6) Demonstração do Valor Adicionado

Nosso valor adicionado, que demonstra a riqueza gerada para a comunidade, atingiu R\$ 61,6 bilhões em 2016 (considera o lucro líquido recorrente e a reclassificação dos efeitos fiscais do *hedge* dos investimentos no exterior para a margem financeira, em BRGAAP), um aumento de 1,6% em relação a 2015. Este resultado refere-se ao valor econômico direto gerado e distribuído por nós, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos.



5) PESSOAS

Contávamos com 94,8 mil colaboradores no final de 2016, incluindo cerca de 13,9 mil colaboradores em unidades no exterior. A remuneração fixa dos nossos colaboradores somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 14,4 bilhões neste período, aumento de 10,7% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Investimos durante o ano mais de R\$ 192 milhões em programas de treinamento, totalizando mais de 1,8 milhão de horas, sendo que destacamos os seguintes programas: Programa Trainee 2017, Programa Estágio Corporativo Itaú Unibanco, Programa Estágio Rede de Agências Itaú Unibanco, Programa Estágio de Férias Nacional Itaú Unibanco, Programa Estágio de Férias Internacional Itaú Unibanco, Programa Aprendiz, Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência, Programa Conectando Oportunidades, Programa Oportunidade de Carreira (POC).

Na pesquisa Fale Francamente, que mede a satisfação dos colaboradores com relação ao ambiente organizacional e à gestão de pessoas, tivemos a participação de 89,1% dos colaboradores no Brasil e no exterior. O índice de satisfação geral foi de 85,1%, ficando 2,7 pontos percentuais acima do resultado de 2015.

Melhores Empresas para Trabalhar 2016 – Em agosto fomos eleitos, pelo 8º ano consecutivo, uma das Melhores Empresas para Trabalhar, segundo pesquisa realizada pela revista Época em parceria com o instituto Great Place to Work. O objetivo da pesquisa é valorizar as empresas que possuem as melhores práticas de gestão de pessoas.

Fomos a única instituição financeira presente no ranking “As Empresas Mais Atraentes”, produzido pelo LinkedIn, maior rede social profissional do mundo e que elegeu as 25 empresas que mais atraem atenção e candidatos dentro da rede. Recebemos, também, o “Reconhecimento Global de Boas Práticas para Trabalhadores com Deficiência” em evento ocorrido na sede da ONU, em Nova York, promovido pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo.

Em 2016, foi aprovado o acordo sindical referente às Negociações Coletivas 2016/2018. Diferentemente dos anos anteriores, o acordo previu reajustes salariais por dois anos seguidos: 8% mais um abono em 2016 e 1% de aumento real em 2017 (além da inflação medida pelo INPC/IBGE). Outros benefícios também tiveram seus valores acrescidos.

6) SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade está incorporada à estratégia corporativa por meio de uma estrutura de governança consolidada e integrada aos nossos negócios, que possibilita internalizar questões e tendências socioambientais nas atividades e processos diários, identificar as áreas capazes de tratá-las e acompanhar o desempenho e os indicadores dessas questões periodicamente.

A nossa atuação é fundamentada por três pontos estratégicos: educação financeira, diálogo e transparência e riscos e oportunidades socioambientais.

Em 2016, a Governança de Sustentabilidade foi revisada e ampliada. A partir dessas discussões, decidimos aproximar áreas com temas e desafios complementares, como por exemplo, a integração entre o Comitê de Integridade e Ética e o Comitê de Fundações e Institutos.

Índice Dow Jones de Sustentabilidade – Pelo 17º ano consecutivo fomos selecionados para compor o Dow Jones Sustainability World Index (DJSI), principal índice de sustentabilidade no mundo, em sua edição 2016/2017. Somos o único banco latino-americano a participar da composição do índice desde sua criação em 1999. Nesta nova edição atingimos a melhor nota do setor bancário nos quesitos "Política/Medidas Anticrime"; "Estabilidade Financeira e Risco Sistêmico"; "Riscos e Oportunidades do Negócio" e "Inclusão Financeira".

Participação no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA (ISE) – Pelo 12º ano consecutivo fomos selecionados para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA para 2016. O ISE reflete o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com os melhores desempenhos em todas as dimensões que medem sustentabilidade empresarial.

Itaú Unibanco integra novamente o Índice de Sustentabilidade Vigeo EIRIS – Emerging 70 – Em junho de 2016, pelo 2º ano, fomos selecionados novamente para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade da Euronext Vigeo – Emerging 70. O índice é composto por 70 companhias, selecionadas dentre 842 empresas listadas em países em desenvolvimento, que apresentaram as melhores performances em responsabilidade corporativa, segundo os ratings atribuídos pela Vigeo.

Em outubro, vencemos na categoria “Instituição Financeira” o prêmio Época Empresa Verde, da Revista Época, que premiou as principais atuações do banco em relação à Sustentabilidade. Além disso, fomos eleitos a melhor empresa do setor Financeiro pelo Guia Exame de Sustentabilidade.

Satisfação de Clientes

A satisfação de clientes é um valor fundamental para nós e está afirmada em nossa visão: “Ser líder em performance sustentável e em satisfação de clientes”. Assim, focamos no monitoramento permanente sobre os níveis de satisfação de clientes bem como a atenção às suas manifestações. Em relação às manifestações de nossos clientes, foram registrados 160 milhões de atendimentos em nossos canais, considerando-se apenas os atendimentos com a participação de nossos colaboradores ou representantes. Destes, mais de 94,2% se referiram à prestação de informações, consultas e solicitações, pouco mais de 5,5% a insatisfações e 0,3% à reclamações a órgãos externos e judiciários.

Do total de atendimentos, mais de 99,7% das questões foram resolvidas ou esclarecidas nos próprios serviços de atendimento do banco. O restante, evoluiu para outros órgãos de atendimento ao consumidor ou para o judiciário. Apesar dos altos índices de retenção apresentados por nossos canais internos, continuamos investindo prioritariamente em uma agenda de melhorias de processos para aumentar ainda mais a satisfação dos nossos de clientes.

7) INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO

Dentre as ações realizadas pelo Conglomerado Itaú Unibanco no ano de 2016 com o propósito de apoiar agendas de transformação social, destacamos o modelo de investimento social privado, no qual foram realizados aportes de recursos para apoio de iniciativas e projetos alinhados as nossas causas institucionais.

Reconhecemos e valorizamos nossa responsabilidade perante o desenvolvimento do país e preservamos o propósito de promover mudanças positivas na vida das pessoas e da sociedade. Deste modo, ao longo de 2016 contribuímos através de investimento social privado de três maneiras: I) Via aporte direto de recursos financeiros; II) Mediante fomento a projetos subscritos às leis de incentivo; III) Por meio de nossos Institutos e Fundações.

Tais investimentos sociais estiveram voltados para a melhoria de áreas como: educação, cultura, esporte, mobilidade urbana, saúde e envelhecimento. Em 2016, investimos R\$ 473,0 milhões em projetos, sendo que 67,3% foram através de doações e patrocínios realizados pelo próprio Itaú Unibanco e 32,7% foram por meio de verbas incentivadas por leis (Rouanet, Lei de Incentivo ao Esporte), contribuindo em projetos voltados a educação, saúde, cultura, esporte e mobilidade. Abaixo, detalhamos a nossa atuação em 2016:

Patrocínio	Valor (R\$ milhões)	%	Número de Projetos
Não incentivado⁽¹⁾	318,4	67,3%	409
Educação	140,3		180
Cultura	74,1		4
Esporte	6,8		4
Mobilidade Urbana	63,8		15
Apoios Institucionais e Outros	33,5		206
Incentivado⁽²⁾	154,6	32,7%	211
Cultura	83,6		97
Educação	11,7		39
Esporte	14,5		15
Saúde e Idoso	38,4		39
Outros	6,5		21
Total	473,0	100,0%	620

⁽¹⁾Recursos próprios das empresas do banco e dos orçamentos próprios das fundações e institutos.

⁽²⁾Recursos com incentivo fiscal através de leis como Rouanet, Incentivo ao Esporte, entre outras.

7.1) Educação e Saúde

Fundação Itaú Social - A trajetória da Fundação Itaú Social teve início em 1993, com a criação do programa de Ação Comunitária – posteriormente Programa Itaú Social – para articular suas iniciativas sociais. Em 2000, o projeto ganhou maior amplitude com a instituição da Fundação Itaú Social, criada para dar perenidade aos investimentos sociais do banco.

A Fundação Itaú Social foca seu trabalho em quatro áreas:

- **Educação Integral:** Defesa da ampliação de tempos, espaços e conteúdos de aprendizagem na concepção de desenvolvimento pleno do ser humano para a redução de desigualdades sociais e econômicas;
- **Gestão Educacional:** Ações de fortalecimento das equipes técnicas e aprimoramento da gestão dos sistemas de ensino público para promover melhorias significativas e sustentáveis de ensino e aprendizagem no dia-a-dia das redes de ensino;
- **Avaliação Econômica de Projetos Sociais:** Instrumento fundamental para qualificar e aprimorar o investimento social, medindo seu impacto e efetividade;
- **Mobilização Social:** Engajamento social de colaboradores, clientes e sociedade visando construir redes de cooperação que melhorem a vida de todos.

Em 2016, 2,0 milhões de pessoas foram beneficiadas pelas ações da Fundação Itaú Social.

Instituto Unibanco – Com foco na melhoria dos resultados de aprendizagem e na produção de conhecimento sobre o Ensino Médio, dedica-se a elaborar e implementar soluções de gestão – na rede de ensino, na escola e na sala de aula – comprometidas com a capacidade efetiva das escolas públicas de garantir o direito à aprendizagem de todos os estudantes. Seus principais programas são:

- **Jovem de Futuro:** em 2016, cerca de 1.440 escolas públicas participaram do Jovem de Futuro, beneficiando em torno de 470 mil estudantes em cinco estados. As formações presenciais para gestores educacionais registraram aproximadamente 2.500 participações; as formações a distância tiveram cerca de 1.860 gestores escolares inscritos nos cursos de gestão e 1.740 professores inscritos nos cursos de metodologias pedagógicas.

- **Estudar Vale a Pena:** em 2016, 1.013 voluntários trabalharam em ações que beneficiaram aproximadamente 6,7 mil alunos do Ensino Médio dos estados do Ceará, Goiás, Espírito Santo e São Paulo.
- **Fomento:** uma das principais ações é a linha de Editais Gestão Escolar para Equidade que visa identificar, reconhecer e acompanhar projetos desenvolvidos em escolas públicas de Ensino Médio com foco na gestão escolar que possam contribuir para elevar os resultados educacionais de grupos de estudantes em situações de desigualdades, criando condições de equidade. Em 2016, foram apoiados 10 projetos para a equidade de gênero nos estados do Amazonas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e São Paulo.

7.2) Cultura

Itaú Cultural - Em 2016, o Itaú Cultural reforçou sua atuação no mapeamento, no apoio e na difusão da arte e da cultura brasileiras, sua trajetória há 29 anos. O instituto promoveu um intenso número de eventos gratuitos tanto em sua sede, em São Paulo, quanto em outras localidades do Brasil e do exterior. Foram mais de 750 atividades nacionais e internacionais realizadas ao longo do ano, com 540 mil visitantes aos programas desenvolvidos, 25 exposições – 2 delas no Espaço Memória – e mais de 13 milhões de acessos únicos ao site.

No mesmo ano, foi divulgado o resultado da 17ª edição do programa Rumos, com 117 projetos selecionados (em todo o país e um na Argentina). Esse programa se sedimenta como um termômetro das produções culturais e artísticas.

Celebrando dois anos de existência, o Espaço Olavo Setubal, que conta com mais de 1.300 itens do nosso acervo, foi visto por mais de 97 mil visitantes e se destacou em campanhas publicitárias em espaços públicos de São Paulo e na web. Sob a gestão do Itaú Cultural, de janeiro a dezembro de 2016 o Auditório Ibirapuera apresentou 147 espetáculos (59 deles gratuitos) para mais de 187 mil pessoas.

Desde 2009, o instituto está presente no Facebook, com 765 mil fãs – a maior página de uma instituição cultural do Brasil. Além disso, atuamos no Twitter (108 mil seguidores), no YouTube (nosso canal tem mais de 6,1 milhões de visualizações, distribuídas em um acervo de mais de 5.200 vídeos sobre arte e cultura brasileiras) e no Instagram (mais de 56 mil seguidores).

Espaço Itaú de Cinema – Criado em 1995, como Espaço Unibanco, possui salas de cinema que promovem filmes independentes. Presente em 6 cidades com 8 complexos, suas 57 salas de exibição contribuem para o acesso à cultura no Brasil. Em 2016, cerca de 3,5 milhões de pessoas foram ao Espaço Itaú de Cinema.

7.3) Esportes

A valorização do esporte faz parte do nosso DNA. Acreditamos que o esporte, aliado à educação e à cultura, contribui para a construção da cidadania em uma sociedade em transformação. Dessa forma, patrocinamos diferentes projetos, sempre com o objetivo de fazer da prática esportiva uma prática social, que beneficie as comunidades e transforme o mundo das pessoas.

7.4) Mobilidade Urbana

Fomos a primeira grande empresa brasileira a apostar no sistema de compartilhamento de bicicletas, por meio de parceria público-privada, baseada no interesse público. Em 2011, iniciamos o patrocínio do Bike Rio em parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro e o sucesso do programa levou a expansão do projeto para São Paulo e Porto Alegre em 2012, Pernambuco, Salvador e Santiago (Chile) em 2013, chegando em Brasília e Belo Horizonte em 2014. Acreditamos que a principal contribuição dos sistemas de compartilhamento é auxiliar no deslocamento dos usuários nos centros urbanos, contribuindo para intermodalidade e garantindo a visibilidade da bicicleta como meio de transporte.

Somos o único patrocinador de sistemas de bicicleta compartilhada no mundo que tem programas de dimensões nacionais. O projeto alcançou, desde o seu início, a marca de 14 milhões de viagens e mais de 440 mil usuários cadastrados.

8) PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

No ano de 2016, recebemos reconhecimentos que contribuíram com o fortalecimento da nossa reputação. Abaixo, a lista de prêmios recebidos durante o período:

IF Design Award (International Forum Design GmbH – Janeiro 2016)	O Itaú Unibanco teve como projeto premiado o Cubo, nas categorias Communication e Brand Identity.
Company Award 2016 (Trade Finance – Janeiro 2016)	O Itaú BBA conquistou o Company Award 2016 na categoria Best trade bank in Brazil.
Prêmio Valor Inovação Brasil 2016 (Valor Econômico – Julho 2016)	O Itaú Unibanco conquistou a 1ª posição no setor de Serviços Financeiros.
Top 1000 World Banks 2016 (The Banker – Julho 2016)	O Itaú Unibanco conquistou o primeiro lugar no ranking "Top 25 – Latin America and Caribbean".
Anuário Época Negócios 360º (Época Negócios – Agosto 2016)	O anuário trouxe o Itaú Unibanco como empresa campeã do setor Bancos. Além disso, a Itaú Seguros ficou entre as 60 primeiras companhias no ranking geral das 300 melhores.
As Melhores da Dinheiro 2016 (IstoÉ Dinheiro – Setembro 2016)	O Itaú Unibanco foi eleito a Empresa do Ano e também ganhou o primeiro lugar no setor bancário.
Prêmio Ouvidorias Brasil 2016 + Prêmio CONAREC (ABRAREC (Associação Brasileira das Relações Empresa-Cliente) e Grupo Padrão – Setembro 2016)	O Itaú Unibanco recebeu o Prêmio Ouvidorias Brasil 2016 com o case "Solução Perto de Você". No Prêmio CONAREC, um dos nossos executivos foi o vencedor da categoria "Profissionais do Setor de Relacionamento com Clientes – Setor Bancos".
Empresa Pró-Ética (Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União – Novembro 2016)	O Itaú Unibanco esteve entre as 25 empresas premiadas por participar da promoção de um ambiente corporativo mais íntegro, ético e transparente no Brasil.
Empresas Líderes em Transparência (CDP Latin America – Dezembro 2016)	O Itaú Unibanco foi reconhecido pelo terceiro ano consecutivo entre as empresas Líderes em Transparência.
Bank of the Year (The Banker – Dezembro 2016)	O Itaú Unibanco foi anunciado como "Banco do Ano – Brasil".
As Marcas Brasileiras Mais Valiosas (Interbrands – Dezembro 2016)	O Itaú Unibanco ocupou a 1ª posição pela décima terceira vez, com marca avaliada em R\$ 26,6 bilhões, 8% maior em relação a 2015.

9) REGULAÇÃO

9.1) AUDITORIA INDEPENDENTE – Instrução CVM nº 381

Procedimentos Adotados pela Sociedade

A nossa política de atuação, incluindo empresas controladas e controladora, na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a dezembro de 2016, não foram contratados junto aos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Conforme estabelecido na instrução CVM nº 381, relacionamos os outros serviços prestados e sua data de contratação:

- 22 de janeiro, 25 de agosto e 22 de dezembro – assessoria fiscal e de preços de transferência;
- 15 de fevereiro, 7 de março, 23 de março, 16 de maio e 23 de maio – aquisição de treinamentos, materiais técnicos e pesquisa;
- 31 de março – revisão da Escrituração Contábil Fiscal;
- 11 de julho – assessoria na revisão da estruturação de venda de carteira de crédito; e
- 24 de outubro – avaliação de disponibilidade referente à regra de custódia SEC 206.

Justificativa dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados ao Itaú Unibanco e suas controladas. A política de atuação com o Itaú Unibanco na prestação de serviços não relacionados à

auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e todos foram observados na prestação dos referidos serviços, incluindo a sua aprovação pelo Comitê de Auditoria.

9.2) Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BRGAAP)

Divulgamos as demonstrações contábeis completas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), na mesma data desta publicação, conforme Ofício Circular CVM/SEP 01/13. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site de Relações com Investidores (www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores) > Informações Financeiras).

10) AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos clientes e acionistas, pela confiança que nos é depositada. (Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 06 de fevereiro de 2017).

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Balanço Patrimonial Consolidado
(Em milhões de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Disponibilidades	4	18.542	18.544
Depósitos Compulsórios no Banco Central	5	85.700	66.556
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6	22.692	30.525
Aplicações no Mercado Aberto	6	265.051	254.404
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	7a	204.648	164.311
Dados em Garantia		12.950	11.008
Demais Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		191.698	153.303
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	7b	1.191	642
Derivativos	8 e 9	24.231	26.755
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	10	88.277	86.045
Dados em Garantia		17.435	16.706
Demais Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		70.842	69.339
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	11	40.495	42.185
Dados em Garantia		11.778	9.460
Demais Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		28.717	32.725
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, Líquida	12	463.394	447.404
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		490.366	474.248
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(26.972)	(26.844)
Outros Ativos Financeiros	20a	53.917	53.506
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	13	5.073	4.399
Ágio	3	9.675	2.057
Imobilizado, Líquido	15	8.042	8.541
Ativos Intangíveis, Líquido	16	7.381	6.295
Ativos Fiscais		44.274	52.149
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		2.703	2.088
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	27b	37.395	47.453
Outros		4.176	2.608
Bens Destinados à Venda	36.7	631	486
Outros Ativos	20a	10.027	11.611
Total do Ativo		1.353.241	1.276.415

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Balanco Patrimonial Consolidado
(Em milhões de Reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Depósitos	17	329.414	292.610
Captações no Mercado Aberto	19a	349.164	336.643
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	18	519	412
Derivativos	8 e 9	24.698	31.071
Recursos de Mercados Interbancários	19a	135.483	156.886
Recursos de Mercados Institucionais	19b	96.239	93.918
Outros Passivos Financeiros	20b	71.832	68.715
Provisão de Seguros e Previdência Privada	30c II	154.076	129.305
Passivos de Planos de Capitalização		3.147	3.044
Provisões	32	20.909	18.994
Obrigações Fiscais		5.836	4.971
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		1.741	2.364
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidas	27b II	643	370
Outras		3.452	2.237
Outros Passivos	20b	27.110	25.787
Total do Passivo		1.218.427	1.162.356
Capital Social	21a	97.148	85.148
Ações em Tesouraria	21a	(1.882)	(4.353)
Capital Adicional Integralizado	21c	1.785	1.733
Reservas Integralizadas	21d	3.443	10.067
Reservas a Integralizar	21e	25.362	20.947
Resultado Abrangente Acumulado		(3.274)	(1.290)
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		122.582	112.252
Participações de Acionistas não Controladores	21f	12.232	1.807
Total do Patrimônio Líquido		134.814	114.059
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		1.353.241	1.276.415

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Resultado
Períodos Findos em

(Em milhões de Reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)

	Nota	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Produto Bancário		118.661	92.011	91.657
Receita de Juros e Rendimentos	23a	161.495	147.789	120.115
Despesa de Juros e Rendimentos	23b	(95.126)	(75.064)	(72.977)
Receita de Dividendos		288	98	215
Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos	23c	7.311	(11.862)	(724)
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior		5.513	(6.353)	9.644
Receita de Prestação de Serviços	24	31.918	29.452	26.342
Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização		5.880	6.672	6.888
Receitas de Prêmios de Seguros e Previdência Privada	30b III	24.849	22.634	22.797
Resseguros de Prêmios	30b III	(94)	(89)	(1.031)
Variações nas Provisões de Seguros e Previdência Privada		(19.490)	(16.460)	(15.436)
Receita de Operações de Capitalização		615	587	558
Outras Receitas	25	1.382	1.279	2.154
Perdas com Créditos e Sinistros		(22.122)	(21.335)	(15.801)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12b	(24.379)	(24.517)	(18.832)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo		3.742	4.779	5.054
Despesas com Sinistros		(1.555)	(1.611)	(2.430)
Recuperação de Sinistros com Resseguros		70	14	407
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros		96.539	70.676	75.856
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais		(58.347)	(52.411)	(47.048)
Despesas Gerais e Administrativas	26	(50.904)	(47.626)	(42.550)
Despesas Tributárias		(7.971)	(5.405)	(5.063)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	13	528	620	565
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	27	38.192	18.265	28.808
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(3.898)	(8.965)	(7.209)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(10.712)	16.856	262
Lucro Líquido		23.582	26.156	21.861
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	28	23.263	25.740	21.555
(Prejuízo) Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas não Controladores	21f	319	416	306
Lucro por Ação - Básico	28			
Ordinárias		3,57	3,91	3,26
Preferenciais		3,57	3,91	3,26
Lucro por Ação - Diluído	28			
Ordinárias		3,54	3,89	3,24
Preferenciais		3,54	3,89	3,24
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Básica	28			
Ordinárias		3.351.741.143	3.351.741.143	3.351.741.143
Preferenciais		3.171.215.661	3.228.881.081	3.266.347.063
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Diluída	28			
Ordinárias		3.351.741.143	3.351.741.143	3.351.741.143
Preferenciais		3.216.235.372	3.270.734.307	3.305.545.129

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente
Períodos Findos em
(Em milhões de Reais)

	Nota	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Lucro Líquido		23.582	26.156	21.861
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		2.040	(2.171)	583
Variação de Valor Justo		2.780	(6.518)	20
Efeito Fiscal		(1.251)	2.659	14
(Ganhos) / Perdas Transferidos ao Resultado	23c	851	2.812	915
Efeito Fiscal		(340)	(1.124)	(366)
Hedge		(697)	(1.739)	(143)
Hedge de Fluxo de Caixa	9	(2.815)	1.148	336
Variação de Valor Justo		(5.041)	2.104	644
Efeito Fiscal		2.226	(956)	(308)
Hedge de Investimentos Líquidos no Exterior	9	2.118	(2.887)	(479)
Variação de Valor Justo		3.760	(5.134)	(830)
Efeito Fiscal		(1.642)	2.247	351
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego ^(*)		(590)	(48)	202
Remensurações	29	(1.048)	(68)	332
Efeito Fiscal		458	20	(130)
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior		(2.737)	3.099	440
Total do Resultado Abrangente		21.598	25.297	22.943
Resultado Abrangente Atribuível à Participação dos Acionistas não Controladores		319	416	306
Resultado Abrangente Atribuível ao Acionista Controlador		21.279	24.881	22.637

^(*) Montantes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido (Notas 21 e 22)
Períodos findos em 31 de Dezembro de 2016, 2015 e 2014
(Em milhões de Reais)

	Atribuído à Participação dos Acionistas Controladores										Total Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Total Patrimônio Líquido - Acionistas não Controladores	Total
	Capital Social	Ações em Tesouraria	Capital Adicional Integralizado	Reservas Integralizadas	Reservas a Integralizar	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes						
							Disponíveis para Venda (1)	Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego	Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	Ganhos e Perdas - Hedge (2)			
Saldos em 01/01/2014	60.000	(1.854)	984	13.468	12.138	-	(1.183)	(379)	1.283	(1.234)	83.223	969	84.192
Transações com os Acionistas	15.000	526	524	(12.053)	-	(7.344)	-	-	-	-	(3.347)	82	(3.265)
Aumento de Capital - Reserva Estatutária	15.000	-	-	(15.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria - Outorga de Opções de Ações	-	526	223	-	-	-	-	-	-	-	749	-	749
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas	-	561	(26)	-	-	-	-	-	-	-	535	-	535
Aquisições de Ações em Tesouraria (Nota 21a)	-	(35)	-	-	-	-	-	-	-	-	(35)	-	(35)
Outorga de Opções Reconhecidas	-	-	249	-	-	-	-	-	-	-	249	-	249
Pagamento Baseado em Ações - Remuneração Variável	-	-	301	-	-	-	-	-	-	-	301	-	301
(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores (Nota 2.4a I e 3a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	167	167
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - Reserva Especial de Lucros (Nota 21b)	-	-	-	2.947	-	(7.344)	-	-	-	-	(4.397)	(85)	(4.482)
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2014 - Exercício 2013 - Reserva Especial de Lucros	-	-	-	(2.597)	-	-	-	-	-	-	(2.597)	-	(2.597)
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	-	-	-	(639)	-	-	-	-	-	-	(639)	-	(639)
Outros	-	-	-	(17)	-	-	-	-	-	-	(17)	-	(17)
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	21.555	583	202	440	(143)	22.637	306	22.943
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	21.555	-	-	-	-	21.555	306	21.861
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	583	202	440	(143)	1.082	-	1.082
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	870	-	(870)	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	9.178	4.163	(13.341)	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2014	75.000	(1.328)	1.508	8.210	16.301	-	(600)	(177)	1.723	(1.377)	99.260	1.357	100.617
Mutação do Período	15.000	526	524	(5.258)	4.163	-	583	202	440	(143)	16.037	388	16.425
Saldos em 01/01/2015	75.000	(1.328)	1.508	8.210	16.301	-	(600)	(177)	1.723	(1.377)	99.260	1.357	100.617
Transações com os Acionistas	10.148	(3.025)	225	(7.445)	-	(8.207)	-	-	-	-	(8.304)	34	(8.270)
Aumento de Capital - Reserva Estatutária	10.148	-	-	(10.148)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria - Outorga de Opções de Ações	-	(3.025)	101	-	-	-	-	-	-	-	(2.924)	-	(2.924)
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas	-	299	45	-	-	-	-	-	-	-	344	-	344
Aquisições de Ações em Tesouraria (Nota 21a)	-	(3.324)	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.324)	-	(3.324)
Outorga de Opções Reconhecidas	-	-	56	-	-	-	-	-	-	-	56	-	56
Pagamento Baseado em Ações - Remuneração Variável	-	-	124	-	-	-	-	-	-	-	124	-	124
(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores (Nota 2.4a I e 3c)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	276	276
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - Reserva Especial de Lucros (Nota 21b)	-	-	-	2.703	-	(8.207)	-	-	-	-	(5.504)	(242)	(5.746)
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2015 - Exercício 2014 - Reserva Especial de Lucros	-	-	-	(2.936)	-	-	-	-	-	-	(2.936)	-	(2.936)
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	-	-	-	(639)	-	-	-	-	-	-	(639)	-	(639)
Outros	-	-	-	-	(10)	-	-	-	-	-	(10)	-	(10)
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	25.740	(2.171)	(48)	3.099	(1.739)	24.881	416	25.297
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	25.740	-	-	-	-	25.740	416	26.156
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	(2.171)	(48)	3.099	(1.739)	(859)	-	(859)
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	1.054	-	(1.054)	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	11.823	4.656	(16.479)	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2015	85.148	(4.353)	1.733	10.067	20.947	-	(2.771)	(225)	4.822	(3.116)	112.252	1.807	114.059
Mutação do Período	10.148	(3.025)	225	1.857	4.646	-	(2.171)	(48)	3.099	(1.739)	12.992	450	13.442
Saldos em 01/01/2016	85.148	(4.353)	1.733	10.067	20.947	-	(2.771)	(225)	4.822	(3.116)	112.252	1.807	114.059
Transações com os Acionistas	12.000	2.471	52	(9.620)	-	(11.574)	-	-	-	-	(6.671)	10.106	3.435
Aumento de Capital - Reserva Estatutária	12.000	-	-	(12.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria - Outorga de Opções de Ações	-	2.471	39	(2.670)	-	-	-	-	-	-	(160)	-	(160)
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas	-	748	(17)	-	-	-	-	-	-	-	731	-	731
Aquisições de Ações em Tesouraria (Nota 21a)	-	(947)	-	-	-	-	-	-	-	-	(947)	-	(947)
Cancelamento de Ações - AGE de 27/04/2016 - Homologado em 07/06/2016	-	2.670	-	(2.670)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outorga de Opções Reconhecidas	-	-	56	-	-	-	-	-	-	-	56	-	56
Pagamento Baseado em Ações - Remuneração Variável	-	-	13	-	-	-	-	-	-	-	13	-	13
(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores (Nota 2.4a I e 3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.199	10.199
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - Reserva Especial de Lucros (Nota 21b)	-	-	-	5.050	-	(11.574)	-	-	-	-	(6.524)	(93)	(6.617)
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2016 - Exercício 2015 - Reserva Especial de Lucros	-	-	-	(2.697)	-	-	-	-	-	-	(2.697)	-	(2.697)
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	-	-	-	(1.586)	-	-	-	-	-	-	(1.586)	-	(1.586)
Outros	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	5	-	5
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	23.263	2.040	(590)	(2.737)	(697)	21.279	319	21.598
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	23.263	-	-	-	-	23.263	319	23.582
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	2.040	(590)	(2.737)	(697)	(1.984)	-	(1.984)
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	943	-	(943)	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	6.336	4.410	(10.746)	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2016	97.148	(1.882)	1.785	3.443	25.362	-	(731)	(815)	2.085	(3.813)	122.582	12.232	134.814
Mutação do Período	12.000	2.471	52	(6.624)	4.415	-	2.040	(590)	(2.737)	(697)	10.330	10.425	20.755

(1) Inclui participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto relativo a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

(2) Inclui Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimentos Líquidos no Exterior.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa
(Em Milhões de Reais)

	Nota	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Lucro Líquido Ajustado		97.507	56.881	58.231
Lucro Líquido		23.582	26.156	21.861
Ajustes ao Lucro Líquido:		73.925	30.725	36.370
Opções de Outorgas Reconhecidas e Pagamento Baseado em Ações - Remuneração Variável		69	180	550
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		17.941	(9.681)	1.186
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12b	24.379	24.517	18.832
Despesa de Juros e Variação Cambial de Operações com Dívida Subordinada		942	15.409	7.879
Variação das Provisões de Seguros e Previdência		19.490	16.460	15.436
Resultado de Operações de Capitalização		(615)	(587)	(558)
Depreciações e Amortizações	15 e 16	3.233	2.828	2.544
Despesa de Atualização / Encargos de Provisão de Passivos Contingentes e Obrigações Legais		1.610	1.479	1.019
Provisão de Passivos Contingentes e Obrigações Legais		4.246	3.948	3.380
Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia		(383)	(285)	(377)
Tributos Diferidos (excluindo os efeitos fiscais do Hedge)	27b	4.172	(1.869)	(262)
Resultado de Participações sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto		(528)	(620)	(565)
(Ganho) Perda em Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	23c	851	2.812	915
Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(1.719)	(16.941)	(9.012)
Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		(185)	(6.821)	(3.517)
(Ganho) Perda na Alienação de Bens Destinados a Venda	25 e 26	124	36	35
(Ganho) Perda na Alienação de Investimentos	25 e 26	(69)	43	14
(Ganho) Perda na Alienação do Imobilizado	25 e 26	(14)	11	41
(Ganho) Perda decorrente de Alienação do Investimento da ISSC		-	-	(1.151)
Outros		381	(194)	(19)
Variação de Ativos e Obrigações (*)		(67.196)	(91.340)	31.495
(Aumento) Redução em Ativos		(30.405)	(149.459)	8.195
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		521	3.308	12.099
Aplicações no Mercado Aberto		2.675	(88.250)	11.327
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil		(20.390)	(2.762)	13.893
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		(34.950)	(31.056)	26.073
Derivativos (Ativos / Passivos)		(4.047)	3.008	4.525
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado		(655)	435	(303)
Operações de Crédito		23.416	(28.103)	(42.309)
Outros Ativos Financeiros		881	2.476	(35.546)
Outros Ativos Fiscais		5.262	(15.037)	1.203
Outros Ativos		(3.118)	6.522	17.233
(Redução) Aumento em Passivos		(36.791)	58.119	23.300
Depósitos		(18.136)	(16.696)	(4.353)
Captações no Mercado Aberto		8.534	47.833	22.013
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação		206	(434)	47
Recursos de Mercados Interbancários		(27.017)	33.199	3.946
Outros Passivos Financeiros		1.915	(5.222)	4.711
Provisão de Seguros e Previdência		5.141	3.067	(383)
Passivos de Planos de Capitalização		718	621	536
Provisões		(2.993)	(2.005)	(4.852)
Obrigações Fiscais		6.359	6.931	8.119
Outros Passivos		(5.095)	(2.693)	1.237
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(6.423)	(6.482)	(7.721)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais		30.311	(34.459)	89.726
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos Recebidos de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto		287	243	213
Recursos da Venda de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		18.760	12.214	60.768
Recursos do Resgate de Ativos Financeiros Mantidos Até o Vencimento		3.473	3.160	2.667
Alienação de Bens Destinados a Venda		336	123	68
Alienação de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto		69	(43)	(14)
Caixa e Equivalentes de Caixa Líquido de Ativos e Passivos decorrentes da Aquisição do CorpBanca	3	5.869	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa Líquido de Ativos e Passivos decorrentes da Aquisição da Recovery	3	(714)	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa Líquido de Ativos e Passivos decorrentes da Aquisição da BMG Seguradora	3a	-	-	(88)
Caixa e Equivalentes de Caixa Líquido de Ativos e Passivos decorrentes da Venda da ISSC		-	-	1.474
Alienação de Imobilizado de Uso	15	109	104	62
Distrato de Contratos do Intangível	16	10	69	222
Aquisição de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(9.959)	(9.516)	(46.165)
Aquisição de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		(1.363)	(4.090)	(11.322)
Aquisição de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	13	(381)	(0)	(10)
Aquisição de Imobilizado de Uso	15	(991)	(1.466)	(3.966)
(Alienação) Aquisição de Intangível / Ágio	16	(1.076)	(1.158)	(1.232)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento		14.429	(361)	2.676
Captação em Mercados Institucionais		4.864	6.667	207
Resgate em Mercados Institucionais		(18.198)	(5.242)	(16.158)
(Aquisição) / Alienação de Participação de Acionistas não Controladores		(1.013)	276	167
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas		731	344	535
Aquisições de Ações para Tesouraria		(947)	(3.324)	(35)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos a Acionistas não Controladores		(93)	(242)	(85)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(7.673)	(7.008)	(6.319)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento		(22.329)	(8.529)	(21.688)
Aumento / (Diminuição) em Caixa e Equivalentes de Caixa	2.4c e 4	22.411	(43.350)	70.714
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	91.649	125.318	55.790
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(17.941)	9.681	(1.186)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	96.119	91.649	125.318
Informações Complementares sobre o Fluxo de Caixa				
Juros Recebidos		168.708	136.277	117.079
Juros Pagos		79.227	58.436	67.559
Transações não Monetárias				
Empréstimos Transferidos para Bens Destinados a Venda		-	-	-
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Declarados e Ainda não Pagos		2.869	2.458	2.270

() Inclui os valores dos juros recebidos e pagos conforme demonstrado acima*
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Valor Adicionado

(Em Milhões de Reais)

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Receitas	193.150	147.337	150.856
Juros, Rendimentos e outras	174.607	129.672	119.606
Prestação de Serviços	31.918	29.452	26.342
Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	5.880	6.672	6.888
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	(20.637)	(19.738)	(13.778)
Outras	1.382	1.279	11.798
Despesas	(104.771)	(86.175)	(82.962)
Juros, Rendimentos e outras	(95.126)	(75.064)	(72.977)
Outras	(9.645)	(11.111)	(9.985)
Insumos Adquiridos de Terceiros	(15.910)	(14.652)	(13.833)
Materiais, Energia e Outros	(738)	(798)	(654)
Serviços de Terceiros	(4.340)	(4.044)	(4.189)
Outras	(10.832)	(9.810)	(8.990)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(3.966)	(4.052)	(3.870)
Propaganda, Promoções e Publicações	(1.036)	(1.095)	(972)
Instalações	(1.161)	(1.022)	(924)
Transportes	(391)	(411)	(432)
Segurança	(716)	(675)	(627)
Viagens	(199)	(212)	(204)
Outras	(3.363)	(2.343)	(1.961)
Valor Adicionado Bruto	72.469	46.510	54.061
Depreciação e Amortização	(2.994)	(2.598)	(2.468)
Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade	69.475	43.912	51.593
Valor Adicionado Recebido em Transferência	528	620	565
Valor Adicionado Total a Distribuir	70.003	44.532	52.158
Distribuição do Valor Adicionado	70.003	44.532	52.158
Pessoal	20.321	17.609	15.238
Remuneração Direta	16.512	13.891	12.252
Benefícios	2.983	2.914	2.286
F.G.T.S. - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	826	804	700
Impostos, Taxas e Contribuições	24.620	(522)	13.843
Federais	23.410	(1.661)	12.802
Estaduais	35	16	67
Municipais	1.175	1.123	974
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis	1.480	1.289	1.216
Remuneração de Capitais Próprios	23.582	26.156	21.861
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	6.617	5.746	4.482
Lucros Retidos / (Prejuízo) do Período	16.646	19.994	17.073
Participação dos não-controladores nos Lucros Retidos	319	416	306

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 para Contas Patrimoniais e

De 01/01 a 31/12 de 2016, 2015 e 2014 para Contas de Resultado

(Em milhões de reais, exceto informações por ação)

Nota 1 – Informações Gerais

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. (ITAÚ UNIBANCO HOLDING) é uma companhia aberta, constituída e existente segundo as leis brasileiras. A matriz do ITAÚ UNIBANCO HOLDING está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, na cidade de São Paulo, Brasil.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING fornece uma ampla gama de produtos e serviços financeiros a clientes pessoas físicas e jurídicas no Brasil e no exterior, sendo esses clientes relacionados ou não ao Brasil, por meio de suas agências, subsidiárias e afiliadas internacionais.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma holding financeira controlada pela Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR"), uma empresa de participações que detém 51% de suas ações ordinárias e que é controlada conjuntamente pela (i) Itaúsa Investimentos Itaú S.A. ("Itaúsa"), uma empresa de participações controlada pelos membros da família Egydio de Souza Aranha, e pela (ii) Companhia E. Johnston de Participações ("E. Johnston"), uma empresa de participações controlada pela família Moreira Salles. A Itaúsa também detém diretamente 38,7% das ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Conforme descrito na Nota 34, as operações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são divididas em três segmentos operacionais e reportáveis: (1) Banco de Varejo, que engloba os clientes de varejo, clientes de alta renda (Itaú Uniclass e Personnalité) e o segmento empresas (micro e pequenas empresas); (2) Banco de Atacado, que compreende os produtos e serviços de atacado para empresas de médio e grande porte, bem como as atividades de banco de investimento, além das atividades das unidades da América Latina e (3) Atividades com Mercado + Corporação que gerencia fundamentalmente o resultado financeiro associado ao excesso de capital, de dívida subordinada e do carregamento do saldo líquido dos créditos e passivos tributários do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 06 de fevereiro de 2017.

Nota 2 – Políticas Contábeis Significativas

2.1. Base de Preparação

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING foram elaboradas considerando os requerimentos e diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN) que, a partir de 31 de dezembro de 2010, requer a elaboração de Demonstrações Contábeis Consolidadas anuais, de acordo com as práticas contábeis internacionais (IFRS), conforme aprovado pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Na preparação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utilizou os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação estabelecidos nas IFRS e nas interpretações do *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC).

A Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa demonstra as mudanças, no Caixa e Equivalentes de Caixa, surgidas durante o período, decorrentes das atividades operacionais, de investimento e de financiamento e inclui investimentos altamente líquidos (Nota 2.4c).

Os fluxos de caixa das atividades operacionais são determinados usando-se o método indireto. O lucro líquido consolidado é ajustado por itens não monetários, como ganhos e perdas de mensuração, movimentação de provisões e variações nos saldos de recebíveis e obrigações. Todas as receitas e despesas oriundas de transações não monetárias, atribuíveis às atividades de investimento e de financiamento são eliminadas. Os juros recebidos ou pagos são classificados como fluxos de caixa operacionais.

A Administração entende que as informações prestadas nessas Demonstrações Contábeis Consolidadas são relevantes e representam fidedignamente as informações utilizadas na gestão do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

2.2. Novos Pronunciamentos e Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes

a) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Período Findo em 31 de Dezembro de 2016

- Ciclo Anual de Melhorias (2012 - 2014): Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foram revisadas a IFRS 5 – Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, a IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, a IAS 19 – Benefícios aos Empregados e a IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. Não foram identificados impactos relevantes dessas alterações para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Alteração da IFRS 11 – Negócios em Conjunto: A alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de operações em conjunto cuja atividade constitui um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 – Combinações de Negócios. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os impactos dessa alteração serão devidos somente se houver aquisição de operação em conjunto que constitui um negócio.
- Alteração da IAS 16 - Imobilizado e IAS - 38 Ativos Intangíveis: A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Alteração da IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras: As alterações tem o objetivo de incentivar as empresas a identificar quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações contábeis. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações contábeis, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. Os principais impactos identificados estão relacionados à divulgação das políticas contábeis e julgamento de materialidade nas notas explicativas.
- Alterações na IAS 28, IFRS 10 e IFRS 12 Aplicando a Exceção à Consolidação: o documento contém orientações de aplicação do conceito de Entidades para Investimento. Efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. Não foram identificados impactos relevantes

dessas alterações para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

b) Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis Consolidadas e não foram adotados antecipadamente:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – O pronunciamento substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 é aplicável a instrumentos financeiros e será adotada de forma retrospectiva na data de entrada em vigor da norma em 1º de janeiro de 2018. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros, (II) redução ao valor recuperável (*impairment*) e (III) contabilização de cobertura (*hedge accounting*). Dentre as diversas alterações, consideramos que os itens abaixo podem apresentar maiores impactos:
 - (I) Classificação e mensuração de ativos financeiros: dois critérios devem ser considerados para determinar a classificação dos ativos financeiros, sendo o primeiro o modelo de negócios da entidade na gestão de seus ativos financeiros e o segundo as características do fluxo de caixa contratual dos ativos financeiros;
 - (II) Redução ao valor recuperável (*impairment*): A nova norma traz o conceito de perda esperada e classificação em três estágios;
 - (III) Contabilização de cobertura (*hedge accounting*): Os requisitos para Contabilização de cobertura (*hedge accounting*) estão diretamente relacionados com a gestão de risco e têm aplicação prospectiva.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING está em processo de implantação da IFRS 9 e os possíveis impactos decorrentes de sua adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma. Cabe destacar que a adoção do conceito de perda esperada frente ao conceito de perda incorrida deve apresentar incremento na provisão de crédito de liquidação duvidosa em decorrência da antecipação do reconhecimento de perdas. No processo de implantação estão envolvidas as áreas de finanças, de riscos, tecnologia e a Administração.

- IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes: O pronunciamento substitui a IAS 18 e IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). Requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING adotará a IFRS 15 retrospectivamente apenas para contratos não finalizados até a data de entrada em vigor da norma. Demais efeitos deverão ser ajustados em contrapartida a Lucros e Prejuízos Acumulados. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018. Não foram identificados impactos significativos na adoção desta norma até o presente momento.
- IFRS 16 – Arrendamentos: O pronunciamento substitui a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Alteração da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto (*Joint Ventures*) - As alterações referem-se a uma inconsistência entre as exigências da IFRS 10 e IAS 28, ao tratar de venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimentos controlados em conjunto (*Joint Ventures*). Data de vigência ainda não definida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

2.3. Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as IFRS exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Contábeis Consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

2.3.1. Estimativas Contábeis Críticas

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em acordo com as IFRS e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis. As estimativas são continuamente avaliadas, considerando a experiência passada e outros fatores.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisa periodicamente sua carteira de empréstimos e recebíveis para avaliar a existência de perda por redução ao valor recuperável nas suas operações.

Para determinar o montante de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa na Demonstração Consolidada do Resultado para certos créditos ou para uma determinada classe de créditos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um evento de perda. Essas evidências podem incluir dados observáveis que indicam que houve uma mudança adversa nos fluxos de caixas recebidos em relação aos esperados da contraparte ou a existência de uma mudança nas condições econômicas locais ou internacionais que se correlacionem com as perdas por redução ao valor recuperável. A Administração utiliza estimativas baseadas em experiência histórica de perdas para operações com características semelhantes e evidência objetiva de deterioração. A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas regularmente pela Administração, tendo em vista a adequação dos modelos e a suficiência dos volumes de provisão em face a experiência de perda incorrida.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza modelos estatísticos para o cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa na carteira de crédito homogênea. Periodicamente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza procedimentos para aprimorar estas estimativas, alinhando a exigência de provisões aos níveis de perda observados pelo comportamento histórico (conforme descrito na Nota 2.4d X). Este alinhamento visa a garantir que o volume de provisionamento reflita as condições econômicas atuais, a composição da carteira de empréstimos, a qualidade das garantias obtidas e o perfil de nossos clientes.

Os detalhes sobre a metodologia e premissas utilizadas pela Administração estão apresentadas na Nota 2.4d X. O detalhamento da provisão para créditos de liquidação duvidosa está na Nota 12b.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

Conforme explicação na Nota 2.4k, Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de lucros tributáveis futuros e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 27.

c) Valor Justo dos Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos

A mensuração a valor justo dos Instrumentos Financeiros é feita recorrentemente, conforme requerida pela IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O valor justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

O detalhamento sobre o Valor Justo dos Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos, bem como sobre a hierarquia de valor justo estão detalhados na Nota 31.

A equipe responsável pelo apreamento dos ativos, seguindo a governança definida em comitê e circulares normativas, efetua análises críticas das informações extraídas do mercado e periodicamente faz a revisão dos prazos mais longos dos indexadores. Ao final dos fechamentos mensais, as áreas se reúnem para uma nova rodada de análises para a manutenção relativa à classificação dentro da hierarquia do valor justo. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita que as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado que independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias usadas para avaliar os valores justos de determinados instrumentos financeiros estão descritas na Nota 31.

d) Planos de Pensão de Benefício Definido

O valor atual de obrigações de planos de pensão é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações.

As principais premissas para as obrigações de planos de pensão baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 29.

e) Provisões, Contingências e Outros Compromissos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 32.

O detalhamento das Provisões, Contingências e Outros Compromissos está apresentado na Nota 32.

f) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING para com os seus segurados e participantes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) ou de média ou de longa duração (seguros de vida e previdência).

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros e previdência, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros, severidade, conversão em renda, resgates e rentabilidade sobre ativos.

As estimativas dessas premissas baseiam-se na experiência histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, *benchmarks* e na experiência do atuário, e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetivam a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessárias, são reconhecidos no resultado do respectivo período.

Informações adicionais estão descritas na Nota 30.

2.3.2. Julgamentos Críticos na Aplicação de Políticas Contábeis

a) Ágio

O teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio envolve estimativas e julgamentos significativos, incluindo a identificação de unidades geradoras de caixa e a alocação do ágio para tais unidades com base na expectativa de quais se beneficiarão da aquisição. A determinação dos fluxos de caixa esperados e a taxa de juros ajustado ao risco para cada unidade requer o exercício de julgamento e estimativas por parte da Administração. São submetidos semestralmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos e, em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não identificou perda por redução ao valor recuperável de ágio.

2.4 Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Consolidação

I- Subsidiárias

Anteriormente a 1º de janeiro de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING consolidava nas Demonstrações Contábeis Consolidadas suas subsidiárias, de acordo com a IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas, e suas entidades de propósito específico, de acordo com a SIC 12 – Consolidação – Entidades de Propósitos Específicos. A partir desta data, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adotou a IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, que substituiu a IAS 27 e a SIC 12.

De acordo com a IFRS 10, subsidiárias são todas as entidades nas quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui controle. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING controla uma entidade quando está exposto a, ou possui direitos a seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar tais retornos.

As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data em que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING obtém seu controle e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle é perdido.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avaliou seus investimentos, em 1º de janeiro de 2013, a fim de determinar se as conclusões a respeito de consolidação de acordo com a IFRS 10 diferem das conclusões de acordo com a IAS 27 e SIC 12. A aplicação da norma não acarretou impactos relevantes.

A tabela a seguir apresenta as principais empresas consolidadas, cuja somatória representa mais de 95% do total do ativo consolidado, bem como a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING em seus capitais votantes em 31/12/2016 e 31/12/2015:

				Participação % no capital votante em		Participação % no capital total em	
		País de Constituição	Atividade	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Banco CorpBanca Colombia S.A.	(Nota 3)	Colômbia	Instituição Financeira	23,67%	0,00%	23,67%	0,00%
Banco Itaú Argentina S.A.		Argentina	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú BBA S.A.		Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú Chile	(Nota 3)	Chile	Instituição Financeira	-	99,99%	-	99,99%
Banco Itaú Consignado S.A.(*)		Brasil	Instituição Financeira	100,00%	60,00%	100,00%	60,00%
Banco Itaú Paraguay S.A.		Paraguai	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú (Suisse) S.A.		Suíça	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú Uruguay S.A.		Uruguai	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaucard S.A.		Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itauleasing S.A.		Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cia. Itaú de Capitalização		Brasil	Capitalização	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil		Brasil	Arrendamento Mercantil	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Financeira Itaú CBD S.A. - Crédito, Financ. e Investimento		Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Hipercard Banco Múltiplo S.A.		Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau Bank, Ltd.		Ilhas Cayman	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú BBA Colombia S.A. Corporacion Financiera		Colômbia	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau BBA International plc		Reino Unido	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau BBA USA Securities Inc.		Estados Unidos	Corretora de Valores	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú BMG Seguradora S.A.		Brasil	Seguros	99,99%	60,00%	99,99%	60,00%
Itaú CorpBanca	(Nota 3)	Chile	Instituição Financeira	35,71%	0,00%	35,71%	0,00%
Itaú Corretora de Valores S.A.		Brasil	Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Seguros S.A.		Brasil	Seguros	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Unibanco S.A.		Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Vida e Previdência S.A.		Brasil	Previdência Complementar	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Luizacred S.A. Soc. de Crédito Financiamento e Investimento		Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Redecard S.A.		Brasil	Adquirente	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(*) Nova denominação social do Banco Itaú BMG Consignado S.A..

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem o compromisso de manter o capital mínimo exigido para todas as entidades controladas em conjunto, sendo que para a Financeira Itaú CBD S.A Crédito, Financiamento e Investimento (FIC) o percentual de capital mínimo é superior em 25% ao exigido pelo Banco Central do Brasil (Nota 33).

II - Combinações de Negócios

A contabilização de combinações de negócios de acordo com a IFRS 3 somente é aplicável quando um negócio é adquirido. De acordo com a IFRS 3, um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos. Um negócio geralmente consiste em *inputs*, processos aplicados a tais *inputs* e *outputs*, que são, ou irão ser, usados para gerar renda. Se existe ágio em um conjunto de atividades e de ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem à definição de negócio, a contabilização pelo método da compra é requerida.

O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionado os custos diretamente atribuíveis a aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excedente do custo de aquisição, acrescido da participação de acionistas não controladores, se houver, sobre o valor justo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é contabilizado como ágio.

O tratamento do ágio está descrito na Nota 2.4h. Se o custo de aquisição, acrescido da participação de acionistas não controladores, se houver, for menor do que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

III - Transações Junto a Acionistas não Controladores

A IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas determina que alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em perda de controle, sejam contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no patrimônio líquido consolidado.

b) Conversão de Moedas Estrangeiras

I- Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para cada subsidiária, entidade sob controle conjunto e investimento em associada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING definiu a moeda funcional, conforme previsto na IAS 21.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço;
- receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal;
- ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

II - Transações em Moeda Estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como parte integrante do Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior.

No caso de ativos monetários classificados como disponíveis para venda, as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras

mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em Resultado Abrangente Acumulado até o desreconhecimento ou redução ao valor recuperável.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING define como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Disponibilidades), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 4.

d) Ativos e Passivos Financeiros

De acordo com a IAS 39, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria na qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias:

Categorias	Reconhecimento e Mensuração
<ul style="list-style-type: none"> Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado – Mantidos para Negociação 	<ul style="list-style-type: none"> Inicialmente e subsequentemente reconhecidos a valor justo; Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado; Os ganhos e perdas decorrentes de alterações no valor justo são incluídos diretamente na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.
<ul style="list-style-type: none"> Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado – Designados a Valor Justo 	
<ul style="list-style-type: none"> Ativos Financeiros Disponíveis para Venda(*) 	<ul style="list-style-type: none"> Inicialmente e subsequentemente reconhecidos a valor justo, mais os custos de transação; Os ganhos e as perdas não realizados (exceto perdas por redução ao valor recuperável, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, no Resultado Abrangente Acumulado.
<ul style="list-style-type: none"> Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento(*) 	<ul style="list-style-type: none"> Inicialmente reconhecidos a valor justo, mais os custos de transação; Subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.
<ul style="list-style-type: none"> Empréstimos e Recebíveis 	
<ul style="list-style-type: none"> Passivos Financeiros ao Custo Amortizado 	

(*) Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

A classificação dos ativos e passivos financeiros depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

Taxa Efetiva de Juros – ao calcular a taxa efetiva de juros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

As receitas e as despesas de juros e rendimentos são contabilizadas, na Demonstração Consolidada do Resultado, nas rubricas Receita de Juros e Rendimentos e Despesa de Juros e Rendimentos, respectivamente.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica como empréstimos e recebíveis e passivos financeiros ao custo amortizado as seguintes rubricas do Balanço Patrimonial Consolidado:

Empréstimos e Recebíveis	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado
<ul style="list-style-type: none"> Depósitos Compulsórios no Banco Central (Nota 2.4dl e Nota 5); 	<ul style="list-style-type: none"> Depósitos (Nota 17); Captações no Mercado Aberto (Nota 2.4dll e

<ul style="list-style-type: none"> • Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6); • Aplicações no Mercado Aberto (Nota 2.4dll e Nota 6); • Operações de Crédito (Nota 2.4dVIII e Nota 12); e • Outros Ativos Financeiros (Nota 20a). 	<ul style="list-style-type: none"> • Nota 19a); • Recursos de Mercados Interbancários (Nota 19a); • Recursos de Mercados Institucionais (Nota 19b); • Obrigações de Planos de Capitalização; e • Outros Passivos Financeiros (Nota 20b).
--	---

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos da IAS 39.

Caso contrário, deve-se avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado com qualquer controle retido não impede a baixa. Os passivos financeiros são baixados quando liquidados ou extintos.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

I – Depósitos Compulsórios nos Bancos Centrais

Os Bancos Centrais dos países onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING opera impõem atualmente diversas exigências de depósito compulsório às instituições financeiras. Tais exigências são aplicadas a um amplo leque de atividades e de operações bancárias, como depósitos à vista, depósitos em poupança e depósitos a prazo.

II – Vendas com Compromisso de Recompra e Compras com Compromisso de Revenda

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de operações de compra com compromisso de revenda (compromisso de revenda) e de venda com compromisso de recompra (compromisso de recompra) de ativos financeiros. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas Aplicações no Mercado Aberto e Captações no Mercado Aberto, respectivamente.

A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

No Brasil, o controle de custódia de ativos financeiros é centralizado e a posse do compromisso de revenda e de recompra é temporariamente transferida ao comprador. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING monitora rigorosamente o valor de mercado dos ativos financeiros que lastreiam as operações com compromisso de recompra e ajusta o valor da garantia quando apropriado.

Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Quando a contraparte tem o direito de vender ou de usar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

III – Ativos e Passivos Financeiros Mantidos para Negociação

São os ativos e passivos adquiridos e incorridos principalmente com o intuito de venda no curto prazo ou quando fazem parte de um portfólio de instrumentos financeiros que são administrados como um todo e para os quais existe evidência de um histórico recente de vendas no curto prazo.

IV – Ativos e Passivos Financeiros Designados a Valor Justo

São os ativos e passivos designados, irrevogavelmente, a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). De acordo com a IAS 39, a opção de valor justo somente pode ser aplicada quando reduz ou elimina inconsistências contábeis no resultado ou

quando os ativos financeiros fazem parte de uma carteira cujo risco é administrado e reportado à Administração com base no seu valor justo ou ainda, quando esses ativos consistem em instrumento de dívida e em derivativo embutido que devem ser separados.

V – Derivativos

Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando o valor justo é positivo, e como passivos quando é negativo.

Certos derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados como derivativos separados quando suas características e seus riscos econômicos não são intimamente relacionados àqueles do contrato principal e este não é contabilizado a valor justo através do resultado. Esses derivativos embutidos são contabilizados separadamente a valor justo, com as variações reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

Derivativos podem ser designados e qualificados como instrumento de *hedge* para fins contábeis e, em se qualificando, dependendo da natureza do item *hedgeado*, o método de reconhecer os ganhos ou as perdas de valor justo será diferente. Estes derivativos, que são utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e de passivos financeiros, e que atendem aos critérios da IAS 39, são contabilizados como *hedge* contábil.

De acordo com a IAS 39, para qualificar-se como *hedge* contábil todas as seguintes condições devem ser atendidas:

- no início do *hedge*, existe designação e documentação formais da relação de *hedge* e do objetivo e estratégia da gestão de risco da entidade para levar a efeito o *hedge*;
- é esperado que o *hedge* seja altamente efetivo ao conseguir alterações de compensação no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para essa relação de *hedge* em particular;
- quanto ao *hedge* de fluxo de caixa, uma transação prevista que seja objeto de *hedge* tem de ser altamente provável e tem de apresentar exposição a variações nos fluxos de caixa que poderiam, em última análise, afetar o resultado;
- a efetividade do *hedge* pode ser confiavelmente medida, isto é, o valor justo ou os fluxos de caixa do item coberto que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao valor justo do instrumento de *hedge* podem ser confiavelmente medidos;
- o *hedge* é avaliado em base contínua e efetivamente determinado como tendo sido altamente efetivo durante todos os períodos das Demonstrações Contábeis para o qual o *hedge* foi designado.

A IAS 39 apresenta três estratégias de *hedge*: *hedge* de valor justo, *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido em operação no exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza-se de derivativos como instrumento de *hedge* em estratégias de *hedge* de fluxo de caixa, *hedge* de valor justo e *hedge* de investimento líquido em operação no exterior, conforme detalhado na Nota 9.

Hedge de Valor Justo

Para os derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de valor justo, as seguintes práticas são aplicadas:

- a) o ganho ou a perda resultante da nova mensuração do instrumento de *hedge* pelo valor justo deve ser reconhecido no resultado; e
- b) o ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível a parcela efetiva do risco coberto deve ajustar o valor contábil do item coberto a ser reconhecido no resultado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, o *hedge* não atender mais aos critérios de *hedge* contábil ou a entidade revogar a designação, a entidade deve descontinuar prospectivamente o *hedge* contábil. Além disso, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto deve ser amortizado no resultado.

Hedge de Fluxo de Caixa

Para os derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou das perdas do derivativo é registrada diretamente em Outros Resultados Abrangentes – *Hedge* de Fluxo de Caixa, e reclassificada para resultado no mesmo período ou períodos em que a transação protegida por *hedge* afeta o resultado. A parcela dos ganhos e das perdas sobre os derivativos que representam a parcela não efetiva ou os componentes de *hedge* excluídos da análise de efetividade, é reconhecida no resultado. Os montantes originalmente reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e subsequentemente reclassificados para resultado são reconhecidos na correspondente linha de receita ou despesa na qual o item de *hedge* relacionado é relatado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, ou quando o *hedge* não atender mais aos critérios de *hedge* contábil ou ainda quando a entidade revogar a designação do *hedge* contábil, qualquer ganho ou perda acumulado existente em Resultado Abrangente Acumulado até este momento deve permanecer reconhecido separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou deixe de se esperar que ocorra, sendo reclassificada para o resultado neste momento. Porém, quando já não se espera que a transação prevista ocorra, qualquer ganho ou perda acumulado reconhecido em Resultado Abrangente Acumulado é imediatamente reconhecido no resultado.

Hedge de Investimento Líquido em Operação no Exterior

O *hedge* de um investimento líquido em operação no exterior, incluindo *hedge* de um item monetário que seja contabilizado como parte do investimento líquido, é contabilizado de forma similar ao *hedge* de fluxo de caixa:

- a) a parcela do ganho ou da perda sobre o instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* efetivo é reconhecida em Resultado Abrangente Acumulado;
- b) a parcela inefetiva é reconhecida no resultado do período.

O ganho ou a perda sobre o instrumento de *hedge* relacionado à parcela efetiva do *hedge* que tiver sido reconhecida em Resultado Abrangente Acumulado é reclassificado do Resultado Abrangente para o resultado do período na alienação da operação no exterior.

VI – Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

De acordo com a IAS 39, os ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda quando, no julgamento da Administração, eles podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado e não forem classificados como ativos financeiros ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis ou mantidos até o vencimento.

O custo médio é usado para determinar os ganhos e as perdas realizadas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos. Dividendos sobre ativos disponíveis para venda são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como Receita de Dividendos quando é provável que se estabeleça o direito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING de receber tais dividendos e ter entradas de benefícios econômicos.

VII – Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

De acordo com a IAS 39 os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento são ativos financeiros não-derivativos, que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a firme intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento.

Tanto a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros mantidos até o vencimento, quanto a reversão do montante dessa perda, são registradas, quando aplicável, na Demonstração Consolidada do Resultado.

VIII – Operações de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica uma operação de crédito como não performando se o pagamento do principal ou dos juros apresentar atraso de 60 dias ou mais. Neste caso, a apropriação de juros deixa de ser reconhecida.

Quando um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares está em situação de perda de seu valor recuperável e o valor contábil é reduzido por meio da constituição de provisão para créditos de

liquidação duvidosa, a receita de juros subsequentemente é reconhecida no valor contábil reduzido utilizando-se a taxa efetiva de juros para descontar os fluxos de caixa futuros a fim de mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A área de risco de crédito e área de finanças são responsáveis por definir as metodologias utilizadas para mensurar a provisão para perdas em operações de crédito e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão.

Estas áreas monitoram as tendências observadas na provisão para créditos de liquidação duvidosa por segmento, além de estabelecerem um entendimento inicial das variáveis que podem desencadear em mudanças na provisão, na PD (probabilidade de *default*) ou na LGD (perda dado o *default*).

Uma vez que as tendências são identificadas e uma avaliação inicial das variáveis é feita no nível corporativo, as áreas de negócios tornam-se responsáveis por aprofundar a análise dessas tendências em um nível detalhado e por segmento, por entender as razões relacionadas a estas tendências e decidir se serão necessárias mudanças em nossas políticas de crédito.

IX – Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (como Arrendador)

Quando ativos são objetos de um arrendamento mercantil financeiro, o valor presente dos pagamentos é reconhecido como recebível no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro.

Os custos diretos iniciais quando incorridos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais geralmente incluem comissões e honorários legais.

O reconhecimento da receita de juros reflete uma taxa de retorno constante sobre o investimento líquido do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e ocorre na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

X – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Geral

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia periodicamente a existência de qualquer evidência objetiva de que um crédito ou um grupo de créditos esteja deteriorado. Um crédito ou um grupo de créditos está deteriorado e existe a necessidade de reconhecer uma perda caso exista evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo (evento de perda) e se esse evento (ou eventos) de perda representar impacto que possa ser confiavelmente estimado nos fluxos de caixa futuros.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é uma provisão constituída para prováveis perdas inerentes à carteira na data do Balanço Patrimonial. A determinação do nível da provisão depende de diversas ponderações e premissas, inclusive das condições econômicas atuais, da composição da carteira de empréstimos, da experiência anterior com perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil e da avaliação do risco de crédito relacionada aos empréstimos individuais. Nosso processo para determinar a provisão para créditos de liquidação duvidosa adequada inclui o julgamento da Administração e o uso de estimativas. A adequação da provisão é analisada regularmente pela Administração.

O critério utilizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING para determinar a existência de evidência objetiva de perda inclui:

- Inadimplência nos pagamentos do principal ou juros;
- Dificuldades financeiras do devedor e outras evidências objetivas que resultem numa deterioração na posição financeira do devedor (por exemplo, índice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas ou outros indicadores capturados pelos sistemas utilizados para monitorar créditos, particularmente para carteiras do varejo);
- Violação de cláusulas ou termos de empréstimos;
- Início de processo de falência;
- Deterioração da posição competitiva do emissor.

O período estimado entre o evento de perda e sua identificação é definido pela Administração para cada carteira de créditos semelhantes identificada. Tendo em vista a representatividade dos diversos grupos homogêneos, a Administração optou por utilizar um período uniforme de 12 meses. Para as

carteiras de créditos avaliados individualmente por *impairment* utiliza-se um período máximo de 12 meses, considerando o ciclo de revisão de cada crédito.

Avaliação

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia primeiro a existência de evidência objetiva de perda alocada individualmente para créditos que sejam individualmente significativos ou coletivamente para créditos que não sejam individualmente significativos.

Para determinar o valor da provisão para créditos individualmente significativos com evidência objetiva de perda, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza metodologias que consideram a qualidade do cliente e também a natureza da transação, inclusive sua garantia, para estimar os fluxos de caixa esperados dessas operações de créditos.

Se não houver evidência objetiva de perda para um crédito individualmente avaliado, seja ele significativo ou não, este é incluído num grupo de créditos com características semelhantes de risco de crédito e avaliado coletivamente. Os créditos que são individualmente avaliados e para os quais há uma redução de seu valor recuperável por deterioração não são incluídos na avaliação coletiva. O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito que não tenham sido incorridas) descontado à taxa efetiva de juros original do crédito.

Para os créditos avaliados coletivamente, o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros para o qual exista uma garantia recebida reflete o desempenho histórico da execução e recuperação do valor justo, considerando os fluxos de caixa que serão gerados pela execução da garantia menos os custos para obter e vender tal garantia.

Para fins de avaliação coletiva da necessidade de constituição de provisão, os créditos são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito. Essas características são relevantes para estimar os fluxos de caixa futuros de tais créditos pelo fato de poderem ser um indicador de dificuldade do devedor em pagar os montantes devidos, de acordo com as condições contratuais do crédito que está sendo avaliado. Os fluxos de caixa futuros de grupo de créditos que sejam coletivamente avaliados para fins de identificação da necessidade de constituição de provisão são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais dos créditos do grupo e na experiência histórica de perda para créditos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada com base em informação disponível na data corrente observável para refletir os efeitos de condições correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada e para excluir os efeitos de condições no período histórico que não existem atualmente.

No caso dos créditos individualmente significativos sem evidência objetiva de perda, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica essas operações de crédito em certas categorias de rating com base em diversos fatores qualitativos e quantitativos aplicados por meio de modelos desenvolvidos internamente. Considerando o tamanho e as diferentes características de risco de cada contrato, a categoria de rating determinada de acordo com os modelos internos pode ser revisada e modificada pelo Comitê de Crédito Corporativo, cujos membros são executivos e especialistas em risco de crédito de grandes empresas. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima perdas inerentes a cada categoria considerando uma abordagem desenvolvida internamente para carteiras com baixa inadimplência, que utiliza a experiência histórica na construção de modelos internos que são usados tanto para estimar a PD (probabilidade de default) inadimplência quanto para estimar a LGD (perda dado o default).

Para determinar o valor da provisão dos créditos individualmente não significativos, essas operações são segregadas em classes, considerando os riscos relacionados e as características de cada grupo. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada para cada uma dessas classes por meio de um processo que considera a inadimplência histórica e a experiência de prejuízo em operações de crédito nos últimos anos.

Mensuração

A metodologia utilizada para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi desenvolvida pelas áreas de risco de crédito e de finanças no nível corporativo. Entre essas áreas, considerando as diferentes características das carteiras, áreas diferentes são responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para cada uma delas: Grandes Empresas (incluindo operações de crédito com evidência objetiva de perda e operações de crédito individualmente

significativas, mas sem evidência objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro, Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina. Cada uma das quatro áreas responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa é dividido em grupos: os que desenvolvem a metodologia e os que a validam. Um grupo centralizado na área de risco de crédito é responsável por mensurar a provisão em base recorrente, seguindo as metodologias desenvolvidas e aprovadas para cada uma das quatro áreas.

Essa metodologia está baseada em dois componentes para aferir o montante de provisão: a probabilidade de inadimplência da contraparte (PD) e o potencial de perda econômica que pode ocorrer em caso de inadimplência, sendo a dívida que não pode ser recuperada (LGD) que são aplicáveis aos saldos das operações de crédito em aberto. A mensuração e a avaliação desses componentes de risco fazem parte do processo de concessão de crédito e da gestão da carteira. Os montantes estimados de PD e de LGD são mensurados com base em modelos estatísticos, que consideram um número significativo de variáveis diferentes para cada classe, que incluem receitas, patrimônio líquido, histórico de empréstimos passados, nível de endividamento, setores econômicos que afetam a capacidade de recebimento, outros atributos de cada contraparte, ambiente econômico, entre outros. Esses modelos são atualizados regularmente por conta de mudanças nas condições econômicas e de negócios.

O processo de atualização de um modelo é iniciado quando a área de modelagem identifica que o mesmo não está capturando efeitos significativos nas mudanças das condições econômicas, no desempenho da carteira ou quando é feita alguma alteração na metodologia de apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Quando uma alteração de modelo é processada, o mesmo é validado por meio de back-testing, e são aplicados métodos estatísticos para mensurar a sua performance, por meio da análise detalhada de sua documentação, descrevendo passo a passo como o processo é executado. A validação dos modelos é realizada por uma área independente da área que o desenvolveu, que emite um parecer técnico sobre as premissas usadas (integridade, consistência e replicabilidade das bases) e sobre a metodologia matemática empregada. O parecer técnico posteriormente é submetido à CTAM (Comissão Técnica de Avaliação de Modelos), que é a instância máxima para aprovação das revisões dos modelos.

Considerando as diferentes características das operações de crédito em cada uma das áreas (Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro, Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina), áreas diferentes dentro da área de risco de crédito são responsáveis por desenvolver e aprovar as metodologias para operações de crédito em cada uma dessas quatro áreas. A Administração acredita que o fato de diferentes áreas focarem em cada uma das quatro carteiras resulta em maior conhecimento, especialização e conscientização das equipes quanto aos fatores que são mais relevantes para cada área na mensuração das perdas em operações de crédito. Também considerando essas diferentes características e outros fatores, dados e informações diferentes são utilizados para estimar a PD e a LGD, conforme detalhado a seguir:

- **Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda)** - Os fatores considerados e os dados utilizados são, principalmente, o histórico de relacionamento com o cliente, os resultados da análise das demonstrações contábeis da empresa e as informações obtidas por meio de contatos frequentes com seus diretores, objetivando o entendimento da estratégia e a qualidade de sua administração. Além disso, também são incluídos na análise os fatores setoriais e macroeconômicos. Todos esses fatores (que são quantitativos e qualitativos) são utilizados como informações para o modelo interno desenvolvido para determinar a categoria de *rating* correspondente. Essa abordagem é aplicada à carteira de crédito de grandes empresas no Brasil e no exterior.
- **Pessoas Físicas** – Os fatores considerados e as informações utilizadas são, principalmente, o histórico de relacionamento com o cliente e as informações disponíveis nos serviços de proteção ao crédito (informações negativas).
- **Micro, Pequenas e Médias Empresas** – Os fatores considerados e as informações utilizadas incluem além do histórico de relacionamento com o cliente e das informações dos serviços de proteção ao crédito sobre a empresa, a especialização do setor e as informações sobre seus acionistas e diretores, entre outros.
- **Unidades Externas América Latina** – Considerando o tamanho relativamente menor desta carteira e sua natureza mais recente, os modelos são mais simples e usam o *status* “vencido” e o *rating* interno do cliente como os principais fatores.

Reversão, Write-off e Renegociação

Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda (tais como a melhoria de *rating* de crédito do devedor) a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão é reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

Quando um empréstimo é incobrável, este é baixado do Balanço Patrimonial na rubrica Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa. Tais empréstimos são baixados 360 dias após apresentarem atraso nos pagamentos, ou em 540 dias, no caso de empréstimos com prazos remanescentes superiores a 36 meses.

Na quase totalidade dos casos exige-se pelo menos o pagamento de uma parcela nos termos pactuados para que operações renegociadas retornem para a condição de crédito normal. Os empréstimos renegociados retornam à condição de operação de crédito de curso anormal e tem a interrupção no reconhecimento da receita, quando o período de atraso alcança 60 dias após o vencimento sob os termos da renegociação, o que normalmente corresponde ao devedor deixar de realizar dois ou mais pagamentos.

e) Investimentos em Empresas Associadas e Entidades Controladas em Conjunto

I – Associadas

De acordo com a IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto (*Joint Ventures*), associadas são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em associadas e entidades controladas em conjunto inclui o ágio identificado na aquisição líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

II – Negócios em Conjunto

Até 1º de janeiro de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING consolidava proporcionalmente suas participações em entidades controladas em conjunto, conforme requerimentos da IAS 31 – Participações em Empreendimentos em Conjunto. A partir desta data, adotou a IFRS 11 – Negócios em Conjunto, alterando sua política contábil para participações em negócios em conjunto para o método de equivalência patrimonial.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avaliou a natureza de seus negócios em conjunto e concluiu que possui tanto operações em conjunto quanto *joint ventures*. Para as operações em conjunto não houve alteração do tratamento contábil. Já para as *joint ventures*, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adotou a nova política para participações em *joint ventures* de acordo com as determinações de transição da IFRS 11.

Os efeitos da adoção da IFRS 11, que originaram a alteração de política contábil, não geraram impactos significativos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

A participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING nos lucros ou prejuízos de suas associadas e entidades controladas em conjunto pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas correspondentes do patrimônio líquido de suas associadas e entidades controladas em conjunto é reconhecida em suas reservas do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em associadas e entidades controladas em conjunto, incluindo quaisquer outros recebíveis, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas associadas e entidades controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça

evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das associadas e entidades controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas o ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantiver influência significativa ou controle compartilhado, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em associadas e entidades controladas em conjunto, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

f) Compromissos de Arrendamento Mercantil (como Arrendatário)

Como arrendatário, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem contratos de arrendamento mercantil operacional e financeiro.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING arrenda certos bens do imobilizado e aqueles em que detém substancialmente os riscos e benefícios de sua propriedade são classificados como arrendamentos financeiros.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que dessa forma seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros futuros, são incluídas em Outros Passivos Financeiros. As despesas de juros são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

As despesas por operações de arrendamento operacional são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Quando um arrendamento operacional é terminado antes da expiração do período de arrendamento qualquer pagamento a ser efetuado ao arrendador sob a forma de multa é reconhecido como despesa no período em que a terminação ocorre.

g) Imobilizado

De acordo com a IAS 16 – Imobilizado, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas e demais detalhamentos são apresentadas na Nota 15.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados se apropriado ao final de cada período.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com a IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar a redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado nas rubricas Outras Receitas ou Despesas Gerais e Administrativas.

h) Ágio

De acordo com a IFRS 3 (R) – Combinações de Negócios, ágio é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado semestralmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável,

com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Conforme definido na IAS 36, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

A IAS 36 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base *pro rata* do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

Os ágios oriundos de aquisição de subsidiárias são apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Ágios.

Os ágios das associadas e entidades controladas em conjunto são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

i) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, incluem *softwares* e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provêm de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser medido confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundos do seu uso. O saldo de Ativos Intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados semestralmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia semestralmente seus Ativos Intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução ao valor recuperável. Se tais indicações forem identificadas, os Ativos Intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com a IAS 36, perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar a redução no valor recuperável os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa. A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Conforme previsto pela IAS 38 – Ativos Intangíveis, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING elegeu o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

A composição dos ativos intangíveis está descrita na Nota 16.

j) Bens Destinados à Venda

Os Bens Destinados à Venda são registrados no Balanço Patrimonial Consolidado quando ocorre sua efetiva apreensão ou intenção de venda. Estes ativos são contabilizados inicialmente pelo menor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda ou (ii) o valor contábil dos bens destinados à venda.

k) Imposto de Renda e Contribuição Social

Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais –

Impostos de Renda e Contribuição Social - Correntes e Obrigações Fiscais - Impostos de Renda e Contribuição Social - Correntes, respectivamente.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos no final de cada exercício. O benefício fiscal dos prejuízos fiscais a compensar é reconhecido como um ativo. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos e Obrigações Fiscais - Diferidas, respectivamente.

A Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado Abrangente Acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre *hedges* de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho / perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Despesas Gerais e Administrativas. O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram para efeito de cálculo as respectivas bases conforme a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são para todos os períodos apresentados:

	31/12/2016
Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social ^(*)	20,00%

() Em 06 de outubro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.169, conversão da Medida Provisória nº 675, que elevou a alíquota da Contribuição Social de 15,00% para 20,00% até 31 de dezembro de 2018 para instituições financeiras, seguradoras e administradoras de cartão de crédito. Para as demais empresas a alíquota continua 9,00%.*

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50% de probabilidade de ser realizado.

I) Contratos de Seguros e Previdência Privada

A IFRS 4 – Contratos de Seguro define contrato de seguro como um contrato em que o emissor aceita um risco de seguro significativo da contraparte concordando em compensá-lo se um evento futuro incerto específico afetá-lo adversamente. O risco de seguro é significativo se, e somente se, o evento segurado possa levar o emitente da apólice a pagar benefícios adicionais significativos em qualquer cenário, excluindo aqueles que não têm substância comercial. Os benefícios adicionais referem-se a montantes que excedem aqueles que seriam pagos se o evento segurado não ocorresse.

Quando da adoção inicial das IFRS, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING decidiu não alterar suas políticas contábeis para contratos de seguros, que seguem as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil (BRGAAP).

Os contratos de investimento com características de participação discricionária são instrumentos financeiros, tratados como contratos de seguro, conforme previsto pela IFRS 4, assim como aqueles que transferem risco financeiro significativo.

Esses contratos podem ser reclassificados como contratos de seguro após sua classificação inicial se o risco de seguro tornar-se significativo.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

A Nota 30 apresenta uma descrição detalhada dos produtos classificados como contratos de seguros.

Planos de Previdência Privada

Os contratos em que estão previstos benefícios de aposentadoria após o período de acumulação de capital (conhecidos como PGBL, VGBL e FGB) garantem, na data inicial do contrato, as bases para cálculo do benefício de aposentadoria (tábua de mortalidade e juros mínimos). Os contratos especificam as taxas de anuidade e, portanto, transferem o risco de seguro para a emitente no início, sendo classificados como contratos de seguros.

Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados pela emissão da apólice ou no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido. Os prêmios de seguros são contabilizados como receita na Demonstração Consolidada do Resultado.

Se há evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING constitui uma provisão suficiente para cobrir tal perda com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas há mais de 60 dias.

Resseguros

Os prêmios de resseguro são reconhecidos durante o mesmo período em que os prêmios de seguros relacionados são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

No curso normal dos negócios, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade que entende serem apropriados para cada segmento e produto (após um estudo que leva em consideração o tamanho, a experiência, as especificidades e o capital necessário para suportar esses limites). Esses contratos de resseguros permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador, embora não liberem o segurador da obrigação principal como segurador direto dos riscos objeto do resseguro.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos, com exceção das comissões pagas aos corretores e a outros, são lançados diretamente no resultado quando incorridos. Já as comissões são diferidas e lançadas proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo do correspondente contrato de seguro.

Passivos

As reservas para sinistros são estabelecidas com base na experiência histórica, sinistros em processo de pagamento, valores projetados de sinistros incorridos mas ainda não reportados e outros fatores relevantes aos níveis exigidos de reservas. Uma provisão para insuficiência de prêmios é reconhecida se o montante estimado de insuficiência de prêmios excede o custo diferido de aquisição. As despesas relacionadas ao reconhecimento dos passivos de contratos de seguros são registradas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Variações nas Provisões de Seguros e Previdência Privada.

Derivativos Embutidos

Não identificamos derivativos embutidos em nossos contratos de seguros que devam ser separados ou mensurados a valor justo de acordo com os requerimentos da IFRS 4.

Teste de Adequação do Passivo

A IFRS 4 requer que as companhias de seguro analisem a adequação de seus passivos de seguros a cada período de apresentação por meio de um teste mínimo de adequação. Realizou-se o teste de adequação dos passivos em IFRS utilizando-se premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço.

Caso a análise demonstre insuficiência, qualquer deficiência identificada será contabilizada imediatamente no resultado do período.

Os pressupostos utilizados para realizar o teste de adequação de passivo estão detalhados na Nota 30.

m) Planos de Capitalização

Para fins regulatórios, no Brasil, os planos de capitalização são regulados pelo mesmo órgão que regula o mercado segurador, estes planos não atendem à definição de contrato de seguro segundo a IFRS 4 e, portanto, foram classificados como um passivo financeiro pelo custo amortizado segundo a IAS 39.

A receita dos planos de capitalização é reconhecida durante o período do contrato e mensurada pela diferença entre o valor depositado pelo cliente e o valor que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a obrigação de reembolsar.

n) Benefícios Pós Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é obrigado a fazer contribuições para a previdência social pública e plano de indenizações trabalhistas, no Brasil e em outros países onde opera, que são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado como parte integrante de Despesas Gerais e Administrativas, quando incorridas.

Adicionalmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING também patrocina Planos de Benefícios Definidos e Planos de Contribuição Definida, contabilizados de acordo com a IAS 19 – Benefícios aos Empregados.

Planos de Pensão – Planos de Benefício Definido

O passivo (ou ativo, conforme o caso) reconhecido no Balanço Patrimonial Consolidado referente aos planos de benefício definido corresponde ao valor presente das obrigações de benefício definido na data menos o valor justo dos ativos do plano. O valor presente das obrigações de benefício definido é determinado descontando-se o valor estimado de fluxos futuros de caixa de pagamentos de benefícios com base em taxas de títulos de longo prazo emitidos pelo tesouro brasileiro denominados em Reais e com prazo de vencimento aproximado ao do passivo do plano de pensão. São reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado:

- Custo de serviço corrente - é o aumento no valor presente das obrigações resultantes de serviços de funcionários no período corrente;
- Juros sobre o valor líquido de ativo (passivo) de plano de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido reconhecido no ativo e no passivo, resultante da passagem do tempo, que compreende a receita de juros sobre ativos do plano, custo de juros sobre a obrigação de plano de benefício definido e juros sobre o efeito do limite do ativo (*asset ceiling*).

Os ganhos e perdas atuariais resultantes da não aderência das premissas estabelecidas na última avaliação em relação ao efetivamente realizado, ou mudanças em tais premissas, são reconhecidos integralmente em Outros Resultados Abrangentes.

Planos de Pensão - Contribuição Definida

Para os Planos de Contribuição Definida, as contribuições aos planos efetuadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING por meio de fundos previdenciais, são reconhecidas como despesa, quando devidas.

Outras Obrigações Pós-Emprego

Algumas das empresas adquiridas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING ao longo dos últimos anos patrocinavam planos de benefício de assistência médica pós-aposentadoria e o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está comprometido pelos contratos de aquisição a manter tais benefícios por um período específico, assim como em relação aos benefícios concedidos por decisão judicial.

Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados, sendo que os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego e os ganhos e perdas decorrentes de ajuste de práticas e mudanças de premissas atuariais são reconhecidos no Patrimônio Líquido, em Outros Resultados Abrangentes, no período em que ocorrem.

o) Pagamento Baseado em Ações

Os pagamentos baseados em ações são contabilizados de acordo com a IFRS 2 – Pagamento Baseado em Ações que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados, com base no valor justo dos mesmos na data de outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência, que não de mercado, estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas, baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na Demonstração Consolidada do Resultado, com um ajuste correspondente ao Patrimônio Líquido.

Quando as opções são exercidas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING geralmente entrega ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de apreçamento de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações.

p) Garantias Financeiras

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconhece no Balanço Patrimonial Consolidado como uma obrigação na rubrica Outros Passivos, na data de sua emissão, o valor justo das garantias emitidas. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Esse valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida e reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receitas de Prestação de Serviços.

Após a emissão, se com base na melhor estimativa, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING concluir que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor.

q) Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes são avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com a IAS 37. Ativos contingentes e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, exceto quando a Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING entende que sua realização é praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e são classificadas como:

- **Prováveis:** para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Provisões;
- **Possíveis:** as quais são divulgadas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, não sendo nenhuma provisão registrada;
- **Remotas:** as quais não requerem provisão e nem divulgação.

Os passivos contingentes registrados como Provisões e os divulgados como possíveis são quantificados pela melhor estimativa, utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme os critérios detalhados na Nota 32.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

Os passivos contingentes garantidos por cláusulas de indenização estabelecidas por terceiros, por exemplo, em combinações de negócios consumados antes da data de transição, são reconhecidos quando uma demanda é feita, e um valor a receber é reconhecido simultaneamente, quando o pagamento for considerado provável. Para as combinações de negócios consumados após a data de transição, os ativos de indenização são reconhecidos ao mesmo tempo e mensurados na mesma base do item indenizado, sujeitos à possibilidade de recebimento ou às limitações contratuais do valor indenizado.

r) Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no Patrimônio Líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no Patrimônio Líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

s) Ações em Tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em Tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Pagamento Baseado em Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria, mensuradas pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento no Capital Adicional Integralizado. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas Ações em Tesouraria contra Reservas Integralizadas, pelo preço médio das Ações em Tesouraria na data do cancelamento.

t) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas como uma redução do Patrimônio Líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração Consolidada do Resultado.

Os dividendos foram e continuam sendo calculados e pagos de acordo com as Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com as normas contábeis brasileiras e regulamentações para instituições financeiras e não com base nas Demonstrações Contábeis Consolidadas preparadas em IFRS.

As informações de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio estão apresentadas na Nota 21.

u) Lucro por Ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do Lucro Líquido atribuído aos controladores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING outorga opções de ações cujo efeito de diluição está refletido no lucro por ação diluído com a aplicação do “método das ações em tesouraria”. Segundo esse método, o lucro por ação é calculado como se todas as opções tivessem sido exercidas e como se os recursos recebidos tivessem sido utilizados para adquirir as próprias ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

As informações de Lucro por Ação estão apresentadas na Nota 28.

v) Receita de Prestação de Serviços

Os serviços relacionados à conta corrente são oferecidos aos clientes em pacotes e individualmente e suas receitas são reconhecidas quando tais serviços são prestados.

As receitas de determinados serviços, como taxas de administração de fundos, de desempenho, de cobrança para clientes atacado e de custódia, são reconhecidas ao longo da vida dos respectivos contratos de forma linear.

A composição da Receita de Prestação de Serviços está detalhada na Nota 24.

w) Informações por Segmento

As informações por segmento são divulgadas de maneira consistente com o relatório interno elaborado para o Comitê Executivo, que é o tomador de decisões operacionais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING conta com três segmentos de reporte: (i) Banco de Varejo, (ii) Banco de Atacado e (iii) Atividade com Mercado + Corporação.

As Informações por Segmento estão apresentadas na Nota 34.

Nota 3 – Desenvolvimento de Negócios

Gestora de Inteligência de Crédito (GIC)

Em 21 de janeiro de 2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Itaú Unibanco S.A., assinou um Memorando de Entendimentos não vinculante com o Banco Bradesco S.A., o Banco do Brasil S.A., o Banco Santander S.A. e a Caixa Econômica Federal, visando à criação de uma gestora de inteligência de crédito (GIC) que possibilitará maior eficiência na gestão e concessão de linhas de crédito numa perspectiva de médio e longo prazos.

A GIC será estruturada como uma sociedade anônima e seu controle será compartilhado entre as partes, sendo que cada uma delas deterá 20% de seu capital social.

A criação da GIC está sujeita à celebração de contratos definitivos entre as partes, bem como ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação das autoridades regulatórias competentes. A operação foi aprovada pelo CADE no dia 9 de novembro de 2016.

Banco Itaú BMG Consignado S.A.

Em 29 de setembro de 2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio da sua subsidiária Itaú Unibanco S.A. (Itaú Unibanco), assinou contrato de compra e venda com o Banco BMG S.A. (BMG) para aquisição de 40% de participação no capital social do Banco Itaú BMG Consignado S.A. (Itaú BMG Consignado), correspondente à totalidade da participação detida pelo BMG no Itaú BMG Consignado, passando a deter 100% do capital social do Itaú BMG Consignado, pelo montante de R\$ 1.460.

O Itaú Unibanco e o BMG manterão uma associação por meio da celebração de um novo acordo comercial para distribuição de empréstimos consignados do Itaú BMG Consignado e de suas afiliadas, com exclusividade, em determinados canais de distribuição vinculados ao BMG e a suas afiliadas.

Após o cumprimento das condições precedentes e aprovação das autoridades regulatórias competentes, o fechamento da operação ocorreu em 28 de Dezembro de 2016.

Atualmente, o Itaú BMG Consignado é controlado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e, portanto, esta aquisição não acarretou efeito em seus resultados no reconhecimento inicial.

ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.

Em 21 de outubro de 2015, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Redecard S.A. (Rede), assinou compromisso de compra e venda de ações com a Odebrecht Transport S.A. para aquisição de 50% do capital social da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (ConectCar) pelo montante de R\$ 170.

A ConectCar, localizada na cidade de Barueri-São Paulo, é uma instituidora de arranjos de pagamentos próprios e prestadora de serviços de intermediação de pagamento automático de pedágios, combustíveis e estacionamento, que posiciona-se como a segunda maior empresa do setor e opera atualmente em 12 estados e no Distrito Federal. Foi criada em 2012 como resultado de uma parceria entre a Odebrecht Transport S.A. e a Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., empresa controlada pela Ultrapar Participações S.A., que atualmente detém os 50% remanescentes do capital social da ConectCar.

Após o cumprimento das condições precedentes e aprovação das autoridades regulatórias competentes, o fechamento da operação ocorreu em 29 de janeiro de 2016. A participação adquirida é avaliada pelo Método de Equivalência Patrimonial (Nota 2.4e II).

A aquisição não acarretou efeitos contábeis nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING no reconhecimento inicial.

Recovery do Brasil Consultoria S.A.

Em 31 de dezembro de 2015, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Itaú Unibanco S.A., assinou contrato de compra e venda e outras avenças com o Banco BTG Pactual S.A. (BTG) para aquisição de 81,94% de participação no capital social da Recovery do Brasil Consultoria S.A. (Recovery), correspondente à totalidade da participação do BTG na Recovery, pelo montante de R\$ 640.

Na mesma operação, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING acordou a aquisição de aproximadamente 70% do portfólio de R\$ 38 bilhões em direitos creditórios relacionados às atividades de recuperação de carteiras de titularidade do BTG, pelo montante de R\$ 570.

Fundada em 2000 na Argentina e presente no Brasil desde 2006, a Recovery é líder de mercado na gestão e administração de portfólios de créditos em atraso. As atividades da Recovery consistem na prospecção e avaliação de portfólios, estruturação de operações e gestão operacional, atuando em todos os segmentos, desde pessoas físicas até créditos corporativos, com instituições financeiras e não financeiras, e oferecendo um diferencial competitivo aos seus clientes.

Após o cumprimento de determinadas condições suspensivas e aprovação dos reguladores, o fechamento da operação ocorreu em 31 de março de 2016.

A aquisição não acarretou efeitos contábeis nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING no reconhecimento inicial.

Em 07 de julho de 2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Itaú Unibanco S.A., adquiriu da International Finance Corporation, participação adicional de 6,92% pelo montante de R\$ 59, passando a deter 96% do capital social da Recovery.

Itaú CorpBanca

Em 29 de janeiro de 2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Banco Itaú Chile S.A. (BIC), assinou acordo (*Transaction Agreement*) com o CorpBanca e seus acionistas controladores (Corp Group), estabelecendo os termos e condições da união das operações do BIC e do CorpBanca no Chile e nas demais jurisdições em que o CorpBanca atua.

O CorpBanca é um banco comercial com sede no Chile e que também atua na Colômbia e no Panamá, focado em pessoas físicas e grandes e médias empresas. Em 2015, de acordo com a Superintendência Chilena de Bancos, foi um dos maiores bancos privados do Chile em termos de tamanho total de sua carteira de crédito, com *market share* de 7,1%.

Esse acordo representa um importante passo no processo de internacionalização do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Foram obtidas as aprovações da fusão pelos acionistas do CorpBanca e do BIC e por todas as autoridades regulatórias competentes no Chile, Brasil, Colômbia e Panamá. E, conforme previsão do aditamento ao *Transaction Agreement*, celebrado em 02 de junho de 2015, as partes fecharam a operação em 1º de abril de 2016, quando apresentaram condições plenas para o processo de reorganização societária.

A operação foi concretizada por meio de:

- i. Aumento de capital do BIC no valor de R\$ 2.309 concluído em 22 de março de 2016;
- ii. Incorporação do BIC pelo CorpBanca, com o cancelamento das ações do BIC e a emissão de novas ações pelo CorpBanca, na proporção de 80.240 ações do CorpBanca para cada 1 ação do BIC, de forma que as participações no banco resultante da incorporação, denominado Itaú CorpBanca, sejam de 33,58% para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e de 33,13% para o Corp Group.

A seguinte estrutura societária foi formada como resultado da transação:

Participação Acionária	
ITAÚ UNIBANCO HOLDING	33,58%
Corp Group	33,13%
Outros Acionistas não Controladores	33,29%

O Itaú CorpBanca passou a ser controlado a partir de 1º de abril de 2016 pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Nessa mesma data, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING assinou um acordo de acionistas com o Corp Group, o qual prevê, entre outros, o direito de o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e o Corp Group indicarem membros do conselho de administração do Itaú CorpBanca de acordo com suas participações no capital social, sendo que tais acionistas, em conjunto, terão o direito de indicar a maioria dos membros do conselho de administração do Itaú CorpBanca e o ITAÚ UNIBANCO HOLDING terá o direito de indicar a maioria dos

membros eleitos por tal bloco. Exceto por algumas matérias estratégicas do Itaú CorpBanca, sobre as quais o Corp Group tem direito de veto, os membros do conselho de administração indicados pelo Corp Group deverão votar de acordo com as recomendações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O valor justo da contraprestação transferida pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING por sua participação no Itaú CorpBanca foi de R\$ 10.517, utilizando como base a cotação das ações do CorpBanca na Bolsa de Santiago.

A contraprestação transferida resultou em um ágio por expectativa de rentabilidade futura de R\$ 6.928. Adicionalmente, no Brasil, foi gerado um ágio de R\$ 692 pela diferença entre o valor patrimonial do BIC e o valor patrimonial do Itaú CorpBanca resultante da fusão. Estes valores não serão deduzidos para fins fiscais, a menos que haja alienação ou incorporação do investimento.

A tabela abaixo resume os principais ativos e passivos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição:

CORPBANCA

Ativo	01/04/2016
Disponibilidades	5.869
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.712
Aplicações no Mercado Aberto	186
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	5.684
Derivativos	6.628
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	7.164
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	236
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, Líquido	75.222
Outros Ativos Financeiros	3.018
Ágio	888
Imobilizado, Líquido	494
Ativos Intangíveis, Líquido	2.603
Ativos Fiscais	1.413
Bens Destinados à Venda	2
Outros Ativos	1.257
Total do Ativo	114.376
Passivo e Patrimônio Líquido	01/04/2016
Depósitos	68.387
Captações no Mercado Aberto	4.052
Derivativos	5.749
Recursos de Mercados Interbancários	6.429
Recursos de Mercados Institucionais	17.025
Outros Passivos Financeiros	1.583
Provisões	140
Obrigações Fiscais	1.341
Outros Passivos	2.619
Total do Passivo	107.325
Ativos Líquidos	7.051
Participação dos acionistas não controladores	1.515
Ativos Líquidos Assumidos	5.536
Ajuste a Valor Justo dos Ativos Líquidos Assumidos	(1.946)
Ativos Líquidos Assumidos a Valor Justo	3.590

Até um ano após a data de aquisição, serão realizados ajustes nos valores apresentados para refletir qualquer nova informação obtida sobre fatos existentes no fechamento da operação, conforme previsão da IFRS 3 – Combinação de Negócios.

Não foram registrados passivos contingentes em decorrência da aquisição.

Adicionalmente, em 26 de outubro de 2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária ITB Holding Brasil Participações Ltda., adquiriu indiretamente 10.908.002.836 ações do Itaú CorpBanca, pelo valor de R\$ 288,1.

A possibilidade de ocorrência de referida aquisição estava prevista no acordo de acionistas do Itaú CorpBanca celebrado, entre ITAÚ UNIBANCO HOLDING e Corp Group e afiliadas, em 1º de abril de 2016. Com isso, a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING no Itaú Corp Banca passa de aproximadamente 33,58% para 35,71%, sem alterações na governança do Itaú CorpBanca.

Essa operação foi implementada por meio da aquisição de 100% do capital social de uma sociedade denominada CGB II SpA que atualmente detém as ações do Itaú CorpBanca. Todas as aprovações regulatórias necessárias foram obtidas em outubro de 2016.

As aquisições não acarretaram efeitos contábeis no lucro líquido do ITAÚ UNIBANCO HOLDING no reconhecimento inicial.

MaxiPago

Em 03 de setembro de 2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Redecard S.A. (Rede) assinou contrato de compra e venda de ações com os controladores da MaxiPago Serviços de Internet S.A. (MaxiPago), uma empresa de *gateway* – dispositivos de interconexões de rede de pagamento eletrônico móvel.

Na mesma data houve a subscrição e integralização de 19.336 ações (33,33%) e aquisição de 24.174 ações (41,67%), fazendo com que a Rede seja detentora de 43.510 ações ordinárias, que representa 75% do capital social total e votante da MaxiPago.

Após o cumprimento das condições precedentes e aprovação das autoridades regulatórias competentes, o fechamento da operação ocorreu em 08 de Janeiro de 2015.

O diferencial entre o valor pago e os ativos líquidos a valor justo resultou no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura.

Preço de Compra	15
(-) Valor Justo dos Ativos e Passivos Identificados	(4)
(=) Ágio	11

No 2º semestre de 2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Rede, aumentou capital da MaxiPago em 21,98% e adquiriu participações adicionais no total de 3,02%, pelo montante de R\$ 2, passando a deter 100% do capital da MaxiPago.

Nota 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa é composto pelos seguintes itens:

	31/12/2016	31/12/2015
Disponibilidades	18.542	18.544
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	13.358	22.022
Aplicações no Mercado Aberto	64.219	51.083
Total	96.119	91.649

Os valores referentes a Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto não equivalentes de caixa são de R\$ 9.334 (R\$ 8.503 em 31/12/2015) e R\$ 200.832 (R\$ 203.321 em 31/12/2015), respectivamente.

Nota 5 - Depósitos Compulsórios no Banco Central

	31/12/2016	31/12/2015
Não Remunerados	3.002	3.790
Remunerados	82.698	62.766
Total	85.700	66.556

Nota 6 - Aplicação em Depósitos Interfinanceiros e no Mercado Aberto

	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	21.503	1.189	22.692	29.769	756	30.525
Aplicações no Mercado Aberto ^(*)	264.740	311	265.051	254.404	-	254.404
Total	286.243	1.500	287.743	284.173	756	284.929

(*) O montante de R\$ 4.329 (R\$ 9.461 em 31/12/2015) está dado em garantia de operações na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e BACEN e R\$ 178.070 (R\$ 152.551 em 31/12/2015) em garantia de operações com compromisso de recompra, em conformidade com as políticas descritas na Nota 2.4d.

Nota 7 - Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Designados a Valor Justo Através do Resultado

a) Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação contabilizados pelo seu valor justo são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2016			31/12/2015		
	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos no Resultado	Valor Justo	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos no Resultado	Valor Justo
Fundos de Investimento	1.170	3	1.173	1.110	(59)	1.051
Títulos Públicos do Governo Brasileiro ^(1a)	159.602	422	160.024	117.848	(795)	117.053
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro ^(1b)	5.275	50	5.325	4.672	(241)	4.431
Títulos Públicos - Outros Países ^(1c)	3.714	21	3.735	1.140	9	1.149
Argentina	634	17	651	682	14	696
Chile	126	1	127	36	-	36
Colômbia	2.666	3	2.669	77	(5)	72
Estados Unidos	78	-	78	132	-	132
México	6	-	6	3	-	3
Paraguai	88	-	88	68	-	68
Uruguai	32	-	32	40	-	40
Outros	84	-	84	102	-	102
Títulos de Dívida de Empresas ^(1d)	34.425	(34)	34.391	40.659	(32)	40.627
Ações Negociáveis	2.598	(107)	2.491	2.231	(70)	2.161
Certificado de Depósito Bancário	1.824	-	1.824	2.583	-	2.583
Debêntures	3.129	61	3.190	4.460	62	4.522
<i>Euro Bonds</i> e Assemelhados	654	8	662	1.015	(24)	991
Letras Financeiras	25.893	-	25.893	30.367	-	30.367
Outros	327	4	331	3	-	3
Total ⁽²⁾	204.186	462	204.648	165.429	(1.118)	164.311

(1) Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram: a) R\$ 7.696 (R\$ 7.384 em 31/12/2015), b) R\$ 4.045 (R\$ 3.541 em 31/12/2015), c) 1.183 (R\$ 68 em 31/12/2015) e d) R\$ 26 (R\$ 15 em 31/12/2015), totalizando R\$ 12.950 (R\$ 11.008 em 31/12/2015);

(2) No período, não foram realizadas reclassificações de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação para outras categorias de ativos financeiros.

O custo e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros Mantidos para Negociação foram os seguintes:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Circulante	34.302	34.206	36.045	35.934
Sem vencimento	3.356	3.206	3.341	3.212
Até um ano	30.946	31.000	32.704	32.722
Não Circulante	169.884	170.442	129.384	128.377
De um a cinco anos	117.748	118.050	57.923	57.700
De cinco a dez anos	42.135	42.284	66.148	65.437
Após dez anos	10.001	10.108	5.313	5.240
Total	204.186	204.648	165.429	164.311

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação incluem ativos de fundos exclusivos de propriedade da Itaú Vida e Previdência S.A., com um valor justo de R\$ 142.081 (R\$ 117.128 em 31/12/2015). O retorno de tais ativos (positivo ou negativo) é transferido na sua totalidade para clientes de planos PGBL e VGBL, cujas contribuições (líquidas de taxas) são usadas por nossa subsidiária para comprar cotas de tais fundos de investimento.

b) Os Ativos Financeiros designados a Valor Justo através do resultado são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2016		
	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos no Resultado	Valor Justo
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	1.183	8	1.191
Total	1.183	8	1.191

	31/12/2015		
	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos no Resultado	Valor Justo
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	493	13	506
Títulos Públicos - Outros Países	143	(7)	136
Total	636	6	642

O custo e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros designados a Valor Justo através do resultado foram os seguintes:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Circulante	1.183	1.191	-	-
Até um ano	1.183	1.191	-	-
Não Circulante	-	-	636	642
De um a cinco anos	-	-	636	642

Nota 8 – Derivativos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING negocia instrumentos financeiros derivativos com diversas contrapartes para administrar suas exposições globais e para auxiliar seus clientes a administrar suas próprias exposições.

Futuros - Contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias ou instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender mercadorias (principalmente ouro, café e suco de laranja) em uma data futura, por um preço contratado, que são liquidados em dinheiro. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços.

Termo - Contratos a termo de juros são contratos para efetuar troca de pagamentos em uma data futura especificada, com base na flutuação em mercado da taxa de juros entre a data da negociação e a data da liquidação do contrato. Contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda de um país pela de outro, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada. Contratos a termo de instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço contratado e são liquidados em dinheiro.

Swaps - Contratos de swaps de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes cada uma delas em moeda diferente) aplicado sobre um valor referencial de principal. Os contratos de *swap* apresentados na tabela abaixo em Outros correspondem, principalmente, a contratos de *swaps* de índices de inflação.

Opções - Contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender um instrumento financeiro dentro de um prazo limitado inclusive um fluxo de juros, moedas estrangeiras, mercadorias ou instrumentos financeiros, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

Derivativos de Crédito - São instrumentos financeiros cujo valor deriva do risco de crédito associado à dívida emitida por um terceiro (entidade de referência) e permite que uma entidade (comprador da proteção) transfira esse risco a uma contraparte (vendedor da proteção). O vendedor da proteção é obrigado a realizar pagamentos com base no contrato quando a entidade de referência sofrer um evento de crédito, tal como falência, inadimplência ou reestruturação da dívida. O vendedor da proteção recebe um prêmio pela proteção, mas por outro lado recebe o risco de que o instrumento subjacente referenciado no contrato sofra um evento de crédito e tenha que fazer um pagamento ao comprador da proteção que pode chegar ao valor referencial do derivativo de crédito.

O valor total das margens dadas em garantia pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING era de R\$ 12.246 (R\$ 7.757 em 31/12/2015) e estava basicamente composto por títulos públicos.

A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

	Conta de Compensação Valor Referencial	Valor Patrimonial a Receber / (Recebido) (A Pagar) / Pago	Ajustes ao Valor Justo (Resultado / Patrimônio Líquido)	Valor Justo
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016
Contratos de Futuros	666.927	61	66	127
Compromissos de Compra	200.752	(237)	86	(151)
<i>Commodities</i>	147	-	-	-
Índices	47.295	(213)	3	(210)
Mercado Interfinanceiro	109.649	1	-	1
Moeda Estrangeira	31.141	(25)	83	58
Títulos	12.520	-	-	-
Compromissos de Venda	466.175	298	(20)	278
<i>Commodities</i>	284	-	-	-
Índices	169.930	306	(1)	305
Mercado Interfinanceiro	213.991	(11)	1	(10)
Moeda Estrangeira	70.719	3	(22)	(19)
Prefixados	941	-	2	2
Títulos	10.275	-	-	-
Outros	35	-	-	-
Contratos de Swaps		(4.446)	1.767	(2.679)
Posição Ativa	471.221	6.602	3.940	10.542
<i>Commodities</i>	5	-	-	-
Índices	196.505	794	456	1.250
Mercado Interfinanceiro	47.210	1.897	7	1.904
Moeda Estrangeira	13.582	1.136	(1)	1.135
Pós-Fixados	38.262	(21)	1.471	1.450
Prefixados	175.609	2.795	2.007	4.802
Títulos	12	-	-	-
Outros	36	1	-	1
Posição Passiva	475.667	(11.048)	(2.173)	(13.221)
<i>Commodities</i>	131	-	-	-
Índices	147.560	(2.729)	(2.115)	(4.844)
Mercado Interfinanceiro	36.554	(328)	(68)	(396)
Moeda Estrangeira	21.156	(915)	17	(898)
Pós-Fixados	36.438	(140)	(1.204)	(1.344)
Prefixados	233.780	(6.926)	1.195	(5.731)
Títulos	20	(10)	2	(8)
Outros	28	-	-	-
Contratos de Opções	583.527	(2.108)	2.348	240
De Compra - Posição Comprada	163.069	1.490	(625)	865
<i>Commodities</i>	404	16	1	17
Índices	99.978	111	(8)	103
Mercado Interfinanceiro	1.247	1	20	21
Moeda Estrangeira	45.106	1.205	(835)	370
Prefixados	11	-	-	-
Títulos	16.254	150	187	337
Outros	69	7	10	17
De Venda - Posição Comprada	142.234	1.713	2.214	3.927
<i>Commodities</i>	162	4	5	9
Índices	92.088	106	(9)	97
Mercado Interfinanceiro	7.533	6	(2)	4
Moeda Estrangeira	33.078	1.348	2.101	3.449
Prefixados	145	6	(3)	3
Títulos	9.211	243	122	365
Outros	17	-	-	-
De Compra - Posição Vendida	129.392	(2.674)	1.721	(953)
<i>Commodities</i>	239	(3)	(8)	(11)
Índices	83.283	(161)	29	(132)
Mercado Interfinanceiro	95	-	-	-
Moeda Estrangeira	39.900	(2.447)	1.875	(572)
Prefixados	94	(1)	-	(1)
Títulos	5.599	(54)	(166)	(220)
Outros	182	(8)	(9)	(17)
De Venda - Posição Vendida	148.832	(2.637)	(962)	(3.599)
<i>Commodities</i>	268	(17)	(3)	(20)
Índices	104.268	(137)	51	(86)
Mercado Interfinanceiro	3.438	(10)	2	(8)
Moeda Estrangeira	34.132	(2.258)	(884)	(3.142)
Prefixados	28	(1)	-	(1)
Títulos	6.681	(214)	(128)	(342)
Outros	17	-	-	-

	Conta de Compensação Valor Referencial	Valor Patrimonial a Receber / (Recebido) (A Pagar) / Pago	Ajustes ao Valor Justo (Resultado / Patrimônio Líquido)	Valor Justo
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016
Contratos a Termo	13.429	1.446	(5)	1.441
Compras a Receber	1.186	1.240	(5)	1.235
Pós-Fixados	546	545	1	546
Prefixados	395	450	-	450
Títulos	245	245	(6)	239
Obrigações por Compra a Pagar	-	(971)	-	(971)
Pós-Fixados	-	(545)	-	(545)
Prefixados	-	(421)	-	(421)
Títulos	-	(5)	-	(5)
Vendas a Receber	8.139	3.734	2	3.736
Mercado Interfinanceiro	4.396	8	-	8
Pós-Fixados	300	300	-	300
Prefixados	2.250	2.257	-	2.257
Títulos	1.193	1.169	2	1.171
Obrigações por Venda a Entregar	4.104	(2.557)	(2)	(2.559)
Mercado Interfinanceiro	4.104	-	(2)	(2)
Pós-Fixados	-	(300)	-	(300)
Prefixados	-	(2.257)	-	(2.257)
Derivativos de Crédito	12.100	-	34	34
Posição Ativa	5.306	190	(9)	181
Moeda Estrangeira	3.876	188	(56)	132
Prefixados	114	-	2	2
Títulos	1.161	2	41	43
Outros	155	-	4	4
Posição Passiva	6.794	(190)	43	(147)
Moeda Estrangeira	5.487	(189)	70	(119)
Prefixados	33	(1)	-	(1)
Títulos	974	-	(21)	(21)
Outros	300	-	(6)	(6)
Forwards	250.775	472	162	634
Posição Ativa	134.049	3.283	176	3.459
Commodities	206	18	1	19
Índices	148	9	-	9
Moeda Estrangeira	133.693	3.256	175	3.431
Títulos	2	-	-	-
Posição Passiva	116.726	(2.811)	(14)	(2.825)
Commodities	244	(27)	2	(25)
Índices	27	-	-	-
Moeda Estrangeira	116.437	(2.784)	(16)	(2.800)
Títulos	18	-	-	-
Verificação de Swap	1.493	(326)	61	(265)
Posição Ativa - Moeda Estrangeira	923	18	70	88
Posição Passiva - Mercado Interfinanceiro	570	(344)	(9)	(353)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	4.217	45	(44)	1
Posição Ativa	2.569	48	23	71
Moeda Estrangeira	148	(3)	8	5
Prefixados	1.174	48	(5)	43
Títulos	940	3	14	17
Outros	307	-	6	6
Posição Passiva	1.648	(3)	(67)	(70)
Commodities	2	-	-	-
Moeda Estrangeira	84	-	(32)	(32)
Prefixados	81	(1)	(1)	(2)
Títulos	1.317	(2)	(30)	(32)
Outros	164	-	(4)	(4)
	Ativo	18.379	5.852	24.231
	Passivo	(23.235)	(1.463)	(24.698)
	Total	(4.856)	4.389	(467)

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação - Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/12/2016
Contrato de Futuros	184.309	221.487	50.749	210.382	666.927
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	17.588	67.405	50.000	329.626	464.619
Contratos de Opções	191.242	191.998	175.220	25.067	583.527
Contratos a Termo	9.197	4.230	2	-	13.429
Derivativos de Crédito	-	1.233	1.098	9.769	12.100
Forwards	63.764	124.695	42.700	19.616	250.775
Verificação de Swap	-	180	913	400	1.493
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	32	579	418	3.188	4.217

A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

	Conta de Compensação Valor Referencial	Valor Patrimonial a Receber / (Recebido) (A Pagar) / Pago	Ajustes ao Valor Justo (Resultado / Patrimônio Líquido)	Valor Justo
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015
Contratos de Futuros	589.451	(71)	600	529
Compromissos de Compra	189.037	702	624	1.326
<i>Commodities</i>	316	-	-	-
Índices	60.485	702	(6)	696
Mercado Interfinanceiro	88.411	(40)	1	(39)
Moeda Estrangeira	34.228	40	629	669
Títulos	5.508	-	-	-
Outros	89	-	-	-
Compromissos de Venda	400.414	(773)	(24)	(797)
<i>Commodities</i>	158	-	-	-
Índices	73.466	(754)	8	(746)
Mercado Interfinanceiro	190.855	60	-	60
Moeda Estrangeira	129.357	(79)	(32)	(111)
Títulos	6.260	-	-	-
Outros	318	-	-	-
Contratos de Swaps		(8.848)	1.664	(7.184)
Posição Ativa	327.834	4.764	4.383	9.147
<i>Commodities</i>	4	-	-	-
Índices	134.426	(18)	1.050	1.032
Mercado Interfinanceiro	60.888	426	818	1.244
Moeda Estrangeira	14.668	3.068	1.234	4.302
Pós-Fixados	11.491	377	143	520
Prefixados	106.316	911	1.138	2.049
Títulos	25	-	-	-
Outros	16	-	-	-
Posição Passiva	336.682	(13.612)	(2.719)	(16.331)
<i>Commodities</i>	15	-	-	-
Índices	100.826	(2.316)	(311)	(2.627)
Mercado Interfinanceiro	37.889	(233)	(1.167)	(1.400)
Moeda Estrangeira	33.944	(6.084)	(756)	(6.840)
Pós-Fixados	11.195	(155)	(560)	(715)
Prefixados	152.593	(4.795)	70	(4.725)
Títulos	64	(29)	5	(24)
Outros	156	-	-	-
Contratos de Opções	285.405	136	(336)	(200)
De Compra - Posição Comprada	61.880	2.288	1.661	3.949
<i>Commodities</i>	481	25	(11)	14
Índices	5.505	66	(25)	41
Mercado Interfinanceiro	5.116	15	6	21
Moeda Estrangeira	44.802	2.073	1.474	3.547
Prefixados	6	-	-	-
Títulos	5.872	101	208	309
Outros	98	8	9	17
De Venda - Posição Comprada	85.099	1.481	153	1.634
<i>Commodities</i>	159	9	12	21
Índices	27.824	133	16	149
Mercado Interfinanceiro	12.347	16	(16)	-
Moeda Estrangeira	36.526	1.024	(557)	467
Prefixados	179	8	(1)	7
Títulos	8.015	291	698	989
Outros	49	-	1	1
De Compra - Posição Vendida	58.929	(2.020)	(2.141)	(4.161)
<i>Commodities</i>	249	(6)	-	(6)
Índices	5.418	(66)	21	(45)
Mercado Interfinanceiro	5.146	(21)	(30)	(51)
Moeda Estrangeira	42.750	(1.864)	(1.902)	(3.766)
Prefixados	112	-	-	-
Títulos	5.156	(55)	(221)	(276)
Outros	98	(8)	(9)	(17)
De Venda - Posição Vendida	79.497	(1.613)	(9)	(1.622)
<i>Commodities</i>	290	(22)	(39)	(61)
Índices	30.277	(158)	(23)	(181)
Mercado Interfinanceiro	7.694	(10)	10	-
Moeda Estrangeira	33.751	(1.147)	740	(407)
Prefixados	22	(1)	-	(1)
Títulos	7.414	(275)	(696)	(971)
Outros	49	-	(1)	(1)

	Conta de Compensação Valor Referencial	Valor Patrimonial a Receber / (Recebido) (A Pagar) / Pago	Ajustes ao Valor Justo (Resultado / Patrimônio Líquido)	Valor Justo
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015
Contratos a Termo	40.227	2.253	80	2.333
Compras a Receber	516	636	-	636
Moeda Estrangeira	-	1	-	1
Pós-Fixados	354	353	-	353
Prefixados	154	273	-	273
Títulos	8	9	-	9
Obrigações por Compra a Pagar	-	(508)	-	(508)
Pós-Fixados	-	(353)	-	(353)
Prefixados	-	(154)	-	(154)
Títulos	-	(1)	-	(1)
Vendas a Receber	23.208	2.448	82	2.530
Mercado Interfinanceiro	20.697	-	73	73
Pós-Fixados	164	164	-	164
Prefixados	153	157	-	157
Títulos	2.194	2.127	9	2.136
Obrigações por Venda a Entregar	16.503	(323)	(2)	(325)
Mercado Interfinanceiro	16.503	-	(3)	(3)
Moeda Estrangeira	-	(2)	-	(2)
Pós-Fixados	-	(164)	1	(163)
Prefixados	-	(157)	-	(157)
Derivativos de Crédito	12.662	58	(319)	(261)
Posição Ativa	4.605	353	261	614
Moeda Estrangeira	3.625	353	212	565
Títulos	788	-	45	45
Outros	192	-	4	4
Posição Passiva	8.057	(295)	(580)	(875)
Moeda Estrangeira	4.360	(290)	(267)	(557)
Prefixados	547	(6)	(3)	(9)
Títulos	2.763	1	(275)	(274)
Outros	387	-	(35)	(35)
Forwards	148.477	203	85	288
Posição Ativa	71.227	3.285	145	3.430
Commodities	419	47	-	47
Índices	22	1	-	1
Moeda Estrangeira	70.786	3.237	145	3.382
Posição Passiva	77.250	(3.082)	(60)	(3.142)
Commodities	152	(13)	2	(11)
Índices	77	(3)	-	(3)
Moeda Estrangeira	77.020	(3.066)	(62)	(3.128)
Títulos	1	-	-	-
Verificação de Swap	1.676	(330)	140	(190)
Posição Ativa - Moeda Estrangeira	1.106	199	156	355
Posição Passiva - Mercado Interfinanceiro	570	(529)	(16)	(545)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	16.651	117	252	369
Posição Ativa	15.508	2.964	967	3.931
Moeda Estrangeira	10.468	2.883	588	3.471
Prefixados	1.464	71	63	134
Títulos	3.113	10	279	289
Outros	463	-	37	37
Posição Passiva	1.143	(2.847)	(715)	(3.562)
Moeda Estrangeira	283	(2.847)	(687)	(3.534)
Títulos	743	-	(25)	(25)
Outros	117	-	(3)	(3)
Ativo	18.347	8.408		26.755
Passivo	(24.829)	(6.242)		(31.071)
Total	(6.482)	2.166		(4.316)

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação - Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/12/2015
Contrato de Futuros	152.087	138.545	74.365	224.454	589.451
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	10.654	39.702	46.157	226.557	323.070
Contratos de Opções	93.587	123.391	40.860	27.567	285.405
Contratos a Termo	6.591	22.349	10.118	1.169	40.227
Derivativos de Crédito	-	1.436	428	10.798	12.662
Forwards	43.651	70.688	23.365	10.773	148.477
Verificação de Swap	-	-	-	1.676	1.676
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	1.550	3.254	502	11.345	16.651

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor justo e por prazo de vencimento.

	31/12/2016							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias
Ativo								
Contrato de Futuros	127	0,5	85	51	13	(18)	(6)	2
BM&F Bovespa	128	0,5	85	52	13	(18)	(6)	2
Instituições Financeiras	(1)	0,0	-	(1)	-	-	-	-
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	10.542	43,5	828	723	585	659	1.497	6.250
BM&FBOVESPA	1.417	5,8	178	156	218	58	206	601
Empresas	4.585	18,9	322	354	227	390	764	2.528
Instituições Financeiras	4.256	17,6	319	197	122	196	447	2.975
Pessoas Físicas	284	1,2	9	16	18	15	80	146
Contratos de Opções	4.792	19,7	354	582	759	1.540	1.397	160
BM&FBOVESPA	1.679	6,9	144	209	182	1.075	41	28
Empresas	507	2,1	23	19	88	134	188	55
Instituições Financeiras	2.603	10,7	187	354	488	329	1.168	77
Pessoas Físicas	3	0,0	-	-	1	2	-	-
Contratos a Termo	4.971	20,6	3.947	735	287	2	-	-
BM&FBOVESPA	1.418	5,9	427	703	286	2	-	-
Empresas	2.783	11,5	2.750	32	1	-	-	-
Instituições Financeiras	770	3,2	770	-	-	-	-	-
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	181	0,7	-	-	3	5	13	160
Forwards	3.459	14,3	601	1.252	444	579	245	338
BM&FBOVESPA	305	1,3	82	123	56	44	-	-
Empresas	1.243	5,1	185	344	216	231	200	67
Instituições Financeiras	1.908	7,9	333	783	172	304	45	271
Pessoas Físicas	3	0,0	1	2	-	-	-	-
Verificação de Swap - Empresas	88	0,4	-	-	35	53	-	-
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	71	0,3	-	-	1	6	13	51
Empresas	29	0,1	-	-	-	5	8	16
Instituições Financeiras	42	0,2	-	-	1	1	5	35
Total (*)	24.231	100,0	5.815	3.343	2.127	2.826	3.159	6.961
% por prazo de vencimento			24,0	13,8	8,8	11,7	13,0	28,7

(*) Do total da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ 14.111 referem-se ao circulante e R\$ 10.120 ao não circulante.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor justo e por prazo de vencimento.

	31/12/2015							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias
Ativo								
Contrato de Futuros - BM&FBOVESPA	529	2,0	639	(155)	(18)	(49)	76	36
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	9.147	34,2	666	224	403	1.513	1.935	4.406
BM&FBOVESPA	662	2,5	17	13	25	104	126	377
Empresas	5.127	19,1	627	29	46	1.037	838	2.550
Instituições Financeiras	2.826	10,6	21	177	325	329	657	1.317
Pessoas Físicas	532	2,0	1	5	7	43	314	162
Contratos de Opções	5.583	20,8	2.413	676	609	715	692	478
BM&FBOVESPA	2.597	9,7	2.074	228	140	113	31	11
Empresas	1.278	4,8	118	147	131	194	412	276
Instituições Financeiras	1.697	6,3	221	300	337	399	249	191
Pessoas Físicas	11	0,0	-	1	1	9	-	-
Contratos a Termo	3.166	11,9	1.204	1.417	538	6	1	-
BM&FBOVESPA	2.218	8,3	368	1.313	530	6	1	-
Empresas	530	2,0	418	104	8	-	-	-
Instituições Financeiras	418	1,6	418	-	-	-	-	-
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	614	2,3	-	-	2	2	26	584
Forwards	3.430	12,8	1.030	794	526	434	233	413
BM&FBOVESPA	47	0,2	3	19	7	18	-	-
Empresas	1.453	5,4	177	327	288	294	135	232
Instituições Financeiras	1.927	7,2	850	447	230	121	98	181
Pessoas Físicas	3	0,0	-	1	1	1	-	-
Verificação de Swap - Empresas	355	1,3	-	-	-	-	355	-
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	3.931	14,7	88	1.269	867	32	112	1.563
Empresas	415	1,6	3	13	14	14	74	297
Instituições Financeiras	3.516	13,1	85	1.256	853	18	38	1.266
Total (*)	26.755	100,0	6.040	4.225	2.927	2.653	3.430	7.480
% por prazo de vencimento			22,6	15,8	10,9	9,9	12,8	28,0

(*) Do total da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ 15.845 referem-se ao circulante e R\$ 10.910 ao não circulante.

	31/12/2016							
	Valor Justo	%	0 - 30 dias	31 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias
Passivo								
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	(13.221)	53,4	(461)	(228)	(742)	(732)	(2.352)	(8.706)
BM&FBOVESPA	(1.614)	6,5	(304)	(75)	(124)	(97)	(125)	(889)
Empresas	(2.531)	10,2	(67)	(32)	(90)	(248)	(573)	(1.521)
Instituições Financeiras	(4.106)	16,6	(79)	(103)	(128)	(311)	(554)	(2.931)
Pessoas Físicas	(4.970)	20,1	(11)	(18)	(400)	(76)	(1.100)	(3.365)
Contratos de Opções	(4.552)	18,5	(837)	(659)	(516)	(713)	(1.116)	(711)
BM&FBOVESPA	(1.437)	5,8	(524)	(216)	(201)	(455)	(30)	(11)
Empresas	(631)	2,6	(48)	(28)	(103)	(170)	(200)	(82)
Instituições Financeiras	(2.463)	10,0	(265)	(414)	(208)	(81)	(882)	(613)
Pessoas Físicas	(21)	0,1	-	(1)	(4)	(7)	(4)	(5)
Contratos a Termo	(3.530)	14,3	(3.530)	-	-	-	-	-
BM&FBOVESPA	(6)	0,0	(6)	-	-	-	-	-
Empresas	(2.754)	11,2	(2.754)	-	-	-	-	-
Instituições Financeiras	(770)	3,1	(770)	-	-	-	-	-
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	(147)	0,6	-	-	-	(2)	(10)	(135)
Forwards	(2.825)	11,5	(466)	(881)	(527)	(299)	(99)	(553)
BM&FBOVESPA	(259)	1,0	(102)	(76)	(41)	(40)	-	-
Empresas	(648)	2,6	(166)	(158)	(124)	(129)	(37)	(34)
Instituições Financeiras	(1.916)	7,9	(198)	(647)	(360)	(130)	(62)	(519)
Pessoas Físicas	(2)	0,0	-	-	(2)	-	-	-
Verificação de Swap - Empresas	(353)	1,4	-	-	-	(214)	(139)	-
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos - Empresas	(70)	0,3	-	(1)	(1)	(1)	(10)	(57)
Total (*)	(24.698)	100,0	(5.294)	(1.769)	(1.786)	(1.961)	(3.726)	(10.162)
% por prazo de vencimento			21,4	7,2	7,2	7,9	15,1	41,2

(*) Do total da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ (10.810) referem-se ao circulante e R\$ (13.888) ao não circulante.

31/12/2015								
	Valor Justo	%	0 - 30 dias	31 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias
Passivo								
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	(16.331)	52,6	(783)	(481)	(989)	(1.898)	(2.618)	(9.562)
BM&FBOVESPA	(1.107)	3,6	(9)	(10)	(35)	(145)	(340)	(568)
Empresas	(5.912)	19,0	(703)	(422)	(279)	(953)	(1.339)	(2.216)
Instituições Financeiras	(3.530)	11,4	(60)	(21)	(662)	(644)	(284)	(1.859)
Pessoas Físicas	(5.782)	18,6	(11)	(28)	(13)	(156)	(655)	(4.919)
Contratos de Opções	(5.783)	18,6	(1.460)	(1.285)	(895)	(845)	(805)	(493)
BM&FBOVESPA	(2.365)	7,6	(1.112)	(565)	(510)	(130)	(40)	(8)
Empresas	(661)	2,1	(71)	(45)	(63)	(150)	(144)	(188)
Instituições Financeiras	(2.748)	8,8	(277)	(674)	(321)	(560)	(620)	(296)
Pessoas Físicas	(9)	0,1	-	(1)	(1)	(5)	(1)	(1)
Contratos a Termo	(833)	2,6	(828)	(4)	(1)	-	-	-
BM&FBOVESPA	(5)	0,0	-	(4)	(1)	-	-	-
Empresas	(411)	1,3	(411)	-	-	-	-	-
Instituições Financeiras	(417)	1,3	(417)	-	-	-	-	-
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	(875)	2,8	-	(9)	(9)	(5)	(105)	(747)
Forwards	(3.142)	10,1	(692)	(727)	(785)	(581)	(233)	(124)
BM&FBOVESPA	(41)	0,1	(8)	(10)	(10)	(13)	-	-
Empresas	(1.948)	6,3	(260)	(478)	(565)	(356)	(179)	(110)
Instituições Financeiras	(1.151)	3,7	(424)	(238)	(210)	(211)	(54)	(14)
Pessoas Físicas	(2)	0,0	-	(1)	-	(1)	-	-
Verificação de Swap - Empresas	(545)	1,8	-	-	-	-	(335)	(210)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	(3.562)	11,5	(87)	(1.267)	(857)	(19)	(8)	(1.324)
Empresas	(817)	2,6	(1)	(3)	(6)	(4)	(8)	(795)
Instituições Financeiras	(2.745)	8,9	(86)	(1.264)	(851)	(15)	-	(529)
Total (*)	(31.071)	100,0	(3.850)	(3.773)	(3.536)	(3.348)	(4.104)	(12.460)
% por prazo de vencimento			12,4	12,1	11,4	10,8	13,2	40,1

(*) Do total da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ (14.507) referem-se ao circulante e R\$ (16.564) ao não circulante.

a) Informações sobre Derivativos de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING compra e vende proteção de crédito predominantemente relacionada a títulos privados de empresas brasileiras, visando atender a necessidades de seus clientes. Quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende proteção de crédito, a exposição para uma dada entidade de referência pode ser compensada, parcial ou totalmente, por um contrato de compra de proteção de crédito de outra contraparte para a mesma entidade de referência ou entidade similar. Os derivativos de crédito em que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING é vendedor de proteção são *credit default swaps* e *total return swaps*.

Credit Default Swaps – CDS

CDS são derivativos de crédito em que, na ocorrência de um evento de crédito com respeito à entidade de referência, conforme os termos do contrato, o comprador da proteção tem direito a receber do vendedor da proteção o valor equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo da obrigação na data da liquidação do contrato, também conhecido como valor recuperado. O comprador da proteção não precisa deter o instrumento de dívida da entidade de referência para que receba os montantes devidos conforme os termos do contrato de CDS quando um evento de crédito ocorre.

Total Return Swap – TRS

TRS é uma transação na qual uma parte troca o retorno total de uma entidade de referência ou de uma cesta de ativos por fluxos de caixa periódicos, comumente juros e uma garantia contra perda de capital. Em um contrato TRS as partes não transferem a propriedade dos ativos.

A tabela abaixo apresenta a carteira de derivativos de crédito na qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende proteção a terceiros, por vencimento, e o potencial máximo de pagamentos futuros, bruto de quaisquer garantias, bem como a classificação por instrumento, risco e entidade de referência.

31/12/2016					
	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, Bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Por Instrumento					
CDS	8.094	1.989	3.487	2.585	33
Total por Instrumento	8.094	1.989	3.487	2.585	33
Por Classificação de Risco					
Grau de Investimento	8.094	1.989	3.487	2.585	33
Total por Risco	8.094	1.989	3.487	2.585	33
Por Entidade de Referência					
Entidades Privadas	8.094	1.989	3.487	2.585	33
Total por Entidade	8.094	1.989	3.487	2.585	33

31/12/2015					
	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, Bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Por Instrumento					
CDS	8.799	1.781	3.301	3.717	-
Total por Instrumento	8.799	1.781	3.301	3.717	-
Por Classificação de Risco					
Grau de Investimento	8.799	1.781	3.301	3.717	-
Total por Risco	8.799	1.781	3.301	3.717	-
Por Entidade de Referência					
Entidades Privadas	8.799	1.781	3.301	3.717	-
Total por Entidade	8.799	1.781	3.301	3.717	-

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia o risco do derivativo de crédito com base nas classificações de crédito atribuídas à entidade de referência, dado por agências de classificação de risco independentes. São consideradas como grau de investimento aquelas entidades cujo risco de crédito é classificado como Baa3 ou superior, conforme a classificação da Moody's, e BBB- ou superior, pela classificação da Standard & Poor's e da Fitch Ratings. A perda potencial máxima que pode ser incorrida com o derivativo de crédito se baseia no valor contratual do derivativo (*notional*). O ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita, com base em sua experiência histórica, que o montante de perda potencial máxima não representa o nível de perda real. Isso porque, caso ocorra um evento de perda, o montante da perda potencial máxima deverá ser reduzido do valor *notional* pelo valor recuperável.

Os derivativos de crédito vendidos não estão cobertos por garantias, sendo que, durante o período, O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não incorreu em nenhum evento de perda relativo a qualquer contrato de derivativos de crédito.

A tabela a seguir apresenta o valor nominal dos derivativos de crédito comprados que possuem valores subjacentes idênticos àqueles que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING atua como vendedor da proteção.

31/12/2016			
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção Comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(8.094)	4.006	(4.088)
Total	(8.094)	4.006	(4.088)

31/12/2015			
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção Comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(8.799)	3.863	(4.936)
Total	(8.799)	3.863	(4.936)

b) Instrumentos Financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e acordos similares

Os quadros a seguir apresentam os ativos e passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e acordos similares e a forma como esses ativos e passivos financeiros estão apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Estes quadros também refletem os valores das garantias concedidas ou recebidas em relação aos ativos e passivos financeiros sujeitos aos mencionados acordos e que não foram apresentados em base líquida, de acordo com o IAS 32.

Ativos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e a acordos similares:

31/12/2016						
	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos ativos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Recebidas em Espécie	
Operações Compromissadas	265.051	-	265.051	(334)	-	264.717
Instrumentos Financeiros Derivativos	24.231	-	24.231	(4.039)	(540)	19.652

31/12/2015						
	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos ativos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Recebidas em Espécie	
Operações Compromissadas	254.404	-	254.404	(2.569)	-	251.835
Instrumentos Financeiros Derivativos	26.755	-	26.755	(8.150)	-	18.605

Passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e a acordos similares:

31/12/2016						
	Montante bruto dos passivos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Entregues em Espécie	
Operações Compromissadas	349.164	-	349.164	(17.829)	-	331.335
Instrumentos Financeiros Derivativos	24.698	-	24.698	(4.039)	-	20.659

31/12/2015						
	Montante bruto dos passivos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Entregues em Espécie	
Operações Compromissadas	336.643	-	336.643	(22.158)	-	314.485
Instrumentos Financeiros Derivativos	31.071	-	31.071	(8.150)	(24)	22.897

(1) Inclui montantes de acordos master de compensação e similares executáveis e não executáveis;

(2) Limitado aos valores sujeitos a acordos master de compensação e similares executáveis;

(3) Inclui valores sujeitos a acordos master de compensação e similares executáveis e garantias em instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros são apresentados de forma líquida no Balanço Patrimonial somente quando existe um direito legalmente exequível de compensar os montantes reconhecidos e existe a intenção de liquidá-los em base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Os Instrumentos Financeiros Derivativos e as Operações Compromissadas não compensados no Balanço Patrimonial referem-se a operações nas quais existem acordos master de compensação ou acordos similares executáveis, mas que não atendem aos critérios de compensação do parágrafo 42 do IAS 32, principalmente porque o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não tem a intenção de liquidá-los em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Nota 9 – Hedge Contábil

As relações de *hedge* são de três tipos: *Hedge* de Valor Justo, *Hedge* de Fluxo de Caixa e *Hedge* de Investimento Líquido de Operações no Exterior.

a) *Hedge* de Fluxo de Caixa

Para proteger a variação de fluxos de caixa futuros de recebimentos e pagamentos de juros e a exposição a taxa de câmbio futura, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de futuros, negociados na BM&FBOVESPA e na bolsa de Chicago, relativos a certos ativos e passivos pós-fixados, denominados em Reais e em dólares, futuros de Euro Dólar e *swaps* de taxas de juros, relativos a ações preferenciais resgatáveis, denominados em dólares, emitidas por uma de nossas subsidiárias, contratos de Futuro DDI, negociados na BM&FBOVESPA, contratos de NDF (*Non Deliverable Forward*) e *swaps* de moeda, negociados em mercado balcão, relativos a transações previstas altamente prováveis não contabilizadas.

Nos contratos de Futuros DI, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre um montante computado e multiplicado pelo CDI e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa. No *swap* de taxa de juros, de moeda e futuros de Euro Dólar, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado e multiplicado pela LIBOR e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa. Nos contratos de Futuro DDI, NDF e Forward o ganho (perda) de variação cambial é apurado pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre Dólar e a moeda contratada.

As estratégias de *hedge* de fluxo de caixa do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consistem em um *hedge* de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição a taxa de câmbio, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de fluxo de caixa como segue:

- *Hedge* de depósitos a prazo e operações compromissadas: proteger as alterações no fluxo de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI;
- *Hedge* de ações preferenciais resgatáveis: proteger a variação nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na LIBOR;
- *Hedge* de CDB subordinado: proteger as variações nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI;
- *Hedge* de transações previstas altamente prováveis: proteger o risco de variação no valor de compromissos assumidos, quando mensurados em reais (moeda funcional), decorrente das variações nas taxas de câmbio;
- *Hedge* de Empréstimos Sindicalizados: proteger a variação nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na LIBOR;
- *Hedge* de Operações Ativas: proteger as alterações no fluxo de caixa de recebimento de juros resultantes de variações no CDI;
- *Hedge* de Ativos Denominados em UF*: proteger alterações no fluxo de caixa de recebimento de juros resultantes das variações na UF*;
- *Hedge* de Captações: proteger alterações no fluxo de caixa de pagamento de juros resultantes das variações da TPM* e Câmbio;
- *Hedge* de Operações de Crédito: alterações no fluxo de caixa de recebimento de juros resultantes das variações da TPM*;
- *Hedge* de Operações Compromissadas Ativas: alterações no fluxo de caixa de recebimento de juros resultantes das variações na Selic.

*UF – Unidade de Fomento / TPM – Taxa de Política Monetária

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o método derivativo hipotético. O método derivativo hipotético é baseado em uma comparação da mudança no valor justo, de um derivativo hipotético, com prazos idênticos aos prazos críticos da obrigação de taxa variável, e essa mudança no valor justo do derivativo hipotético é considerada uma representação do valor presente da alteração cumulativa, no fluxo de caixa futuro esperado, da obrigação protegida.

Os relacionamentos de *hedge* foram designados entre 2008 e 2016. O período em que se espera que os pagamentos de fluxo de caixa esperados ocorram e afetem a demonstração de resultado são:

- *Hedge* de depósitos a prazo e operações compromissadas: juros pagos / recebidos diariamente;
- *Hedge* de ações preferenciais resgatáveis: juros pagos / recebidos semestralmente;
- *Hedge* de Transações previstas altamente prováveis: câmbio pago / recebidos em datas futuras;
- *Hedge* de Empréstimos Sindicalizados: juros pagos / recebidos diariamente;
- *Hedge* de Operações Ativas: juros pagos / recebidos mensalmente;

- *Hedge* de Ativos Denominados em UF: juros recebidos mensalmente;
- *Hedge* de Captações: juros pagos mensalmente;
- *Hedge* de Operações de Crédito: juros recebidos mensalmente;
- *Hedge* Operações Compromissadas:juros pagos / recebidos mensalmente.

A seguir apresentamos os ganhos ou (perdas) das parcelas efetivas e parcelas inefetivas do *Hedge* de Fluxo de Caixa:

Instrumentos de <i>Hedge</i>	31/12/2016		31/12/2015	
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
Futuros de Taxa de Juros	(2.051)	10	2.947	80
NDF	-	-	16	-
<i>Swap</i> de Taxa de Juros	(27)	(2)	-	-
Total	(2.078)	8	2.963	80

A parcela efetiva é reconhecida no Patrimônio Líquido em Outros Resultados Abrangentes e a parcela inefetiva é reconhecida na Demonstração de Resultado em Ganho (Perda) líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

Para proteger os fluxos de caixa futuro de transações previstas altamente prováveis, oriundas de acordos contratuais futuros em moeda estrangeira, contra a exposição à taxa de câmbio futura, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING negociou contratos de Futuro DDI na BM&FBOVESPA e contratos de NDF (*Non Deliverable Forward*) e *swap* de taxa de juros negociados em mercado de balcão. Durante o 2º trimestre de 2015 parte do fluxo destes acordos foi realizado e, desta forma, houve a reclassificação dos Ajustes de Avaliação Patrimonial e inclusão no custo inicial dos ativos relacionados ao *Hedge* de Transação Prevista Altamente Provável.

Em 31/12/2016, o ganho (perda) relativo ao *hedge* de fluxo de caixa esperado a ser reclassificado de resultado abrangente para resultado nos próximos 12 meses é R\$ 130 (R\$ 452 em 31/12/2015).

b) *Hedge* de Investimento Líquido de Operações no Exterior

As estratégias de investimento líquido no exterior do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consistem em um *hedge* de exposição em moeda estrangeira, oriunda da moeda funcional da operação no exterior em relação à moeda funcional da matriz.

Para proteger as alterações dos fluxos de caixas futuros, de variação cambial dos investimentos líquidos, em operações no exterior, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de Futuros DDI negociados na BM&FBOVESPA, Ativos Financeiros e contratos de *forward* ou contratos de NDF (Non Deliverable Forward) contratados por nossas subsidiárias no exterior.

Nos contratos de Futuro DDI, o ganho (perda) de variação cambial é apurado pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre Dólar e Real. Nos contratos de *forward* ou contratos de NDF e Ativos Financeiros, os ganhos (perdas) das variações cambiais são apurados pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre a moeda funcional e o Dólar.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de investimento líquido de operação no exterior como segue:

Proteger o risco de variação no valor do investimento, quando mensurado em Real (moeda funcional da matriz), decorrente das variações nas taxas de câmbio entre a moeda funcional do investimento no exterior e o Real.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o *Dollar Offset Method*. O *Dollar Offset Method* é baseado em uma comparação da variação do valor justo (fluxo de caixa), do instrumento de *hedge*, atribuível às variações das taxas de câmbio e o ganho (perda) decorrente da variação entre as taxas de câmbio, sobre o montante do investimento no exterior designado como objeto de *hedge*.

Os relacionamentos de *hedge* foram designados em 2011 e 2012, mas o vencimento dos instrumentos de *hedge* ocorrerá pela alienação do investimento no exterior, que será no período em se espera que os fluxos de caixa de variação cambial ocorrerão e afetarão a demonstração do resultado.

A seguir apresentamos os ganhos ou (perdas) das parcelas efetivas e parcelas inefetivas do *Hedge* de Investimento Líquido de Operações no Exterior:

Instrumentos de <i>Hedge</i>	31/12/2016		31/12/2015	
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
Futuro DDI	(7.490)	(51)	(11.728)	(6)
<i>Forward</i>	683	(48)	669	44
NDF	2.312	(35)	2.801	76
Ativos Financeiros	43	2	46	-
Total	(4.452)	(132)	(8.212)	114

A parcela efetiva é reconhecida no Patrimônio Líquido em Outros Resultados Abrangentes e a parcela inefetiva é reconhecida na Demonstração de Resultado em Ganho (Perda) líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

Futuro DDI é um contrato de futuro em que os participantes podem negociar o cupom limpo para qualquer prazo entre o primeiro vencimento do contrato futuro de cupom cambial (DDI) e um vencimento posterior.

NDF (*Non Deliverable Forward*), ou Contrato a Termo de Moeda sem Entrega Física é um derivativo operado em mercado de balcão, que tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

c) *Hedge* de Valor Justo

A estratégia de *hedge* de valor justo do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consiste em *hedge* de exposição à variação no valor justo, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

Para proteger a variação no risco de mercado no recebimento e pagamento de juros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de *swaps* de taxa de juros, relativos às operações pré-fixadas denominadas em unidade de fomento, taxa fixa e denominados em euros e dólares americanos, emitidos por subsidiárias no Chile, Londres e Colômbia, respectivamente.

Nos contratos de *swaps* de taxa de juros, o recebimento (pagamento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado e multiplicado pela taxa variável e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de valor justo como segue:

- Proteger o risco de variação do valor justo de recebimento e pagamento de juros resultante das variações no valor justo das taxas variáveis envolvidas.
- Proteger as alterações no fluxo de caixa de recebimento de juros resultantes de variações no CDI.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia das estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota os métodos percentagem *approach* e o *dollar offset*.

- O método percentagem *approach* é baseado no cálculo da mudança no valor justo da estimativa revisada da posição coberta (objeto de *hedge*) atribuível ao risco protegido versus a mudança no valor justo do instrumento derivativo de *hedge*.
- O *dollar offset method* é calculado pela diferença entre a variação do valor justo do instrumento de cobertura e a variação no valor justo do objeto coberto atribuído às alterações na taxa de juros.

Os relacionamentos de *hedge* foram designados entre 2012 e 2016, e os vencimentos dos *swaps* relacionados ocorrerão entre 2017 e 2030. O período em que se espera que os recebimentos (pagamentos) dos fluxos de juros ocorrerão e afetarão a demonstração de resultado é mensal.

A seguir apresentamos os ganhos ou (perdas) das parcelas efetivas e parcelas inefetivas do *Hedge* de Valor Justo.

Instrumentos de <i>Hedge</i>	31/12/2016		31/12/2015	
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
<i>Swap</i> de Taxa de Juros	(90)	(6)	(54)	(3)
Total	(90)	(6)	(54)	(3)

As parcelas efetiva e inefetiva são reconhecidas na Demonstração de Resultado em Ganho (Perda) líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

A tabela abaixo apresenta para cada estratégia o valor nominal e o ajustes ao valor justo dos instrumentos de *hedge* e o valor contábil do objeto *hedge*:

Estratégias	31/12/2016			31/12/2015		
	Instrumentos de <i>Hedge</i>		Objeto de <i>Hedge</i>	Instrumentos de <i>Hedge</i>		Objeto de <i>Hedge</i>
	Valor Nominal	Ajustes ao Valor Justo	Valor Contábil	Valor Nominal	Ajustes ao Valor Justo	Valor Contábil
<i>Hedge</i> de Depósitos e Operações Compromissadas	83.068	(8)	83.580	77.905	43	77.922
<i>Hedge</i> de Empréstimos Sindicalizados	6.844	(46)	6.844	8.200	(90)	8.200
<i>Hedge</i> de Transações Previstas Altamente Prováveis	-	-	-	1.125	16	1.125
<i>Hedge</i> de Investimento de Operações Líquidas no Exterior (*)	21.449	221	12.330	21.927	(427)	12.815
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito (Fluxo de Caixa)	1.121	15	1.121	-	-	-
<i>Hedge</i> de Operações Ativas	24.168	312	26.495	7.405	(263)	7.876
<i>Hedge</i> de Ativos Denominados em UF	13.147	(20)	13.147	-	-	-
<i>Hedge</i> de Captações (Fluxo de Caixa)	4.273	(22)	4.273	-	-	-
<i>Hedge</i> de Operações Compromissadas Ativas	2.546	24	2.524	-	-	-
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito (Risco de Mercado)	2.692	(91)	2.692	4.346	59	4.346
<i>Hedge</i> de títulos AFS	472	(14)	472	-	-	-
<i>Hedge</i> de Captações (Risco de Mercado)	8.659	9	8.659	781	-	781
Total	168.439	380	162.137	121.689	(662)	113.065

(*) Os instrumentos de *hedge* incluem a alíquota de *overhedge* de 44,65% referente a impostos.

A tabela abaixo apresenta a abertura por ano de vencimento das estratégias de *hedge*:

Estratégias	31/12/2016						
	0-1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	5-10 anos	Acima de 10 anos
<i>Hedge</i> de Depósitos e Operações Compromissadas	-	32.132	28.616	10.188	5.646	6.486	-
<i>Hedge</i> de Empréstimos Sindicalizados	6.844	-	-	-	-	-	-
<i>Hedge</i> de Transações Previstas Altamente Prováveis	-	-	-	-	-	-	-
<i>Hedge</i> de Operações Ativas	4.627	13.719	4.890	-	932	-	-
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito (Fluxo de Caixa)	123	-	-	24	141	833	-
<i>Hedge</i> de Investimento de Operações Líquidas no Exterior (*)	21.449	-	-	-	-	-	-
<i>Hedge</i> de Ativos Denominados em UF	8.940	2.598	1.558	-	51	-	-
<i>Hedge</i> de Captações (Fluxo de Caixa)	121	1.485	73	536	774	1.284	-
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito (Risco de Mercado)	189	422	63	29	93	335	1.561
<i>Hedge</i> de Títulos AFS	-	-	-	218	-	254	-
<i>Hedge</i> de Captações (Risco de Mercado)	1.266	2.460	3.433	701	72	488	239
<i>Hedge</i> de Operações Compromissadas Ativas	-	-	1.465	918	163	-	-
Total	43.559	52.816	40.098	12.614	7.872	9.680	1.800

(*) Classificados como corrente pois os instrumentos são renovados frequentemente.

Estratégias	31/12/2015						
	0-1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	5-10 anos	Acima de 10 anos
<i>Hedge</i> de Depósitos e Operações Compromissadas	13.324	28.185	25.779	6.460	1.402	2.755	-
<i>Hedge</i> de Empréstimos Sindicalizados	-	8.200	-	-	-	-	-
<i>Hedge</i> de Transações Previstas Altamente Prováveis	1.125	-	-	-	-	-	-
<i>Hedge</i> de Operações Ativas	-	4.627	2.778	-	-	-	-
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito (Risco de Mercado)	339	276	474	898	88	447	1.824
<i>Hedge</i> de Captações (Risco de Mercado)	781	-	-	-	-	-	-
<i>Hedge</i> de Investimento de Operações Líquidas no Exterior (*)	21.927	-	-	-	-	-	-
Total	37.496	41.288	29.031	7.358	1.490	3.202	1.824

(*) Classificados como corrente pois os instrumentos são renovados frequentemente.

Nota 10 - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

O valor justo e o custo correspondente aos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2016			31/12/2015		
	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos em Outros Resultados Abrangentes	Valor Justo	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos em Outros Resultados Abrangentes	Valor Justo
Fundos de Investimento	42	-	42	218	-	218
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro ^(1b)	14.465	(400)	14.065	19.843	(2.531)	17.312
Títulos Públicos do Governo Brasileiro ^(1a)	17.652	286	17.938	12.702	(906)	11.796
Títulos Públicos - Outros Países ^(1c)	14.488	(16)	14.472	9.942	(59)	9.883
Colômbia	1.105	50	1.155	-	-	-
Chile	5.832	12	5.844	1.409	(2)	1.407
Coreia	2.673	-	2.673	1.626	-	1.626
Dinamarca	819	-	819	2.548	-	2.548
Espanha	923	-	923	1.060	-	1.060
Estados Unidos	1.446	(19)	1.427	2.028	(6)	2.022
Holanda	101	-	101	122	-	122
Paraguai	1.167	(56)	1.111	955	(43)	912
Uruguai	413	(2)	411	185	(7)	178
Outros	9	(1)	8	9	(1)	8
Títulos de Dívida de Empresas ^(1d)	42.176	(416)	41.760	47.380	(544)	46.836
Ações Negociáveis	1.020	365	1.385	706	222	928
Cédula de Produtor Rural	1.477	(52)	1.425	1.176	(46)	1.130
Certificado de Depósito Bancário	2.639	2	2.641	1.576	(3)	1.573
Certificado de Recebíveis Imobiliários	2.150	(55)	2.095	2.244	(207)	2.037
Debêntures	21.863	(693)	21.170	23.153	(318)	22.835
Euro Bonds e Assemelhados	7.671	44	7.715	10.180	(68)	10.112
Letras Financeiras	2.822	(6)	2.816	6.893	(47)	6.846
Notas Promissórias	2.191	(18)	2.173	1.060	(69)	991
Outros	343	(3)	340	392	(8)	384
Total ⁽²⁾	88.823	(546)	88.277	90.085	(4.040)	86.045

(1) Os Ativos Financeiros Disponíveis para Venda dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram: a) R\$ 9.120 (R\$ 1.755 em 31/12/2015), b) R\$ 3.240 (R\$ 14.135 em 31/12/2015), c) (R\$ 8 em 31/12/2015) e d) R\$ 5.075 (R\$ 808 em 31/12/2015), totalizando R\$ 17.435 (R\$ 16.706 em 31/12/2015);

(2) No período, não foram realizadas reclassificações de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda para outras categorias de ativos financeiros.

O custo e o valor justo dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, por vencimento, são os seguintes:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Circulante	23.516	23.636	22.754	22.923
Sem Vencimento	1.010	1.375	923	1.145
Até um ano	22.506	22.261	21.831	21.778
Não Circulante	65.307	64.641	67.331	63.122
De um a cinco anos	39.149	38.969	35.739	35.098
De cinco a dez anos	12.521	12.329	17.041	15.682
Após dez anos	13.637	13.343	14.551	12.342
Total	88.823	88.277	90.085	86.045

Nota 11 - Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

O custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Títulos de Dívida de Empresas	14.977	15.661
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro ^(1b)	12.042	14.788
Títulos Públicos do Governo Brasileiro ^(1a)	12.937	11.721
Títulos Públicos - Outros Países	539	15
Total ⁽²⁾	40.495	42.185

(1) Os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram a) (R\$ 9.460 em 31/12/2015), b) R\$ 11.778.

(2) No período, não foram realizadas reclassificações de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento para outras categorias de ativos financeiros.

O resultado com os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento foi de R\$ 3.788 (R\$ 3.758 de 01/01 a 31/12/2015).

O valor justo dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento é divulgado na Nota 31.

O custo amortizado dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, por vencimento, são os seguintes:

	31/12/2016	31/12/2015
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Circulante	2.498	661
Até um ano	2.498	661
Não Circulante	37.997	41.524
De um a cinco anos	19.376	14.500
De cinco a dez anos	10.957	18.870
Após dez anos	7.664	8.154
Total	40.495	42.185

Nota 12 - Operação de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

a) Composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

A tabela abaixo apresenta a composição dos saldos de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por tipo, setor do devedor, vencimento e concentração:

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, por tipo	31/12/2016	31/12/2015
Pessoas Físicas	183.147	187.220
Cartão de Crédito	59.022	58.542
Crédito Pessoal	25.813	28.396
Crédito Consignado	44.636	45.434
Veículos	15.434	20.058
Crédito Imobiliário	38.242	34.790
Grandes Empresas	121.754	152.527
Micro/Pequenas e Médias Empresas	58.935	66.038
Unidades Externas América Latina	126.530	68.463
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	490.366	474.248
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(26.972)	(26.844)
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquido de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	463.394	447.404

Por vencimento	31/12/2016	31/12/2015
Vencidas a partir de 1 dia	16.843	15.596
A vencer até 3 meses	130.313	128.389
A vencer de 3 a 12 meses	112.923	111.083
A vencer acima de um ano	230.287	219.180
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	490.366	474.248

Por Concentração	31/12/2016	31/12/2015
Principal Devedor	3.543	4.615
10 Maiores Devedores	21.609	27.173
20 Maiores Devedores	32.720	40.831
50 Maiores Devedores	52.992	63.797
100 Maiores Devedores	72.441	85.167

A composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por setor do devedor está evidenciada na Nota 36 item 5.1 Exposição máxima dos Ativos Financeiros segregados por setor de atividade.

O acréscimo do valor presente líquido das Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro com redução do seu valor recuperável e a respectiva Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa não são apresentados por seus valores brutos na demonstração do resultado, mas de forma líquida dentro da Receita de Juros e Rendimentos. Se fossem apresentados como valores brutos, haveria um incremento de R\$ 2.017, R\$ 1.882 e R\$ 1.623 de receita de juros e rendimentos em 31/12/2016, 31/12/2015 e 31/12/2014 respectivamente, com igual impacto na Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A tabela abaixo apresenta as variações na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

Composição de Saldo por Classe de Ativo	Saldo inicial 31/12/2015	Baixas	Constituição / (Reversão)	Saldo final 31/12/2016
Pessoas Físicas	14.717	(13.682)	13.224	14.259
Cartão de Crédito	4.141	(4.905)	4.457	3.693
Crédito Pessoal	8.330	(6.745)	6.171	7.756
Crédito Consignado	1.319	(1.273)	2.062	2.108
Veículos	874	(709)	479	644
Crédito Imobiliário	53	(50)	55	58
Grandes Empresas	6.459	(4.985)	4.388	5.862
Micros / Pequenas e Médias	4.809	(4.267)	4.201	4.743
Unidades Externas América Latina	859	(1.317)	2.566	2.108
Total	26.844	(24.251)	24.379	26.972

Composição de Saldo por Classe de Ativo	Saldo inicial 31/12/2014	Baixas	Constituição / (Reversão)	Saldo final 31/12/2015
Pessoas Físicas	13.385	(11.235)	12.567	14.717
Cartão de Crédito	3.740	(4.055)	4.456	4.141
Crédito Pessoal	7.024	(5.221)	6.527	8.330
Crédito Consignado	1.107	(622)	834	1.319
Veículos	1.469	(1.294)	699	874
Crédito Imobiliário	45	(43)	51	53
Grandes Empresas	3.114	(4.321)	7.666	6.459
Micros / Pequenas e Médias	5.158	(3.981)	3.632	4.809
Unidades Externas América Latina	735	(528)	652	859
Total	22.392	(20.065)	24.517	26.844

Composição de Saldo por Classe de Ativo	Saldo inicial 31/12/2013	Baixas	Constituição / (Reversão)	Saldo final 31/12/2014
Pessoas Físicas	13.853	(12.668)	12.200	13.385
Cartão de Crédito	2.952	(3.784)	4.572	3.740
Crédito Pessoal	6.488	(5.150)	5.686	7.024
Crédito Consignado	1.133	(429)	403	1.107
Veículos	3.245	(3.254)	1.478	1.469
Crédito Imobiliário	35	(51)	61	45
Grandes Empresas	2.006	(672)	1.780	3.114
Micros / Pequenas e Médias	5.854	(4.992)	4.296	5.158
Unidades Externas América Latina	522	(343)	556	735
Total	22.235	(18.675)	18.832	22.392

Abaixo apresentamos a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por Setor de Atividade dos clientes:

	31/12/2016	31/12/2015
Setor Público	5	2
Indústria e Comércio	5.253	4.314
Serviços	5.237	6.001
Setor Primário	872	922
Outros Setores	19	18
Pessoa Física	15.586	15.587
Total	26.972	26.844

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia a evidência objetiva de Perda para Créditos de Liquidação Duvidosa em Operações de Créditos e Arrendamento Mercantil Financeiro de forma individual para os ativos financeiros que sejam individualmente significativos ou coletivamente para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos (Nota 2.4d X).

Segue a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por tipo de avaliação da evidência objetiva de perda:

	31/12/2016						31/12/2015					
	Impaired		Not Impaired		Total		Impaired		Not Impaired		Total	
	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD
I - Operações Avaliadas Individualmente												
Grandes Empresas ^(*)	14.138	5.351	107.616	511	121.754	5.862	11.627	5.716	140.900	743	152.527	6.459
II - Operações Avaliadas Coletivamente												
Pessoas Físicas	10.763	6.756	172.384	7.503	183.147	14.259	11.579	6.587	175.641	8.130	187.220	14.717
Cartão de Crédito	3.512	2.150	55.510	1.543	59.022	3.693	4.072	2.436	54.470	1.705	58.542	4.141
Crédito Pessoal	4.837	3.302	20.976	4.454	25.813	7.756	5.049	3.442	23.347	4.888	28.396	8.330
Crédito Consignado	1.431	954	43.205	1.154	44.636	2.108	1.242	227	44.192	1.092	45.434	1.319
Veículos	591	326	14.843	318	15.434	644	880	459	19.178	415	20.058	874
Crédito Imobiliário	392	24	37.850	34	38.242	58	336	23	34.454	30	34.790	53
Micro / Pequenas e Médias Empresas	3.646	2.523	55.289	2.220	58.935	4.743	3.276	2.357	62.762	2.452	66.038	4.809
Unidades Externas América Latina	1.770	727	124.760	1.381	126.530	2.108	675	313	67.788	546	68.463	859
Total	30.317	15.357	460.049	11.615	490.366	26.972	27.157	14.973	447.091	11.871	474.248	26.844

(*) Conforme detalhado na Nota 2.4.d X, os créditos de Grandes Empresas são inicialmente avaliados individualmente. Caso não haja indicativo objetivo de redução ao valor recuperável são subsequentemente avaliados coletivamente de acordo com as características da operação. Consequentemente é constituída Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa para Grandes Empresas, tanto na avaliação individual quanto na coletiva.

c) Valor Presente das Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (Arrendador)

É apresentada abaixo a análise do valor presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de Arrendamentos Mercantis Financeiros por vencimento, composto basicamente por operações de pessoas físicas - veículos:

31/12/2016			
	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	3.572	(1.636)	1.936
Até 1 ano	3.572	(1.636)	1.936
Não Circulante	9.726	(2.955)	6.771
Entre 1 e 5 anos	5.741	(2.778)	2.963
Acima de 5 anos	3.985	(177)	3.808
Total	13.298	(4.591)	8.707

31/12/2015			
	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	3.075	(794)	2.281
Até 1 ano	3.075	(794)	2.281
Não Circulante	3.402	(1.050)	2.352
Entre 1 e 5 anos	3.172	(1.014)	2.158
Acima de 5 anos	230	(36)	194
Total	6.477	(1.844)	4.633

Os valores da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, referentes a Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro são: R\$ 254 (R\$ 176 em 31/12/2015).

d) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realizou operações de venda ou transferência de ativos financeiros em que houve a retenção dos riscos de crédito dos ativos financeiros transferidos, por meio de cláusulas de coobrigação. Por conta disso, tais créditos permaneceram registrados contabilmente e estão representados pelas seguintes informações em 31/12/2016 e 31/12/2015:

Natureza da Operação	31/12/2016				31/12/2015			
	Ativo		Passivo ⁽¹⁾		Ativo		Passivo ⁽¹⁾	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Pessoa Jurídica - Capital de Giro	2.768	2.768	2.768	2.768	2.849	2.849	2.849	2.849
Pessoa Jurídica - Crédito ⁽²⁾	-	-	8	8	-	-	-	-
Pessoa Física - Veículos ⁽²⁾	-	-	4	4	-	-	-	-
Pessoa Física - Crédito Imobiliário	3.061	2.960	3.055	2.944	2.806	2.763	2.805	2.752
Total	5.829	5.728	5.835	5.724	5.655	5.612	5.654	5.601

⁽¹⁾ Rubrica Recursos de Mercados Interbancários.

⁽²⁾ Cessão de operações que já estavam baixadas a prejuízo.

Nota 13 - Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto

a) A tabela abaixo apresenta os principais investimentos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING:

	% de participação em 31/12/2016		31/12/2016					
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Resultado Abrangente	Lucro Líquido	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado ^(g)
Associadas								
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. ^{(a) (b)}	42,93	42,93	4.251	26	293	2.587	241	2.644
BSF Holding S.A. ^(c)	49,00	49,00	2.067	(1)	396	1.687	194	-
IRB-Brasil Resseguros S.A. ^{(a) (d)}	15,01	15,01	3.230	(17)	745	478	109	-
Outros ^(e)	-	-	-	-	-	114	13	-
Entidades Controladas em Conjunto - Outros ^(f)	-	-	-	-	-	207	(29)	-
Total	-	-	-	-	-	5.073	528	-

	% de participação em 31/12/2015		31/12/2015						31/12/2014
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Resultado Abrangente	Lucro Líquido	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado ^(g)	Resultado de Participações
Associadas									
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. ^{(a) (b)}	42,93	42,93	3.931	(26)	708	2.464	289	2.830	196
BSF Holding S.A. ^(c)	49,00	49,00	1.561	-	447	1.348	219	-	202
IRB-Brasil Resseguros S.A. ^{(a) (d)}	15,01	15,01	3.213	12	674	475	102	-	134
Outros ^(e)	-	-	-	-	-	106	12	-	36
Entidades Controladas em Conjunto - Outros ^(f)	-	-	-	-	-	6	(2)	-	(3)
Total	-	-	-	-	-	4.399	620	-	565

(a) Para fins de contabilização do resultado de equivalência patrimonial foi utilizada em 31/12/2016 a posição de 30/11/2016 e em 31/12/2015 a posição de 30/11/2015, conforme o IAS 27.

(b) Para fins de valor de mercado foi considerado a cotação das ações da Porto Seguro S.A. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 762 em 31/12/2016 e R\$ 776 em 31/12/2015, que correspondem a diferença entre a participação nos ativos líquidos a valor justo da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e o custo do investimento.

(c) Em maio/12 o Itaú Unibanco S.A. adquiriu 137.004.000 ações ordinárias da BSF Holding S.A. (Controladora do Banco Carrefour) por R\$ 816 que corresponde a 49% de participação no seu capital. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 582 de ágio e R\$ 92 a dividendos provisionados não recebidos em 31/12/2016.

(d) Anteriormente contabilizado como instrumento financeiro. A partir do 4º trimestre de 2013, após a conclusão do processo de desestatização, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING passou a deter influência significativa no IRB. Como consequência, a partir desta data, o investimento foi contabilizado pelo método de equivalência patrimonial.

(e) Em 31/12/2016, inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: Companhia Uruguaya de Medios de Procesamiento S.A. (39,58% capital total e votante; 38,39% em 31/12/2015); Rias Redbanc S.A. (25% capital total e votante; 25% em 31/12/2015) e Tecnologia Bancária S.A. (24,91% capital total e votante; e 24,91% em 31/12/2015).

(f) Em 31/12/2016, inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: Olimpia Promoção e Serviços S.A. (50% capital total e votante; 50% em 31/12/2015); ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (50% capital total e votante) adquirida em 29/01/2016 e inclui resultado não decorrente de lucro de empresas controladas.

(g) Divulgado apenas para as Cias abertas.

Em 31/12/2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING recebeu / reconheceu dividendos e juros sobre capital próprio das empresas não consolidadas, sendo as principais IRB-Brasil Resseguros S.A. no montante de R\$ 104 (R\$ 73 em 31/12/2015 e R\$ 46 em 31/12/2014), BSF Holding S.A. no montante de R\$ 62 (R\$ 58 em 31/12/2015) e Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. no montante de R\$ 222 (R\$ 240 em 31/12/2015 e R\$ 336 em 31/12/2014).

b) Outras Informações

A tabela abaixo apresenta o resumo das informações financeiras das investidas pelo método de equivalência patrimonial de forma agregada.

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Total de Ativos ^(*)	20.819	20.183	17.812
Total de Passivos ^(*)	11.272	11.477	9.917
Total de Receitas ^(*)	14.868	22.083	6.907
Total de Despesas ^(*)	(13.401)	(20.255)	(5.112)

^(*) Representado substancialmente pelo IRB-Brasil Resseguros S.A., no montante de R\$ 14.313 (R\$ 14.690 em 31/12/2015) referente a Ativos, de R\$ 11.083 (R\$ 11.477 em 31/12/2015) referente a Passivos, de R\$ 14.142 (R\$ 20.928 em 31/12/2015) referente a Receitas e de R\$ (13.397) (R\$ (20.254) em 31/12/2015) referente a Despesas.

As investidas não apresentam passivos contingentes aos quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING esteja significativamente exposto.

Nota 14 – Compromissos de Arrendamento Mercantil – Entidade Arrendatária

a) Arrendamento Mercantil Financeiro

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é o arrendatário de contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro de equipamentos de processamento de dados, com a opção de compra ou de renovação, sem aluguéis contingentes ou restrições impostas. O valor contábil líquido desses bens é de R\$ 26 (R\$ 517 em 31/12/2015).

A tabela abaixo apresenta o total de pagamentos mínimos futuros em:

	31/12/2016	31/12/2015
Circulante	26	491
Até 1 ano	26	491
Não Circulante	-	26
De 1 a 5 anos	-	26
Total de Pagamento Mínimos Futuros	26	517
(-) Juros futuro	-	-
Valor Presente	26	517

b) Arrendamento Mercantil Operacional

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aluga diversos imóveis para uso em suas operações, segundo contratos de locação imobiliária padrão, que normalmente podem ser rescindidos a seu critério e incluem opções de renovação e cláusulas de reajuste. Nenhum contrato de locação impõe qualquer restrição à nossa capacidade para pagar dividendos, celebrar outros contratos de locação ou participar de operações de financiamento de dívidas ou de capital, não existindo pagamentos contingentes em relação aos contratos.

Os pagamentos de contratos de arrendamento operacional reconhecidos como despesa na rubrica Despesas Gerais e Administrativas totalizam R\$ 1.145 de 01/01 a 31/12/2016 (R\$ 1.102 de 01/01 a 31/12/2015 e R\$ 1.018 de 01/01 a 31/12/2014).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não possui contratos de subarrendamento relevantes.

Os pagamentos mínimos com aluguéis de prazos iniciados e remanescentes não passíveis de cancelamento são os seguintes:

	31/12/2016	31/12/2015
Circulante	1.336	1.267
Até 1 ano	1.336	1.267
Não Circulante	5.402	5.028
De 1 a 5 anos	4.689	4.043
Mais de 5 anos	713	985
Total de Pagamento Mínimos Futuros	6.738	6.295

Nota 15 - Imobilizado

Imobilizado de Uso ⁽¹⁾	Imobilizações em Curso	Imóveis de Uso ⁽²⁾		Outras Imobilizações de Uso ⁽²⁾⁽³⁾					Total
		Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações de Uso	Móveis e Equipamentos de Uso	Sistema de Processamento de Dados ⁽³⁾	Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)	
Taxas Anuais de Depreciação			4%	10%	10 a 20%	10 a 20%	20 a 50%	10 a 20%	
Custo									
Saldo em 31/12/2015	792	1.008	3.026	1.673	1.801	975	8.217	858	18.350
Aquisições	341	57	70	137	47	309	246	223	1.430
Baixas	-	(4)	(13)	(56)	(15)	(8)	(449)	(6)	(551)
Variação Cambial	(2)	(15)	(11)	(22)	(3)	(67)	151	3	34
Transferências	(738)	-	27	125	-	1	515	4	(66)
Outros	(6)	1	-	-	71	(5)	(137)	(7)	(83)
Saldo em 31/12/2016	387	1.047	3.099	1.857	1.901	1.205	8.543	1.075	19.114
Depreciação									
Saldo em 31/12/2015	-	-	(1.764)	(930)	(841)	(579)	(5.138)	(557)	(9.809)
Despesa de Depreciação	-	-	(80)	(245)	(142)	(102)	(1.038)	(95)	(1.702)
Baixas	-	-	11	53	6	5	377	4	456
Variação Cambial	-	-	(8)	8	9	(1)	(101)	(8)	(101)
Outros	-	-	1	-	(18)	3	96	2	84
Saldo em 31/12/2016	-	-	(1.840)	(1.114)	(986)	(674)	(5.804)	(654)	(11.072)
Redução ao Valor recuperável									
Saldo em 31/12/2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições/reconhecimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Contábil									
Saldo em 31/12/2016	387	1.047	1.259	743	915	531	2.739	421	8.042

(1) Os compromissos contratuais para compra de Imobilizado totalizam R\$ 48 realizáveis até 2017 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Inclui o valor de R\$ 4 referente a imóvel penhorado.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas demonstrações contábeis.

Imobilizado de Uso ⁽¹⁾	Imóveis de Uso ⁽²⁾			Outras Imobilizações de Uso ⁽²⁾⁽³⁾					Total
	Imobilizações em Curso	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações de Uso	Móveis e Equipamentos de Uso	Sistema Processamento de Dados ⁽³⁾	Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)	
Taxas Anuais de Depreciação			4%	10%	10 a 20%	10 a 20%	20 a 50%	10 a 20%	
Custo									
Saldo em 31/12/2014	2.277	1.011	2.220	1.468	1.116	916	7.419	773	17.200
Aquisições	198	-	6	139	75	141	824	83	1.466
Baixas	-	(6)	(13)	(112)	182	(68)	(533)	(5)	(555)
Variação Cambial	-	3	35	81	6	8	6	6	145
Transferências	(1.681)	-	777	63	422	-	419	-	-
Outros	(2)	-	1	34	-	(22)	82	1	94
Saldo em 31/12/2015	792	1.008	3.026	1.673	1.801	975	8.217	858	18.350
Depreciação									
Saldo em 31/12/2014	-	-	(1.695)	(754)	(519)	(504)	(4.538)	(479)	(8.489)
Despesa de Depreciação	-	-	(74)	(257)	(129)	(93)	(1.057)	(78)	(1.688)
Baixas	-	-	9	109	(183)	13	489	3	440
Variação Cambial	-	-	(6)	(27)	(2)	1	(7)	(3)	(44)
Outros	-	-	2	(1)	(8)	4	(25)	-	(28)
Saldo em 31/12/2015	-	-	(1.764)	(930)	(841)	(579)	(5.138)	(557)	(9.809)
Redução ao Valor recuperável									
Saldo em 31/12/2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições/reconhecimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Contábil									
Saldo em 31/12/2015	792	1.008	1.262	743	960	396	3.079	301	8.541

(1) Os compromissos contratuais para compra de Imobilizado totalizam R\$ 59 realizáveis até 2016 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Inclui o valor de R\$ 4 referente a imóvel penhorado.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas demonstrações contábeis.

Imobilizado de Uso ⁽¹⁾	Imobilizações em Curso	Imóveis de Uso ⁽²⁾		Outras Imobilizações de Uso					Total
		Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações de Uso	Móveis e Equipamentos de Uso	Sistema Processamento de Dados ⁽³⁾	Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)	
Taxas Anuais de Depreciação			4%	10%	10 a 20%	10 a 20%	20 a 50%	10 a 20%	
Custo									
Saldo em 31/12/2013	948	1.019	2.236	1.283	1.043	925	6.279	725	14.458
Aquisições	1.485	3	11	169	117	74	2.045	62	3.966
Baixas	-	(1)	(6)	(163)	(9)	(89)	(829)	(5)	(1.102)
Variação Cambial	-	-	(7)	22	4	(12)	4	(11)	-
Transferências	(157)	-	-	157	-	-	-	-	-
Outros	1	(10)	(14)	-	(39)	18	(80)	2	(122)
Saldo em 31/12/2014	2.277	1.011	2.220	1.468	1.116	916	7.419	773	17.200
Depreciação									
Saldo em 31/12/2013	-	-	(1.651)	(667)	(439)	(487)	(4.230)	(411)	(7.885)
Despesa de Depreciação	-	-	(58)	(247)	(85)	(79)	(1.098)	(74)	(1.641)
Baixas	-	-	3	162	2	60	768	4	999
Variação Cambial	-	-	-	1	2	12	(13)	-	2
Outros	-	-	11	(3)	1	(10)	35	2	36
Saldo em 31/12/2014	-	-	(1.695)	(754)	(519)	(504)	(4.538)	(479)	(8.489)
Redução ao Valor recuperável									
Saldo em 31/12/2013	-	-	-	-	-	(9)	-	-	(9)
Adições/reconhecimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	9	-	-	9
Saldo em 31/12/2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Contábil									
Saldo em 31/12/2014	2.274	1.011	525	714	597	415	2.881	294	8.711

(1) Os compromissos contratuais para compra de Imobilizado totalizam R\$ 67, realizáveis até 2016 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Inclui o valor de R\$ 4 referente a imóvel penhorado.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas demonstrações contábeis.

Nota 16 - Ativos Intangíveis

Intangíveis ⁽¹⁾	Direitos Aquisição de Folha de Pagamento	Outros Ativos Intangíveis				Total
		Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	Gastos com Aquisição de Software	Gastos com Desenvolvimento de Software	Outros Ativos Intangíveis	
Taxas de Amortização a.a.	20%	8%	20%	20%	10 a 20%	
Custo						
Saldo em 31/12/2015	1.005	1.409	2.362	3.311	960	9.047
Aquisições	342	719	1.293	215	277	2.846
Distratos/ Baixas	(308)	(73)	(3)	(1)	-	(385)
Variação Cambial	-	(12)	120	-	(130)	(22)
Outros	7	(295)	68	-	(29)	(249)
Saldo em 31/12/2016	1.046	1.748	3.840	3.525	1.078	11.237
Amortização ⁽²⁾						
Saldo em 31/12/2015	(600)	(330)	(1.190)	(252)	(342)	(2.714)
Despesa de Amortização	(261)	(263)	(429)	(280)	(298)	(1.531)
Distratos/ Baixas	306	67	1	-	-	374
Variação Cambial	-	84	(107)	-	110	87
Outros	-	66	24	-	246	336
Saldo em 31/12/2016	(555)	(376)	(1.701)	(532)	(284)	(3.448)
Redução ao Valor Recuperável ⁽³⁾						
Saldo em 31/12/2015	(18)	(2)	-	(18)	-	(38)
Adições/reconhecimentos	(1)	-	(57)	(317)	-	(375)
Baixas	-	2	3	-	-	5
Saldo em 31/12/2016	(19)	-	(54)	(335)	-	(408)
Valor Contábil						
Saldo em 31/12/2016	472	1.372	2.085	2.658	794	7.381

(1) Os compromissos contratuais para a aquisição de novos intangíveis totalizam R\$ 262 realizáveis até 2017 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Todos os Ativos Intangíveis tem vida útil definida.

(3) Nota 2.4i.

Intangíveis ⁽¹⁾	Outros Ativos Intangíveis					Total
	Direitos Aquisição de Folha de Pagamento	Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	Gastos com Aquisição de Software	Gastos com Desenvolvimento de Software	Outros Ativos intangíveis	
Taxas de Amortização a.a.	20%	8%	20%	20%	10 a 20%	
Custo						
Saldo em 31/12/2014	1.067	1.582	1.965	2.836	791	8.241
Aquisições	109	39	410	489	15	1.062
Baixas	(169)	(195)	(134)	(14)	(4)	(516)
Variação Cambial	-	-	109	-	185	294
Outros	(2)	(17)	12	-	(27)	(34)
Saldo em 31/12/2015	1.005	1.409	2.362	3.311	960	9.047
Amortização ⁽²⁾						
Saldo em 31/12/2014	(556)	(337)	(918)	(113)	(149)	(2.073)
Despesa de Amortização	(213)	(144)	(358)	(138)	(287)	(1.140)
Baixas	169	144	134	-	-	447
Variação Cambial	-	-	(51)	-	(150)	(201)
Outros	-	7	3	(1)	244	253
Saldo em 31/12/2015	(600)	(330)	(1.190)	(252)	(342)	(2.714)
Redução ao Valor Recuperável ⁽³⁾						
Saldo em 31/12/2014	(18)	(2)	-	(14)	-	(34)
Adições/reconhecimentos	-	-	-	(4)	-	(4)
Reversões	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2015	(18)	(2)	-	(18)	-	(38)
Valor Contábil						
Saldo em 31/12/2015	387	1.077	1.172	3.041	618	6.295

(1) Os compromissos contratuais para a aquisição de novos intangíveis totalizam R\$ 281 realizáveis até 2016 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Todos os Ativos Intangíveis tem vida útil definida.

(3) Nota 2.4i.

Intangíveis ⁽¹⁾	Outros Ativos Intangíveis					Total
	Direitos Aquisição de Folha de Pagamento	Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	Gastos com Aquisição de Software	Gastos com Desenvolvimento de Software	Outros Ativos intangíveis	
Taxas de Amortização a.a.	20%	8%	20%	20%	10 a 20%	
Custo						
Saldo em 31/12/2013	1.165	1.688	1.839	2.195	1.019	7.906
Aquisições	109	36	393	651	10	1.199
Baixas	(214)	(104)	(201)	(10)	(300)	(829)
Variação Cambial	-	(2)	(23)	-	43	18
Outros	7	(36)	(43)	-	19	(53)
Saldo em 31/12/2014	1.067	1.582	1.965	2.836	791	8.241
Amortização ⁽²⁾						
Saldo em 31/12/2013	(535)	(256)	(868)	(47)	(352)	(2.058)
Despesa de Amortização	(225)	(157)	(324)	(66)	(131)	(903)
Baixas	204	81	201	-	119	605
Variação Cambial	-	-	10	-	(34)	(24)
Outros	-	(5)	63	-	249	307
Saldo em 31/12/2014	(556)	(337)	(918)	(113)	(149)	(2.073)
Redução ao Valor Recuperável ⁽³⁾						
Saldo em 31/12/2013	(18)	(27)	-	(6)	-	(51)
Adições/reconhecimentos	-	-	-	(8)	-	(8)
Reversões	-	25	-	-	-	25
Saldo em 31/12/2014	(18)	(2)	-	(14)	-	(34)
Valor Contábil						
Saldo em 31/12/2014	493	1.243	1.047	2.709	642	6.134

(1) Os compromissos contratuais para a aquisição de novos intangíveis totalizam R\$ 508, realizáveis até 2016 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Todos os Ativos Intangíveis tem vida útil definida.

(3) Nota 2.4i.

Nota 17 - Depósitos

A tabela abaixo apresenta a composição dos Depósitos:

	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósitos Remunerados	187.882	80.399	268.281	171.527	59.991	231.518
Depósitos a Prazo	75.913	80.361	156.274	45.994	59.256	105.250
Depósitos Interfinanceiros	3.719	38	3.757	14.214	735	14.949
Depósito de Poupança	108.250	-	108.250	111.319	-	111.319
Depósitos não Remunerados	61.133	-	61.133	61.092	-	61.092
Depósitos à Vista	61.133	-	61.133	61.092	-	61.092
Total	249.015	80.399	329.414	232.619	59.991	292.610

Nota 18 - Passivos Financeiros Mantidos para Negociação

Os Passivos Financeiros Mantidos para Negociação estão apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Notas Estruturadas		
Ações	49	57
Títulos de Dívida	470	355
Total	519	412

O efeito do risco de crédito desses instrumentos não é relevante em 31/12/2016 e 31/12/2015.

No caso das ações, pelas características do instrumento, não existe valor definido a ser pago no vencimento. Para os títulos de dívida, o valor a ser pago no vencimento envolve variáveis cambiais e índices, não existindo um valor contratual para liquidação.

O valor justo dos Passivos Financeiros Mantidos para Negociação por vencimento é o seguinte:

	31/12/2016	31/12/2015
	Custo / Valor Justo	Custo / Valor Justo
Circulante - Até um ano	134	34
Não Circulante	385	378
De um a cinco anos	295	364
De cinco a dez anos	52	5
Após dez anos	38	9
Total	519	412

Nota 19 - Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários e Institucionais

a) Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos:

	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Mercado Aberto	234.569	114.595	349.164	181.198	155.445	336.643
Operações Lastreadas com Ativos Financeiros Próprios ^(*)	101.400	114.595	215.995	64.955	155.445	220.400
Operações Lastreadas com Ativos Financeiros de Terceiros	133.169	-	133.169	116.243	-	116.243
Interbancário	75.352	60.131	135.483	80.547	76.339	156.886
Letras Hipotecárias	-	-	-	31	108	139
Letras de Crédito Imobiliário	12.830	6.349	19.179	12.441	2.011	14.452
Letras de Crédito do Agronegócio	9.158	6.284	15.442	6.695	7.080	13.775
Letras Financeiras	5.976	13.590	19.566	3.860	14.636	18.496
Financiamento à Importação e à Exportação	38.123	7.510	45.633	45.633	19.933	65.566
Repasse no País	9.205	20.623	29.828	11.884	26.920	38.804
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Crédito (Nota 12d)	60	5.775	5.835	3	5.651	5.654

(*) Inclui R\$ 132.149 (R\$ 152.215 em 31/12/2015) referente à Debêntures de emissão própria.

As captações para financiamento à importação e à exportação representam linhas de crédito disponíveis para o financiamento de importações e exportações de empresas brasileiras, geralmente denominadas em moeda estrangeira. A tabela a seguir apresenta a taxa de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No País	No Exterior
Mercado Aberto ^(*)	8,5% do CDI a 17,36%	0,63% a 1,85%
Letras Hipotecárias	-	2,5% a 8%
Letras de Crédito Imobiliário	83% a 100% do CDI	-
Letras Financeiras	IGPM a 113%	-
Letras de Crédito do Agronegócio	83% a 98% do CDI	-
Financiamento à Importação e à Exportação	1,1% a 6,0%	0,4% a 9,5%
Repasse no País	2,5% a 14,5%	-
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Crédito	6,38% a 13,17%	-

(*) A Nota 2.4d apresenta as operações que compõem as Captações no Mercado Aberto. As datas finais de recompra vão até Dezembro de 2032.

b) Recursos de Mercados Institucionais

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos de Mercados Institucionais:

	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Dívida Subordinada ⁽¹⁾	11.056	46.364	57.420	10.209	55.576	65.785
Obrigações por TVM no Exterior	5.947	27.636	33.583	4.757	19.431	24.188
Captação por Certificados de Operações Estruturadas ⁽²⁾	2.050	3.186	5.236	893	3.052	3.945
Total	19.053	77.186	96.239	15.859	78.059	93.918

(1) Em 31/12/2016, R\$ 51.875 (R\$ 64.861 em 31/12/2015) integram o Patrimônio de Referência, dentro da proporcionalidade definida pela Resolução 3.444, de 28/02/2007, do CMN, e alterações promovidas pela Resolução nº 3.532, de 31/01/2008, do CMN.

(2) Em 31/12/2016, o valor de mercado da Captação por Certificados de Operações Estruturadas emitida é de R\$ 5.816.

Na tabela a seguir, são apresentadas as taxas de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No País	No Exterior
Dívida Subordinada	CDI + 1% a IGPM + 7,6%	3,5% a 10,79%
Obrigações por TVM no Exterior	0,89% a 12,73%	0,63% a 25,04%
Captação por Certificados de Operações Estruturadas	IPA + 3,28% a 16,54%	-

Nota 20 - Outros Ativos e Passivos

a) Outros Ativos

	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financeiros ⁽¹⁾	41.648	12.269	53.917	41.546	11.960	53.506
Operações com Emissores de Cartões de Crédito	26.124	-	26.124	25.191	-	25.191
Operações de Seguros e Resseguros	1.306	14	1.320	1.367	-	1.367
Depósitos em Garantia de Passivos Contingentes (Nota 32)	2.118	11.144	13.262	2.131	10.502	12.633
Depósitos em Garantias de Captações de Recursos Externos	893	-	893	409	-	409
Negociação e Intermediação de Valores	6.770	-	6.770	7.725	-	7.725
Valores a Receber de Reembolso de Contingências (Nota 32c)	258	870	1.128	335	758	1.093
Serviços Prestados a Receber	2.510	-	2.510	2.333	149	2.482
Valores a Receber do FCVS - Fundo para Compensação de Variações Salariais ⁽²⁾	7	234	241	-	551	551
Carteira de Câmbio	-	-	-	444	-	444
Operações sem Características de Concessão de Crédito	1.662	7	1.669	1.611	-	1.611
Não Financeiros	7.804	2.223	10.027	7.005	4.606	11.611
Despesas Antecipadas	2.101	687	2.788	2.196	1.012	3.208
Ativos de Planos de Aposentadoria (Notas 29c e d)	-	1.113	1.113	-	2.183	2.183
Diversos no País	1.634	32	1.666	602	-	602
Prêmio de Operações de Crédito	531	319	850	814	850	1.664
Diversos no Exterior	1.776	65	1.841	1.542	550	2.092
Outros	1.762	7	1.769	1.851	11	1.862

(1) Neste período, não houve perdas referente à redução ao valor recuperável de outros ativos financeiros.

(2) O Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS foi criado por meio da Resolução nº 25, de 16/6/1967, do Conselho de Administração do extinto BNH (Banco Nacional da Habitação), e tem por finalidade liquidar os saldos remanescentes existentes após o término do prazo dos financiamentos imobiliários contratados até Março de 1990, de contratos financiados no âmbito do SFH (Sistema Nacional da Habitação) e desde que cobertos pelo FCVS.

b) Outros Passivos

	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financeiros	71.798	34	71.832	68.478	237	68.715
Operações com Cartões de Crédito	58.920	-	58.920	56.143	-	56.143
Carteira de Câmbio	620	-	620	-	-	-
Negociação e Intermediação de Valores	10.538	-	10.538	10.920	177	11.097
Obrigações Leasing Financeiro (Nota 14a)	26	-	26	491	26	517
Recursos de Consorciados	84	-	84	45	-	45
Outros	1.610	34	1.644	879	34	913
Não Financeiros	25.968	1.142	27.110	24.975	812	25.787
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	297	-	297	239	-	239
Diversos no País	2.488	117	2.605	1.681	75	1.756
Recursos em Trânsito	10.214	190	10.404	10.893	-	10.893
Provisão para Pagamentos Diversos	2.007	203	2.210	1.944	199	2.143
Sociais e Estatutárias	5.541	35	5.576	5.110	-	5.110
Relativas a Operações de Seguros	224	-	224	253	-	253
Obrigações por Convênios Oficiais e Prestação de Serviços de Pagamento	864	-	864	808	-	808
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria (Nota 29c e e)	201	548	749	-	491	491
Provisão de Pessoal	1.352	49	1.401	1.336	47	1.383
Provisão para Seguro Saúde	742	-	742	716	-	716
Rendas Antecipadas	1.975	-	1.975	1.909	-	1.909
Outros	63	-	63	86	-	86

Nota 21 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em AGE de 14/09/2016 foi aprovado o aumento do capital social subscrito e integralizado no montante de R\$ 12.000, mediante a capitalização de valores registrados nas Reservas de Lucros – Reserva Estatutária, com bonificação de 10% em ações. As ações bonificadas passaram a ser negociadas a partir de 21/10/2016 e o processo foi homologado pelo BACEN em 23/09/2016. Em consequência, o capital social foi elevado em 598.391.594 ações.

Em AGE de 27/04/2016 foi aprovado o cancelamento de 100.000.000 de ações preferenciais de emissão própria e mantidas em tesouraria, sem alteração do capital social, mediante a capitalização de valores registrados nas Reservas de Lucros - Reserva Estatutária. O processo foi homologado pelo BACEN em 07/06/2016.

O capital social está representado por 6.582.307.543 ações escriturais sem valor nominal, sendo 3.351.744.217 ações ordinárias e 3.230.563.326 ações preferenciais sem direito a voto, mas com direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias. O capital social totaliza R\$ 97.148 (R\$ 85.148 em 31/12/2015), sendo R\$ 65.534 (R\$ 58.284 em 31/12/2015) de acionistas domiciliados no país e R\$ 31.614 (R\$ 26.864 em 31/12/2015) de acionistas domiciliados no exterior.

Seguem a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e a conciliação dos saldos no início e no fim do período:

31/12/2016				
	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País em 31/12/2015	3.033.657.386	1.130.776.196	4.164.433.582	
Residentes no Exterior em 31/12/2015	13.382.812	1.906.099.555	1.919.482.367	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2015	3.047.040.198	3.036.875.751	6.083.915.949	
(-) Cancelamento de Ações - AGE de 27/04/2016 - Homologada em 07/06/2016	-	(100.000.000)	(100.000.000)	
Bonificação de Ações - AGE de 14/09/2016 Efetivada em 23/09/2016	304.704.019	293.687.575	598.391.594	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2016	3.351.744.217	3.230.563.326	6.582.307.543	
Residentes no País em 31/12/2016	3.335.350.311	1.104.963.731	4.440.314.042	
Residentes no Exterior em 31/12/2016	16.393.906	2.125.599.595	2.141.993.501	
Ações em Tesouraria em 31/12/2015 ⁽¹⁾	2.795	162.562.650	162.565.445	(4.353)
Aquisições de Ações	-	30.640.000	30.640.000	(947)
Exercidas - Outorga de Opções de Ações	-	(19.931.626)	(19.931.626)	315
Alienações - Plano para Outorga de Opções de Ações	-	(8.293.957)	(8.293.957)	433
(-) Cancelamento de Ações - AGE de 27/04/2016 - Homologada em 07/06/2016	-	(100.000.000)	(100.000.000)	2.670
Bonificação de Ações - AGE de 14/09/2016	279	4.627.395	4.627.674	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2016 ⁽¹⁾	3.074	69.604.462	69.607.536	(1.882)
Em Circulação em 31/12/2016	3.351.741.143	3.160.958.864	6.512.700.007	
Em Circulação em 31/12/2015 ⁽²⁾	3.351.741.143	3.161.744.411	6.513.485.554	
31/12/2015				
	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País em 31/12/2014	3.034.554.303	1.148.179.276	4.182.733.579	
Residentes no Exterior em 31/12/2014	12.485.895	1.888.696.475	1.901.182.370	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2014	3.047.040.198	3.036.875.751	6.083.915.949	
Bonificação de Ações - AGE de 29/04/2015 - Efetivada em 25/06/2015	304.704.019	303.687.575	608.391.594	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2015	3.351.744.217	3.340.563.326	6.692.307.543	
Residentes no País em 31/12/2015	3.337.023.124	1.243.853.815	4.580.876.939	
Residentes no Exterior em 31/12/2015	14.721.093	2.096.709.511	2.111.430.604	
Ações em Tesouraria em 31/12/2014 ⁽¹⁾	2.795	59.211.406	59.214.201	(1.328)
Aquisições de Ações	-	122.677.280	122.677.280	(3.324)
Exercidas - Outorga de Opções de Ações	-	(6.461.115)	(6.461.115)	4
Alienações - Plano para Outorga de Opções de Ações	-	(5.877.161)	(5.877.161)	295
Bonificação de Ações - AGE de 29/04/2015	279	9.268.505	9.268.784	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2015 ⁽¹⁾	3.074	178.818.915	178.821.989	(4.353)
Em Circulação em 31/12/2015 ⁽²⁾	3.351.741.143	3.161.744.411	6.513.485.554	
Em Circulação em 31/12/2014 ⁽²⁾	3.351.741.143	3.275.430.780	6.627.171.923	

(1) Ações de própria emissão adquiridas, com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado.

(2) Para melhor comparabilidade, as ações em circulação foram ajustadas pela bonificação ocorrida em 23/09/2016.

Abaixo são discriminados o custo das ações adquiridas no período, bem como o custo médio das Ações em Tesouraria e o seu valor de mercado:

Custo / Valor de Mercado	01/01 a 31/12/2016	
	Ordinárias	Preferenciais
Mínimo	-	23,79
Médio ponderado	-	30,13
Máximo	-	36,05
Ações em Tesouraria		
Custo Médio	6,59	27,04
Valor de Mercado em 31/12/2016	30,00	33,85

Custo / Valor de Mercado	01/01 a 31/12/2015	
	Ordinárias	Preferenciais
Mínimo	-	24,96
Médio ponderado	-	28,80
Máximo	-	31,86
Ações em Tesouraria		
Custo Médio	7,25	26,78
Valor de Mercado em 31/12/2015	24,58	26,33

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participaram dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias dividendo igual ao prioritário mínimo anual de R\$ 0,022 por ação não cumulativo a ser pago às ações preferenciais.

A antecipação mensal do dividendo mínimo obrigatório utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,015 por ação.

Segue abaixo o demonstrativo dos dividendos e juros sobre capital próprio e o cálculo do dividendo mínimo obrigatório:

Demonstrativo dos Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Lucro Líquido Individual Estatutário	18.853	21.084	17.392
Ajustes:			
(-) Reserva Legal	(943)	(1.054)	(870)
Base de Cálculo do Dividendo	17.910	20.030	16.522
Dividendos Mínimo Obrigatório - 25%	4.478	5.007	4.130
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos / Provisionados	10.000	7.305	6.635

Pagamentos/Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	31/12/2016		
	Bruto	IRF	Líquido
Pagos/Antecipados	3.355	(355)	3.000
Dividendos - 11 parcelas mensais de R\$ 0,015 por ação pagas de fevereiro a dezembro de 2016	987	-	987
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,3990 por ação, pago em 25/08/2016	2.368	(355)	2.013
Declarados até 31/12/2016 (Registrados em Outros Passivos)	3.169	(461)	2.708
Dividendos - 1 parcela mensal de R\$ 0,015 por ação, paga em 02/01/2017	98	-	98
Juros sobre Capital Próprio - R\$ 0,4714 por ação, creditados em 30/12/2016 a serem pagos até 28/04/2017	3.071	(461)	2.610
Declarados após 31/12/2016 (Registrados em Reservas de Lucros - Equalização de Dividendos)	5.050	(758)	4.292
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,7754 por ação.	5.050	(758)	4.292
Total de 01/01 a 31/12/2016- R\$ 1,5789 líquido por ação	11.574	(1.574)	10.000

	31/12/2015		
	Bruto	IRF	Líquido
Pagos/Antecipados	3.002	(311)	2.691
Dividendos - 11 parcelas mensais de R\$ 0,015 por ação pagas de fevereiro a dezembro de 2015	932	-	932
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,3460 por ação, pago em 25/08/2015	2.070	(311)	1.759
Declarados até 31/12/2015 (Registrados em Outros Passivos)	2.502	(186)	2.316
Dividendos - 1 parcela mensal de R\$ 0,015 por ação, paga em 04/01/2016	89	-	89
Dividendos Provisionados - R\$ 0,1980	1.173	-	1.173
Juros sobre Capital Próprio - R\$ 0,2090 por ação, creditados em 30/12/2015 a serem pagos até 30/04/2016	1.240	(186)	1.054
Declarados após 31/12/2015 (Registrados em Reservas de Lucros - Equalização de Dividendos)	2.703	(405)	2.298
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,4564 por ação.	2.703	(405)	2.298
Total de 01/01 a 31/12/2015- R\$ 1,2376 líquido por ação	8.207	(902)	7.305

	31/12/2014		
	Bruto	IRF	Líquido
Pagos/Antecipados	2.637	(267)	2.370
Dividendos - 11 parcelas mensais de R\$ 0,015 por ação pagas em fevereiro a dezembro de 2014	857	-	857
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,3256 por ação, pago em 25/08/2014	1.780	(267)	1.513
Declarados até 31/12/2014 (Registrados em Outros Passivos)	1.760	-	1.760
Dividendos - 1 parcela mensal de R\$ 0,015 por ação, paga em 02/01/2015	82	-	82
Dividendos - R\$ 0,3063 por ação	1.678	-	1.678
Declarados após 31/12/2014 (Registrados em Reservas de Lucros - Reservas Especiais de Lucros)	2.947	(442)	2.505
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,5380 por ação.	2.947	(442)	2.505
Total de 01/01 a 31/12/2014 - R\$ 1,2204 líquido por ação	7.344	(709)	6.635

c) Capital Adicional Integralizado

O Capital Adicional Integralizado corresponde: (i) à diferença entre o preço de venda das ações em tesouraria e o custo médio de tais ações e (ii) às despesas de remuneração reconhecidas segundo o plano de opções de ações e remuneração variável.

d) Reservas Integralizadas

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Reservas de Capital ⁽¹⁾	285	285	285
Ágio na Subscrição de Ações	284	284	284
Reservas Decorrentes de Incentivos Fiscais, Atualização de Títulos Patrimoniais e Outras	1	1	1
Reservas de Lucros	3.158	9.782	7.925
Legal ⁽²⁾	7.838	6.895	5.841
Estatutárias	1.132	9.461	7.775
Equalização de Dividendos ⁽³⁾	337	3.355	2.885
Reforço do Capital de Giro ⁽⁴⁾	-	1.655	1.162
Aumento de Capital de Empresas Participadas ⁽⁵⁾	795	4.451	3.728
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	(10.862)	(9.277)	(8.638)
Especiais de Lucros ⁽⁶⁾	5.050	2.703	2.947
Total das Reservas na Controladora	3.443	10.067	8.210

(1) Refere-se aos valores recebidos pela sociedade que não transitaram pelo resultado, por não se referirem à contraprestação à entrega de bens ou serviços prestados pela sociedade.

(2) Reserva Legal - objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos.

(3) Reserva para Equalização de Dividendos - tem a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

(4) Reserva para Capital de Giro - objetiva garantir meios financeiros para a operação da sociedade.

(5) Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas - visa garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

(6) Refere-se ao Juros sobre Capital Próprio declarado após 31 de dezembro de cada período.

e) Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e das apropriações para as reservas estatutárias nos registros legais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

f) Participações de Não Controladores

	Patrimônio Líquido		Resultado	
	31/12/2016	31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Itaú CorpBanca (Nota 3)	10.117	-	119	-
Banco CorpBanca Colômbia S.A. (Nota 3)	1.231	-	22	-
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	519	428	119	118
Banco Itaú Consignado S.A.	-	983	(20)	217
Luizacred S.A. Soc. Cred. Financiamento Investimento	275	282	51	62
Outras	90	114	28	19
Total	12.232	1.807	319	416

Nota 22 - Pagamento Baseado em Ações

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e as empresas por ele controladas possuem programas de pagamentos baseados em ações para seus funcionários e administradores, visando integrá-los ao processo de desenvolvimento da instituição a médio e longo prazo.

Os pagamentos ocorrem somente em exercícios com lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório e, a fim de limitar a diluição máxima a que os acionistas poderão estar sujeitos, em quantidade que não ultrapasse o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações possuídas pelos acionistas majoritários e minoritários na data do balanço de encerramento do exercício.

A liquidação desses programas é feita mediante entrega de ações ITUB4 mantidas em tesouraria.

Em AGE de 14/09/2016 foi aprovado aumento de capital com bonificação de 10% em ações e homologado pelo BACEN em 23/09/2016. As novas ações estão incluídas na posição acionária em 21/10/2016. Dessa forma, para melhor comparabilidade, as quantidades de ações apresentadas neste item estão bonificadas.

No período de 01/01 a 31/12/2016, o efeito contábil de pagamento baseado em ações no resultado foi de R\$ (591) (R\$ (734) de 01/01 a 31/12/2015 e R\$ (441) de 01/01 a 31/12/2014).

I – Plano para Outorga de Opções de Ações (Opções Simples)

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui um Plano para Outorga de Opções de Ações (“Opções Simples”) com o objetivo de integrar administradores e funcionários no processo de desenvolvimento do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e das empresas por ele controladas a médio e longo prazo, facultando-lhes participar da valorização que seu trabalho e dedicação trouxerem às ações.

Além das outorgas realizadas no âmbito do Plano, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING também mantém o controle dos direitos e obrigações das opções outorgadas no âmbito dos planos assumidos nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 24/04/2009 e 19/04/2013, relativas aos programas de outorga de opções de ações do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e da Unibanco Holdings S.A. e da Redecard S.A., respectivamente. A troca das ações para ITUB4 não trouxe impacto financeiro significativo.

As opções simples possuem as seguintes características:

- a) Preço de exercício:** fixado com base na média dos preços das ações nos 3 (três) últimos meses do ano antecedente ao da outorga. Os preços estabelecidos serão reajustados até o último dia útil do mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice a ser definido internamente, devendo ser pagos em prazo igual ao vigente para liquidação de operações na BM&FBOVESPA.
- b) Período de carência:** fixado no momento da emissão entre 1 (um) ano e 7 (sete) anos, contados a partir da outorga. Em regra, o período de carência fixado é de 5 (cinco) anos.
- c) Valor justo e premissas econômicas utilizadas para reconhecimento dos custos:** o valor justo das Opções Simples é calculado na data da outorga utilizando-se o modelo Binomial. As premissas econômicas utilizadas são:
 - (i) Preço de exercício: preço de exercício previamente definido na emissão da opção, atualizado pela variação do IGP-M.
 - (ii) Preço do ativo objeto (ações ITUB4): preço de fechamento da BM&FBOVESPA na data-base de cálculo.
 - (iii) Dividendos esperados: média anual da taxa de retorno dos últimos 3 (três) exercícios de dividendos pagos, acrescidos dos Juros sobre o Capital Próprio da ação ITUB4.
 - (iv) Taxa de juros livre de risco: cupom do IGP-M até o prazo de vigência da Opção Simples.
 - (v) Volatilidade esperada: calculada a partir do desvio-padrão sobre o histórico dos últimos 84 retornos mensais dos preços de fechamento da ação ITUB4 divulgada pela BM&FBOVESPA, ajustados pela variação do IGP-M.

Resumo da Movimentação do Plano

	Opções Simples		
	Quantidade	Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado
Saldo em 31/12/2015	50.543.148	31,89	
Opções exercíveis no final do período	35.647.958	33,40	
Opções em aberto não exercíveis	14.895.190	28,29	
Opções:			
Outorgadas	-	-	
Canceladas/Perda de Direito ^(*)	(127.798)	35,91	
Exercidas	(12.381.844)	26,92	35,15
Saldo em 31/12/2016	38.033.506	36,94	
Opções exercíveis no final do período	23.440.177	40,98	
Opções em aberto não exercíveis	14.593.329	30,45	
Faixa de preços de exercício			
Outorga 2009-2010		25,66 - 41,69	
Outorga 2011-2012		30,45 - 40,72	
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,63		

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

	Opções Simples		
	Quantidade	Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado
Saldo em 31/12/2014	60.678.323	29,48	
Opções exercíveis no final do período	31.759.519	29,23	
Opções em aberto não exercíveis	28.918.804	29,75	
Opções:			
Outorgadas	-	-	
Canceladas/Perda de Direito ^(*)	(9.968.681)	36,44	
Exercidas	(166.494)	22,11	31,24
Saldo em 31/12/2015	50.543.148	31,89	
Opções exercíveis no final do período	35.647.958	33,40	
Opções em aberto não exercíveis	14.895.190	28,29	
Faixa de preços de exercício			
Outorga 2008-2009		23,95 - 36,62	
Outorga 2010-2012		21,71 - 38,90	
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,60		

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

	Opções Simples		
	Quantidade	Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado
Saldo em 31/12/2013	79.033.384	27,15	
Opções exercíveis no final do período	39.609.101	25,14	
Opções em aberto não exercíveis	39.424.283	29,96	
Opções:			
Outorgadas	-	-	
Canceladas/Perda de Direito ^(*)	(1.684.588)	28,91	
Exercidas	(16.670.473)	24,80	33,39
Saldo em 31/12/2014	60.678.323	29,48	
Opções exercíveis no final do período	31.759.519	29,23	
Opções em aberto não exercíveis	28.918.804	29,75	
Faixa de preços de exercício			
Outorga 2006-2009		21,64 - 36,25	
Outorga 2010-2012		21,71 - 35,15	
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,56		

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

II – Programa de Sócios

Os funcionários e administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e das empresas por ele controladas podem ser selecionados para participar de um programa que permite o investimento de um percentual de seu bônus na aquisição de ações ITUB4 e instrumentos baseados em tais ações que deverão ser mantidos pelos beneficiários pelos prazos de 3 (três) a 5 (cinco) anos, a contar do investimento inicial, sujeitando-os à variação da cotação de mercado. Após satisfeitas as condições suspensivas determinadas pelo programa, os beneficiários terão direito de receber uma contrapartida em ITUB4, conforme as quantidades estipuladas no regimento interno do programa.

O preço de aquisição das ações e dos instrumentos baseados em ações é fixado semestralmente e é equivalente à média da cotação das ações ITUB4 nos 30 (trinta) dias que antecederem à fixação do referido preço.

O valor justo da contrapartida em ações ITUB4 é o preço de mercado cotado na data de outorga, descontado da expectativa de dividendos.

A média ponderada do valor justo da contrapartida em ações ITUB4 foi estimada em R\$ 19,45 por ação em 31/12/2016 (R\$ 26,56 por ação em 31/12/2015 e R\$ 26,95 por ação em 31/12/2014).

A Lei nº 12.973/14, que adequou a legislação tributária aos padrões contábeis internacionais e pôs fim ao Regime Tributário de Transição (RTT), estabeleceu um novo marco legal para os pagamentos efetuados em ações. Por conta dessa nova lei, foram realizadas alterações no Programa de Sócios, adequando seus efeitos fiscais.

Movimentação do Programa de Sócios

	Quantidade
Saldo em 31/12/2015	33.666.355
Novas Outorgas	12.392.845
Cancelados	(370.039)
Exercidos	(10.226.782)
Saldo em 31/12/2016	35.462.379
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,73

	Quantidade
Saldo em 31/12/2014	29.407.871
Novas Outorgas	11.442.795
Cancelados	(889.690)
Exercidos	(6.294.621)
Saldo em 31/12/2015	33.666.355
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,02

	Quantidade
Saldo em 31/12/2013	22.205.702
Novas Outorgas	13.318.700
Cancelados	(1.883.243)
Exercidos	(4.233.288)
Saldo em 31/12/2014	29.407.871
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,05

III - Remuneração variável

A política instituída em atendimento à Resolução CMN nº 3.921/10, determina que 50% da remuneração variável dos administradores deve ser paga em dinheiro e 50% em ações pelo prazo de 3 (três) anos. A entrega das ações é feita de forma diferida, sendo 1/3 (um terço) por ano, sujeita a permanência do executivo na instituição. As parcelas diferidas e não pagas poderão ser revertidas proporcionalmente à redução significativa do lucro recorrente realizado ou resultado negativo do período.

O valor justo das ações ITUB4 é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

A média ponderada do valor justo das ações ITUB4 foi estimada em R\$ 21,96 por ação em 31/12/2016 (R\$ 28,40 por ação em 31/12/2015 e R\$ 23,03 em 31/12/2014).

Movimentação da Remuneração Variável em Ações	
	Quantidade
Saldo em 31/12/2015	22.325.573
Novos	13.422.462
Entregues	(11.136.079)
Cancelados	(72.550)
Saldo em 31/12/2016	24.539.406

Movimentação da Remuneração Variável em Ações	
	Quantidade
Saldo em 31/12/2014	17.492.005
Novos	13.792.517
Entregues	(8.306.134)
Cancelados	(652.815)
Saldo em 31/12/2015	22.325.573

Movimentação da Remuneração Variável em Ações	
	Quantidade
Saldo em 31/12/2013	9.119.826
Novos	12.102.893
Entregues	(3.250.234)
Cancelados	(480.480)
Saldo em 31/12/2014	17.492.005

Nota 23 - Receita e Despesas de Juros e Rendimentos e Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos

a) Receitas de Juros e Rendimentos

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Depósitos Compulsórios no Banco Central	6.920	5.748	5.904
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	677	1.628	1.286
Aplicações em Mercado Aberto	34.162	27.572	17.929
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	23.669	19.826	15.128
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	11.160	8.979	7.272
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	3.788	3.758	2.347
Operações de Crédito	80.118	79.392	69.248
Outros Ativos Financeiros	1.001	886	1.001
Total	161.495	147.789	120.115

b) Despesas de Juros e Rendimentos

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Depósitos	(14.701)	(13.587)	(12.064)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(45.932)	(32.879)	(26.771)
Recursos de Mercados Interbancários	(8.348)	(7.970)	(14.404)
Recursos de Mercados Institucionais	(8.248)	(8.030)	(10.695)
Despesa Financeira de Provisões Técnicas de Seguros e Previdência	(17.790)	(12.556)	(8.987)
Outros	(107)	(42)	(56)
Total	(95.126)	(75.064)	(72.977)

c) Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	2.514	(1.625)	215
Derivativos (*)	7.320	(6.071)	119
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	49	51	32
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(1.685)	(4.345)	(1.089)
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento (Perda Permanente)	(740)	-	-
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	(147)	128	(1)
Total	7.311	(11.862)	(724)

(*) Inclui a parcela inefetiva dos Derivativos relacionados ao Hedge Contábil.

Durante o período findo em 31/12/2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconheceu R\$ 1.882 de despesas por redução ao valor recuperável sendo, R\$ 1.142 para Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e R\$ 740 para Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento. A perda líquida de reversões totalizou R\$ 1.522 registrada na demonstração de resultado na linha "Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos".

Nota 24 - Receita de Prestação de Serviços

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Serviços de Contas Correntes	9.528	8.815	7.725
Taxas de Administração	3.514	2.932	2.660
Comissões de Cobrança	1.315	1.250	1.279
Comissões de Cartões de Crédito	13.330	12.722	11.507
Operações de Crédito e Garantias Prestadas	1.773	1.609	1.407
Comissão de Corretagem	295	248	262
Outros	2.163	1.876	1.502
Total	31.918	29.452	26.342

Nota 25 - Outras Receitas

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Ganhos na Venda de Bens não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	233	97	1.194
Recuperação de Despesas	331	210	207
Reversão de Provisões	156	455	179
Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais	13	65	158
Outros	649	452	416
Total	1.382	1.279	2.154

Nota 26 - Despesas Gerais e Administrativas

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Despesas de Pessoal	(22.360)	(19.573)	(17.071)
Remuneração	(8.752)	(7.982)	(7.046)
Encargos	(2.567)	(2.540)	(2.364)
Benefícios Sociais	(3.070)	(2.472)	(2.133)
Planos de Aposentadoria e Benefícios Pós Emprego (Nota 29)	279	(240)	33
Benefício Definido	(81)	(78)	(30)
Contribuição Definida	360	(162)	63
Plano de Opções de Ações (Nota 22d)	(306)	(214)	(231)
Treinamento	(192)	(202)	(186)
Participações de Empregados nos Lucros	(3.610)	(3.387)	(3.324)
Desligamentos	(571)	(351)	(377)
Provisões Trabalhistas (Nota 32)	(3.571)	(2.185)	(1.443)
Despesas Administrativas	(15.959)	(15.112)	(14.325)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(3.966)	(4.052)	(3.870)
Serviços de Terceiros	(4.340)	(4.044)	(4.189)
Instalações	(1.161)	(1.022)	(924)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(1.036)	(1.095)	(972)
Despesas de Aluguéis	(1.480)	(1.289)	(1.216)
Transportes	(391)	(411)	(432)
Materiais	(313)	(380)	(365)
Despesas com Serviços Financeiros	(731)	(614)	(544)
Segurança	(716)	(675)	(627)
Concessionárias de Serviços Públicos	(425)	(418)	(289)
Despesas de Viagem	(199)	(212)	(204)
Outros	(1.201)	(900)	(693)
Depreciação	(1.702)	(1.688)	(1.641)
Amortização	(1.292)	(910)	(827)
Despesas de Comercialização de Seguros	(721)	(1.138)	(1.214)
Outras Despesas	(8.870)	(9.205)	(7.472)
Despesas relacionadas a Cartões de Crédito	(3.165)	(3.415)	(2.691)
Perdas com fraudes com Terceiros	(571)	(468)	(472)
Prejuízo na Venda de Bens não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	(274)	(187)	(133)
Provisões Cíveis (Nota 32)	(1.489)	(2.069)	(1.708)
Provisões Fiscais e Previdenciárias	(915)	(1.361)	(971)
Ressarcimento de custos interbancários	(294)	(262)	(229)
Outros	(2.162)	(1.443)	(1.268)
Total	(50.904)	(47.626)	(42.550)

Nota 27 – Imposto de Renda e Contribuição Social

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e cada uma de suas subsidiárias apuram separadamente, em cada exercício, o imposto de renda federal e a contribuição social sobre o lucro líquido.

a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

Demonstração do Cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social:

Devidos sobre Operações do Período	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	38.192	18.265	28.808
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes (Nota 2.4 k)	(17.187)	(7.611)	(11.523)
Acréscimos / Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:			
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em conjunto, Líquido	165	176	109
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	(4.313)	8.329	1.471
Juros sobre o Capital Próprio	3.617	2.585	1.738
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	628	631	639
Dividendos e Juros sobre Títulos da Dívida Externa	365	271	311
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não tributáveis (*)	12.827	(13.346)	46
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.898)	(8.965)	(7.209)
Referentes a Diferenças Temporárias			
Constituição (Reversão) do Período	(10.774)	13.006	1.341
Constituição (Reversão) de Períodos Anteriores	62	(71)	(1.079)
Majoração de Alíquota da Contribuição Social (Nota 27b III)	-	3.921	-
(Despesas)/Receitas de Tributos Diferidos	(10.712)	16.856	262
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(14.610)	7.891	(6.947)

(*) Contempla (Inclusões) e Exclusões Temporárias.

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2015	Realização / Reversão	Constituição (1)	31/12/2016
Refletido no Resultado	48.911	(16.508)	15.480	47.883
Créditos de Liquidação Duvidosa	25.572	(6.337)	7.740	26.975
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	6.655	(288)	561	6.928
Provisões para Passivos Contingentes	<u>5.385</u>	<u>(1.784)</u>	<u>2.106</u>	<u>5.707</u>
Ações Cíveis	2.149	(701)	507	1.955
Ações Trabalhistas	1.812	(1.010)	1.366	2.168
Fiscais e Previdenciárias	1.420	(71)	233	1.582
Outros	4	(2)	-	2
Ágio na Aquisição do Investimento	511	(346)	-	165
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	508	(200)	79	387
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	1.253	(797)	29	485
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	4.951	(4.951)	145	145
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	322	(22)	-	300
Outros	3.754	(1.783)	4.820	6.791
Refletido no Patrimônio Líquido	4.253	(1.970)	711	2.994
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	1.883	(627)	-	1.256
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.980	(1.338)	-	642
Hedge de Fluxo de Caixa	137	-	706	843
Outros	253	(5)	5	253
Total (2) (3)	53.164	(18.478)	16.191	50.877

(1) Inclui Saldos Oriundos da Aquisição do Corpbanca R\$ 1.221 e da Aquisição da Recovery R\$ 45 (Nota 3).

(2) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 37.395 e R\$ 643.

(3) Os registros contábeis de créditos tributários sobre prejuízos fiscais de imposto de renda, e/ou sobre bases negativas da contribuição social sobre o lucro líquido bem como aqueles decorrentes de diferenças temporárias, são baseados em estudos técnicos de viabilidade que consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade para cada controlada individualmente e para o consolidado tomado em conjunto. Para as controladas, Itaú Unibanco S.A e Banco Itaucard S.A, foi enviado requerimento ao Banco Central do Brasil, nos termos do §. 7º do art. 1º da Resolução 4.441/15 e na forma da Circular 3.776/15.

	31/12/2014	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2015
Refletido no Resultado	32.513	(7.009)	23.407	48.911
Créditos de Liquidação Duvidosa	18.909	(2.319)	8.982	25.572
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	5.430	(239)	1.464	6.655
Provisões para Passivos Contingentes	<u>4.298</u>	<u>(1.364)</u>	<u>2.451</u>	<u>5.385</u>
Ações Cíveis	1.818	(624)	955	2.149
Ações Trabalhistas	1.460	(382)	734	1.812
Fiscais e Previdenciárias	1.009	(351)	762	1.420
Outros	11	(7)	-	4
Ágio na Aquisição do Investimento	721	(210)	-	511
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	394	(698)	812	508
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	3	(4)	1.254	1.253
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	109	(109)	4.951	4.951
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	274	-	48	322
Outros	2.375	(2.066)	3.445	3.754
Refletido no Patrimônio Líquido	4.106	(1.527)	1.674	4.253
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	2.514	(631)	-	1.883
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	539	(142)	1.583	1.980
Hedge de Fluxo de Caixa	50	-	87	137
Outros	1.003	(754)	4	253
Total (*)	36.619	(8.536)	25.081	53.164

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 47.453 e R\$ 370.

II - O saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2015	Realização / Reversão	Constituição ⁽¹⁾	31/12/2016
Refletido no Resultado	4.277	(2.283)	11.513	13.507
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	1.487	(551)	-	936
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	1.130	(168)	231	1.193
Planos de Pensão	336	(143)	40	233
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	51	(100)	1.144	1.095
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	198	(198)	7.293	7.293
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	286	-	1.216	1.502
Outros	789	(1.123)	1.589	1.255
Refletido no Patrimônio Líquido	1.804	(1.639)	453	618
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	53	-	433	486
Hedge de Fluxo de Caixa	1.313	(1.250)	-	63
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria	424	(389)	-	35
Outros	14	-	20	34
Total ⁽²⁾	6.081	(3.922)	11.966	14.125

(1) Inclui Saldo oriundo da Aquisição do Corpbanca R\$ 994 (Nota 3).

(2) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 37.395 e R\$ 643.

	31/12/2014	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2015
Refletido no Resultado	4.735	(1.801)	1.343	4.277
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	2.508	(1.021)	-	1.487
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	876	(425)	679	1.130
Planos de Pensão	336	(34)	34	336
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	4	(12)	59	51
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	6	(6)	198	198
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	563	(277)	-	286
Outros	442	(26)	373	789
Refletido no Patrimônio Líquido	956	(97)	945	1.804
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	132	(79)	-	53
Hedge de Fluxo de Caixa	373	-	940	1.313
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria	442	(18)	-	424
Outros	9	-	5	14
Total ^(*)	5.691	(1.898)	2.288	6.081

(*) O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 47.453 e R\$ 370.

III - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários e da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos existentes em 31/12/2016, são:

	Créditos Tributários						Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos		Tributos Diferidos Líquidos	
	Diferenças Temporárias	%	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	%	Total	%		%		%
2017	21.863	50%	37	1%	21.900	43%	(1.260)	8%	20.640	56%
2018	10.363	23%	151	2%	10.514	21%	(646)	5%	9.868	27%
2019	4.682	11%	2.060	30%	6.742	13%	(2.372)	17%	4.370	12%
2020	1.130	3%	2.416	35%	3.546	7%	(1.363)	10%	2.183	6%
2021	598	1%	1.775	25%	2.373	5%	(366)	3%	2.007	5%
Acima de 2021	5.313	12%	489	7%	5.802	11%	(8.118)	57%	(2.316)	-6%
Total	43.949	100%	6.928	100%	50.877	100%	(14.125)	100%	36.752	100%
Valor Presente ^(*)	40.415		5.937		46.352		(11.370)		34.982	

(*) Para o ajuste a valor presente, foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e a contribuição social em razão das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais e da base negativa não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

Considerando os efeitos temporários trazidos pela Lei 13.169/15, que elevou a alíquota da Contribuição Social para 20% até 31 de Dezembro de 2018, os créditos tributários foram contabilizados com base na expectativa de sua realização. O efeito no resultado foi de R\$ 3.921 em 31/12/2015. Em 31/12/2016 e 31/12/2015, não existem Créditos Tributários não contabilizados.

Nota 28 - Lucro por Ação

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os períodos indicados. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista do ITAÚ UNIBANCO HOLDING pelo número médio de ações durante os períodos, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores - Lucro por Ação Básico	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Lucro Líquido	23.263	25.740	21.555
Dividendo Mínimo não Cumulativo sobre as Ações Preferenciais, segundo os Estatutos	(70)	(71)	(72)
Subtotal	23.193	25.669	21.483
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um valor por Ação igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(73)	(74)	(74)
Subtotal	23.120	25.595	21.409
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:			
Aos Detentores de Ações Ordinárias	11.880	13.036	10.843
Aos Detentores de Ações Preferenciais	11.240	12.559	10.566
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	11.953	13.110	10.917
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	11.310	12.630	10.638
Média Ponderada das Ações em Circulação (Nota 21a)			
Ações Ordinárias	3.351.741.143	3.351.741.143	3.351.741.143
Ações Preferenciais	3.171.215.661	3.228.881.081	3.266.347.063
Lucro por Ação - Básico - R\$			
Ações Ordinárias	3,57	3,91	3,26
Ações Preferenciais	3,57	3,91	3,26
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores - Lucro por Ação Diluído	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	11.310	12.630	10.638
Dividendo sobre as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	82	83	64
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais considerando as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	11.392	12.713	10.702
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	11.953	13.110	10.917
Dividendo sobre as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	(82)	(83)	(64)
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias considerando as Ações Preferenciais após Efeitos da Diluição	11.871	13.027	10.853
Média Ponderada Ajustada de Ações (Nota 21a)			
Ações Ordinárias	3.351.741.143	3.351.741.143	3.351.741.143
Ações Preferenciais	3.216.235.372	3.270.734.307	3.305.545.129
Ações Preferenciais	3.171.215.661	3.228.881.081	3.266.347.063
Ações Incrementais das Opções de Ações Concedidas segundo o Pagamento Baseado em Ações	45.019.711	41.853.226	39.198.066
Lucro por Ação Diluído - R\$			
Ações Ordinárias	3,54	3,89	3,24
Ações Preferenciais	3,54	3,89	3,24

Os efeitos potencialmente antidilutivos das ações do Pagamento Baseado em Ações, que foram excluídas do cálculo do lucro por ação diluído, totalizaram 6.901.686 ações preferenciais em 31/12/2016, 4.805.473 ações preferenciais em 31/12/2015 e 3.494.779 ações preferenciais em 31/12/2014.

Nota 29 – Benefícios Pós Emprego

Apresentamos a seguir as práticas e procedimentos contábeis adotados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING quanto aos benefícios a empregados.

Os valores reconhecidos no Resultado do Período e no Patrimônio Líquido – Outros Resultados Abrangentes foram os seguintes:

Total dos Valores Reconhecidos no Resultado do Período

	Benefício Definido			Contribuição Definida (*)			Outros Benefícios			Total		
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Custo Serviço Corrente	(62)	(68)	(74)	-	-	-	-	-	-	(62)	(68)	(74)
Juros Líquidos	(13)	(6)	(32)	239	219	196	(19)	(17)	(14)	207	196	150
Aportes e Contribuições	-	-	-	121	(381)	(133)	-	-	-	121	(381)	(133)
Benefícios Pagos	-	-	-	-	-	-	13	13	9	13	13	9
Total Valores Reconhecidos	(75)	(74)	(106)	360	(162)	63	(6)	(4)	(5)	279	(240)	(48)

(*) No período as contribuições para os planos de contribuição definida, inclusive PGBL, totalizaram R\$ 339 (R\$ 207 de 01/01 a 31/12/2015 e R\$ 190 de 01/01 a 31/12/2014), sendo R\$ 115 (R\$ 144 de 01/01 a 31/12/2015 e R\$ 133 de 01/01 a 31/12/2014) oriundos de fundos previdenciais.

Total dos Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes

	Benefício Definido			Contribuição Definida			Outros Benefícios			Total		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
No Início do Período	(45)	(75)	(354)	(314)	(221)	(286)	(13)	(8)	7	(372)	(304)	(633)
Efeito na Restrição do Ativo(*)	(633)	(103)	(453)	(1.244)	(38)	77	-	-	-	(1.877)	(141)	(376)
Remensurações	608	133	732	236	(55)	(12)	(36)	(5)	(15)	808	73	705
Total Valores Reconhecidos	(70)	(45)	(75)	(1.322)	(314)	(221)	(49)	(13)	(8)	(1.441)	(372)	(304)

(*) A revisão da estimativa de reconhecimento do fundo previdencial resultou na reversão dos aportes futuros em R\$ 1.053.

a) Planos de Aposentadoria

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e algumas de suas subsidiárias patrocinam planos na modalidade de benefício definido incluindo os planos de contribuição variável, que têm por finalidade básica a concessão de benefício que, em geral, se dão na forma de renda vitalícia, podendo haver conversão em pensão por morte de acordo com o regulamento do plano. Também patrocinam planos de modalidade de contribuição definida, cujo benefício é determinado unicamente com base no saldo acumulado das contas individuais na data da elegibilidade, conforme regulamento de cada plano, o qual não requer cálculo atuarial, exceto no caso descrito na Nota 29c.

Os colaboradores contratados até 31 de julho de 2002, origem Itaú, e até 27 de fevereiro de 2009, origem Unibanco, são beneficiados pelos planos acima referidos. Os colaboradores contratados após as referidas datas contam com a opção de participar voluntariamente de um plano de contribuição variável (PGBL), administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A.

Os planos de benefícios são administrados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), com estrutura jurídica e legal independente, conforme detalhado a seguir:

Entidade	Plano de Benefício
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar	Plano de Aposentadoria Complementar - PAC ⁽¹⁾
	Plano de Benefício Franprev - PBF ⁽¹⁾
	Plano de Benefício 002 - PB002 ⁽¹⁾
	Plano Básico Itaulam - PBI ⁽¹⁾
	Plano Suplementar Itaulam - PSI ⁽²⁾
	Plano Itaubanco CD ⁽³⁾
	Plano de Aposentadoria Itaubank ⁽³⁾
	Plano BD Itaú ⁽¹⁾
	Plano CD Itaú ⁽²⁾
	Plano de Previdência Unibanco ⁽³⁾
	Plano de Benefícios Prebeg ⁽¹⁾
	Plano de Benefícios Definidos UBB PREV ⁽¹⁾
	Plano de Benefícios II ⁽¹⁾
	Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia - ACMV ⁽¹⁾
	Plano de Aposentadoria REDECARD Básico ⁽¹⁾
	Plano de Aposentadoria REDECARD Suplementar ⁽²⁾
	Plano de Previdência REDECARD ⁽³⁾
	Plano de Aposentadoria ITAUCARD BD ⁽¹⁾
	Plano de Aposentadoria ITAUCARD Suplementar ⁽²⁾
Funbep Fundo de Pensão Multipatrocinado	Plano de Benefícios Funbep I ⁽¹⁾
	Plano de Benefícios Funbep II ⁽²⁾

(1) Plano de modalidade de benefício definido;

(2) Plano de modalidade de contribuição variável;

(3) Plano de modalidade de contribuição definida.

b) Governança

As EFPC e os planos de benefícios por elas administrados são regulados em conformidade com a legislação específica sobre a matéria. As EFPC são administradas pela Diretoria Executiva, Conselhos Deliberativo e Fiscal, cuja parte dos membros são indicados pela patrocinadora e outra eleita na condição de representantes dos participantes ativos e assistidos, nos termos dos respectivos estatutos das Entidades. As EFPC tem como objetivo principal pagar benefícios aos participantes elegíveis, nos termos do Regulamento do Plano, mantendo os ativos dos planos aplicados separadamente e de forma independente do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

c) Planos de Benefício Definido

I - Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Taxa de Desconto ⁽¹⁾	10,24% a.a.	11,28% a.a.	10,24% a.a.
Tábua de Mortalidade ⁽²⁾	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Rotatividade ⁽³⁾	Exp.Itaú 2008/2010	Exp.Itaú 2008/2010	Exp.Itaú 2008/2010
Crescimentos Salariais Futuros	5,04% a 7,12% a.a.	5,04% a 7,12% a.a.	5,04% a 7,12% a.a.
Crescimentos Benefícios Previdência Social / Planos	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Inflação	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Método Atuarial ⁽⁴⁾	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.

(1) A adoção dessa premissa está baseada nas taxas de juros obtidas da curva de juros reais em IPCA, para os prazos médios dos passivos dos planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Em 31/12/2016 adotou-se taxa compatível com o cenário econômico observado na data base do encerramento do balanço, levando em conta a volatilidade dos mercados de juros e os modelos utilizados.

(2) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – Society of Actuaries, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas. A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

(3) A premissa de rotatividade é baseada na experiência efetiva da massa de participantes ativos vinculados ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, as quais resultaram em média 2,4% a.a. na experiência 2008/2010.

(4) No método atuarial do Crédito Unitário Projetado, a reserva matemática é definida pelo valor atual do benefício projetado multiplicado pela razão entre o tempo de serviço atingido na data de avaliação e o tempo de serviço que será atingido na data da concessão do benefício. O custeio é determinado tomando-se o valor atual do benefício projetado distribuído ao longo dos anos de atividade de cada participante.

No caso dos benefícios patrocinados pelas subsidiárias no exterior, são adotadas premissas atuariais adequadas às massas de participantes e ao cenário econômico do país.

As premissas biométricas/demográficas adotadas pelas EFPCs estão aderentes à massa de participantes de cada plano de benefícios, conforme estudos elaborados por consultoria atuarial externa e independente.

II - Exposição a Riscos - Por meio de seus planos de benefícios definidos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está exposto a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

- **Volatilidade dos Ativos** - O passivo atuarial é calculado adotando uma taxa de desconto definida com base no rendimento dos títulos de emissão do tesouro brasileiro (títulos públicos). Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá criar um déficit. Os planos detêm uma percentagem significativa de títulos de renda fixa atrelados aos compromissos dos planos, visando minimizar a volatilidade e o risco no curto e médio prazo.

- **Mudanças no Rendimento dos Investimentos** - Uma diminuição nos rendimentos de títulos públicos implicará na redução da taxa de desconto e, por decorrência, aumentará o passivo atuarial do plano. O efeito será parcialmente compensado pelo reconhecimento destes títulos pelo valor de mercado.

- **Risco de Inflação** - A maioria dos benefícios dos planos é vinculado a índices de inflação, e uma inflação maior levará a obrigações mais elevadas. O efeito será, também, parcialmente compensado em função de uma boa parte dos ativos do plano estar atrelado a títulos públicos com atualização de índice de inflação.

- **Expectativa de Vida** - A maioria das obrigações dos planos são o de proporcionar benefícios vitalícios, por isso o aumento da expectativa de vida irá resultar em um aumento nos passivos dos planos.

III - Gestão dos Ativos dos Planos de Benefício Definido

A gestão dos recursos das EFPC tem o objetivo geral de buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações com pagamento de benefícios de aposentadoria, por meio da superação das metas atuariais (taxa de desconto mais índice de reajuste dos benefícios, definido nos regulamentos dos planos).

Em relação aos recursos garantidores do passivo atuarial, a gestão deve assegurar a capacidade de pagamento de benefícios de aposentadoria no longo prazo, imunizando os riscos de descasamento entre ativos e passivos por plano de previdência.

A alocação dos ativos dos planos e a meta de alocação por categoria de ativo são as seguintes:

Categorias	Valor Justo			% Alocação			
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	Meta 2017
Títulos de Renda Fixa	15.134	12.369	12.250	91,61%	90,73%	91,16%	53% a 100%
Títulos de Renda Variável	685	537	641	4,15%	3,94%	4,77%	0% a 20%
Investimentos Estruturados	9	27	22	0,05%	0,20%	0,17%	0% a 10%
Imóveis	623	633	488	3,77%	4,64%	3,63%	0% a 7%
Empréstimos a participantes	69	67	37	0,42%	0,49%	0,27%	0% a 5%
Total	16.520	13.633	13.438	100,00%	100,00%	100,00%	

Os ativos dos planos de benefícios definidos incluem ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, de sua principal controladora (ITAÚSA) e de controladas desta, com um valor justo de R\$ 575 (R\$ 452 em 31/12/2015 e R\$ 554 em 31/12/2014), e imóveis alugados a empresas do conglomerado, com um valor justo de R\$ 597 (R\$ 606 em 31/12/2015 e R\$ 455 em 31/12/2014).

Valor Justo

Os ativos dos planos são aqueles atualizados até a data base, como segue:

Títulos de Renda Fixa e Investimentos Estruturados - avaliados pelo valor de mercado considerando o preço médio de negociação do dia da apuração, valor líquido provável de realização obtido mediante adição técnica de apreçamento, levando em consideração, no mínimo, os prazo de pagamento e vencimento, o risco de crédito e o indexador.

Títulos de Renda Variável - avaliados pelo valor de mercado, assim entendido como a cotação média da ação do último dia útil do mês ou na data mais próxima, na bolsa de valores em que a ação tenha apresentado maior liquidez.

Imóveis - demonstrados ao custo de aquisição ou construção, ajustados ao valor de mercado por reavaliações efetuadas no exercício de 2015, suportadas por laudos técnicos. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando o tempo de vida útil do imóvel.

Empréstimos a participantes - atualizados até a data base de acordo com os respectivos contratos.

Meta de Alocação dos Recursos

A meta de alocação dos recursos está baseada em Políticas de Investimento que são revisadas e aprovadas anualmente pelo Conselho Deliberativo de cada EFPC, com horizonte de cinco anos, as quais determinam diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores do passivo atuarial, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários.

IV- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Apresenta-se a seguir a apuração do montante líquido reconhecido no Balanço Patrimonial, correspondente aos planos de benefícios definidos:

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
1- Ativos Líquidos dos Planos	16.520	13.633	13.438
2- Passivos Atuariais	(13.723)	(11.587)	(11.695)
3- Superveniência (1-2)	2.797	2.046	1.743
4- Restrição do Ativo ^(*)	(3.008)	(2.134)	(1.847)
5- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (3-4)	(211)	(88)	(104)
Valor Reconhecido no Ativo (Nota 20a)	317	224	242
Valor Reconhecido no Passivo (Nota 20b)	(528)	(312)	(346)

^(*) Corresponde ao excedente do valor presente do benefício econômico disponível, em conformidade com o item 58 do IAS 19.

V- Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

31/12/2016					
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	13.633	(11.587)	2.046	(2.134)	(88)
Custo Serviço Corrente	-	(62)	(62)	-	(62)
Juros Líquidos ⁽¹⁾	1.483	(1.255)	228	(241)	(13)
Benefícios Pagos	(1.060)	1.060	-	-	-
Contribuições Patrocinadora	149	-	149	-	149
Contribuições Participantes	15	-	15	-	15
Efeito na restrição do Ativo	-	-	-	(633)	(633)
Saldo oriundo da aquisição do CorpBanca (Nota 3)	-	(207)	(207)	-	(207)
Variação Cambial	(8)	43	35	-	35
Remensurações ^{(2) (3)}	2.308	(1.715)	593	-	593
Valor Final do Período	16.520	(13.723)	2.797	(3.008)	(211)

31/12/2015					
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	13.438	(11.695)	1.743	(1.847)	(104)
Custo Serviço Corrente	-	(68)	(68)	-	(68)
Juros Líquidos ⁽¹⁾	1.334	(1.151)	183	(189)	(6)
Benefícios Pagos	(908)	908	-	-	-
Contribuições Patrocinadora	60	-	60	-	60
Contribuições Participantes	15	-	15	-	15
Efeito na restrição do Ativo	-	-	-	(103)	(103)
Remensurações ^{(2) (3)}	(306)	419	113	5	118
Valor Final do Período	13.633	(11.587)	2.046	(2.134)	(88)

31/12/2014					
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	12.512	(11.577)	935	(1.293)	(358)
Custo Serviço Corrente	-	(74)	(74)	-	(74)
Juros Líquidos ⁽¹⁾	1.178	(1.087)	91	(123)	(32)
Benefícios Pagos	(780)	780	-	-	-
Contribuições Patrocinadora	81	-	81	-	81
Contribuições Participantes	15	-	15	-	15
Efeito na restrição do Ativo	-	-	-	(453)	(453)
Remensurações ^{(2) (3)}	432	263	695	22	717
Valor Final do Período	13.438	(11.695)	1.743	(1.847)	(104)

(1) Corresponde ao valor calculado em 01/01/2016 com base no valor inicial (Ativo Líquido, Passivos Atuariais e Restrição do Ativo), descontando-se o valor projetado dos pagamentos/recebimentos de benefícios/contribuições, multiplicado pela taxa de desconto de 11,28% a.a. (Em 01/01/2015 utilizou-se a taxa de desconto de 10,24% a.a.).

(2) As remensurações apresentadas no Ativo Líquido e na Restrição do Ativo correspondem aos rendimentos obtidos acima / abaixo do retorno esperado.

(3) O valor do retorno real dos ativos foi de R\$ 3.791 (R\$ 1.028 em 31/12/2015 e R\$ 1.610 em 31/12/2014).

No período, as contribuições efetuadas totalizaram R\$ 149 (R\$ 60 de 01/01 a 31/12/2015 e R\$ 81 de 01/01 a 31/12/2014). A taxa de contribuição é crescente em função do rendimento do participante.

Em 2017 a expectativa de contribuição aos planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING é de R\$ 71.

A seguir é apresentada a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2017	1.071
2018	1.112
2019	1.160
2020	1.212
2021	1.266
2022 a 2026	7.098

VI- Sensibilidade da obrigação de benefício definido

O impacto, pela alteração da premissa taxa de desconto em 0,5%, que seria reconhecido no passivo atuarial dos planos bem como no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes (ORA) da patrocinadora (antes de impostos) seria de:

Alteração da Premissa	Efeito no Passivo Atuarial dos Planos		Efeito que seria Refletido no Patrimônio Líquido - ORA ^(*)
	Valor	Percentual sobre Passivo Atuarial	Valor
- Redução em 0,5%	703	5,13%	(271)
- Acréscimo em 0,5%	(644)	(4,70%)	235

(*) Líquido do efeito da restrição do ativo

d) Planos de Contribuição Definida

Os Planos de Contribuição Definida contam com fundos previdenciais formados pela parcela das contribuições das patrocinadoras não incluídas no saldo de conta dos participantes pela perda da elegibilidade a um benefício pelo plano, bem como de recursos oriundos dos processos de migração de planos de modalidade de benefício definido. O fundo será utilizado para os aportes e as contribuições futuras às contas individuais dos participantes de acordo com as regras do regulamento do respectivo plano de benefícios.

I - Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	31/12/2016			31/12/2015			31/12/2014		
	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	2.229	(270)	1.959	2.438	(224)	2.214	2.361	(275)	2.086
Juros Líquidos	269	(30)	239	239	(20)	219	223	(27)	196
Aportes e Contribuições (Nota 29)	121	-	121	(381)	-	(381)	(133)	-	(133)
Recebimento por Destinação de Recursos (*)	(515)	-	(515)	-	-	-	-	-	-
Efeito na Restrição do Ativo (Nota 29)	(1.053)	(191)	(1.244)	-	(38)	(38)	-	77	77
Remensurações	236	-	236	(67)	12	(55)	(13)	1	(12)
Valor Final do Período (Nota 20a)	1.287	(491)	796	2.229	(270)	1.959	2.438	(224)	2.214

(*) Refere-se à destinação do excedente do fundo previdencial do Plano Itaúbanco CD.

e) Outros Benefícios Pós Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas subsidiárias não oferecem outros benefícios pós emprego, exceto nos casos decorrentes de compromissos de manutenção assumidos em contratos de aquisição firmados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, bem como aqueles benefícios originados por decisão judicial, nos prazos e condições estabelecidos, em que patrocinam total ou parcialmente planos de saúde para massas específicas de ex-colaboradores e beneficiários.

Com base no relatório preparado por atuário independente, as variações nas obrigações por esses outros benefícios projetados e os montantes reconhecidos no passivo do balanço patrimonial do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são os seguintes:

I- Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
No Início do Período	(179)	(170)	(146)
Custo de Juros	(19)	(17)	(14)
Benefícios Pagos	13	13	9
Remensurações	(36)	(5)	(19)
No Final do Período (Nota 20b)	(221)	(179)	(170)

A seguir é apresentada a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2017	13
2018	14
2019	15
2020	16
2021	17
2022 a 2026	103

II- Análise de Sensibilidade - Custo de Assistência Médica

Para apuração das obrigações por benefícios projetados, além das premissas utilizadas para os planos de benefícios definidos (Nota 29c I), adota-se a premissa de crescimento do custo médico de 8,16% a.a.

Os pressupostos sobre as tendências do custo de assistência médica têm um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	Reconhecimento	Aumento de 1%	Redução de 1%
Custo de Serviço e o Custo de Juros	Resultado	3	(2)
Valor Presente da Obrigação	Outros Resultados Abrangentes	26	(22)

Nota 30 – Contratos de Seguros

a) Contratos de Seguros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de suas subsidiárias, oferece ao mercado, os produtos de seguros e previdência, com a finalidade de assumir riscos e restabelecer o equilíbrio econômico do patrimônio afetado do segurado. Os produtos são ofertados por meio das corretoras de seguros (de mercado e cativas), nos canais de agências do Itaú Unibanco e eletrônicos, observadas as suas características e atendidas exigências regulatórias.

b) Principais Produtos

I - Seguros

O contrato firmado entre partes visa proteger os bens do cliente. Mediante o pagamento de prêmio, o segurado fica protegido por meio de reposição ou reparação financeira predeterminadas, de danos que venham causar desestabilização patrimonial ou pessoal. Em contraparte, as seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, constituem provisões técnicas por elas administradas, por meio de áreas especializadas dentro do conglomerado, com o objetivo de reparar a perda do segurado em caso de ocorrência de sinistros dos riscos previstos.

Os riscos de seguros comercializados pelas seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING se dividem em seguros elementares, que garantem as perdas, danos ou responsabilidades sobre objetos ou pessoas, e seguros de vida, que inclui cobertura contra risco de morte e acidentes pessoais.

Índices dos Maiores Ramos	Sinistralidade		Comercialização	
	%		%	
	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Acidentes Pessoais Coletivo	5,0	5,8	42,1	42,0
Acidentes Pessoais Individual	19,5	19,5	12,4	11,4
Compreensivo Empresarial	63,3	44,6	21,1	20,9
Crédito Interno	221,7	113,7	3,9	18,3
Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT)	85,7	86,7	1,4	1,4
Doença Grave ou Terminal	22,1	16,1	10,7	10,7
Extensão de Garantia - Patrimonial	17,1	16,8	63,8	64,6
Prestamista	18,7	15,6	19,0	21,8
Riscos Diversos	7,8	7,4	62,1	62,2
Seguro Habitacional em Apólices de Mercado - Prestamista	14,7	15,0	(0,3)	(2,8)
Vida em Grupo	46,8	46,7	13,6	13,0

II - Previdência Privada

Desenvolvido como uma solução para assegurar a manutenção da qualidade de vida dos participantes, complementando os rendimentos proporcionados pela Previdência Social, por meio de investimentos feitos a longo prazo, os produtos de Previdência Privada subdividem-se essencialmente em três grandes grupos:

- **PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres:** Tem como principal objetivo a acumulação de recursos financeiros, mas pode ser contratado com coberturas adicionais de risco. Indicado para clientes que apresentam declaração completa de IR, pois podem deduzir as contribuições feitas da base de cálculo do IR até 12% da renda bruta tributável anual.
- **VGBL – Vida Gerador de Benefícios Livres:** É um seguro estruturado na forma de plano de previdência. A sua forma de tributação difere do PGBL, neste caso, a base de cálculo são os rendimentos auferidos.
- **FGB – Fundo Gerador de Benefícios:** Plano de previdência com garantia mínima de rentabilidade e possibilidade de ganho pela performance do ativo. Uma vez reconhecida a distribuição dos ganhos a uma determinada percentagem, conforme estabelecido pela política do FGB, não é a critério da administração, mas representa uma obrigação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Apesar de existirem planos ativos, não são mais comercializados.

III- Receita de Prêmios de Seguros e Previdência Privada

Segue abaixo a receita dos principais produtos de Seguros e Previdência:

	Prêmios e Contribuições Emitidas			Resseguros			Prêmios e Contribuições Retidas		
	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Acidentes Pessoais Coletivo	780	862	796	(4)	(2)	(2)	776	860	794
Acidentes Pessoais Individual	224	214	186	(12)	(11)	(2)	212	203	184
Compreensivo Empresarial	56	57	139	-	-	(25)	56	57	114
Crédito Interno	63	151	105	-	-	-	63	151	105
Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT)	37	37	243	-	-	-	37	37	243
Doenças Graves ou Terminais	167	169	159	(1)	(2)	(1)	166	167	158
Extensão de Garantia - Patrimonial	112	252	1.202	-			112	252	1.202
Pensão Pecúlio Invalidez	298	256	194	(3)	(6)	(5)	295	250	189
PGBL	1.955	1.840	1.665	-			1.955	1.840	1.665
Prestamista	570	726	802	-	(1)		570	725	802
Riscos de Petróleo	-	-	284	-	-	(252)	-	-	32
Riscos Diversos	162	172	223	-	-	(53)	162	172	170
Riscos Nomeados e Operacionais	-	-	501	-	-	(393)	-	-	108
Seguro Habitacional Apólices Mercado - Prestamista	261	224	187	(18)	(19)	(19)	243	205	168
Tradicional	142	159	174	-	-	-	142	159	174
VGBL	18.153	15.501	13.532	-			18.153	15.501	13.532
Vida em Grupo	1.278	1.453	1.414	(44)	(37)	(28)	1.234	1.416	1.386
Demais Ramos	591	561	991	(12)	(11)	(251)	579	550	740
Total	24.849	22.634	22.797	(94)	(89)	(1.031)	24.755	22.545	21.766

c) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As Provisões Técnicas de Seguros e Previdência são calculadas de acordo com notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP e critérios estabelecidos pela legislação vigente.

I - Seguros e Previdência

- **Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG)** – constituída, com base nos prêmios de seguros, para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo. O cálculo é realizado no nível de apólice ou endosso dos contratos vigentes, pelo critério *pro rata-die*. A provisão contempla estimativa para os riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE).
- **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** - constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a pagamentos únicos e rendas vencidas de sinistros avisados até a data-base de cálculo, porém ainda não pagos. A provisão abrange os sinistros administrativos e judiciais, bruta das operações de cosseguro aceito e das operações de resseguro e líquida das operações de cosseguro cedido. A provisão contempla, quando necessário, os ajustes de IBNER (sinistros ocorridos e não suficientemente avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo de regulação até a sua liquidação final.
- **Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR)** - constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, bruta das operações de cosseguro aceito e das operações de resseguro e líquida das operações de cosseguro cedido.
- **Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC)** - constituída para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício e/ou da indenização. A provisão é calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do produto.
- **Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)** - constituída para a cobertura dos compromissos de pagamento de indenizações e/ou benefícios assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, depois de ocorrido o evento. A provisão é calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do produto.
- **Provisão de Excedentes Financeiros (PEF)** – constituída, caso haja previsão contratual, para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit financeiro. Corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida no produto.
- **Outras Provisões Técnicas (OPT)** – constituída quando constatada insuficiência de prêmios ou contribuições relacionadas ao pagamento de benefícios e indenizações.
- **Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)** – constituída por valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios ou fundos, às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a sociedade seguradora ou entidade aberta de previdência complementar receptora e aos prêmios recebidos e não cotizados.
- **Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)** - constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a benefícios e indenizações, em função de eventos ocorridos e a ocorrer.

II - Movimentação das Provisões de Seguros e Previdência Privada

Abaixo segue detalhes da movimentação e dos saldos das Provisões de Seguros e Previdência Privada:

II.I - Movimentação das Provisões Técnicas

	31/12/2016				31/12/2015			
	Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevivência	Total	Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevivência	Total
Saldo Inicial	4.755	32.688	91.862	129.305	5.872	28.228	75.678	109.778
(+) Adições Decorrentes de Prêmios / Contribuições	4.302	2.395	18.153	24.850	4.825	2.255	15.501	22.581
(-) Diferimento pelo Risco Decorrido	(5.124)	(297)	-	(5.421)	(5.780)	(253)	-	(6.033)
(-) Pagamento de Sinistros / Benefícios	(1.623)	(370)	(39)	(2.032)	(1.553)	(337)	(19)	(1.909)
(+) Sinistros Avisados	1.620	-	-	1.620	1.712	-	-	1.712
(-) Resgates	(1)	(1.939)	(13.277)	(15.217)	(2)	(1.479)	(8.720)	(10.201)
(+/-) Portabilidades Líquidas	-	380	709	1.089	-	886	504	1.390
(+) Atualização das Provisões e Excedente Financeiro	20	4.371	13.171	17.562	9	3.244	9.052	12.305
(+/-) Outras (Constituição / Reversão)	(23)	451	1.892	2.320	(328)	144	(134)	(318)
Provisão de Seguros e Previdência Privada	3.926	37.679	112.471	154.076	4.755	32.688	91.862	129.305

II.II - Saldo das Provisões Técnicas

	Seguros		Previdência		Total	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Prêmios não Ganhos	2.204	3.027	17	15	2.221	3.042
Matemática de Benefícios a Conceder e Concedidos	24	24	148.341	122.914	148.365	122.938
Resgates e Outros Valores a Regularizar	11	23	210	166	221	189
Excedente Financeiro	2	1	581	547	583	548
Sinistros a Liquidar ⁽¹⁾	769	783	23	18	792	801
Sinistros / Eventos Ocorridos e não Avisados - IBNR	435	424	27	24	462	448
Despesas Relacionadas e Administrativas	39	42	71	50	110	92
Outras Provisões	442	431	880	816	1.322	1.247
Total ⁽²⁾	3.926	4.755	150.150	124.550	154.076	129.305

(1) A Provisão de Sinistros a Liquidar está demonstrada na Nota 30e.

(2) Este quadro contempla as alterações regulamentadas pela Circular Susep nº 517, de 30/07/2015, inclusive para fins comparativos.

d) Despesa de Comercialização Diferida

Os custos de aquisição diferidos de seguros diretos são os custos, diretos e indiretos, incorridos para vender, subscrever e iniciar um novo contrato de seguro.

Os custos diretos, basicamente, estão representados pelas comissões pagas a corretores, agenciamento e angariação e são diferidas para amortização proporcional ao reconhecimento da receita de prêmio ganho, ou seja, em função do decurso da vigência do risco, pelo prazo correspondente ao contrato de seguros, conforme normas de cálculos vigentes.

Os saldos estão registrados no ativo bruto de resseguros e sua movimentação está demonstrada no quadro a seguir:

Saldo em 01/01/2016	901
Constituições	902
Amortizações	(1.374)
Saldo em 31/12/2016	429
Saldo a amortizar até 12 meses	335
Saldo a amortizar após 12 meses	94
Saldo em 01/01/2015	1.647
Constituições	1.133
Amortizações	(1.879)
Saldo em 31/12/2015	901
Saldo a amortizar até 12 meses	644
Saldo a amortizar após 12 meses	257

Os valores de despesas de comercialização diferida de resseguros estão demonstrados na Nota 30I.

e) Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

Mudanças podem ocorrer no montante de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ao final de cada fechamento anual. A tabela abaixo demonstra este desenvolvimento pelo método dos sinistros cadastrados. A parte superior da tabela abaixo ilustra como a estimativa do sinistro se desenvolve através do tempo. A parte inferior da tabela reconcilia os valores pendentes de pagamento contra o valor do passivo divulgado no balanço.

I - Bruto de Resseguro

Provisão de Sinistros a Liquidar ^(*)	792
(-) Operações DPVAT	19
(-) IBNER (sinistros não suficientemente avisados)	240
(-) Retrocessão e Outras Estimativas	3
Passivo Apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros (Ia + Ib)	530

(*) Sinistros a Liquidar bruto de resseguros, demonstrados na Nota 30c II.II de 31/12/2016.

Ia - Sinistros Administrativos - Bruto de Resseguro

Data de Cadastro	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	Total
No Final do Ano de Divulgação	1.230	1.168	1.142	1.243	1.310	
1 ano depois	1.221	1.166	1.130	1.286		
2 anos depois	1.227	1.172	1.150			
3 anos depois	1.227	1.177				
4 anos depois	1.229					
Estimativa Corrente	1.229	1.177	1.150	1.286	1.310	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	1.226	1.173	1.142	1.262	1.098	5.901
Passivo Reconhecido no Balanço	3	4	8	24	212	251
Passivo em Relação a Anos Anteriores						27
Total de Sinistros Administrativos Incluso no Balanço						278

Ib - Sinistros Judiciais - Bruto de Resseguro

Data de Cadastro	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	Total
No Final do Ano de Divulgação	54	32	32	35	34	
1 ano depois	64	49	44	48		
2 anos depois	72	59	56			
3 anos depois	78	70				
4 anos depois	85					
Estimativa Corrente	85	70	56	48	34	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	65	50	40	33	24	212
Passivo Reconhecido no Balanço	20	20	17	15	10	82
Passivo em Relação a Anos Anteriores						170
Total de Sinistros Judiciais Incluso no Balanço						252

II - Líquido de Resseguro

Provisão de Sinistros a Liquidar ⁽¹⁾	792
(-) Operações DPVAT	19
(-) IBNER	240
(-) Resseguros ⁽²⁾	31
(-) Retrocessão e Outras Estimativas	3
Passivo apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros (IIa + IIb)	499

(1) Provisão refere-se a Sinistros a Liquidar demonstrados na Nota 30c II.II em 31/12/2016.

(2) Operações de resseguros demonstradas na Nota 30I III em 31/12/2016.

IIa - Sinistros Administrativos - Líquido de Resseguro

Data de Cadastro	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	Total
No Final do Ano de Divulgação	1.186	1.144	1.129	1.221	1.298	
1 ano depois	1.175	1.142	1.116	1.253		
2 anos depois	1.181	1.148	1.131			
3 anos depois	1.182	1.152				
4 anos depois	1.183					
Estimativa Corrente	1.183	1.152	1.131	1.253	1.298	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	1.180	1.149	1.123	1.229	1.092	5.773
Passivo Reconhecido no Balanço	3	4	8	24	206	245
Passivo em Relação a anos Anteriores						18
Total de Sinistros Administrativos Incluso no Balanço						263

IIb - Sinistros Judiciais - Líquido de Resseguro

Data de Cadastro	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	Total
No Final do Ano de Divulgação	54	32	32	35	31	
1 ano depois	64	49	44	47		
2 anos depois	72	59	56			
3 anos depois	77	70				
4 anos depois	84					
Estimativa Corrente	84	70	56	47	31	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	64	50	40	33	21	208
Passivo Reconhecido no Balanço	20	20	17	14	10	81
Passivo em Relação a Anos Anteriores						155
Total de Sinistros Judiciais Incluso no Balanço						236

A abertura da tabela de desenvolvimento de sinistros entre administrativo e judicial evidencia a realocação dos sinistros administrativos até determinada data base e que se tornam judiciais após, o que pode induzir a uma falsa impressão de necessidade de ajuste nas provisões em cada abertura.

f) Teste de Adequação de Passivo

Conforme estabelecido no IFRS 4 – Contratos de Seguros, a seguradora deverá realizar o Teste de Adequação de Passivos, confrontando o valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa de suas obrigações futuras. Considerar na estimativa todos os fluxos de caixa relacionados ao negócio é o requisito mínimo para realização do teste de adequação.

O Teste de Adequação de Passivo não indicou insuficiência nos períodos findos em 2016, 2015 e 2014.

As premissas utilizadas no teste são revistas periodicamente e baseiam-se nas melhores práticas e na análise da experiência das subsidiárias, representando, desta forma, as melhores estimativas para as projeções dos fluxos de caixa.

Metodologia e Agrupamento do Teste

A metodologia para teste de todos os produtos é baseada em projeção de fluxos de caixa. Especificamente para os produtos de seguros, os fluxos de caixa foram projetados utilizando o método conhecido como triângulo de *run-off* com periodicidade trimestral. Para os produtos de previdência, os fluxos de caixa da fase de diferimento e da fase de concessão são testados separadamente.

O critério de agrupamento de riscos aplicado considera grupos sujeitos a riscos similares e gerenciados em conjunto como uma única carteira.

Tábuas Biométricas

As tábuas biométricas vêm a ser instrumentos para se medir o risco biométrico representado pela probabilidade de morte, sobrevivência ou invalidez de um participante.

Para as estimativas de morte e sobrevivência são utilizadas as tábuas BR-EMS vigentes, ajustadas por critério de desenvolvimento das expectativas de longevidade da Escala G, e para as estimativas de entrada em invalidez é utilizada a tábua Álvaro Vindas.

Taxa de Juros Livre de Risco

A relevante estrutura a termo de taxa de juros livre de risco (ETTJ) vêm a ser um indicador do valor puro do dinheiro no tempo usado para precificar o conjunto dos fluxos de caixa projetados.

A ETTJ foi obtida da curva de títulos considerados sem risco de crédito disponíveis no mercado financeiro brasileiro e fixada conforme metodologia interna do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, considerando a adição de spread que levou em conta o impacto do resultado de mercado dos títulos *Held to Maturity* (mantidos até o vencimento) da carteira de Ativos Garantidores.

Taxa de Conversão em Renda

A taxa de conversão em renda representa a expectativa de conversão dos saldos acumulados pelos participantes em benefício de aposentadoria. A decisão de conversão em renda por parte dos participantes é influenciada por fatores comportamentais, econômicos e tributários.

Outras Premissas

Despesas relacionadas, cancelamentos e resgates parciais, aportes e contribuições futuras, dentre outros, são premissas que impactam na estimativa de fluxos de caixa projetados à medida que representam despesas e receitas oriundas dos contratos de seguros assumidos.

g) Risco de Seguro - Efeito de Mudanças nas Premissas Atuariais

Os seguros de danos são seguros de curta duração e as principais premissas atuariais envolvidas no gerenciamento e apuração de seus riscos são frequência de sinistros e severidade. Volatilidade acima do esperado em quantidade de sinistros e/ou montante de indenizações pode resultar em perdas não esperadas.

Os seguros de vida e previdência são produtos, em geral, de média ou longa duração e os principais riscos envolvidos no negócio podem ser classificados como risco biométrico, risco financeiro e risco comportamental.

Risco biométrico refere-se a: i) aumento acima do esperado nas expectativas de longevidade em produtos com cobertura por sobrevivência (previdência, em sua maioria); ii) queda acima do esperado nas expectativas de mortalidade em produtos com cobertura por morte (seguros de vida, em sua maioria).

Produtos que oferecem uma garantia financeira predefinida em contrato envolvem um risco financeiro intrínseco ao seu risco de subscrição, sendo esse risco considerado como risco de seguro.

Risco comportamental refere-se ao aumento acima do esperado nas taxas de conversão em renda, resultando em aumento nas despesas com pagamento de benefícios de aposentadoria.

As estimativas das premissas atuariais são baseadas na análise histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em *benchmarks* de mercado e na experiência do atuário.

Para mensurar o efeito de mudanças nas principais premissas atuariais, foram realizados testes de sensibilidade nos valores das estimativas correntes dos fluxos de caixa das obrigações futuras. A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado do exercício e o patrimônio líquido na data do balanço. Este tipo de análise comumente se dá na condição *ceteris paribus*, onde se mede a sensibilidade de um sistema quando se mexe em uma variável de interesse mantidas inalteradas todas as outras. Os resultados encontrados estão evidenciados no quadro a seguir:

A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado do exercício e o patrimônio líquido na data do balanço. Os resultados foram os seguintes:

Teste de Sensibilidade	Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido ⁽¹⁾					
	31/12/2016			31/12/2015		
	Previdência Complementar e Vida com Cobertura por Sobrevivência	Seguros		Previdência Complementar e Vida com Cobertura por Sobrevivência	Seguros	
		Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros		Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	21	(3)	(3)	8	(4)	(3)
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	(23)	3	3	(8)	3	3
Cenário com acréscimo de 0,1% na Taxa de Juros Livre de Risco	49	6	6	38	7	7
Cenário com decréscimo de 0,1% na Taxa de Juros Livre de Risco	(50)	(6)	(6)	(39)	(7)	(7)
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	(6)	-	-	(12)	-	-
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	6	-	-	12	-	-
Cenário com acréscimo de 5% nos Sinistros	0	(50)	(48)	-	(62)	(60)
Cenário com decréscimo de 5% nos Sinistros	0	50	48	-	63	60

(1) Valores líquidos dos efeitos tributários.

h) Riscos das Operações de Seguros e Previdência

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros e Previdência, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais foros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas comerciais e financeiras.

O produto garantia estendida é ofertado pela empresa varejista que comercializa o bem de consumo. A produção de DPVAT é oriunda da participação que as seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem na Seguradora Líder dos Consórcios de DPVAT.

Não há concentração de produtos em relação aos prêmios de seguros, reduzindo o risco de concentração em produtos e canais de distribuição. Para os produtos de grandes riscos adotava-se a estratégia de menor retenção, conforme alguns ramos demonstrados abaixo no ano de 2014.

	01/01 a 31/12/2016			01/01 a 31/12/2015			01/01 a 31/12/2014		
	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)
Danos									
DPVAT	37	37	100,0	37	37	100,0	243	243	100,0
Extensão de Garantia	112	112	100,0	252	252	100,0	1.202	1.202	100,0
Pessoas									
Acidentes Pessoais Coletivo	780	776	99,5	862	860	99,7	796	794	99,8
Acidentes Pessoais Individual	224	212	94,8	214	203	94,8	186	184	98,9
Prestamista	570	570	100,0	726	725	99,9	802	802	100,0
Vida em Grupo	1.278	1.234	96,5	1.453	1.416	97,5	1.414	1.386	98,2
Grandes Riscos									
Riscos de Engenharia	-	-	-	-	-	-	46	8	17,4
Riscos de Petróleo	-	-	-	-	-	-	284	32	11,3
Riscos Nomeados e Operacionais	-	-	-	-	-	-	501	108	21,6

i) Estrutura de Gerenciamento de Seguros, Previdência e Capitalização

Os produtos que compõem as carteiras das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING estão relacionados aos seguros de vida e elementares, aos de previdência privada e aos produtos de capitalização. Deste modo, os principais riscos inerentes a esses produtos são:

- Risco de subscrição é a possibilidade de perdas decorrentes de operações de seguro, previdência e capitalização que contrariem as expectativas da instituição, associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições e provisões;
- Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado dos ativos e passivos que compõem as reservas técnicas atuarias;
- Risco de crédito é a possibilidade de não cumprimento, por determinado devedor, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam negociação de ativos financeiros ou de resseguros;
- Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem a realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais das operações de seguros, previdência e capitalização;
- Risco de liquidez nas operações de seguros é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar tempestivamente suas obrigações perante segurados e beneficiários decorrente da falta de liquidez dos ativos que compõem as reservas técnicas atuarias.

j) Papéis e Responsabilidades

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais e para garantir que os riscos oriundos dos produtos de seguros, previdência e capitalização sejam adequadamente identificados, mensurados, avaliados, reportados e aprovados nos fóruns pertinentes, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui estrutura de gerenciamento de riscos, cujas diretrizes são estabelecidas em normativo institucional, aprovado pelo Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias expostas aos riscos de seguros, previdência e capitalização, no Brasil e exterior.

O processo de gerenciamento dos riscos de seguros, previdência e capitalização é baseado em responsabilidades definidas e distribuídas entre as áreas de controle e de negócios, assegurando a independência entre elas e focando nas especificidades de cada risco, conforme diretrizes estabelecidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Ainda como parte do processo de gerenciamento de riscos, existe uma estrutura de governança em que as decisões podem chegar a órgãos colegiados, garantindo assim o cumprimento das diversas exigências internas e regulatórias, bem como decisões equilibradas em relação a riscos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem como objetivo assegurar que os ativos garantidores dos produtos de longo prazo, com retornos mínimos garantidos, sejam geridos de acordo com as características do passivo, visando ao seu equilíbrio atuarial e à solvência no longo prazo.

Anualmente, partindo de premissas atuariais, é elaborado o mapeamento detalhado dos passivos dos produtos de longo prazo, que resulta em fluxos de pagamento de benefícios futuros projetados. A partir desse

mapeamento, modelos de *Asset Liability Management* são utilizados para definir a melhor composição da carteira de ativos que permita neutralizar os riscos contidos nesse tipo de produto, considerando a sua viabilidade econômico-financeira no longo prazo. As carteiras de ativos garantidores são rebalanceadas periodicamente em função das oscilações de preços no mercado de ativos, das necessidades de liquidez da empresa e das alterações nas características do passivo.

k) Risco de Mercado, Crédito e Liquidez

l) Risco de Mercado

As análises do risco de mercado, em relação às operações de seguros, são realizadas com base nas seguintes métricas e medidas de sensibilidade e de controle de perdas: Valor em Risco (*VaR – Value at Risk*), Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse), Sensibilidade (DV01 – *Delta Variation*) e Concentração. Para visão detalhada das métricas, consultar Nota 36 – Risco de Mercado. Na tabela, apresenta-se a análise de sensibilidade (DV01 – *Delta Variation*) em relação às operações de seguros, que demonstra o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou taxa do indexador e 1 ponto percentual no preço de ações e moedas.

Classe	31/12/2016		31/12/2015	
	Saldo Contábil	DV01	Saldo Contábil	DV01
Título Público				
NTN-C	5.141	(3,03)	4.821	(3,20)
NTN-B	2.969	(3,53)	2.055	(1,95)
LTN	-	-	-	-
Futuro DI	-	-	-	-
Título Privado				
Indexado a IPCA	307	(0,14)	209	(0,09)
Indexado a PRE	240	(0,00)	77	(0,00)
Ações	0	0,00	1	0,01
Ativos Pós-Fixados	5.852	-	4.998	-
Compromissadas Over	6.266	-	4.977	-

II) Risco de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING identifica o risco de liquidez como o risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar suas obrigações correntes num determinado momento. O gerenciamento do risco de liquidez para as operações de seguros é feito de forma contínua, a partir do monitoramento do fluxo de pagamentos relativo aos seus passivos, vis a vis o fluxo de recebimentos gerado pelas suas operações e pela carteira de ativos financeiros.

Os ativos financeiros são gerenciados com o objetivo de otimizar a relação entre o risco e o retorno dos investimentos, levando em conta, de forma parcimoniosa, as características dos seus passivos. O controle integrado de risco, leva em conta os limites de concentração por emissor e risco de crédito, as sensibilidades e limites de risco de mercado e o controle de risco de liquidez dos ativos. Dessa forma, os investimentos são concentrados em títulos públicos e privados com boa qualidade de crédito em mercados ativos e líquidos, mantendo montante considerável investido em ativos de curto prazo, com liquidez imediata, para fazer frente às necessidades regulares e contingenciais de liquidez. Além disso, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetua um constante monitoramento das condições de solvência de suas operações de seguros.

Passivo	Ativo	31/12/2016			31/12/2015		
		Valor do	DU do	DU do	Valor do	DU do	DU do
		Passivo ⁽¹⁾	Passivo ⁽²⁾	Ativo ⁽²⁾	Passivo ⁽¹⁾	Passivo ⁽²⁾	Ativo ⁽²⁾
Operações de Seguros	Ativo Garantidor						
Prêmios não Ganhos	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	2.202	13,5		3.025	15,8	13,8
IBNR, PDR e PSL	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	1.242	13,8		1.243	15,7	16,9
Outras Provisões	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	446	119,0		434	104,6	22,7
Subtotal	Subtotal	3.890			4.702		
Operações de Previdência, VGBL e Vida Individual							
Despesas Relacionadas	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	71	107,4	80,9	50	102,7	85,7
Prêmios não Ganhos	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	19	-	14,1	17	-	12,2
Sinistros Liquidar	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	25	-	13,9	20	-	12,3
IBNR	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	27	11,4	14,1	28	9,8	10,5
Resgates e Outros Valores a Regularizar	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	221	-	14,0	190	-	12,3
Matemática de Benefícios Concedidos	LFT, Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debentures	1.737	107,4	81,1	1.540	102,7	85,8
Matemática de Benefícios a Conceder-PGBL / VGBL	LFT, Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debentures ⁽³⁾	142.039	169,9	39,4	117.073	160,6	23,9
Matemática de Benefícios a Conceder-Tradicionais	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, Debentures	4.584	210,9	92,0	4.321	208,1	79,4
Outras Provisões	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debentures	880	210,9	92,0	816	208,1	79,4
Excedente Financeiro	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debentures	583	210,6	91,8	548	207,8	79,2
Subtotal	Subtotal	150.186			124.603		
Total Reservas Técnicas	Total Ativos Garantidores	154.076			129.305		

(1) Valores Brutos de Direitos Creditórios, Depósitos Judiciais e Resseguro

(2) DU = Duration em meses.

(3) Desconsidera as reservas de PGBL / VGBL alocadas em renda variável.

III) Risco de Crédito

Discriminação dos Resseguradores

Apresentamos a seguir a divisão dos riscos cedidos aos resseguradores pelas seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING:

- **Operações de Seguros:** Os prêmios emitidos de resseguros estão representados basicamente por IRB Brasil Resseguros com 56,14% (66,67% em 31/12/2015) e Munich Re do Brasil com 43,33% (32,94% em 31/12/2015).
- **Operações de Previdência:** As operações de previdência referente aos prêmios emitidos de resseguros estão representadas em sua totalidade por Munich Re do Brasil com 70% (50% em 31/12/2015) e General Reinsurance AG com 30% (50% em 31/12/2015).

IV) Nível de risco dos ativos financeiros

O quadro abaixo apresenta a carteira dos ativos financeiros das operações de seguros, avaliados individualmente, classificados por nível de risco em:

31/12/2016						
Classificação Interna (*)	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	7.859	125.944	284	3.558	4.629	142.274
Médio	-	13	-	-	-	13
Alto	-	-	-	-	-	-
Total	7.859	125.957	284	3.558	4.629	142.287
%	5,5	88,5	0,2	2,5	3,3	100,0

(*) A Classificação Interna dos níveis de risco, com as devidas probabilidades de inadimplência associadas, está detalhada na Nota 36.

31/12/2015						
Classificação Interna (*)	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	5.667	94.709	126	2.732	4.320	107.554
Médio	-	16	-	-	-	16
Alto	-	-	-	-	-	-
Total	5.667	94.725	126	2.732	4.320	107.570
%	5,3	88,1	0,1	2,5	4,0	100,0

(*) A Classificação Interna dos níveis de risco, com as devidas probabilidades de inadimplência associadas, está detalhada na Nota 36.

I) Resseguro

As despesas e receitas originadas na cessão de prêmios de resseguro são registradas observando assim o regime de competência não ocorrendo compensação de ativos e passivos relacionados de resseguro, salvo previsão contratual de compensação de contas entre as partes. As análises de resseguro são realizadas para atender as necessidades atuais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantendo a flexibilidade necessária caso ocorram mudanças de estratégia da administração em resposta aos diversos cenários que esta possa estar exposta.

Ativos de Resseguro

Os ativos de resseguros são avaliados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos e, para os casos de perdas efetivamente pagas, a partir de dezembro de 2015, são reavaliados transcorridos 180 dias quanto à possibilidade de não recuperação. Para os períodos anteriores, o prazo para reavaliação é de 365 dias. Essa alteração se deve à adequação da Circular SUSEP vigente. Em casos de dúvida tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para risco de créditos com resseguros.

Resseguro Cedido

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING cede, no curso normal de suas operações, prêmios de resseguros para cobertura de perdas sobre riscos subscritos aos seus segurados e estão em conformidade com os limites operacionais estabelecidos pelo órgão regulador. Além dos contratos proporcionais são também firmados contratos não proporcionais que transferem parte da responsabilidade à companhia resseguradora sobre perdas que ultrapassem um determinado nível de sinistros na carteira. Os prêmios de resseguro não proporcional são incluídos em Outros Ativos - Despesas Antecipadas e amortizados em Outras Despesas Operacionais de acordo com o prazo de vigência do contrato pelo regime de competência diária.

I - Operações com Resseguradoras - Movimentação

	Créditos		Débitos	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	18	262	103	610
Contratos Emitidos	-	-	79	75
Sinistros a Recuperar	32	-	-	-
Antecipação / Pagamentos ao Ressegurador	(3)	12	(108)	(36)
Outras Constituições / Reversões	(1)	(256)	-	(546)
Saldo Final	46	18	74	103

II - Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas - Saldo

	31/12/2016	31/12/2015
Sinistros de Resseguros	52	52
Prêmios de Resseguros	15	24
Saldo Final	67	76

III - Provisões Técnicas - Sinistros de Resseguros - Movimentação

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	52	2.456
Sinistros Avisados	70	32
Sinistros Pagos	(99)	(25)
Outras Constituições / Reversões	2	(2.412)
Atualização Monetária e Juros de Sinistros	27	1
Saldo Final (*)	52	52

(*) Inclui Provisão Despesas de Sinistros, IBNER (Provisão de Sinistros não Suficientemente Avisados), IBNR (Provisão de Sinistros não Avisados), não contemplados da tabela de desenvolvimento de sinistros líquido de resseguros Nota 30 eII.

IV - Provisões Técnicas - Prêmios de Resseguros - Movimentação

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	24	949
Constituições	65	61
Reversões	(74)	(45)
Outras Constituições / Reversões	-	(941)
Saldo Final	15	24

V - Provisões Técnicas - Comissão de Resseguros - Movimentação

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	-	(37)
Constituições	6	4
Reversões	(6)	(4)
Outras Constituições / Reversões	-	37
Saldo Final	-	-

m) Entidades Reguladoras

As operações de seguros são reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estas entidades são responsáveis pela regulamentação do mercado e consequentemente auxiliam na mitigação dos riscos inerentes do negócio.

O CNSP é o órgão normativo das atividades de seguros do país, foi criado pelo Decreto-Lei nº 73, de 21/11/1966. A principal atribuição do CNSP, na época da sua criação, era a de fixar as diretrizes e normas da política governamental para os segmentos de Seguros Privados, tendo posteriormente, com o advento da Lei nº 6.435, de 15/07/1977, suas atribuições se estendido à Previdência Privada, no âmbito das entidades abertas.

A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP é o órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro e resseguro. Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda foi criada pelo Decreto-lei nº 73, de 21/11/1966, que também instituiu o Sistema Nacional de Seguros Privados, do qual fazem parte o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, o IRB Brasil Resseguros S.A. - IRB Brasil Re, as sociedades autorizadas a operar em seguros privados e as entidades de previdência privada aberta.

Nota 31 – Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substantiado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor Contábil	Valor Justo estimado	Valor Contábil	Valor Justo estimado
Ativos Financeiros				
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Banco Central	104.242	104.242	85.100	85.100
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	22.692	22.731	30.525	30.525
Aplicações no Mercado Aberto	265.051	265.051	254.404	254.404
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação ^(*)	204.648	204.648	164.311	164.311
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado ^(*)	1.191	1.191	642	642
Derivativos ^(*)	24.231	24.231	26.755	26.755
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda ^(*)	88.277	88.277	86.045	86.045
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	40.495	40.749	42.185	38.892
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	463.394	472.704	447.404	446.787
Outros Ativos Financeiros	53.917	53.917	53.506	53.506
Passivos Financeiros				
Depósitos	329.414	329.371	292.610	292.775
Captação no Mercado Aberto	349.164	349.164	336.643	336.643
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação ^(*)	519	519	412	412
Derivativos ^(*)	24.698	24.698	31.071	31.071
Recursos de Mercados Interbancários	135.483	134.730	156.886	156.174
Recursos de Mercados Institucionais	96.239	95.012	93.918	95.461
Passivos de Planos de Capitalização	3.147	3.147	3.044	3.044
Outros Passivos Financeiros	71.832	71.832	68.715	68.715

^(*) Estes ativos e passivos são registrados no balanço pelo seu Valor Justo.

Os Instrumentos Financeiros não incluídos no Balanço Patrimonial (Nota 36) são representados por Cartas de Crédito em Aberto (*standby*) e Garantias Prestadas no total de R\$ 77.453 (R\$ 81.180 em 31/12/2015) com o valor justo estimado de R\$ 1.066 (R\$ 1.143 em 31/12/2015).

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- Disponibilidades, Depósitos Compulsórios no Banco Central, Aplicações no Mercado Aberto, Captação no Mercado Aberto e Passivos de Capitalização** - O valor contábil desses instrumentos se aproxima de seu valor justo.
- Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, Depósitos, Recursos de Mercados Interbancários e Recursos de Mercados Institucionais** – ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima os valores justos efetuando o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando-se as taxas de juros do mercado.
- Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, inclusive Derivativos (Ativos e Passivos), Ativos Financeiros designados ao Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento e Passivos Financeiros Mantidos para Negociação** – Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Na ausência de preço cotado na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado (corretoras). Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima. Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado. Os valores justos dos instrumentos derivativos foram apurados conforme segue:
 - Swaps:** Seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na BM&FBOVESPA, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo de *swaps* de moeda, *swaps* de taxa de juros e *swaps* com base em outros fatores de risco (*commodities*, índices de bolsas, etc.).

- **Futuros e Termo:** Cotações em bolsas ou utilizando-se critério idêntico ao utilizado nos *swaps*.
- **Opções:** Seus valores justos são apurados com base em modelos matemáticos (como o da *Black&Scholes*) que são alimentados com dados de volatilidade implícita, curva de rentabilidade da taxa de juros e o valor justo do ativo subjacente. Os preços de mercado corrente das opções são utilizados para calcular as volatilidades implícitas. Todos esses dados são obtidos de diferentes fontes (geralmente a *Bloomberg*).
- **Crédito:** Estão inversamente relacionados à probabilidade de inadimplência (PD) em um instrumento financeiro sujeito a risco de crédito. O processo de reajuste a preço de mercado desses *spreads* se baseia nas diferenças entre as curvas de rentabilidade sem risco e as curvas de rentabilidade ajustadas pelo risco de crédito.

d) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro - O valor justo é estimado por grupos de empréstimos com características financeiras e de risco similares utilizando modelos de valorização. O valor justo dos empréstimos de taxa fixa foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros correntes de empréstimos similares. Para a maior parte dos empréstimos à taxa variável, o valor contábil foi considerado como próximo de seu valor justo. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso normal foi calculado pelo desconto dos pagamentos previstos de principal e de juros até o vencimento, com as taxas indicadas acima. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso anormal foi baseado no desconto dos fluxos de caixa previstos, com a utilização de uma taxa proporcional ao risco associado aos fluxos de caixa estimados, ou no valor da garantia subjacente. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas do tomador.

e) Depósitos - O valor justo dos depósitos de taxa fixa que possuem data de vencimento foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros correntes de captações similares. Depósitos a vista não são considerados na estimativa de valor justo. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas de cada operação. Depósitos a vista não são considerados na estimativa de valor justo. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas de cada operação.

f) Outros Ativos / Passivos Financeiros – basicamente compostos de recebíveis de emissores de cartão de crédito, depósitos em garantia de passivos contingentes e negociação e intermediação de valores mobiliários. Os valores contábeis desses ativos/passivos aproximam-se significativamente de seus valores justos, uma vez que basicamente representam valores a serem recebidos no curto prazo de titulares de cartões de crédito e a serem pagos a emissores de cartões de créditos, depósitos exigidos judicialmente (indexado a taxas de mercado) feitos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING como garantia de ações judiciais ou recebíveis no curto prazo (geralmente com vencimento de aproximadamente 5 (cinco) dias úteis). Todos esses itens representam ativos/passivos sem riscos significativos de mercado, de crédito e de liquidez.

De acordo com o IFRS, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

Nível 1: As informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de apreamento continuamente.

Nível 2: As informações que não os preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis por meio de correlação ou por outros meios.

Nível 3: As informações não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Designados ao Valor Justo através do Resultado:

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo estão classificados no Nível 1 da hierarquia de valor justo. Neste nível foram classificados a maioria dos títulos do governo brasileiro, outros títulos estrangeiros do governo, ações e debêntures negociados em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as informações de apreçamento não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de apreçamento obtidas por meio dos serviços de apreçamento, como Bloomberg, Reuters e corretoras (somente quando representam transações efetivas) ou fluxos de caixa descontados, que usam as informações derivadas de ativos ativamente negociados em um mercado ativo. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no Nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos por certos títulos do governo brasileiro, debêntures, alguns títulos do governo cotados em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no Nível 1, e alguns preços das ações em fundos de investimentos. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não detém posições em fundos de investimentos alternativos ou em fundos de participação em empresas de capital fechado.

Nível 3: Quando não houver informações de apreçamento em um mercado ativo, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING usa modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo proprietário. No Nível 3 são classificados alguns títulos do governo brasileiro e privados com vencimentos após 2025 e que não são geralmente negociados em um mercado ativo.

Derivativos:

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no Nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos não negociados em bolsas de valores, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima o valor justo por meio da adoção de diversas técnicas como o Black&Scholes, Garman & Kohlhagen, Monte Carlo ou até mesmo os modelos de fluxo de caixa descontados geralmente adotados no mercado financeiro. Os derivativos incluídos no Nível 2 são *swaps* de inadimplência de crédito, *swaps* de moeda cruzada, *swaps* de taxa de juros, opções de *plain vanilla*, alguns *forwards* e geralmente todos os *swaps*. Todos os modelos adotados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são amplamente aceitos na indústria de serviços financeiros e refletem os termos contratuais do derivativo. Considerando que muitos desses modelos não contêm um alto nível de subjetividade, uma vez que as metodologias adotadas nos modelos não exigem grandes decisões, e as informações para o modelo estão prontamente observáveis nos mercados ativamente cotados, esses produtos foram classificados no Nível 2 da hierarquia de avaliação.

Nível 3: Os derivativos com valores justos baseados em informações não observáveis em um mercado ativo foram classificados no Nível 3 da hierarquia de valor justo e estão compostos por opções exóticas, alguns, *swaps* indexados com informações não observáveis e *swaps* com outros produtos, como *swap* com opção e com verificação, derivativos de crédito e futuros de algumas *commodities*. Estas operações têm seu apreçamento derivado de superfície de volatilidade gerada a partir de volatilidade histórica.

Todas as metodologias descritas acima para avaliação podem resultar em um valor justo que pode não ser indicativo do valor realizável líquido ou dos valores justos futuros. No entanto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos na data do balanço.

Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 31/12/2016 e 31/12/2015 para os Ativos de Financeiros Mantidos para Negociação e Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

	31/12/2016				31/12/2015			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	165.883	37.760	1.005	204.648	123.948	40.303	60	164.311
Fundos de Investimento	14	1.159	-	1.173	19	1.032	-	1.051
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	157.369	2.654	1	160.024	114.007	3.043	3	117.053
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	5.325	-	-	5.325	4.431	-	-	4.431
Títulos Públicos - Outros Países	819	2.916	-	3.735	933	216	-	1.149
Argentina	651	-	-	651	696	-	-	696
Chile	-	127	-	127	-	36	-	36
Colômbia	-	2.669	-	2.669	-	72	-	72
Estados Unidos	78	-	-	78	132	-	-	132
México	6	-	-	6	3	-	-	3
Paraguai	-	88	-	88	-	68	-	68
Uruguai	-	32	-	32	-	40	-	40
Outros	84	-	-	84	102	-	-	102
Títulos de Empresas	2.356	31.031	1.004	34.391	4.558	36.012	57	40.627
Ações Negociáveis	1.533	-	958	2.491	2.161	-	-	2.161
Certificado de Depósito Bancário	12	1.812	-	1.824	19	2.564	-	2.583
Debêntures	216	2.949	25	3.190	2.333	2.141	48	4.522
Euro Bonds e Assemelhados	595	49	18	662	45	940	6	991
Letras Financeiras	-	25.893	-	25.893	-	30.367	-	30.367
Outros	-	328	3	331	-	-	3	3
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	34.840	43.903	9.534	88.277	32.439	49.347	4.259	86.045
Fundos de Investimento	-	42	-	42	6	98	114	218
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	17.039	671	228	17.938	10.793	791	212	11.796
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	14.065	-	-	14.065	17.312	-	-	17.312
Títulos Públicos - Outros Países	1.536	12.850	86	14.472	2.152	7.702	29	9.883
Chile	-	5.758	86	5.844	-	1.378	29	1.407
Colômbia	-	1.155	-	1.155	-	-	-	-
Coreia	-	2.673	-	2.673	-	1.626	-	1.626
Dinamarca	-	819	-	819	-	2.548	-	2.548
Espanha	-	923	-	923	-	1.060	-	1.060
Estados Unidos	1.427	-	-	1.427	2.022	-	-	2.022
Holanda	101	-	-	101	122	-	-	122
Paraguai	-	1.111	-	1.111	-	912	-	912
Uruguai	-	411	-	411	-	178	-	178
Outros	8	-	-	8	8	-	-	8
Títulos de Empresas	2.200	30.340	9.220	41.760	2.176	40.756	3.904	46.836
Ações Negociáveis	817	-	568	1.385	661	-	267	928
Cédula do Produtor Rural	-	876	549	1.425	-	1.078	52	1.130
Certificado de Depósito Bancário	-	2.527	114	2.641	-	1.443	130	1.573
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	2.095	2.095	-	-	2.037	2.037
Debêntures	277	16.007	4.886	21.170	410	21.581	844	22.835
Euro Bonds e Assemelhados	1.105	5.615	995	7.715	1.105	8.981	26	10.112
Letras Financeiras	-	2.816	-	2.816	-	6.479	367	6.846
Notas Promissórias	1	2.172	-	2.173	-	937	54	991
Outros	-	327	13	340	-	257	127	384
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	1.191	-	-	1.191	642	-	-	642
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	1.191	-	-	1.191	506	-	-	506
Títulos Públicos - Outros Países	-	-	-	-	136	-	-	136
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	519	-	519	-	412	-	412
Notas Estruturadas	-	519	-	519	-	412	-	412

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 31/12/2016 e 31/12/2015 para os Ativos e Passivos de Derivativos.

	31/12/2016				31/12/2015			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Derivativos - Ativo	127	23.583	521	24.231	529	24.975	1.251	26.755
Futuros	127	-	-	127	529	-	-	529
Swaps - Diferencial a Receber	-	10.074	468	10.542	-	7.958	1.189	9.147
Opções	-	4.745	47	4.792	-	5.550	33	5.583
Termo	-	4.971	-	4.971	-	3.166	-	3.166
Derivativos de Crédito	-	181	-	181	-	614	-	614
Forwards	-	3.459	-	3.459	-	3.430	-	3.430
Verificação de Swap	-	88	-	88	-	355	-	355
Outros Derivativos	-	65	6	71	-	3.902	29	3.931
Derivativos - Passivo	-	(24.638)	(60)	(24.698)	-	(31.038)	(33)	(31.071)
Swaps - Diferencial a Pagar	-	(13.165)	(56)	(13.221)	-	(16.310)	(21)	(16.331)
Opções	-	(4.548)	(4)	(4.552)	-	(5.771)	(12)	(5.783)
Termo	-	(3.530)	-	(3.530)	-	(833)	-	(833)
Derivativos de Crédito	-	(147)	-	(147)	-	(875)	-	(875)
Forwards	-	(2.825)	-	(2.825)	-	(3.142)	-	(3.142)
Verificação de Swap	-	(353)	-	(353)	-	(545)	-	(545)
Outros Derivativos	-	(70)	-	(70)	-	(3.562)	-	(3.562)

Não existiram transferências significativas entre Nível 1 e Nível 2 durante o período de 31/12/2016 e 31/12/2015. Transferências para dentro e fora do nível 3 são apresentadas nas movimentações do nível 3.

Mensuração de Valor Justo de Nível 2 Baseado em Serviços de Apreçamento e Corretoras

Quando informações de apreçamento não estão disponíveis para os títulos classificados como Nível 2, são utilizados serviços de apreçamento, tal como Bloomberg ou corretoras para valorizar tais instrumentos.

Em todos os casos, de forma a assegurar que o valor justo desses instrumentos seja apropriadamente classificado como Nível 2, são realizadas análises internas das informações recebidas, de modo a entender a natureza dos *inputs* que são usados na determinação de tais valores pelo prestador de serviço.

São considerados no Nível 2 os preços fornecidos pelos serviços de apreçamento que atendam aos seguintes requerimentos: os *inputs* estão prontamente disponíveis, regularmente distribuídos, fornecidos por fontes ativamente envolvidas em mercados relevantes e não são proprietários.

Do total de R\$ 81.663 milhões de instrumentos financeiros classificados como Nível 2, em 31 de Dezembro de 2016, foi usado o serviço de apreçamento ou corretoras para avaliar títulos com valor justo de R\$ 40.388 milhões, substancialmente representados por:

- **Debêntures:** Quando disponível, são usadas informações de preço para transações registradas no Sistema Nacional de Debêntures (SND), plataforma eletrônica operada pela CETIP, que provê serviços múltiplos para as transações envolvendo debêntures no mercado secundário. Alternativamente são utilizados os preços de debêntures fornecidos pela ANBIMA. Sua metodologia inclui a obtenção diária, de preços ilustrativos, não-vinculativos, de um grupo de participantes de mercado considerados significativos. Tal informação é sujeita a filtros estatísticos definidos na metodologia, com o propósito de eliminar os outliers.
- **Títulos Globais e Corporativos:** O processo de apreçamento destes títulos consiste em capturar de 2 a 8 cotações da Bloomberg, conforme o ativo. A metodologia consiste em comparar os maiores preços de compra e os menores preços de venda de negociações ocorridas providas pela Bloomberg, para o último dia do mês. Comparam-se tais preços com as informações de ordens de compras que a Tesouraria Institucional do ITAÚ UNIBANCO HOLDING fornece à Bloomberg. Se a diferença entre ambos os preços for menor que 0,5%, é usado o preço médio da Bloomberg. Se maior que 0,5% ou se a Tesouraria Institucional não tiver provido informação sobre esse título específico, então é usado o preço médio coletado direto a outros bancos. O preço da Tesouraria Institucional é utilizado apenas como referência e nunca no cálculo do preço final.

Mensurações de Valor Justo Recorrentes de Nível 3

As unidades responsáveis pela definição e aplicação dos modelos de apreçamento são segregadas das áreas de negócio. Os modelos são documentados, submetidos à validação de uma área independente e aprovados por comitê específico. O processo diário de captura, cálculo e divulgação de preços são verificados regularmente com base em testes e critérios formalmente definidos e as informações são armazenadas em uma base de dados histórica única e corporativa.

Os casos mais recorrentes de ativos classificados como Nível 3 estão justificados pelos fatores de desconto utilizados. Fatores como a curva prefixada de juros em reais e curva de cupom de TR - e por consequência as suas dependentes - possuem dados com prazos inferiores aos vencimentos dos ativos de renda fixa. Nos casos de *swap*, a análise é feita por indexador de ambas as pontas. Há alguns casos em que os prazos dos dados são mais curtos do que o próprio vencimento do derivativo.

Movimentações de Valor Justo Recorrentes de Nível 3

As tabelas a seguir incluem as movimentações dos valores do Balanço Patrimonial, para instrumentos financeiros classificados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING no Nível 3 da hierarquia do valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos classificados no Nível 3 correspondem basicamente a Outros Derivativos indexados a ações.

	Valor justo em 31/12/2015	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/12/2016	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos em 31/12/2016
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	60	(151)	87	(344)	1.353	1.005	(154)
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	3	-	-	(2)	-	1	-
Títulos de Dívida de Empresas	57	(151)	87	(342)	1.353	1.004	(154)
Ações Negociáveis	-	(114)	-	-	1.072	958	(152)
Debêntures	48	(37)	33	(306)	287	25	(2)
Euro Bonds e Assemelhados	6	-	54	(36)	(6)	18	-
Outros	3	-	-	-	-	3	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	4.259	(677)	4.626	(4.380)	5.706	9.534	(685)
Fundos de Investimento	114	313	-	(427)	-	-	-
Títulos Públicos - Governo Brasileiro	212	(208)	-	220	4	228	11
Títulos Públicos - Outros Países - Chile	29	(44)	321	(220)	-	86	-
Títulos de Dívida de Empresas	3.904	(738)	4.305	(3.953)	5.702	9.220	(696)
Ações Negociáveis	267	119	-	(227)	409	568	76
Cédula do Produtor Rural	52	(54)	1.205	(851)	197	549	(57)
Certificado de Depósito Bancário	130	2	483	(501)	-	114	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	2.037	58	11	(10)	(1)	2.095	(55)
Debêntures	844	(739)	2.111	(994)	3.664	4.886	(653)
Euro Bonds e Assemelhados	26	(130)	446	(837)	1.490	995	(7)
Letras Financeiras	367	14	-	(301)	(80)	-	-
Notas Promissórias	54	-	-	(54)	-	-	-
Outros	127	(8)	49	(178)	23	13	-

	Valor justo em 31/12/2015	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/12/2016	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos em 31/12/2016
Derivativos - Ativo	1.251	(713)	254	(728)	457	521	(7)
Swaps - Diferencial a Receber	1.189	(731)	8	(455)	457	468	21
Opções	33	36	246	(268)	-	47	(28)
Outros Derivativos	29	(18)	-	(5)	-	6	-
Derivativos - Passivo	(33)	18	(35)	96	(106)	(60)	(2)
Swaps - Diferencial a Pagar	(21)	9	(5)	67	(106)	(56)	(8)
Opções	(12)	9	(30)	29	-	(4)	6

	Valor Justo em 31/12/2014	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/12/2015	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos em 31/12/2015
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	790	33	102	(865)	-	60	-
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	-	4	-	(1)	-	3	-
Títulos de Empresas	790	29	102	(864)	-	57	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	1	-	-	(1)	-	-	-
Debêntures	210	(13)	66	(215)	-	48	-
Notas Promissórias	577	54	-	(631)	-	-	-
Euro Bonds e Assemelhados	2	(6)	27	(17)	-	6	-
Outros	-	(6)	9	-	-	3	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	5.404	(1.241)	4.453	(4.624)	267	4.259	(451)
Fundos de Investimento	-	(1.128)	1.242	-	-	114	-
Títulos Públicos - Governo Brasileiro	249	(116)	85	(6)	-	212	(22)
Títulos Públicos - Outros Países - Chile	13	(1)	101	(84)	-	29	-
Títulos de Empresas	5.142	4	3.025	(4.534)	267	3.904	(429)
Ações Negociáveis	-	-	-	-	267	267	-
Cédula do Produtor Rural	51	1	9	(9)	-	52	-
Certificado de Depósito Bancário	58	7	201	(136)	-	130	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	2.522	(142)	68	(411)	-	2.037	(207)
Debêntures	706	(12)	915	(765)	-	844	(222)
Euro Bonds e Assemelhados	53	(8)	94	(113)	-	26	2
Letras Financeiras	270	48	49	-	-	367	(2)
Notas Promissórias	1.397	72	1.574	(2.989)	-	54	-
Outros	85	38	115	(111)	-	127	-

	Valor Justo em 31/12/2014	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/12/2015	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos em 31/12/2015
Derivativos - Ativo	121	369	316	(219)	664	1.251	31
Swaps - Diferencial a Receber	33	318	192	(18)	664	1.189	-
Opções	16	(29)	124	(78)	-	33	(10)
Outros Derivativos	72	80	-	(123)	-	29	41
Derivativos - Passivo	(44)	(40)	(95)	148	(2)	(33)	-
Swaps - Diferencial a Pagar	(38)	(38)	(11)	68	(2)	(21)	-
Opções	(6)	(2)	(84)	80	-	(12)	-

Análise de Sensibilidade de Operações Nível 3

O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como Nível 3 (onde os preços negociados não são facilmente observáveis em mercados ativos) é mensurado utilizando-se técnicas baseadas em correlações com produtos associados e negociados em mercados ativos, estimativas internas e modelos internos.

Os dados não observáveis significativos usados na mensuração a valor justo dos instrumentos classificados como Nível 3 são: taxas de juros, preços de ativo objeto e a volatilidade. Variações significativas em quaisquer desses *inputs* isolados podem resultar em alterações significativas no valor justo.

A tabela a seguir, demonstra a sensibilidade desses valores justos em cenários de alterações nas taxas de juros, nos preços de ativos ou em cenários que variam choques nos preços e nas volatilidades para ativos não lineares:

Sensibilidade - Operações Nível III		31/12/2016	
Grupos de Fatores de Risco de Mercado	Cenários	Impactos	
		Resultado	Patrimônio
Taxa de Juros	I	(2,3)	(1,8)
	II	(57,6)	(44,2)
	III	(115,2)	(87,9)
Moedas, <i>Commodities</i> e Índices	I	(76,3)	-
	II	(152,6)	-
Não Lineares	I	(13,5)	-
	II	(19,8)	-

Na mensuração das sensibilidades são utilizados os seguintes cenários:

Taxa de Juros

Aplicação de choques de 1, 25 e 50 pontos-base (cenários I, II e III respectivamente) nas curvas de juros, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Moedas, *Commodities* e Índices

Aplicação de choques de 5 e 10 pontos percentuais (cenários I e II respectivamente) nos preços de moedas, *commodities* e índices, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Não lineares

Cenário I: Aplicação de choques de 5 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais no nível de volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Cenário II: Aplicação de choques de 10 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais no nível de volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Nota 32 – Provisões, Contingências e Outros Compromissos

Provisões	31/12/2016	31/12/2015
Cíveis	5.172	5.227
Trabalhistas	7.232	6.132
Fiscais e Previdenciárias	8.246	7.500
Outros	259	135
Total	20.909	18.994
Circulante	4.434	3.848
Não Circulante	16.475	15.146

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em decorrência do curso normal de suas atividades, poderá figurar como parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

- a) **Ativos Contingentes:** não existem ativos contingentes contabilizados.
- b) **Provisões e Contingências:** os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a semelhança com processos anteriores, bem como a jurisprudência dominante.

- Ações Cíveis

As contingências decorrem, geralmente, de pleitos relacionados à revisão de contratos e de ações de indenização por danos materiais e morais, sendo os processos classificados da seguinte forma:

Processos Massificados: são relativos às ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante. A apuração da contingência é realizada mensalmente, sendo objeto de provisão contábil o valor esperado da perda, realizada por meio de aplicação de parâmetro estatístico, tendo em conta a natureza da ação e as características do juízo em que tramitam (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum). As contingências e provisões são ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados: são relativos às ações com características peculiares ou de valor relevante. A apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido. A probabilidade de perda é estimada conforme as particularidades da ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

Cumprе mencionar que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING é parte em ações específicas referentes à cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança, decorrente de planos econômicos implementados nas décadas de 80 e 90 como medida de combate à inflação.

Apesar do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ter observado as regras vigentes à época, a empresa figura como ré em ações ajuizadas por pessoas físicas que versam sobre esse tema, bem como em ações coletivas ajuizadas por: (i) associações de defesa do consumidor; e (ii) Ministério Público, em nome dos titulares de cadernetas de poupança. No que concerne à essas ações, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING constitui provisões quando do recebimento da citação, bem como no momento em que as pessoas físicas exigem a execução da decisão proferida pelo Judiciário, utilizando os mesmos critérios adotados para determinar as provisões das ações individuais.

O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu algumas decisões a favor dos titulares de cadernetas de poupança, mas não consolidou seu entendimento no tocante à constitucionalidade dos planos econômicos e sua aplicabilidade às cadernetas de poupança. Atualmente, os recursos relacionados a essa questão estão suspensos, por determinação do STF, até que haja um pronunciamento definitivo desta Corte quanto ao direito discutido.

Não são provisionados os valores envolvidos em Ações Cíveis de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 3.388 (R\$ 2.460 em 31/12/2015), sendo que neste montante não existem valores decorrentes de participação em *Joint Ventures*.

- Ações Trabalhistas

As contingências decorrem de ações em que se discutem pretensos direitos trabalhista específicos à categoria profissional, tais como: horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria, entre outros. Esses processos possuem a seguinte classificação:

Processos Massificados: referem-se às ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante. O valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente, conforme modelo estatístico, que precifica as ações e é reavaliado considerando as decisões judiciais proferidas. As contingências são ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados: referem-se às ações com características peculiares ou de valor relevante. A apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido. A probabilidade de perda é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

Não são provisionados os valores envolvidos em ações trabalhistas de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 79 (R\$ 829 em 31/12/2015).

- Outros Riscos

São quantificados e provisionados principalmente pela avaliação de crédito rural em operações com coobrigação e créditos com Fundos de Compensações de Variações Salariais (FCVS) cedidos ao Banco Nacional.

Segue abaixo a movimentação das provisões cíveis, trabalhistas e outros e os saldos dos respectivos depósitos em garantia de recursos:

01/01 a 31/12/2016				
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo Inicial	5.227	6.132	135	11.494
Saldo oriundo da Aquisição do CorpBanca (Nota 3)	2	5	133	140
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	(236)	(1.089)	-	(1.325)
Subtotal	4.993	5.048	268	10.309
Atualização / Encargos (Nota 26)	248	625	-	873
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 26)	1.241	2.946	(9)	4.178
Constituição (*)	1.901	3.149	(7)	5.043
Reversão	(660)	(203)	(2)	(865)
Pagamento	(1.566)	(2.453)	-	(4.019)
Subtotal	4.916	6.166	259	11.341
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	256	1.066	-	1.322
Saldo Final	5.172	7.232	259	12.663
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2016 (Nota 20a)	1.541	2.337	-	3.878

(*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R\$ 408.

01/01 a 31/12/2015				
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo Inicial	4.643	5.598	159	10.400
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	(132)	(1.029)	-	(1.161)
Subtotal	4.511	4.569	159	9.239
Atualização / Encargos (Nota 26)	322	548	-	870
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 26)	1.747	1.637	(24)	3.360
Constituição (*)	2.698	1.795	(21)	4.472
Reversão	(951)	(158)	(3)	(1.112)
Pagamento	(1.589)	(1.711)	-	(3.300)
Subtotal	4.991	5.043	135	10.169
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	236	1.089	-	1.325
Saldo Final	5.227	6.132	135	11.494
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2015 (Nota 20a)	1.741	2.218	-	3.959

(*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R\$ 233.

01/01 a 31/12/2014				
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo Inicial	4.473	5.192	223	9.888
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	(134)	(811)	-	(945)
Subtotal	4.339	4.381	223	8.943
Atualização / Encargos (Nota 26)	184	320	-	504
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 26)	1.524	1.123	(64)	2.583
Constituição (*)	2.100	1.459	23	3.582
Reversão	(576)	(336)	(87)	(999)
Pagamento	(1.536)	(1.255)	-	(2.791)
Subtotal	4.511	4.569	159	9.239
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	132	1.029	-	1.161
Saldo Final	4.643	5.598	159	10.400
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2014 (Nota 20a)	2.073	2.567	-	4.640

(*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R\$ 210.

- Ações Fiscais e Previdenciárias

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica como obrigação legal, as ações judiciais ingressadas para discutir a legalidade e inconstitucionalidade da legislação em vigor, sendo objeto de provisão contábil independentemente da probabilidade de perda.

As contingências tributárias correspondem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Constituem provisão sempre que a perda for classificada como provável.

Segue abaixo a movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias:

Provisões	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Saldo Inicial	7.500	6.627	8.974
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	(65)	(61)	(57)
Subtotal	7.435	6.566	8.917
Atualização / Encargos ^(*)	737	609	515
Movimentação do Período Refletida no Resultado	68	588	797
Constituição ^(*)	287	1.170	1.156
Reversão ^(*)	(219)	(582)	(359)
Pagamento	(63)	(328)	(3.663)
Subtotal	8.177	7.435	6.566
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	69	65	61
Saldo Final	8.246	7.500	6.627

() Os valores estão contemplados nas rubricas Despesas Tributárias, Despesas Gerais e Administrativas e em Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes.*

Depósitos em Garantia	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Saldo Inicial	4.339	4.736	5.658
Apropriação de Rendas	383	285	377
Movimentação do Período	<u>125</u>	<u>(682)</u>	<u>(1.299)</u>
Novos Depósitos	217	355	193
Levantamentos Efetuados	(66)	(944)	(5)
Conversão em Renda	(26)	(93)	(1.487)
Saldo Final (Nota 20a)	4.847	4.339	4.736

As principais discussões relativas às provisões das Ações Fiscais e Previdenciárias são descritas a seguir:

- CSLL – Isonomia – R\$ 1.207: discute-se a ausência de respaldo constitucional da majoração, estabelecida pela Lei nº 11.727/08, da alíquota de CSLL de 9% para 15%, no caso das empresas financeiras e seguradoras. O saldo do depósito judicial totaliza R\$ 1.191;
- INSS – Fator Acidentário de Prevenção (FAP) – R\$ 1.004: discute-se a legalidade do FAP e inconsistências cometidas pelo INSS na sua apuração. O saldo do depósito judicial totaliza R\$ 110;
- PIS e COFINS – Base de Cálculo – R\$ 650: defende-se a incidência de PIS e COFINS sobre o faturamento, devendo este ser entendido como a receita da venda de bens e serviços. O saldo do depósito judicial totaliza R\$ 571;
- IRPJ e CSLL – Lucros no Exterior – R\$ 599: discute-se a base de cálculo dos tributos no que se refere aos lucros auferidos no exterior, bem como defende-se a inaplicabilidade do texto da Instrução Normativa SRF nº 213/02, que excede a disposição legal correspondente. O saldo do depósito judicial totaliza R\$ 229.

Contingências não Provisionadas no Balanço

Não são provisionados os valores envolvidos em ações fiscais e previdenciárias de perda possível. Os valores envolvidos nas principais Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 18.106 estão descritas a seguir:

- INSS – Verbas não Remuneratórias – R\$ 4.770: defende-se a não incidência da contribuição sobre verbas, não remuneratórias, dentre as quais, destacam-se: participação nos lucros, plano para outorga de opções de ações, vale transporte e abono único;
- IRPJ e CSLL – Ágio – Dedução – R\$ 3.122: discute-se a dedutibilidade do ágio com expectativa de rentabilidade futura na aquisição de investimentos, sendo que, do montante supracitado, R\$ 665 estão garantidos nos contratos de aquisição;
- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS – Indeferimento de Pedido de Compensação – R\$ 1.613: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado;
- IRPJ e CSLL – Juros sobre o Capital Próprio (JCP) – R\$ 1.406: defende-se a dedutibilidade dos JCP declarados aos acionistas com base na taxa de juros de longo prazo (TJLP) aplicada sobre o patrimônio líquido do ano e de anos anteriores;
- ISS – Atividades Bancárias – R\$ 930: entende-se que a operação bancária não se confunde com serviço e/ou não está listada na Lei Complementar nº 116/03 ou do Decreto-Lei nº 406/68.
- IRPJ e CSLL – Glosa de Prejuízos – R\$ 606: Discussão sobre o montante do prejuízo fiscal (IRPJ) e/ou base negativa da CSLL, que pode reduzir a base de cálculo dos referidos tributos.
- IRPJ/ CSLL - Dedutibilidade de Perdas em Operações de Crédito – R\$ 601 - Autuações lavradas para exigência de IRPJ e de CSLL pela suposta inobservância dos critérios legais para a dedução de perdas no recebimento de créditos.

c) Contas a Receber – Reembolso de Contingências

O saldo de valores a receber relativo a reembolso de contingências totaliza R\$ 1.128 (R\$ 1.093 em 31/12/2015) (Nota 20a). Este valor deriva, basicamente, da garantia estabelecida no processo de privatização do Banco Banerj S.A., ocorrido em 1997, quando o Estado do Rio de Janeiro constituiu um fundo para garantir a recomposição patrimonial em Contingências Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.

d) Ativos Dados em Garantia de Contingências

Os ativos dados em garantia de contingências são relativos a processos de passivos contingentes e estão vinculados ou depositados de acordo com o quadro abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Disponíveis para Venda (basicamente Letras Financeiras do Tesouro)	950	793
Depósitos em Garantia de Recursos (Nota 20a)	4.537	4.335

Os depósitos realizados em ações judiciais devem ser feitos em juízo, sendo passíveis de levantamento pela parte vencedora da ação, com os respectivos acréscimos legais, em conformidade com a decisão judicial proferida.

Normalmente, as provisões referentes às ações judiciais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são de longo prazo, considerando o tempo de tramitação dessas ações no sistema judiciário brasileiro. Devido a isso, não foi divulgada a estimativa com a relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING com base em pareceres de seus assessores legais, não está envolvido em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais que possam afetar, de forma relevante, os resultados de suas operações.

e) Programas de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Municipais

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aderiu aos PPIs – Programas de Parcelamento Incentivado substancialmente relacionados à esfera municipal, instituídos pelas seguintes leis: Lei nº 5.854, de 27/04/2015 - Rio de Janeiro; Lei nº 8.927, de 22/10/2015 e Decreto-Lei nº 26.624, de 26/10/2015 - Salvador; Lei nº 18.181, de 30/11/2015 e Decreto-Lei nº 29.275, de 30/11/2015 - Recife; Lei Complementar nº 95, de 19/10/2015 - Curitiba; Lei nº 3.546, de 18/12/2015 - Salto; Lei nº 12.457, de 03/10/2016 – Londrina.

Os PPIs promovem a regularização dos débitos referidos nessas leis, decorrentes de créditos tributários e não tributários (constituídos ou não), inclusive os inscritos em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar.

O efeito líquido dos PPIs no resultado foi de R\$ 14, e está refletido em Outras Receitas Operacionais.

Nota 33 – Capital Regulatório

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING está sujeito à regulamentação do Banco Central do Brasil (BACEN) que emite diretivas e instruções sobre políticas monetárias e de crédito para instituições financeiras que operam no Brasil. O BACEN também determina requerimentos mínimos de capital, procedimentos de apuração das informações para avaliação da importância sistêmica global de instituições financeiras, limites para ativos fixos, limites de empréstimos, práticas contábeis e exigências de depósitos compulsórios, exigindo que os bancos cumpram a regulamentação baseada no Acordo de Basileia sobre adequação de capital. Além disso, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e a SUSEP emitem regulamentações sobre exigência de capital, que afetam nossas operações de seguros, planos de previdência privada e de capitalização.

a) Requerimentos de Capital Vigentes e em Implantação

Os requerimentos mínimos de capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING seguem o conjunto de resoluções e circulares divulgadas pelo BACEN que implantam no Brasil os padrões globais de requerimento de capital conhecidos como Basileia III. São expressos na forma de índices obtidos pela relação entre o capital disponível - demonstrado pelo Patrimônio de Referência (PR), ou Capital Total, composto pelo Nível I (que compreende o capital principal e o capital complementar) e pelo Nível II, e os ativos ponderados pelo risco (RWA).

Os índices de Capital Total, de Capital de Nível I e de Capital Principal são apurados na forma consolidada, aplicados às instituições integrantes do Conglomerado Prudencial, que abrange não só as instituições financeiras como também as administradoras de consórcio, as instituições de pagamento, as sociedades que realizam aquisição de operações ou assumam direta ou indiretamente risco de crédito e os fundos de investimento nos quais a instituição retenha substancialmente riscos e benefícios.

Para fins de cálculo desses requerimentos mínimos de capital, apura-se o montante total do RWA pela soma das parcelas dos ativos ponderados pelos riscos de crédito, de mercado e operacional. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza as abordagens padronizadas para o cálculo das parcelas de crédito e operacional.

A partir de 1º de setembro de 2016, o BACEN autorizou o ITAÚ UNIBANCO HOLDING a utilizar modelos internos de risco de mercado para apuração do montante total do capital regulamentar, utilizando para cálculo diário a parcela RWA_{MINT} , em substituição à parcela RWA_{MPAD} , conforme previsto na Circular BACEN 3.646.

Para as unidades consideradas não relevantes na apuração do capital regulatório de risco de mercado, utiliza-se a abordagem padronizada. Desta forma, não fazem parte do uso de modelos internos as unidades da Argentina, Chile, Itaú BBA *International*, Itaú BBA Colômbia, Paraguai e Uruguai.

De 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, o índice mínimo de capital requerido é de 9,875%. O requerimento mínimo de Capital Total foi de 11% de 1º de outubro de 2013 a 31 de dezembro de 2015, e está em cronograma de redução gradual, chegando a 8% em 1º de janeiro de 2019.

Além dos mínimos regulatórios, as normas do BACEN estabeleceram um Adicional de Capital Principal (ACP), correspondente à soma das parcelas $ACP_{Conservação}$, $ACP_{Contracíclico}$ e $ACP_{Sistêmico}$ que, em conjunto com as exigências mencionadas, aumentam a necessidade de capital ao longo do tempo. Conforme a Resolução CMN 4.193, o valor de cada uma das parcelas $ACP_{Conservação}$ e $ACP_{Contracíclico}$ aumentará gradualmente de 0,625%, a partir de 1º de janeiro de 2016, para 2,5%, a partir de 1º de janeiro de 2019. No entanto, o $ACP_{Contracíclico}$ é acionado durante a fase de expansão do ciclo de crédito, e, atualmente, conforme a Circular BACEN 3.769, o valor requerido da parcela $ACP_{Contracíclico}$ é igual a zero. Além disso, na hipótese de elevação do adicional contracíclico, o novo percentual vigorará apenas doze meses após seu anúncio. Já para a parcela $ACP_{Sistêmico}$, de acordo com a Circular BACEN 3.768, o requerimento atualmente aplicável ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING é de 0%, aumentando gradualmente de 0,25%, a partir de janeiro de 2017, para 1%, a partir de 1º de janeiro de 2019.

A reforma regulatória de Basileia III também redefiniu os requisitos para a qualificação dos instrumentos elegíveis a Capital de Nível I e Nível II, regulamentados no Brasil pela Resolução CMN 4.192, incluindo um cronograma de *phase-out* para os instrumentos já considerados no capital, emitidos anteriormente à vigência da norma, que não atendam integralmente as novas exigências.

A tabela abaixo apresenta o cronograma de implantação das regras de Basileia III no Brasil, definido pelo BACEN, na qual os números referem-se à porcentagem dos ativos ponderados pelo risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Cronograma de Implantação de Basileia III	A partir de 1º de janeiro				
	2015	2016	2017	2018	2019
Capital Principal	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
Nível I	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%
Capital Total	11%	9,875%	9,25%	8,625%	8,0%
Adicional de Capital Principal (ACP)	0,0%	0,625%	1,50%	2,375%	3,5%
de Conservação	0%	0,625%	1,25%	1,875%	2,5%
Contracíclico ⁽¹⁾	0%	0%	0%	0%	0%
de Importância Sistêmica	0%	0%	0,25%	0,5%	1,0%
Capital Principal + ACP	4,5%	5,125%	6,0%	6,875%	8,0%
Capital Total + ACP	11,0%	10,5%	10,75%	11,0%	11,5%
Deduções dos Ajustes Prudenciais	40%	60%	80%	100%	100%

(1) Atualmente, conforme a Circular BACEN 3.769, o valor requerido para a parcela ACP Contracíclico é igual a zero.

Ademais, em Março de 2015, entrou em vigor a Circular BACEN 3.751, que dispõe sobre a apuração dos indicadores relevantes para a avaliação da importância sistêmica global (IAISG) de instituições financeiras do Brasil. As informações sobre os valores dos indicadores do Índice de Importância Sistêmica Global, que não faz parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizadas no site www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores, seção “Governança Corporativa”, “Índice de Importância Sistêmica Global”.

O Índice de Alavancagem é definido como a razão entre Capital de Nível I e Exposição Total, calculada nos termos da Circular BACEN 3.748. O objetivo do índice é ser uma medida simples de alavancagem não sensível a risco, logo não leva em consideração fatores de ponderação de risco (FPR) ou mitigações. Conforme instruções dadas pela Carta-Circular BACEN 3.706, desde outubro de 2015, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING envia mensalmente ao BACEN o Índice de Alavancagem, porém o requerimento mínimo para Índice de Alavancagem deverá ser exigido em 2018, de acordo com as recomendações de Basileia, sendo definido com base no período de observação do comportamento do Índice desde sua implementação em 2011 até 2017.

Maiores detalhes sobre a composição do Índice de Alavancagem, que não faz parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizados no site www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores, seção “Governança Corporativa” / Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3.

b) Governança do Gerenciamento de Capital

O Conselho de Administração é o principal órgão no gerenciamento de capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, responsável por aprovar a política institucional de gerenciamento de capital e as diretrizes acerca do nível de capitalização da instituição. O Conselho também é responsável pela aprovação integral do relatório do ICAAP, processo que visa a avaliar a adequação do capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING através da identificação dos riscos materiais; da definição da necessidade de capital adicional para os riscos materiais e das metodologias internas de quantificação de capital; da elaboração do plano de capital, tanto em situações de normalidade quanto de estresse; e da estruturação do plano de contingência de capital.

No nível executivo, existem órgãos colegiados responsáveis por aprovar metodologias de avaliação dos riscos e de cálculo de capital, assim como revisar, monitorar e recomendar ao Conselho de Administração documentos e temas relativos a capital. Apoiando a governança dos órgãos colegiados, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui uma estrutura dedicada ao gerenciamento de capital da instituição que coordena e consolida informações e processos relacionados, todos sujeitos à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

De forma a prover informações necessárias aos Executivos e ao Conselho de Administração para tomada de decisões, relatórios gerenciais são elaborados e apresentados em órgãos colegiados, informando-os sobre a adequação de capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING bem como sobre projeções de níveis de capital futuros, em situações normais e de estresse.

O documento “Relatório de Acesso Público – Gerenciamento de Capital”, que não faz parte das demonstrações contábeis, que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de gerenciamento de capital, pode ser visualizado no site www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas.

c) Apetite de riscos

O apetite de risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é um conjunto de diretrizes e limites que definem os níveis de risco aceitáveis para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, alinhados à estratégia da instituição. Dividido em quatro dimensões compostas por um conjunto de métricas associadas aos principais riscos envolvidos, o apetite de risco, combina formas complementares de mensuração dos riscos, buscando uma visão abrangente das exposições incorridas pela instituição.

A dimensão de capitalização reflete o nível de proteção do banco contra perdas significativas. Esta dimensão estabelece as diretrizes de capitalização mínima do ITAÚ UNIBANCO HOLDING em relação aos seus riscos, dentro das quais a gestão utiliza o capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, obedecendo a níveis aceitáveis de alavancagem e custo de funding.

A dimensão de liquidez reflete o nível de proteção contra um período prolongado de estresse de funding, que poderia levar à falta de liquidez. Esta dimensão estabelece as diretrizes quanto aos níveis mínimos de liquidez, níveis aceitáveis de descasamento de prazos e estrutura de funding.

A dimensão de composição de negócios, por sua vez, busca garantir, por meio de limites de concentração, adequada composição das carteiras, visando à baixa volatilidade e à sustentabilidade dos negócios.

Já a dimensão franchise aborda riscos que possam impactar o valor da marca e da reputação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING junto às partes interessadas.

O Conselho de Administração detém a máxima alçada de aprovação sobre as diretrizes e limites do apetite de risco, desempenhando suas responsabilidades com o apoio de seu Comitê de Gestão de Riscos e Capital, que submete para sua deliberação relatórios e recomendações sobre o tema. Os níveis aceitáveis de risco devem respeitar os limites de apetite de risco aprovados pelo Conselho de Administração.

Já as funções executivas e operacionais são atribuições do Comitê Executivo e das comissões de riscos, que contam com a participação do Chief Risk Officer (CRO) e do presidente da instituição. Além do monitoramento e acompanhamento frequente das métricas, as comissões de riscos também são responsáveis pela implantação do arcabouço de apetite de risco. Adicionalmente, o comitê de Auditoria acompanha a evolução do apetite de risco, auxiliando sua gestão.

d) Composição do Capital

O PR utilizado para verificar o cumprimento dos limites operacionais impostos pelo BACEN consiste no somatório de três itens, denominados:

- Capital Principal: soma de capital social, reservas e lucros acumulados, menos deduções e ajustes prudenciais.
- Capital Complementar: composto por instrumentos de caráter perpétuo que atendam a requisitos de elegibilidade. Somado ao Capital Principal, compõe o Nível I.
- Nível II: composto por instrumentos de dívida subordinada de vencimento definido que atendam a requisitos de elegibilidade. Somado ao Capital Principal e ao Capital Complementar, compõe o Capital Total.

A tabela abaixo apresenta a composição do PR segregado entre Capital Principal, Capital Complementar e de Nível II, considerando seus respectivos ajustes prudenciais, conforme estabelecido pelas normas vigentes.

Composição do Patrimônio de Referência	31/12/2016	31/12/2015
Patrimônio Líquido Itaú Unibanco Holding S.A. (Consolidado)	115.590	106.462
Participações de Não Controladores	11.568	916
Alteração de Participação em Subsidiária em Transação de Capital	2.777	3.683
Patrimônio Líquido Consolidado (BACEN)	129.935	111.061
Ajustes Prudenciais do Capital Principal	(14.527)	(10.107)
Capital Principal	115.408	100.955
Ajustes Prudenciais do Capital Complementar	532	46
Capital Complementar	532	46
Nível I (Capital Principal + Capital Complementar)	115.940	101.001
Instrumentos Elegíveis para Compor o Nível II	23.488	27.403
Ajustes Prudenciais do Nível II	49	61
Nível II	23.537	27.464
Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)	139.477	128.465

Os Ajustes Prudenciais mais relevantes para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING são apresentados na tabela a seguir. Juntos, eles correspondem a mais de 90% dos ajustes prudenciais em 31 de Dezembro de 2016.

Composição dos Ajustes Prudenciais	31/12/2016	31/12/2015
Ágios pagos na aquisição de investimentos	7.408	2.926
Ativos Intangíveis	3.254	1.078
Créditos tributários	3.678	2.389
Excedente de capital principal de não controladores	909	152
Ajuste relativo ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a mercado registrados contabilmente	(1.254)	-
Outros	532	3.562
Total	14.527	10.107

Durante o exercício de 2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING recomprou R\$ 947 em ações de emissão própria. Essas ações ficam registradas na rubrica “Ações em Tesouraria”, que alcançou R\$ (1.882) em 31 de Dezembro de 2016. As ações em tesouraria reduzem o Patrimônio Líquido da instituição, causando a redução de sua base de capital.

Nesse período, o valor de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) pagos / provisionados, que afeta a base de capital da instituição, atingiu R\$ 9.221. Os dividendos são deduzidos do Patrimônio Líquido da instituição, reduzindo assim sua base de capital. Já o JCP que é contabilizado como despesa diretamente no resultado, reduz o Lucro Líquido da instituição, reduzindo também, consequentemente, sua base de capital.

Maiores detalhes sobre o requerimento de capital, que não faz parte das demonstrações contábeis, podem ser consultados no site www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa / Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3.

Os fundos obtidos por meio de emissão de títulos de dívida subordinada são considerados capital de Nível II, para os propósitos do índice de capital em relação aos ativos ponderados de risco, e estão descritos abaixo. Conforme legislação vigente, para o cálculo do Patrimônio de Referência de Dezembro de 2016, foi considerado o saldo das dívidas subordinadas de dezembro de 2012, totalizando R\$ 51.134.

Nome do Papel/Moeda	Valor Principal (Moeda Original)	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Saldo Contábil 31/12/2016
CDB Subordinado - BRL					
	367	2010	2017	IPCA + 7,21% a 7,33%	929
	367			Total	929
Letra Financeira Subordinada - BRL					
	206	2010	2017	IPCA + 6,95% a 7,2%	337
	3.224	2011	2017	108% a 112% do CDI	3.565
	3.650			100% do CDI + 1,29% a 1,52%	3.802
	352			IPCA + 6,15% a 7,8%	647
	138			IGPM + 6,55% a 7,6%	276
	500	2012	2017	100% do CDI + 1,12%	506
	42	2011	2018	IGPM + 7%	65
	30			IPCA + 7,53% a 7,7%	48
	6.373	2012	2018	108% a 113% do CDI	7.250
	461			IPCA + 4,4% a 6,58%	760
	3.782			100% do CDI + 1,01% a 1,32%	3.904
	112			9,95% a 11,95%	174
	2	2011	2019	109% a 109,7% do CDI	4
	1	2012	2019	110% do CDI	2
	12			11,96%	21
	101			IPCA + 4,7% a 6,3%	163
	1	2012	2020	111% do CDI	2
	20			IPCA + 6% a 6,17%	37
	6	2011	2021	109,25% a 110,5% do CDI	11
	2.307	2012	2022	IPCA + 5,15% a 5,83%	3.885
	20			IGPM + 4,63%	27
	21.340			Total	25.486
Euronotes Subordinado - USD					
	990	2010	2020	6,20%	3.264
	1.000	2010	2021	5,75%	3.352
	730	2011	2021	5,75% a 6,20%	2.396
	550	2012	2021	6,20%	1.793
	2.600	2012	2022	5,50% a 5,65%	8.580
	1.851	2012	2023	5,13%	6.075
	7.721			Total	25.460
Total					51.875

(*) Os CDBs subordinados podem ser resgatados a partir de novembro de 2011.

e) Ativos Ponderados pelo riscos (RWA)

De acordo com a Resolução CMN 4.193 e alterações posteriores, para fins do cálculo dos requerimentos mínimos de capital, deve ser apurado o montante de RWA, obtido pela soma das seguintes parcelas:

$$RWA = RWA_{CPAD} + RWA_{MINT} + RWA_{OPAD}$$

RWA_{CPAD} = parcela relativa às exposições ao risco de crédito, calculada segundo abordagem padronizada;

RWA_{MINT} = parcela relativa ao cálculo de capital requerido para risco de mercado, segundo abordagem interna, regulamentada pela Circular BACEN nº 3.646;

RWA_{OPAD} = parcela relativa ao cálculo de capital requerido para o risco operacional, segundo abordagem padronizada.

A tabela a seguir apresenta os valores dos ativos ponderados de risco de crédito (RWA_{CPAD}):

	31/12/2016	31/12/2015
Exposições ao Risco		
Ativos Ponderados de Risco de Crédito (RWA_{CPAD})	669.284	679.593
a) Por Fator de Ponderação de Risco (FPR):		
FPR de 2%	105	179
FPR de 20%	8.011	7.000
FPR de 35%	12.056	11.695
FPR de 50%	44.251	46.025
FPR de 75%	142.194	136.104
FPR de 85%	82.494	129.884
FPR de 100%	325.890	288.057
FPR de 250%	33.213	37.858
FPR de 300%	7.357	10.751
FPR até 1250% ^(*)	1.608	1.990
Derivativos - Variação da qualidade creditícia da contraparte	6.168	4.924
Derivativos - Ganho Potencial Futuro	5.937	5.126
b) Por Tipo:		
Títulos e Valores Mobiliários	45.741	51.085
Operações de Crédito - Varejo	114.481	109.882
Operações de Crédito - Não Varejo	247.911	237.365
Coobrigações - Varejo	205	242
Coobrigações - Não Varejo	47.108	46.655
Compromissos de Crédito - Varejo	27.504	25.972
Compromissos de Crédito - Não Varejo	10.234	12.924
Outras Exposições	176.100	195.468

^(*) Considerando a aplicação do fator "F" requerida pelo artigo 29º da Circular BACEN 3.644.

A seguir, apresenta-se a abertura dos ativos ponderados de risco de mercado (RWA_{MINT}):

	31/12/2016 ⁽¹⁾	31/12/2015 ⁽²⁾
Ativos Ponderados de Risco de Mercado (RWA_{MINT})	24.130	14.252
Operações sujeitas à variação de taxas de juros	24.919	11.291
Prefixadas denominadas em real	4.952	2.127
Cupons de moedas estrangeiras	15.497	6.700
Cupom de índices de preços	4.470	2.464
Operações sujeitas à variação do preço de commodities	353	473
Operações sujeitas à variação do preço de ações	401	952
Operações sujeitas ao risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e à variação cambial	1.138	1.536
Benefício de capital modelos internos	(2.681)	

⁽¹⁾ Ativos ponderados de risco de mercado calculados a partir de modelos internos.

⁽²⁾ Ativos ponderados de risco de mercado calculados a partir de modelos padronizados.

A necessidade de capital apurada para a parcela de risco de mercado é obtida através do máximo entre modelos internos e 90% do modelo padronizado. Em 31 de Dezembro de 2016, o RWA_{MPAD} atingiu R\$ 26.811 e, por isso, o RWA de risco de mercado (RWA_{MINT}) totalizou R\$ 24.130, referente a 90% do modelo padronizado.

A seguir, apresenta-se a abertura dos ativos ponderados de risco de operacional (RWA_{OPAD}):

	31/12/2016	31/12/2015
Ativos Ponderados de Risco Operacional (RWA_{OPAD})	37.826	28.623
Varejo	10.887	7.470
Comercial	24.166	16.491
Finanças Corporativas	2.789	1.380
Negociação e Vendas	(11.026)	(4.927)
Pagamentos e Liquidações	3.418	3.074
Serviços de Agente Financeiro	3.471	2.873
Administração de Ativos	4.109	2.145
Corretagem de Varejo	12	118

f) Avaliação da Adequação de Capital

Para avaliar sua suficiência de capital, anualmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o fluxo apresentado a seguir:

- Identificação dos riscos aos quais a instituição está exposta e análise de sua materialidade;
- Avaliação da necessidade de capital para os riscos materiais;
- Desenvolvimento de metodologias para quantificação de capital adicional;
- Quantificação de capital e avaliação interna de adequação de capital;
- Envio de relatório de adequação de capital ao BACEN.

Dentro do exercício do ICAAP, componente primordial para a gestão interna de capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, destaca-se que o elemento de maior relevância é o teste de estresse. Esse processo permite avaliar o capital através de cenários adversos, aprovados anualmente pelo Conselho de Administração, e tem como objetivo mensurar e verificar se, mesmo em situações adversas severas, a instituição teria níveis adequados de capital que não gerariam restrições ao desenvolvimento de suas atividades.

O resultado do último ICAAP – realizado para data-base Dezembro de 2015 - apontou que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe, além de capital para fazer face a todos os riscos materiais, de significativa folga de capital, garantindo assim a solidez patrimonial da instituição.

g) Suficiência de Capital

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, através do processo de ICAAP, avalia a suficiência de capital para fazer frente aos seus riscos, representados pelo capital regulatório para os riscos de crédito, mercado e operacional e pelo capital necessário para cobertura dos demais riscos.

Visando a garantir a solidez do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e a disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos negócios, os níveis de PR foram mantidos acima do necessário para fazer frente aos riscos, conforme evidenciado pelos índices de Capital Principal, de Nível I e de Basileia.

Composição do Patrimônio de Referência (PR)	31/12/2016	30/09/2016	31/12/2015
Nível I	115.940	115.936	101.001
Capital Principal	115.408	115.364	100.955
Capital Complementar	532	572	46
Nível II	23.537	23.622	27.464
Exclusões	-	-	-
Patrimônio de Referência	139.477	139.557	128.465
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	72.210	72.672	79.471
Folga em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	67.267	66.885	48.994
Valor Requerido de Adicional de Capital Principal (ACP_{Requerido})	4.570	4.600	
Montante do PR apurado para cobertura do risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN)	2.264	2.332	1.275

A tabela a seguir apresenta os valores do Índice de Basileia e de Imobilização:

	31/12/2016	30/09/2016	31/12/2015
Índice de Basileia	19,1%	19,0%	17,8%
Nível I	15,9%	15,8%	14,0%
Capital Principal	15,8%	15,7%	14,0%
Capital Complementar	0,1%	0,1%	0,0%
Nível II	3,2%	3,2%	3,8%
Índice de Imobilização	25,4%	23,6%	27,7%
Folga de Imobilização	34.298	36.837	28.616

Considerando a base de capital em 31 de dezembro de 2016, caso fossem aplicadas de forma imediata e integral as regras de Basileia III estabelecidas pelo BACEN, o índice de capital principal seria de 14,0% (13,6% em 31/12/2015, considerando consumo de crédito tributário), considerando o pagamento de JCP Adicional previsto para março/2017, a incorporação do Citibank e o consumo do crédito tributário.

h) Teste de estresse

O teste de estresse realizado pelo Itaú Unibanco tem por objetivo avaliar a solvência da instituição em eventos hipotéticos, porém plausíveis, de crise sistêmica, bem como identificar áreas mais suscetíveis ao impacto do estresse que possam ser objeto de mitigação de risco.

O Itaú Unibanco possui, desde 2010, um processo de simulação de condições econômicas e de mercado extremas nos resultados e capital da instituição.

Para a realização do teste, a estimação das variáveis macroeconômicas para cada cenário de estresse é realizada pela área de pesquisa econômica. Os cenários são definidos levando em conta sua relevância para o resultado do banco, assim como sua probabilidade de ocorrência, e são submetidos anualmente à aprovação do Conselho de Administração.

As projeções das variáveis macroeconômicas (como por exemplo, PIB, taxa básica de juros e inflação) e do mercado de crédito (como captações, concessões, taxas de inadimplência, spread e tarifas) destes cenários são geradas a partir de choques exógenos ou através de modelos validados por uma área independente.

As projeções calculadas sensibilizam o resultado e o balanço orçados, e consequentemente afetam os ativos ponderados ao risco e os índices de capital e de liquidez.

Essas informações permitem a identificação de potenciais fatores de risco nos negócios, subsidiando decisões estratégicas do Conselho de Administração, o processo orçamentário e as discussões sobre políticas de concessão de crédito, além de servirem de insumo para métricas de apetite de risco.

Nota 34 – Informações por Segmento

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma instituição bancária que oferece a seus clientes uma diversificada gama de produtos e serviços financeiros.

Os atuais segmentos de negócio do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são os descritos abaixo:

- **Banco de Varejo**

O resultado do segmento Banco de Varejo decorre da oferta de produtos e serviços bancários a uma base diversificada de clientes correntistas e não correntistas, pessoas físicas e jurídicas. O segmento engloba os clientes de varejo, clientes de alta renda (Itaú Uniclass e Personnalité) e o segmento empresas (micro e pequenas empresas). Este segmento inclui os financiamentos e a oferta de crédito realizados fora da rede de agências, a oferta de cartões de crédito, além das operações do Itaú Consignado.

- **Banco de Atacado**

O resultado do segmento Banco de Atacado decorre dos produtos e serviços oferecidos às médias empresas, aos clientes com elevado patrimônio financeiro (Private Bank), das atividades das unidades da América Latina e das atividades do Itaú BBA, unidade responsável pelas operações comerciais com grandes empresas e pela atuação como Banco de Investimento.

- **Atividades com Mercado + Corporação**

Este segmento apresenta o resultado decorrente do excesso de capital, do excesso de dívida subordinada e do carregamento do saldo líquido dos créditos e passivos tributários. Evidencia, ainda, a margem financeira com o mercado, o custo da operação da Tesouraria, o resultado de equivalência patrimonial das empresas que não estão associadas a cada um dos segmentos e à participação na Porto Seguro.

Base de Apresentação das Informações por Segmento

As informações por segmento foram elaboradas com base em relatórios usados pela alta administração (Comitê Executivo) para avaliar o desempenho dos segmentos e tomar decisões quanto à alocação de recursos para investimento e demais propósitos.

A alta administração (Comitê Executivo) do ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza uma variedade de informações para fins gerenciais, inclusive informações financeiras e não financeiras que se valem de bases diversas daquelas informações preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil. O principal indicador utilizado para acompanhamento de performance dos negócios é o Lucro Líquido Recorrente bem como o Retorno sobre o Capital Econômico alocado para cada segmento do negócio.

As informações por segmento foram preparadas segundo as políticas contábeis adotadas no Brasil e sofreram as modificações e ajustes descritos abaixo:

- **Capital Alocado e Alíquota de Imposto de Renda**

A partir da demonstração de resultado gerencial, a preparação da informação por segmento considera a aplicação dos seguintes critérios:

Capital Alocado: Os impactos associados à alocação de capital estão considerados nas informações financeiras. Para tanto, foram feitos ajustes nas demonstrações contábeis, tendo como base um modelo proprietário. Foi adotado o modelo de Capital Econômico Alocado (CEA) para as demonstrações contábeis por segmento e a partir de 2015, alteramos a metodologia de cálculo. O CEA considera, além do capital alocado nível I os efeitos do cálculo da perda esperada de créditos, complementar ao exigido pelo Banco Central do Brasil pela Circular nº 2.682/99 do CMN. Dessa forma, o Capital Alocado incorpora os seguintes componentes: risco de crédito (incluindo perda esperada), risco operacional, risco de mercado e risco de subscrição de seguros. Com base na parcela de capital alocado nível I, determinamos o Retorno sobre o Capital Econômico Alocado, que corresponde a um indicador de performance operacional consistentemente ajustado ao capital necessário para dar suporte ao risco das posições patrimoniais assumidas, em conformidade com o apetite de risco da instituição.

Alíquota de Imposto de Renda: É considerada a alíquota total do imposto de renda, líquida do impacto fiscal do pagamento dos Juros sobre o Capital Próprio (JCP), para os segmentos Banco de Varejo, Banco de Atacado e Atividades com Mercado. A diferença entre o valor do imposto de renda calculado por segmento e o

valor do imposto de renda efetivo, indicado na demonstração contábil consolidada, é alocada na coluna Atividades com Mercado + Corporação.

• **Reclassificações e Aplicações de Critérios Gerenciais**

A demonstração de resultado gerencial foi utilizada para a preparação da informação por segmento. Essa demonstração foi obtida tendo como base a demonstração de resultado contábil ajustada pelo impacto dos eventos não recorrentes e reclassificações gerenciais no resultado.

Abaixo são descritas as principais reclassificações entre o resultado contábil e o gerencial:

Produto Bancário: O produto bancário considera em cada operação o custo de oportunidade. As demonstrações contábeis foram ajustadas para que o patrimônio líquido contábil fosse substituído por *funding* a preços de mercado. Posteriormente, as demonstrações contábeis foram ajustadas para incorporar as receitas vinculadas ao capital alocado a cada segmento. O custo das dívidas subordinadas e a respectiva remuneração a preços de mercado foram proporcionalmente alocados aos segmentos, de acordo com o capital econômico alocado.

Efeitos Fiscais do Hedge: Foram ajustados os efeitos fiscais do *hedge* dos investimentos no exterior – originalmente contabilizados nas linhas de despesas tributárias (PIS e COFINS) e de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – que são reclassificados para a margem. A estratégia de gestão do risco cambial do capital investido no exterior tem por objetivo não permitir efeitos decorrentes de variação cambial no resultado. Para que seja alcançada essa finalidade, o risco cambial é neutralizado e os investimentos são remunerados em reais, por meio da utilização de instrumentos financeiros derivativos. A estratégia de *hedge* dos investimentos no exterior também considera o impacto de todos os efeitos fiscais incidentes.

Seguros: As receitas e despesas do negócio de seguros foram concentradas no Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização. As principais reclassificações de receitas referem-se às margens financeiras obtidas com as reservas técnicas de seguros, previdência e capitalização além da receita de administração de recursos de previdência.

Demais Reclassificações: As Outras Receitas, Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas, Resultado não Operacional, Participação no Lucro de administradores e as despesas do programa de recompensa de cartão de crédito foram reclassificados para as linhas que representam a forma como a instituição gere seus negócios, permitindo maior compreensão na análise de desempenho. Dessa forma, por exemplo, o resultado de equivalência patrimonial do investimento no Banco CSF S.A. (“Banco Carrefour”) foi reclassificado para a linha de margem financeira.

Na coluna de ajustes são apresentados os efeitos das diferenças existentes entre as políticas contábeis utilizadas na apresentação de informações por segmentos - que estão basicamente de acordo com as práticas contábeis adotadas por instituições financeiras no Brasil, salvo os ajustes descritos acima - e os princípios aplicados na preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS. Os principais ajustes são:

- Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa, que no IFRS (IAS 39) devem ser constituídas quando constatada evidência objetiva de que operações de crédito estejam em situação de perda por redução do seu valor recuperável (Perda Incorrida) e nas normas adotadas no Brasil é utilizado o conceito de Perda Esperada;
- Ações e cotas classificadas como investimento permanente foram mensuradas a valor justo no IFRS (IAS 39 e 32) e seus ganhos e perdas registradas diretamente no Patrimônio Líquido, não transitando pelo resultado do período;
- Taxa efetiva de juros, os ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros, apropriando as receitas e os custos diretamente atribuíveis à sua aquisição, emissão ou alienação pelo prazo da operação nas normas adotadas no Brasil o reconhecimento das despesas e das receitas de tarifa ocorre no momento da contratação destas operações.
- Combinação de Negócios é contabilizada pelo método da compra no IFRS (IFRS 3), no qual o preço de compra é alocado entre os ativos e passivos da empresa adquirida e o montante, se houver, não passível de alocação é reconhecido como ágio, não sendo amortizado, mas sujeito a teste de *impairment*.

ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/01 a 31/12/2016
(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Atividade com Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto Bancário	69.577	28.324	9.412	107.313	11.348	118.661
Margem Financeira ⁽¹⁾	39.154	19.755	9.264	68.173	11.308	79.481
Receita de Prestação de Serviços	22.659	8.072	59	30.790	1.128	31.918
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	7.764	497	89	8.350	(2.470)	5.880
Outras Receitas	-	-	-	-	1.382	1.382
Perdas com Créditos e Sinistros	(14.901)	(8.471)	71	(23.301)	1.179	(22.122)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(16.717)	(8.914)	71	(25.560)	1.181	(24.379)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	3.242	502	-	3.744	(2)	3.742
Despesas com Sinistros / Recuperação de Sinistros com Resseguros	(1.426)	(59)	-	(1.485)	-	(1.485)
Margem Operacional	54.676	19.853	9.483	84.012	12.527	96.539
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(37.202)	(13.410)	(2.387)	(52.999)	(5.348)	(58.347)
Despesas Não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	(32.883)	(12.034)	(1.616)	(46.533)	(4.371)	(50.904)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(4.319)	(1.376)	(771)	(6.466)	(1.505)	(7.971)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	528	528
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	17.474	6.443	7.096	31.013	7.179	38.192
Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.328)	(1.081)	(1.237)	(8.646)	(5.964)	(14.610)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	(223)	79	(1)	(145)	(174)	(319)
Lucro Líquido	10.923	5.441	5.858	22.222	1.041	23.263

⁽¹⁾ Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 66.369, receita de dividendos R\$ 288, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R\$ 7.311 e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 5.513.

⁽²⁾ Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 1.702, de amortização de R\$ 1.292 e despesas de comercialização de seguros de R\$ 721.

Ativo Total (1) - 31/12/2016	909.779	585.088	114.956	1.425.639	(72.398)	1.353.241
Passivo Total - 31/12/2016	877.792	525.390	79.365	1.298.423	(79.996)	1.218.427

⁽¹⁾ Inclui:

Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	1.325	-	3.106	4.431	642	5.073
Ágio	1.398	6.171	-	7.569	2.106	9.675
Imobilizado, Líquido	5.635	1.177	-	6.812	1.230	8.042
Intangível, Líquido	6.559	1.105	-	7.664	(283)	7.381

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/01 a 31 de Dezembro de 2015
(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Atividade com Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto Bancário	70.495	25.774	7.641	103.910	(11.899)	92.011
Margem Financeira ⁽¹⁾	40.997	18.047	7.513	66.557	(11.949)	54.608
Receita de Prestação de Serviços	21.159	7.282	59	28.500	952	29.452
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	8.339	445	69	8.853	(2.181)	6.672
Outras Receitas	-	-	-	-	1.279	1.279
Perdas com Créditos e Sinistros	(13.893)	(5.931)	98	(19.726)	(1.609)	(21.335)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(16.232)	(6.764)	98	(22.898)	(1.619)	(24.517)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	3.886	883	-	4.769	10	4.779
Despesas com Sinistros / Recuperação de Sinistros com Resseguros	(1.547)	(50)	-	(1.597)	-	(1.597)
Margem Operacional	56.602	19.843	7.739	84.184	(13.508)	70.676
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(35.924)	(11.130)	(1.948)	(49.002)	(3.409)	(52.411)
Despesas não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	(31.547)	(9.877)	(1.522)	(42.946)	(4.680)	(47.626)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(4.377)	(1.253)	(426)	(6.056)	651	(5.405)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	620	620
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	20.678	8.713	5.791	35.182	(16.917)	18.265
Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.263)	(2.691)	(1.040)	(10.994)	18.885	7.891
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	(342)	-	(14)	(356)	(60)	(416)
Lucro Líquido	13.073	6.022	4.737	23.832	1.908	25.740

⁽¹⁾ Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 72.725, receita de dividendos R\$ 98, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R\$ (11.862) e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ (6.353).

⁽²⁾ Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 1.688, de amortização de R\$ 910 e despesas de comercialização de seguros de R\$ 1.138.

Ativo Total ⁽¹⁾ - 31/12/2015	873.202	547.236	127.716	1.359.172	(82.757)	1.276.415
Passivo Total - 31/12/2015	840.033	502.887	97.017	1.250.955	(88.599)	1.162.356

⁽¹⁾ Inclui:

Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	1.064	-	2.436	3.500	899	4.399
Ágio	232	-	-	232	1.825	2.057
Imobilizado, Líquido	5.781	1.274	-	7.055	1.486	8.541
Intangível, Líquido	6.606	857	-	7.463	(1.168)	6.295

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/01 a 31 de Dezembro de 2014
(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Atividade com Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto Bancário	65.516	20.408	3.916	89.840	1.817	91.657
Margem Financeira ⁽¹⁾	37.880	13.685	3.590	55.155	1.118	56.273
Receita de Prestação de Serviços	19.234	6.321	222	25.777	565	26.342
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	8.402	402	104	8.908	(2.020)	6.888
Outras Receitas	-	-	-	-	2.154	2.154
Perdas com Créditos e Sinistros	(11.840)	(3.202)	(3)	(15.045)	(756)	(15.801)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(14.503)	(3.565)	(3)	(18.071)	(761)	(18.832)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	4.642	407	-	5.049	5	5.054
Despesas com Sinistros / Recuperação de Sinistros com Resseguros	(1.979)	(44)	-	(2.023)	-	(2.023)
Margem Operacional	53.676	17.206	3.913	74.795	1.061	75.856
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(34.200)	(9.150)	(1.089)	(44.439)	(2.609)	(47.048)
Despesas não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	(30.243)	(8.158)	(1.182)	(39.583)	(2.967)	(42.550)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(3.957)	(992)	93	(4.856)	(207)	(5.063)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	565	565
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	19.476	8.056	2.824	30.356	(1.548)	28.808
Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.761)	(2.591)	(74)	(9.426)	2.479	(6.947)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	(305)	-	(6)	(311)	5	(306)
Lucro Líquido	12.410	5.465	2.744	20.619	936	21.555

⁽¹⁾ Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 47.138, receita de dividendos R\$ 215, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R\$ (724) e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 9.644.

⁽²⁾ Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 1.641, de amortização de R\$ 827 e despesas de comercialização de seguros de R\$ 1.214

Ativo Total ⁽¹⁾ - 31/12/2014	811.185	436.872	107.174	1.208.702	(81.499)	1.127.203
Passivo Total - 31/12/2014	770.528	399.544	86.897	1.110.439	(83.853)	1.026.586

⁽¹⁾ Inclui:

Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	982	-	2.117	3.099	991	4.090
Ágio	204	-	-	204	1.757	1.961
Imobilizado, Líquido	6.693	868	-	7.561	1.150	8.711
Intangível, Líquido	7.841	791	-	8.632	(2.498)	6.134

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

Abaixo seguem informações do resultado dos principais serviços e produtos e dos ativos não correntes por área geográfica:

	01/01 a 31/12/2016			01/01 a 31/12/2015			01/01 a 31/12/2014		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Receitas da Intermediação Financeira ⁽¹⁾ ⁽²⁾	154.653	19.954	174.607	117.140	12.532	129.672	118.946	10.304	129.250
Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	5.748	132	5.880	6.570	102	6.672	6.834	54	6.888
Receita de Prestação de Serviços	29.061	2.857	31.918	27.072	2.380	29.452	24.550	1.792	26.342
Ativos não Correntes	13.299	2.124	15.423	13.841	995	14.836	14.038	807	14.845

(1) Inclui Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos e Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior.

(2) O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não tem clientes que representem 10% ou mais das receitas.

Nota 35 – Partes Relacionadas

- a) As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação (Nota 2.4a) foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- O Itaú Unibanco Participações S.A. (IUPAR), Companhia E. Johnston de Participações S.A. (Acionista da IUPAR) e a ITAÚSA, acionistas diretos e indiretos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- As controladas não financeiras da ITAÚSA, destacando-se: Itautec S.A., Duratex S.A., Elekeiroz S.A., ITH Zux Cayman Company Ltd e Itaúsa Empreendimentos S.A.;
- A Fundação Itaú Unibanco – Previdência Complementar e o FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado, entidades fechadas de previdência complementar que administram planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e/ou por suas controladas;
- A Fundação Itaú Social, o Instituto Itaú Cultural, o Instituto Unibanco, Instituto Assistencial Pedro Di Perna, Instituto Unibanco de Cinema, Associação Itaú Viver Mais e a Associação Cubo Coworking Itaú, entidades mantidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas para atuação nas suas respectivas áreas de interesse; e
- Os investimentos na Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e BSF Holding S.A.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO						
	Taxa Anual	Ativo / (Passivo)		Receitas / (Despesas)		
		31/12/2016	31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Captações no Mercado Aberto		(77)	(249)	(19)	(20)	(13)
Duratrix S.A.	97,5% a 100% do CDI	(18)	(41)	(4)	(9)	(10)
Elekeiroz S.A.	97,5% a 100% do CDI	(3)	(8)	(1)	(1)	(2)
Itautec S.A.	96,5% a 100,1% do CDI	(1)	(110)	(3)	-	-
Itaúsa Empreendimentos S.A.		-	(64)	(7)	(7)	-
Olimpia Promoção e Serviços S.A.		(14)	(11)	(2)	(1)	-
Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.		(24)	-	-	-	-
Outras		(17)	(15)	(2)	(2)	(1)
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas / Receitas (Despesas)		(129)	(116)	28	20	8
Prestação de Serviços						
Olimpia Promoção e Serviços S.A.		(2)	(2)	(25)	(28)	-
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar		(127)	(114)	44	39	35
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado		-	-	6	5	5
Outras		-	-	-	2	(32)
Receitas (Despesas) com Aluguéis		-	-	(59)	(56)	(51)
Itaúsa Investimentos Itaú S.A.		-	-	(2)	(2)	-
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar		-	-	(44)	(42)	(38)
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado		-	-	(13)	(12)	(13)
Despesas com Doações		-	-	(88)	(84)	(78)
Instituto Itaú Cultural		-	-	(87)	(83)	(77)
Associação Itaú Viver Mais		-	-	(1)	(1)	(1)

Conforme as normas vigentes, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos a:

- quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que controlem a Instituição ou qualquer entidade sob controle comum com a instituição, ou qualquer diretor, conselheiro, membro do conselho fiscal ou membros da família imediata de tais pessoas físicas;
- qualquer entidade controlada pela Instituição; ou
- qualquer entidade da qual o banco detenha, direta ou indiretamente, 10% ou mais do capital social.

Dessa forma, não são efetuados empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores executivos, membros do Conselho de Administração ou seus familiares.

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos no período aos Administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são compostos conforme segue:

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Remuneração	360	459	343
Conselho de Administração	32	27	14
Administradores	328	432	329
Participações no Lucro	251	239	261
Conselho de Administração	2	1	12
Administradores	249	238	249
Contribuições aos Planos de Aposentadoria - Administradores	12	9	7
Plano de Pagamento em Ações - Administradores	263	200	234
Total	885	907	845

Risco de Crédito

1. Mensuração do Risco de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING entende o risco de crédito como o risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor ou da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

A gestão do risco de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é de responsabilidade primária de todas as Unidades de Negócio e visa a manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com o apetite de risco da instituição para cada segmento de mercado em que opera.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estabelece sua política de crédito com base em fatores internos, como critérios de classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e capital econômico alocado, entre outros; e fatores externos, como taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação, variação do consumo, entre outros. O processo de avaliação de políticas e produtos possibilita ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING identificar os riscos potenciais, a fim de certificar-se de que as decisões de crédito fazem sentido, por uma perspectiva econômica e de risco.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui um processo estruturado para manter uma carteira diversificada considerada adequada pela instituição. O monitoramento contínuo do grau de concentração de suas carteiras, avaliando os setores de atividade econômica e maiores devedores, possibilita a tomada de medidas preventivas, de modo a evitar que os limites estabelecidos sejam violados.

A tabela abaixo demonstra a correspondência entre os níveis de risco atribuídos pelos modelos internos de todos os segmentos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (baixo, médio, alto e *impairment*) e a probabilidade de inadimplência associada a cada um desses níveis, e os níveis de risco atribuídos pelos respectivos modelos de mercado.

Classificação Interna	PD	Classificação Externa		
		Moody's	S&P	Fitch
Baixo	Menor ou igual a 4,44%	Aaa até B2	AAA até B	AAA até B-
Médio	Maior que 4,44% e menor ou igual a 25,95%	B3 até Caa3	B- até CCC-	CCC+ até CCC-
Alto	Maior que 25,95%	Ca1 até D	CC+ até D	CC+ até D
<i>Impairment</i>	Operações <i>Corporate</i> com PD maior que 31,84%	Ca1 até D	CC+ até D	CC+ até D
	Operações em Atraso >90 dias			
	Operações Renegociadas com atraso superior a 60 dias			

Para pessoas físicas, pequenas e médias empresas, a classificação de crédito é atribuída com base em modelos estatísticos de *application* (nos estágios iniciais da relação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING com o cliente) e *behaviour score* (usado para os clientes com os quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING já tem uma relação). As decisões são tomadas tendo como base esses modelos, que são continuamente monitorados por uma estrutura independente. Excepcionalmente, pode haver análise individualizada de casos específicos, em que a aprovação de crédito é submetida às alçadas competentes.

Para grandes empresas, a classificação baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira da contraparte, sua capacidade de geração de caixa, o grupo econômico a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas.

Os títulos públicos e outros instrumentos de dívida são classificados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING de acordo com sua qualidade de crédito, visando a administrar suas exposições.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 de 30 de abril de 2009 do CMN, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui estrutura e normativo institucional de gerenciamento do risco de crédito, aprovados pelo seu Conselho de Administração, aplicáveis às empresas e subsidiárias no Brasil e exterior.

2. Gerenciamento de Risco de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING controla rigorosamente a exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, pode ser adotada uma série de medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

3. Garantias e Política de Mitigação do Risco de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para aumentar sua capacidade de recuperação em operações dotadas de risco de crédito. As garantias utilizadas podem ser fidejussórias, reais, estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação.

Gerencialmente, para que as garantias sejam consideradas como instrumentos mitigadores do risco de crédito, é necessário que cumpram as exigências e as determinações das normas que as regulam, sejam internas ou externas, e que sejam juridicamente exercíveis (eficazes), exequíveis e regularmente avaliadas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza ainda derivativos de crédito, tais como CDS único-nome (*single name*), para mitigar o risco de crédito de suas carteiras de títulos. Estes instrumentos são apreçados com base em modelos que utilizam o preço justo de variáveis de mercado, tais como *spreads* de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros.

4. Política de Provisionamento

A política de provisionamento adotada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING está alinhada com as diretrizes do IFRS e do Acordo da Basileia. Desse modo, as provisões para operações de crédito são constituídas a partir do momento em que houver sinais de deterioração da carteira, tendo em vista um horizonte de perda adequado às especificidades de cada tipo de operação. Consideram-se como *impairment* os créditos com atraso superior a 90 dias, créditos renegociados com atraso superior a 60 dias e operações *corporate* com classificação interna inferior a um certo nível. As baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou após 540 dias, no caso de empréstimos com vencimento acima de 36 meses.

5. Exposição ao Risco de Crédito

	31/12/2016			31/12/2015		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6.044	16.648	22.692	7.502	23.023	30.525
Aplicações no Mercado Aberto	264.080	971	265.051	252.295	2.109	254.404
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	193.903	10.745	204.648	157.206	7.105	164.311
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	1.191	1.191	-	642	642
Derivativos	13.593	10.638	24.231	15.858	10.897	26.755
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	53.529	34.748	88.277	52.221	33.824	86.045
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	27.436	13.059	40.495	27.378	14.807	42.185
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	305.394	158.000	463.394	326.241	121.163	447.404
Outros Ativos Financeiros	47.914	6.003	53.917	47.665	5.841	53.506
Off Balance	259.854	39.973	299.827	272.274	30.246	302.520
Avais e Fianças	62.172	8.621	70.793	68.897	5.347	74.244
Cartas de Crédito a Liberar	6.660	-	6.660	6.936	-	6.936
Compromissos a Liberar	191.022	31.352	222.374	196.441	24.899	221.340
Crédito Imobiliário	4.389	-	4.389	6.812	-	6.812
Cheque Especial	87.239	-	87.239	81.151	-	81.151
Cartão de Crédito	96.497	1.273	97.770	102.721	1.211	103.932
Outros Limites Pré-Aprovados	2.897	30.079	32.976	5.757	23.688	29.445
Total	1.171.747	291.976	1.463.723	1.158.640	249.657	1.408.297

A tabela apresenta a exposição máxima em 31/12/2016 e 31/12/2015, sem considerar qualquer garantia recebida ou outras melhorias de crédito agregadas.

Para os ativos registrados no Balanço Patrimonial, as exposições descritas são baseadas em valores contábeis líquidos. Esta análise somente inclui os ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito. Eles excluem ativos não financeiros.

Os valores contratuais de avais e fianças e de cartas de crédito representam o potencial máximo de risco de crédito caso a contraparte não cumpra com os termos do contrato. A grande maioria dos compromissos a liberar (crédito imobiliário, conta garantida e outros limites pré-aprovados) vence sem ser sacado, já que a sua renovação é mensal e temos poder de efetuar o cancelamento a qualquer momento. Conseqüentemente, o valor contratual não representa nossa real exposição futura ao risco de crédito e nem a necessidade de liquidez proveniente desses compromissos.

Como descrito no quadro anterior, a exposição mais significativa é derivada de Operações de Crédito, Ativos Mantidos para Negociação, Aplicações no Mercado Aberto, além de Avais, Fianças e Outros compromissos assumidos.

A qualidade dos ativos financeiros descritos na exposição máxima resultam em:

- 88,8% das Operações de Crédito e demais ativos financeiros (Quadros 6.1 e 6.1.2) são categorizados como baixa probabilidade de inadimplência de acordo com a classificação interna.
- somente 4,0% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são representados por créditos vencidos sem evento de perda.
- 6,2% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são créditos vencidos com eventos de perda.

5.1) Exposição Máxima dos Ativos Financeiros Segregados por Setor de Atividade

a) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

	31/12/2016	%	31/12/2015	%
Setor Público	3.051	0,6	3.182	0,7
Indústria e Comércio	112.067	22,8	125.386	26,5
Serviços	118.102	24,1	104.226	22,0
Setor Primário	24.362	5,0	25.306	5,3
Outros Setores	2.839	0,6	2.526	0,5
Pessoa Física	229.945	46,9	213.622	45,0
Total	490.366	100,0	474.248	100,0

b) Demais Ativos Financeiros ^(*)

	31/12/2016	%	31/12/2015	%
Setor Primário	2.466	0,4	4.313	0,7
Setor Público	249.745	38,7	197.871	32,7
Indústria e Comércio	10.435	1,6	11.856	2,0
Serviços	2.741	0,4	89.932	14,9
Outros Setores	93.165	14,4	15.420	2,5
Pessoa Física	290	0,0	546	0,1
Financeiras	287.743	44,5	284.929	47,1
Total	646.585	100,0	604.867	100,0

() Inclui Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Derivativos, Ativos Designados a Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto.*

c) Os riscos de créditos dos *Off Balance* (Avais e Fianças, Cartas de Crédito e Compromissos a Liberar) não são categorizados e nem gerenciados por setor de atividade.

6. Qualidade de Crédito dos Ativos Financeiros

6.1 A tabela abaixo apresenta a segregação de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, considerando: créditos ainda não vencidos e créditos vencidos com ou sem evento de perda:

Classificação Interna	31/12/2016				31/12/2015			
	Créditos Não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos	Créditos Não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos
Baixo	363.954	5.543	-	369.497	340.368	3.838	-	344.206
Médio	62.883	6.904	-	69.787	76.940	6.489	-	83.429
Alto	13.767	6.998	-	20.765	12.609	6.847	-	19.456
<i>Impairment</i>	-	-	30.317	30.317	-	-	27.157	27.157
Total	440.604	19.445	30.317	490.366	429.917	17.174	27.157	474.248
%	89,8%	4,0%	6,2%	100,0%	90,7%	3,6%	5,7%	100,0%

A tabela abaixo apresenta a segregação de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por portfólio de área e por classes, baseada nos indicadores de qualidade de crédito:

	31/12/2016					31/12/2015				
	Baixo	Médio	Alto	<i>Impairment</i>	Total	Baixo	Médio	Alto	<i>Impairment</i>	Total
Pessoas Físicas	122.112	38.910	11.362	10.763	183.147	102.479	60.132	13.030	11.579	187.220
Cartão de Crédito	42.432	11.212	1.866	3.512	59.022	40.297	11.887	2.286	4.072	58.542
Crédito Pessoal	6.414	6.298	8.264	4.837	25.813	6.234	8.014	9.099	5.049	28.396
Crédito Consignado	26.624	15.972	609	1.431	44.636	9.582	33.766	844	1.242	45.434
Veículos	11.378	2.911	554	591	15.434	14.149	4.292	737	880	20.058
Crédito Imobiliário	35.264	2.517	69	392	38.242	32.217	2.173	64	336	34.790
Grandes Empresas	102.162	5.447	7	14.138	121.754	133.779	6.915	206	11.627	152.527
Micros/Pequenas e Médias Empresas	40.534	10.084	4.671	3.646	58.935	45.202	12.567	4.993	3.276	66.038
Unidades Externas América Latina	104.689	15.346	4.725	1.770	126.530	62.746	3.815	1.227	675	68.463
Total	369.497	69.787	20.765	30.317	490.366	344.206	83.429	19.456	27.157	474.248
%	75,4%	14,2%	4,2%	6,2%	100,0%	72,6%	17,6%	4,1%	5,7%	100,0%

A tabela abaixo apresenta a segregação das operações de Créditos e Arrendamento Mercantil Financeiro não Vencidos e Sem Evento de Perda, por portfólio de área e por classes, baseada nos indicadores de qualidade de crédito:

	31/12/2016				31/12/2015			
	Baixo	Médio	Alto	Total	Baixo	Médio	Alto	Total
I - Operações Avaliadas Individualmente								
Grandes Empresas	101.612	5.076	7	106.695	133.251	6.721	114	140.086
II - Operações Avaliadas Coletivamente								
Pessoas Físicas	120.221	34.851	7.155	162.227	100.819	55.625	8.269	164.713
Cartão de Crédito	42.158	10.445	1.083	53.686	39.945	11.086	1.492	52.523
Crédito Pessoal	6.317	5.864	5.538	17.719	6.166	7.527	6.030	19.723
Crédito Consignado	26.383	15.606	447	42.436	9.501	33.116	642	43.259
Veículos	10.821	1.947	68	12.836	13.584	2.918	84	16.586
Crédito Imobiliário	34.542	989	19	35.550	31.623	978	21	32.622
Micro/Pequenas e Médias Empresas	39.983	9.011	3.235	52.229	44.582	11.181	3.456	59.219
Unidades Externas América Latina	102.138	13.945	3.370	119.453	61.716	3.413	770	65.899
Total	363.954	62.883	13.767	440.604	340.368	76.940	12.609	429.917

6.1.1 As Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, por portfólio de área e por classes, estão assim classificadas pelo seu vencimento (Créditos Vencidos sem Evento de Perda):

	31/12/2016				31/12/2015			
	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Total	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Total
Pessoas Físicas	5.976	2.772	1.410	10.158	6.306	2.973	1.650	10.929
Cartão de Crédito	937	442	446	1.825	978	417	551	1.946
Crédito Pessoal	1.850	993	414	3.257	1.992	1.127	505	3.624
Crédito Consignado	439	168	161	768	532	248	153	933
Veículos	1.382	448	177	2.007	1.706	642	245	2.593
Crédito Imobiliário	1.368	721	212	2.301	1.098	539	196	1.833
Grandes Empresas	790	72	58	920	571	168	73	812
Micros/Pequenas e Médias Empresas	1.928	816	316	3.060	2.128	987	429	3.544
Unidades Externas América Latina	3.965	899	443	5.307	1.506	274	109	1.889
Total	12.659	4.559	2.227	19.445	10.511	4.402	2.261	17.174

6.1.2 O quadro abaixo apresenta a carteira dos demais ativos financeiros, avaliados individualmente, classificados por nível de risco em:

31/12/2016							
Classificação Interna	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	287.743	204.621	1.191	23.943	83.974	39.008	640.480
Médio	-	19	-	87	980	294	1.380
Alto	-	8	-	201	1.227	-	1.436
Impairment	-	-	-	-	2.096	1.193	3.289
Total	287.743	204.648	1.191	24.231	88.277	40.495	646.585
%	44,4	31,7	0,2	3,7	13,7	6,3	100,0

31/12/2015							
Classificação Interna	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	284.929	164.283	642	26.251	84.284	41.843	602.232
Médio	-	26	-	130	889	342	1.387
Alto	-	2	-	374	308	-	684
Impairment	-	-	-	-	564	-	564
Total	284.929	164.311	642	26.755	86.045	42.185	604.867
%	47,1	27,2	0,1	4,4	14,2	7,0	100,0

6.1.3 Garantias de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

Efeito financeiro da garantia	31/12/2016				31/12/2015			
	(I) Ativos com Excesso de Garantia		(II) Ativos com Insuficiência de Garantia		(I) Ativos com Excesso de Garantia		(II) Ativos com Insuficiência de Garantia	
	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia
Pessoas Físicas	51.587	128.555	790	743	54.640	135.202	639	572
Crédito Pessoal	443	1.297	682	652	495	1.204	448	419
Veículos	13.039	35.995	107	90	19.390	50.662	189	152
Crédito Imobiliário	38.105	91.263	1	1	34.755	83.336	2	1
Micros/Pequenas, Médias e Grandes Empresas	122.353	368.937	12.324	6.729	169.560	481.916	7.968	2.932
Unidades Externas América Latina	97.374	155.923	9.420	4.803	57.680	89.531	7.715	6.042
Total	271.314	653.415	22.534	12.275	281.880	706.649	16.322	9.546

A diferença entre o total da carteira de crédito e a carteira de crédito com garantia é gerada por empréstimos não garantidos R\$ 196.518 (R\$ 176.046 em 31/12/2015).

ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para reduzir a ocorrência de perdas em operações com risco de crédito, gerenciando suas garantias de modo que elas sejam sempre suficientes, legalmente executáveis (efetivas) e viáveis, sendo revisadas regularmente. Assim, a garantia é utilizada para maximizar o potencial de recuperação de crédito em caso de inadimplemento, e não para reduzir o valor da exposição de clientes ou contrapartes.

Pessoas Físicas

Crédito Pessoal - Esta categoria de produtos de crédito geralmente requer garantias, com foco em avais e fianças.

Veículos - Neste tipo de operação, os ativos dos clientes funcionam como garantia, assim como os ativos arrendados nas operações de arrendamento.

Crédito Imobiliário - Os próprios imóveis são dados em garantia.

Micros/Pequenas, Médias e Grandes Empresas - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

Unidades Externas América Latina - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

7. Bens Retomados

Os ativos são classificados como bens apreendidos e reconhecidos como ativo quando da efetiva posse.

Os ativos recebidos quando da execução de empréstimos, inclusive imóveis, são registrados inicialmente pelo menor valor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda, ou (ii) o valor contábil do empréstimo.

Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos.

A política de venda destes bens contempla a realização de leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado além de considerar a restrição para a manutenção em propriedade da Instituição pelo prazo máximo de um ano, expedidas pelo órgão regulador brasileiro (Banco Central do Brasil). Este prazo pode ser prorrogável a critério do referido regulador.

Os saldos apresentados abaixo representam o total de bens retomados no período:

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Imóveis Não de Uso	13	133
Imóveis Habitacionais - Crédito Imobiliário	411	256
Veículos - Vinculado a Operações de Crédito	14	18
Outros (Veículos / Móveis / Equipamentos) - Dação	172	37
Total	610	444

Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*), entre outros índices baseados nestes fatores de risco.

A gestão de risco de mercado é o processo pelo qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING monitora e controla os riscos de variações nas cotações dos instrumentos financeiros devidas aos movimentos de mercado, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, alertas, modelos e ferramentas de gestão adequados.

A política institucional de gerenciamento de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING encontra-se em linha com os princípios da Resolução CMN nº 3.464 de 26 de Junho de 2007 e alterações posteriores, constituindo um conjunto de princípios que norteiam a estratégia do ITAÚ UNIBANCO HOLDING no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as suas unidades de negócio e suas entidades organizacionais.

O documento “Relatório de Acesso Público – Risco de Mercado” que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de mercado, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas.

A estratégia de gerenciamento de riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Perfil da carteira do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- Capacidade de atuar em mercados específicos.

O processo de gerenciamento de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ocorre dentro da governança e hierarquia de órgãos colegiados e de uma estrutura de limites e alertas aprovada especificamente para este fim, sensibilizando diferentes níveis e classes de risco de mercado (como risco de taxa de juros, risco de variação cambial, entre outros). Este arcabouço de limites e alertas cobre desde o acompanhamento de indicadores agregados de risco (nível carteira) até limites granulares (nível de mesas individuais). A estrutura de limites de risco de mercado estende-se ao nível de fator de risco, com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar a concentração de riscos. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio, a liquidez, a complexidade e as volatilidades dos mercados, bem como o apetite de risco da instituição. Os limites são monitorados diariamente, sendo que os excessos e violações potenciais de limites são reportados e discutidos para cada limite estabelecido:

- Em um dia útil, para a gestão das unidades de negócios responsáveis e executivos da área de controle de risco e das áreas de negócios; e
- Em até um mês, para órgãos colegiados competentes.

Relatórios diários de risco, utilizados pelas áreas de negócios e de controle, são emitidos para os executivos. Além disso, o processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

A estrutura de limites e alertas segue as diretrizes do Conselho de Administração e é aprovada por órgãos colegiados. O processo de definição dos níveis de limites e os relatórios de violações seguem a governança de aprovação dos normativos institucionais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. O fluxo de informações estabelecido visa a dar ciência aos diversos níveis executivos da instituição, inclusive aos membros do Conselho de Administração por intermédio de Comitês responsáveis pela gestão de riscos. Esta estrutura de limites e alertas promove a eficácia e a cobertura do controle, sendo revisada, no mínimo, anualmente.

A estrutura de controle de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a função de:

- Proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- Promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e

- Monitorar e evitar a concentração de riscos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança. Para isto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING conta com um processo estruturado de comunicação e fluxo de informações que fornece subsídios para acompanhamento dos órgãos colegiados, assim como para o atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e agentes regulatórios no exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza *hedge* de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior, buscando mitigar os riscos derivados das oscilações dos preços de fatores de risco de mercado e a manutenção do enquadramento das operações nos limites de exposição vigentes. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de *hedge*. Nas situações em que essas operações se configuram como *hedge* contábil, gera-se documentação comprobatória específica, inclusive com o acompanhamento contínuo da efetividade do *hedge* (retrospectivo e prospectivo) e das demais alterações no processo contábil. Os procedimentos de *hedge* contábil e econômico são regidos por normativos institucionais no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Para uma visão detalhada do tema *hedge* contábil, consultar a Nota 9 – *Hedge* Contábil.

A estrutura de risco de mercado segrega suas operações em Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução CMN 3.464 e Circular BACEN 3.354 de 27 de Junho de 2007.

A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, realizadas com a intenção de negociação.

A carteira de não negociação caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão do balanço da instituição. Tem, como princípios gerais, a não intenção de negociação e horizonte de tempo de médio e longo prazos.

As exposições a risco de mercado inerentes aos diversos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, são decompostas em vários fatores de risco, componentes primários do mercado na formação dos preços. Os principais grupos de fatores de risco mensurados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são:

- Taxas de Juros: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas de juros, cupons de moedas estrangeiras e cupons de índices de preços;
- Moedas: risco de perda nas operações sujeitas à variação cambial;
- Ações: risco de perda nas operações sujeitas à variação do preço de ações.
- Commodities: risco de perda nas operações sujeitas à variação do preço de commodities.

O CMN possui regulamentos que estabelecem a segregação de exposição ao risco de mercado, no mínimo, nas seguintes categorias: taxas de juros, taxas de câmbio, ações e *commodities*. Os índices de inflação brasileiros são tratados como um grupo de fatores de risco e recebem o mesmo tratamento dos outros fatores de risco, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, etc., e seguem a estrutura de governança de limites de risco adotada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING para o gerenciamento de risco de mercado.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR* - *Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor de mercado ("*MtM* – *Mark to Market*"); e
- *VaR* Estressado: métrica estatística derivada do cálculo de *VaR*, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira atual, levando em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (GAPS): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (*DV01- Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (GREGAS): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre em ambiente com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*).

VaR - Consolidado ITAÚ UNIBANCO HOLDING

O VaR Consolidado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é calculado através da metodologia por Simulação Histórica, que reprecifica integralmente todas as suas posições com base na série histórica dos preços dos ativos. Durante o primeiro trimestre de 2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING optou por incorporar as exposições de cada unidade externa no cálculo do seu VaR Consolidado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING de maneira a contemplar também os fatores de risco dessas unidades, aprimorando assim a metodologia utilizada.

A tabela de VaR Total Consolidado propicia a análise da exposição ao risco de mercado das carteiras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, mantendo sua gestão conservadora e a diversificação da carteira, seguiu com sua política de operar dentro de limites reduzidos em relação a seu capital no período. O VaR Total Médio no trimestre manteve-se inferior a 1% do patrimônio líquido do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em linha com o trimestre anterior.

De 01/01 a 31/12/2016, o VaR Total Médio em simulação histórica foi de R\$ 236,6 ou 0,18% do patrimônio líquido total (em todo o ano de 2015 foi de R\$ 207,0 ou 0,18% do patrimônio líquido total).

(em milhões de R\$)

	VaR Total (Simulação Histórica)							
	31/12/2016 ⁽¹⁾				31/12/2015 ⁽²⁾			
	Média	Mínimo	Máximo	VaR Total	Média	Mínimo	Máximo	VaR Total
VaR por Grupo de Fatores de Risco								
Taxas de Juros	482,5	323,7	607,4	607,4	363,5	314,2	606,4	347,1
Moedas	18,4	6,8	33,2	17,0	47,1	11,3	118,6	12,3
Ações	45,2	34,0	63,3	44,3	16,9	6,9	57,2	46,9
Commodities	1,7	0,7	4,0	0,8	1,8	0,8	8,5	2,1
Efeito de Diversificação				(339,7)				(204,4)
Risco Total	236,6	155,1	341,5	329,8	207,0	152,3	340,7	204,0

(1) O VaR por Grupo de Fatores de risco considera as informações das unidades externas.

(2) O VaR por Grupo de Fatores de Risco não considera as informações das unidades externas.

Taxa de Juros

A tabela de posição de contas sujeitas a risco de taxa de juros agrupa por produtos o valor contábil das contas distribuído por vencimento. Esta tabela não é usada diretamente para fins de gestão de riscos de taxas de juros, sendo bastante utilizada para permitir a avaliação de descasamentos entre as contas e os produtos a elas associados bem como para identificar possíveis concentrações de risco.

A tabela a seguir demonstra a posição contábil dos nossos ativos e passivos que rendem juros e assim não refletem as diferenças de posição de taxa de juros que possam existir em qualquer outra data. Adicionalmente, variações na sensibilidade das taxas de juros podem existir dentro dos períodos de reprecificação apresentados por conta de diferentes datas de reprecificação durante o período.

Posição de Contas Sujeitas a Risco de Taxa de Juros ⁽¹⁾

	31/12/2016						31/12/2015					
	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	1-5 anos	Acima de 5 anos	Total	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	1-5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos Remunerados	389.843	219.332	95.331	347.743	167.400	1.219.649	376.617	203.639	97.021	277.995	186.609	1.141.881
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	13.286	4.676	3.541	1.189	-	22.692	23.454	3.436	2.879	753	3	30.525
Aplicações no Mercado Aberto	201.525	63.180	35	281	30	265.051	196.402	57.997	5	-	-	254.404
Depósitos Compulsórios no Banco Central	82.698	-	-	-	-	82.698	62.766	-	-	-	-	62.766
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	6.971	14.194	13.041	118.050	52.392	204.648	12.872	9.413	13.649	57.700	70.677	164.311
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Designados a Valor Justo Através do Resultado	-	-	1.191	-	-	1.191	-	-	-	642	-	642
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	5.994	10.539	7.103	38.969	25.672	88.277	3.903	7.106	11.914	35.098	28.024	86.045
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	1.370	528	600	19.376	18.621	40.495	342	-	319	14.500	27.024	42.185
Derivativos	5.815	5.470	2.826	6.940	3.180	24.231	6.040	7.152	2.653	8.116	2.794	26.755
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	72.184	120.745	66.994	162.938	67.505	490.366	70.838	118.535	65.602	161.186	58.087	474.248
Passivos Remunerados	325.241	90.652	111.907	287.433	62.298	877.531	290.908	98.129	74.635	316.852	72.968	853.492
Depósitos de Poupança	108.250	-	-	-	-	108.250	111.319	-	-	-	-	111.319
Depósitos a Prazo	30.555	28.248	17.110	78.032	2.329	156.274	13.465	19.252	13.277	57.694	1.562	105.250
Depósitos Interfinanceiros	1.176	1.918	625	36	2	3.757	4.475	8.727	1.012	735	-	14.949
Mercado Aberto	172.411	6.844	55.314	97.056	17.539	349.164	144.750	15.186	21.262	134.708	20.737	336.643
Mercado Interbancário	6.535	38.590	30.227	50.590	9.541	135.483	8.056	42.525	29.966	62.654	13.685	156.886
Mercado Institucional	951	11.490	6.612	46.883	30.303	96.239	4.988	5.123	5.748	42.938	35.121	93.918
Derivativos	5.294	3.555	1.961	11.394	2.494	24.698	3.850	7.309	3.348	14.715	1.849	31.071
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	69	7	58	295	90	519	5	7	22	364	14	412
Passivos de Planos de Capitalização	-	-	-	3.147	-	3.147	-	-	-	3.044	-	3.044
Diferença Ativo/Passivo ⁽²⁾	64.602	128.680	(16.576)	60.310	105.102	342.118	85.709	105.510	22.386	(38.857)	113.641	288.389
Diferença Acumulada	64.602	193.282	176.706	237.016	342.118		85.709	191.219	213.605	174.748	288.389	
Índice da Diferença Acumulada para o Total de Ativos Remunerados	5,3%	15,8%	14,5%	19,4%	28,1%		7,5%	16,7%	18,7%	15,3%	25,3%	

(1) Prazos contratuais remanescentes;

(2) As diferenças decorrem de descasamento de prazos entre o vencimento de todos os ativos e passivos remunerados na respectiva data-base, considerando os prazos acordados contratualmente.

Posição de Contas Sujetas a Risco de Moeda

Ativo	31/12/2016			
	Dólar	Peso Chileno	Outros	Total
Disponibilidades	6.719	1.581	3.164	11.464
Depósitos Compulsórios no Banco Central	81	-	5.288	5.369
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.860	1.007	6.781	16.648
Aplicações em Mercado Aberto	199	112	660	971
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	6.833	305	3.607	10.745
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	1.191	-	-	1.191
Derivativos	5.313	4.873	452	10.638
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	22.513	8.337	3.898	34.748
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	12.519	-	540	13.059
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquida	43.641	73.325	41.034	158.000
Total do Ativo	107.869	89.540	65.424	262.833

Passivo	31/12/2016			
	Dólar	Peso Chileno	Outros	Total
Depósitos	37.824	51.330	47.331	136.485
Captações no Mercado Aberto	18.353	27	2.558	20.938
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	519	-	-	519
Derivativos	4.783	4.105	282	9.170
Recursos de Mercados Interbancários	34.659	5.932	2.451	43.042
Recursos de Mercados Institucionais	37.077	23.643	3.284	64.004
Total do Passivo	133.215	85.037	55.906	274.158

Posição Líquida	(25.346)	4.503	9.518	(11.325)
------------------------	-----------------	--------------	--------------	-----------------

Ativo	31/12/2015			
	Dólar	Peso Chileno	Outros	Total
Disponibilidades	6.060	779	4.611	11.450
Depósitos Compulsórios no Banco Central	234	503	6.435	7.172
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	16.281	2.093	4.649	23.023
Aplicações em Mercado Aberto	1.966	56	87	2.109
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	6.125	73	907	7.105
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	642	-	-	642
Derivativos	9.581	1.279	37	10.897
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	28.833	3.063	1.928	33.824
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	14.807	-	-	14.807
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquida	63.456	36.776	20.931	121.163
Total do Ativo	147.985	44.622	39.585	232.192

Passivo	31/12/2015			
	Dólar	Peso Chileno	Outros	Total
Depósitos	55.539	25.811	30.657	112.007
Captações no Mercado Aberto	23.405	240	142	23.787
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	412	-	-	412
Derivativos	9.179	1.396	429	11.004
Recursos de Mercados Interbancários	59.203	3.796	821	63.820
Recursos de Mercados Institucionais	44.901	8.112	334	53.347
Total do Passivo	192.639	39.355	32.383	264.377

Posição Líquida	(44.654)	5.267	7.202	(32.185)
------------------------	-----------------	--------------	--------------	-----------------

A exposição ao risco de ações encontra-se divulgada na Nota 7, referente a Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, e Nota 10, referente a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Políticas e Procedimentos

O gerenciamento do risco de liquidez busca garantir liquidez suficiente para suportar potenciais saídas de recursos em situações de estresse de mercado, bem como a compatibilidade entre as captações e os prazos e a liquidez dos ativos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui estrutura dedicada ao monitoramento, controle e análise do risco de liquidez, utilizando-se de modelos de projeções das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reserva em moeda local ou estrangeira.

O documento “Relatório de Acesso Público – Risco de Liquidez” que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas.

O processo de mensuração do risco de liquidez faz uso de sistemas corporativos e de aplicativos próprios desenvolvidos internamente. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING administra sistemas de informática proprietários para atendimento aos processos de mensuração de risco de liquidez.

Além disso, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estabelece diretrizes e limites cujo cumprimento é analisado periodicamente em comitês técnicos e que visam a garantir uma margem de segurança adicional às necessidades mínimas projetadas. As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições da alta administração.

Estes cenários podem ser revistos à luz das necessidades de caixa, em virtude de situações atípicas de mercado ou decorrentes de decisões estratégicas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Em observância às exigências da Resolução nº 4.090, de 24/05/2012, do CMN e da Circular nº 3.749, de 05/03/2015, do BACEN, é enviado mensalmente ao BACEN o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) e periodicamente são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Diferentes cenários projetados para a evolução da liquidez;
- Planos de contingência para situações de crise;
- Relatórios e gráficos que descrevem as posições de risco;
- Avaliação do custo de captação e fontes alternativas de captação;
- Acompanhamento da diversificação de captação por meio de um controle constante de fontes de captação, considerando tipo do investidor e prazo, entre outros fatores.

Conforme instruções dadas pela Carta Circular 3.724, bancos com ativos totais acima de R\$ 100 bilhões passaram, desde outubro de 2015, a enviar mensalmente ao BACEN um indicador padronizado de Liquidez de Curto Prazo (LCR, do inglês “*Liquidity Coverage Ratio*”). O cálculo deste indicador segue a metodologia estabelecida pelo BACEN, e está alinhado às diretrizes internacionais de Basileia.

O cálculo resumido do indicador é apresentado na tabela abaixo. Em 2016, a exigência mínima para o indicador é de 70%. Maiores detalhes sobre o LCR do período, que não fazem parte das demonstrações contábeis, podem ser consultados no site www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa / Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3.

Informações sobre o indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)	4º trimestre 2016
	Valor Total Ajustado ⁽¹⁾
Total Ativos de Alta Liquidez ⁽²⁾	180.957
Total de saídas potenciais de caixa ⁽³⁾	85.018
LCR (%)	212,8%

(1) Corresponde ao valor calculado após a aplicação dos fatores de ponderação e dos limites estabelecidos pela Circular BACEN 3.749.

(2) Ativos de alta liquidez (HQLA - High quality liquid assets): saldo em estoque, em alguns casos ponderado por um fator de desconto, dos ativos que se mantêm líquidos nos mercados durante períodos de estresse, que podem ser facilmente convertidos em espécie e que são de baixo risco.

(3) Potenciais saídas de caixa calculadas em estresse padronizado, determinado pela Circular 3.749 (Saídas_e), subtraídas do menor valor entre (i) as potenciais entradas de caixa calculadas em estresse padronizado, determinado pela Circular 3.749 e (ii) 75% x Saídas_e.

Fontes Primárias de Funding

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo. O total dos recursos de clientes atingiu R\$ 612,7 bilhões (R\$ 586,2 bilhões 31/12/2015), com destaque para as captações de depósitos a prazo. Parte considerável destes recursos – 34,0% do total, ou R\$ 207,4 bilhões - tem disponibilidade imediata para o cliente. No entanto, o comportamento histórico do saldo acumulado dos dois maiores itens - depósito à vista e poupança - é relativamente consistente: a soma dos seus saldos cresce ao longo do tempo e há excesso de entradas de caixa sobre as saídas na comparação das médias mensais dos fluxos.

Recursos de Clientes	31/12/2016			31/12/2015		
	0-30 dias	Total	%	0-30 dias	Total	%
Depósitos	201.113	329.414		190.352	292.610	
Recursos à Vista	61.133	61.133	10,0	61.092	61.092	10,4
Recursos de Poupança	108.250	108.250	17,7	111.319	111.319	19,0
Recursos a Prazo	30.554	156.274	25,5	13.465	105.250	18,0
Outros Recursos	1.176	3.757	0,6	4.476	14.949	2,6
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽¹⁾	3.091	93.711	15,3	4.128	75.590	12,9
Recursos de Emissão Própria ⁽²⁾	2.561	132.149	21,6	2.863	152.215	25,9
Dívida Subordinada	628	57.420	9,4	4.722	65.785	11,2
Total	207.393	612.694	100,0	202.065	586.200	100

(1) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios, Financeiras e Certificados de Operações Estruturadas registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(2) Referem-se a Captações no Mercado Aberto com títulos de emissão própria.

Controle de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING gerencia suas reservas de liquidez mediante estimativas dos recursos que estarão disponíveis para aplicação, considerando a continuidade dos negócios em condições de normalidade.

Durante o período de 2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING manteve níveis adequados de liquidez no Brasil e no exterior. Os ativos líquidos (Disponibilidades, Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada e Títulos Públicos – Livres, conforme quadro Fluxos Futuros - Ativos Financeiros) totalizavam R\$ 177,5 bilhões e representavam 84,2% dos recursos resgatáveis a curto prazo, 28,5% do total de recursos e 19,0% dos ativos totais.

A tabela abaixo apresenta os indicadores utilizados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING na gestão de riscos de liquidez:

Indicadores de Liquidez	31/12/2016 %	31/12/2015 %
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Recursos de Clientes em até 30 dias ⁽²⁾	84,2	77,5
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Recursos de Clientes Totais ⁽³⁾	28,5	26,7
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Ativos Financeiros Totais ⁽⁴⁾	19,0	18,1

(1) Ativos Líquidos são: Disponibilidades, Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada e Títulos Públicos - Livres. Estão detalhados no quadro de Fluxos Futuros não Descontados - Ativos Financeiros

(2) Quadro Recursos de Clientes (Total Recursos de Clientes 0-30 dias)

(3) Quadro Recursos de Clientes (Total Recursos de Clientes)

(4) Detalhados no quadro de Fluxos Futuros não Descontados - Ativos Financeiros, totalizam a valor presente R\$ 918.080 (R\$ 863.180 em 31/12/2015).

Adicionalmente, apresenta-se os ativos e os passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando seus fluxos não descontados.

Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos						31/12/2015				
						31/12/2016				
Ativos Financeiros ⁽¹⁾	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias	Total
Disponibilidades	18.542	-	-	-	18.542	18.544	-	-	-	18.544
Aplicações em Instituições Financeiras	219.066	58.275	1.171	292	278.804	229.295	40.016	696	239	270.246
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada ⁽²⁾	77.452	-	-	-	77.452	72.091	-	-	-	72.091
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Financiada	128.303	49.749	-	-	178.052	133.315	33.742	-	-	167.057
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	13.311	8.526	1.171	292	23.300	23.889	6.274	696	239	31.098
Títulos e Valores Mobiliários	82.163	16.757	12.415	74.479	185.814	71.124	15.485	11.017	78.774	176.400
Títulos Públicos - Livres	75.310	20	40	6.088	81.458	65.965	-	-	-	65.965
Títulos Públicos - Compromissadas de Recompra	556	4.732	5.990	14.808	26.086	68	2.675	712	6.866	10.321
Títulos Privados - Livres	6.297	11.728	5.424	47.866	71.315	5.091	12.681	10.305	71.908	99.985
Títulos Privados - Compromissadas de Recompra	-	277	961	5.717	6.955	-	129	-	-	129
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.815	8.296	3.159	6.961	24.231	5.955	7.685	3.430	6.289	23.359
Posição Bruta	-	-	-	-	-	-	1	-	20	21
Swap de Moeda (Cross Currency Swap Deliverable) - Posição Ativa	-	-	-	-	-	-	852	-	975	1.827
Swap de Moeda (Cross Currency Swap Deliverable) - Posição Passiva	-	-	-	-	-	-	(851)	-	(955)	(1.806)
Posição Líquida	5.815	8.296	3.159	6.961	24.231	5.955	7.684	3.430	6.269	23.338
Swaps	828	1.967	1.497	6.250	10.542	666	2.140	1.935	4.406	9.147
Opções	354	2.881	1.397	160	4.792	2.413	2.000	692	478	5.583
Contratos a Termo	3.947	1.024	-	-	4.971	1.204	1.961	1	-	3.166
Demais Derivativos	686	2.424	265	551	3.926	1.672	1.583	802	1.385	5.442
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro ⁽³⁾	61.602	176.002	81.224	211.908	530.736	63.263	171.813	86.118	187.619	508.813
Total de Ativos Financeiros	387.188	259.330	97.969	293.640	1.038.127	388.181	234.999	101.261	272.921	997.362

(1) A carteira ativa não considera os saldos dos depósitos compulsórios no Banco Central que montam em R\$ 85.700 (R\$ 66.556 em 31/12/2015) cuja liberação desses recursos está atrelada ao vencimento das carteiras passivas. Os valores dos fundos PGBl e VGBl não são considerados na carteira ativa pois estão contemplados na Nota 30.

(2) Subtraído o valor de R\$ 4.329 (R\$ 9.461 em 31/12/2015), cujos títulos estão vinculados à garantia de operações na BM&FBovespa S.A. e no Banco Central.

(3) Subtraído o valor de pagamentos ao lojista R\$ 43.837 (R\$ 38.978 em 31/12/2015) e o valor das Obrigações Vinculadas a Cessão de Crédito R\$ 5.711 (R\$ 5.495 em 31/12/2015).

Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos						31/12/2016					31/12/2015				
Passivos Financeiros	0 - 30 dias	31 - 365 dias	365 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total
Depósitos	201.167	44.545	13.106	107.055	365.873	190.890	45.133	8.331	64.843	309.197					
Depósito a Vista	61.133	-	-	-	61.133	61.092	-	-	-	61.092					
Depósito Poupança	108.250	-	-	-	108.250	111.319	-	-	-	111.319					
Depósito a Prazo	30.295	41.971	13.088	107.033	192.387	13.873	34.660	8.326	64.819	121.678					
Depósito Interfinanceiros	1.489	2.574	18	22	4.103	4.606	10.473	5	24	15.108					
Depósitos Compulsórios	(42.314)	(13.885)	(3.985)	(25.516)	(85.700)	(40.807)	(9.021)	(2.043)	(14.685)	(66.556)					
Depósito a Vista	(8.092)	-	-	-	(8.092)	(10.224)	-	-	-	(10.224)					
Depósito Poupança	(24.791)	-	-	-	(24.791)	(26.838)	-	-	-	(26.838)					
Depósito a Prazo	(9.431)	(13.885)	(3.985)	(25.516)	(52.817)	(3.745)	(9.021)	(2.043)	(14.685)	(29.494)					
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾	209.521	59.771	42.410	87.069	398.771	167.363	39.464	63.773	111.189	381.789					
Títulos Públicos	168.301	5.600	5.764	33.812	213.477	139.530	5.315	2.588	29.937	177.370					
Títulos Privados	13.753	54.171	36.646	53.257	157.827	8.043	30.146	61.185	81.252	180.626					
Exterior	27.467	-	-	-	27.467	19.790	4.003	-	-	23.793					
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽²⁾	3.003	35.659	28.974	36.858	104.494	4.188	24.186	19.178	40.612	88.164					
Obrigações por Empréstimos e Repasses ⁽³⁾	5.077	46.527	11.000	20.943	83.547	5.902	58.159	24.116	25.672	113.849					
Dívidas Subordinadas ⁽⁴⁾	271	13.501	16.621	41.043	71.436	4.775	10.115	13.764	56.006	84.660					
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.294	5.516	3.726	10.162	24.698	3.765	8.537	4.104	11.269	27.675					
Posição Bruta	-	-	-	-	-	1	11	-	4	16					
Swap de Moeda (Cross Currency Swap Deliverable) - Posição Ativa	-	-	-	-	-	(85)	(1.269)	-	(236)	(1.590)					
Swap de Moeda (Cross Currency Swap Deliverable) - Posição Passiva	-	-	-	-	-	86	1.280	-	240	1.606					
Posição Líquida	5.294	5.516	3.726	10.162	24.698	3.764	8.526	4.104	11.265	27.659					
Swaps	461	1.702	2.352	8.706	13.221	783	3.368	2.618	9.562	16.331					
Opções	837	1.888	1.116	711	4.552	1.460	3.025	805	493	5.783					
Contratos a Termo	3.530	-	-	-	3.530	828	5	-	-	833					
Demais Derivativos	466	1.926	258	745	3.395	693	2.128	681	1.210	4.712					
Total Passivos Financeiros	382.019	191.634	111.852	277.614	963.119	336.076	176.573	131.223	294.906	938.778					

(1) Inclui Carteira Própria e de Terceiros.

(2) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios, Financeiras e Certificados de Operações Estruturadas registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(3) Registradas em Recursos de Mercados Interbancários.

(4) Registradas em Recursos de Mercados Institucionais.

Compromissos <i>Off Balance</i>	31/12/2016					31/12/2015				
	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total
Avais e Fianças	1.645	16.203	5.603	47.342	70.793	2.018	13.819	5.477	52.930	74.244
Compromissos a Liberar	90.279	42.522	11.657	77.916	222.374	84.641	28.808	28.404	79.487	221.340
Cartas de Crédito a Liberar	6.660	-	-	-	6.660	6.936	-	-	-	6.936
Compromissos Contratuais - Imobilizado e Intangível (Notas 15 e 16)	-	310	-	-	310	-	340	-	-	340
Total	98.584	59.035	17.260	125.258	300.137	93.595	42.967	33.881	132.417	302.860

Nota 37 – Informações Suplementares

Negócios de Varejo do Citibank

Em 8 de outubro de 2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de suas controladas, assinou compromisso de compra e venda de ações com o Banco Citibank S.A. e outras sociedades de seu conglomerado (Citibank) para aquisição dos negócios de varejo conduzidos pelo Citibank no Brasil, incluindo empréstimos, depósitos, cartões de crédito, agências, gestão de recursos e corretagem de seguros, assim como as participações societárias detidas pelo Citibank na TECBAN - Tecnologia Bancária S.A. (representativas de 5,64% do seu capital social) e na Cibrasec – Companhia Brasileira de Securitização (representativas de 3,60 % do seu capital social), pelo valor de R\$ 710.

A aquisição envolverá a reestruturação societária de algumas sociedades do conglomerado Citibank, de modo que o negócio de varejo no Brasil seja cindido e transferido para sociedades que serão objeto da aquisição.

As efetivas aquisições e liquidações financeiras ocorrerão após o cumprimento de determinadas condições do contrato e da obtenção das autorizações regulatórias necessárias.

A aquisição não acarretará efeitos contábeis nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.